

**Ricardo Santos Ribeiro**

**ECONOMIA DE MERCADO E TEOLOGIA:  
CRÍTICA TEOLÓGICA DA IDOLATRIA DO CAPITAL A PARTIR  
DE TEÓLOGOS DA LIBERTAÇÃO**

**Dissertação de Mestrado em Teologia**

**Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Élio Estanislau Gasda**

**BELO HORIZONTE**

**FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia**

**2015**



**Ricardo Santos Ribeiro**

**ECONOMIA DE MERCADO E TEOLOGIA:  
CRÍTICA TEOLÓGICA DA IDOLATRIA DO CAPITAL A PARTIR  
DE TEÓLOGOS DA LIBERTAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisição parcial à obtenção do título de Mestre em Teologia.

Área de concentração: Teologia da Práxis Cristã.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Élio Estanislau Gasda.

BELO HORIZONTE

FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

Ribeiro, Ricardo Santos

R484e Economia de mercado e teologia: crítica teológica da idolatria do capital a partir de teólogos da libertação / Ricardo Santos Ribeiro. - Belo Horizonte, 2015.

214 p.

Orientador: Prof. Dr. Élio Estanislau Gasda

Dissertação (Mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Departamento de Teologia.

1. Teologia e Economia. 2. Teologia da Libertação. 3. Capitalismo. 4. Neoliberalismo. I. Gasda, Élio Estanislau. II. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Departamento de Teologia. III. Título

CDU 230.1

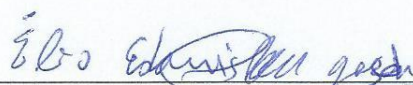
**RICARDO SANTOS RIBEIRO**

**ECONOMIA DE MERCADO E TEOLOGIA**  
**CRÍTICA TEOLÓGICA DA IDOLATRIA DO CAPITAL A PARTIR DE TEÓLOGOS DA**  
**LIBERTAÇÃO**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Teologia e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

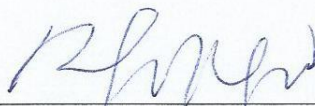
Belo Horizonte, 08 de abril de 2015.

**COMISSÃO EXAMINADORA:**



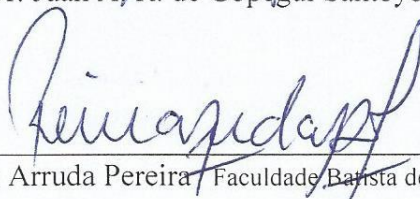
---

Prof. Dr. Elio Estanislau Gasda / FAJE (Orientador)



---

Prof. Dr. Juan A. R. de Gopegui Santoyo / FAJE



---

Prof. Dr. Reinaldo Arruda Pereira / Faculdade Batista de M. Gerais (Visitante)



Dedico esta dissertação, fruto do trabalho, a Deus  
para louvor de Sua Glória.

Agradeço a Deus, Senhor de todo o conhecimento e sabedoria, pela luz infalível que me guiou nesta árdua jornada;

à minha amada esposa Cleide, pelo apoio e incentivo constantes;

aos meus filhos, Jordana e Hermom, pela compreensão;

aos meus pais, ausentes, pela educação que me proporcionaram;

ao meu orientador, Professor Doutor Élio Estanislau Gasda, pelas orientações certas e eficazes;

ao amigo e Professor João Bosco de Castro, pela revisão do texto, por totalidade verbal e articulação dialética;

à Coordenação do programa de Pós-graduação em teologia, pelo acompanhamento.



“Os ídolos desaparecerão inteiramente, refugiar-se-ão nas cavidades das rochas e nas cavernas da terra, diante do terror de Iahweh e diante do esplendor de sua majestade, quando ele se levantar para fazer tremer a terra” (Isaiás, 2, 18 – 19).

## RESUMO

A presente dissertação refere-se ao binômio: Teologia e Economia. Ele tem como objetivo geral criticar teologicamente a idolatria do mercado, desvendando aspectos do Cristianismo os quais têm sido sequestrados pelo Capitalismo a fim de sustentar sua Ideologia neoliberal. Eles são o amor ao próximo, o pecado original, os sacrifícios e o Paraíso. No entanto, eles têm sido empregados contrariamente à concepção cristã e fazem parte da religião do mercado. Assim, o amor ao próximo consiste em atender o interesse de si próprio a fim de alcançar a satisfação pessoal. O pecado original é a vontade e o ato de interferir no mercado. No Cristianismo, os sacrifícios são baseados na entrega de Jesus e têm como objetivo alcançar a salvação. Na religião do mercado, ela não se realiza na transcendência com a interferência de Deus, mas num futuro histórico por ação do mercado. O ingresso no Paraíso ocorre em decorrência do progresso infinito. Nessa perspectiva, Deus tem sido destronado, e o seu lugar, ocupado pelo mercado capitalista. Nesse sentido, a religião do mercado é idólatra e conseqüentemente sacrificial. O seu panteão é composto basicamente pelo próprio mercado como o deus principal, além dos outros como o capital, o dinheiro, as mercadorias. Na realidade, são ídolos, pois são deuses opressores que matam seus seguidores. Nesta pesquisa, utiliza-se a Teologia da Libertação com enfoque na corrente que evidencia a articulação entre Teologia e Economia para efetivar a crítica a essa idolatria a qual se baseia em princípios hermenêuticos. Assim, num primeiro momento, são abordados os aspectos do Capitalismo – nível econômico e, posteriormente, sua relação com o Cristianismo e, por fim, a crítica numa vertente denunciatória. Após efetivar a crítica propriamente dita, foram apresentadas estratégias para desconstruir essa idolatria des(invertendo) os pressupostos cristãos sequestrados de forma a libertá-los. A partir dos pressupostos acima citados, chega-se a três conclusões. Primeira: o Capitalismo emprega ideologia neoliberal para animar seu sistema o qual coopta princípios cristãos para mostrar sua face positiva e legitimar custos sociais que religiosamente são entendidos como sacrifícios necessários. Segunda: a Teologia da Libertação é capaz de desvendar a idolatria do mercado, mas isso não é suficiente, pois deve ser completada com medidas para libertação dos pressupostos sequestrados. Terceira: os elementos do Capitalismo e sua ideologia, que se transmutaram em ídolos, podem ocupar, a partir de um movimento dialético, nova posição que seja mais humanizadora. Por fim, ficou evidente que Economia e Teologia podem ser articuladas, visando ao bem comum.

**Descritores:** Idolatria do Mercado. Sacrifícios. Teologia da Libertação. Capitalismo. Neoliberalismo.

## ABSTRACT

The present dissertation refers to the binomial: theology and economics. It has as the general objective to criticize theologically the idolatry of the market, revealing aspects of the Christianity which have been sequestered in order to sustain its neoliberal ideology. They are the act of loving your neighbor, the original sin, the sacrifices and the paradise. However, they have been used contrary to the Christian concepts and they belong to the religion of the market. In this way, The act of loving the neighbor consists to satisfy himself or herself in order to reach the individual solutions. The original sin is the will and the act of interfering in market. In the Christianity, the sacrifices were based on Jesus' giving and aims to achieve salvation. In the religion of the market, it does not occur in the transcendence with God's interference but in a historical future by the action of the market. The entrance in the paradise occurs in the result of the infinite progress. In this perspective, God has been dethroned and his place has been occupied by the capitalist market. In this meaning, the religion of the market is idolatry and consequently sacrificial. Its pantheon is composed basically by the market itself as the main god besides the others like the capital, money and goods. In fact, they are idols because they are oppressors gods which have killed their followers. In this research, it was used the liberation theology, focusing on current which evidences the articulation of theology and economics to carry out the critique of this idolatry. This criticism was based on hermeneutical principles. In this way, in the first moment, the aspects of the capitalism are addressed- economic level, and subsequently its relation with the Christianity and finally a critical denunciatory aspect. After, effecting the criticism itself, strategies are used to deconstruct this idolatry, des (reversing) Christians sequestered assumptions in order to set them free. According to the above principles, there are three conclusions. First, the capitalism employs neoliberal ideology to liven up its system; it embraces Christian principles to show its positive face and legitimate social costs, which has been religiously understood as necessary sacrifices. Second, LTD is able to unveil the idolatry of the market, but it is not enough, for it must be supplemented by measures for release of abducted assumptions. Third, the elements of capitalism and its ideology which transmuted into idols can occupy, from a dialectical movement, new position which be more humanizing. Finally, it became clear that economics and theology can be articulated for the common good.

**Keywords:** Market Idolatry. Sacrifices. Liberation Theology. Capitalism. Neoliberalism.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM – Banco Mundial.

EUA – Estados Unidos da América.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

MH – Mediação Hermenêutica.

MSA – Mediação Socioanalítica.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

PICE – Política Industrial e do Comércio Exterior.

TdL- Teologia da Libertação.

TdP – Teologia do Político.

Cl – Carta aos Colossenses.

1Co – Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios.

Ef – Carta aos Efésios.

Gl – Carta aos Gálatas.

Hb – Carta aos Hebreus.

Jo – Evangelho de Jesus segundo São João.

Mc – Evangelho de Jesus segundo São Marcos.

Mt – Evangelho de Jesus segundo São Mateus.

Rm – Carta aos Romanos.

Tg – Carta de Tiago.

1Tm – Primeira Carta de São Paulo a Timóteo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1 - SISTEMA CAPITALISTA: DINÂMICA E ELEMENTOS ESTRUTURANTES .....</b>	<b>23</b>
1.1 Dinâmica do sistema capitalista .....	25
1.1.1 Economia e Capitalismo.....	25
1.1.2 Desenvolvimento do sistema capitalista.....	28
1.1.3 Movimento do Capitalismo .....	35
1.1.3.1 Movimento cíclico do Capitalismo.....	36
1.1.3.2 Movimento reticular do Capitalismo.....	40
1.2 Elementos estruturantes do Capitalismo.....	42
1.2.1 O Mercado: <i>lócus</i> ordenador da Economia capitalista.....	42
1.2.2 As mercadorias .....	46
1.2.3 O dinheiro.....	47
1.2.4 O capital.....	49
1.2.5 O trabalho .....	51
1.2.6 As empresas.....	56
1.3 Considerações parciais .....	58
<b>CAPITULO 2 - IDEOLOGIA DO SISTEMA CAPITALISTA .....</b>	<b>60</b>
2.1 Desenvolvimento do conceito de Ideologia.....	60
2.2 Ideologia e comunicação de massa.....	64
2.3 Liberalismo Clássico .....	66
2.3.1 Liberalismo político.....	67
2.3.2 Liberalismo econômico .....	69
2.3.3 Principais características do Liberalismo econômico.....	70
2.3.3.1 Propriedade privada.....	70
2.3.3.2 Liberdade .....	72
2.3.3.3 Paz .....	74
2.4 Um novo Liberalismo econômico?.....	75
2.5 Neoliberalismo: a atual Ideologia do Capitalismo .....	79

2.5.1 Principais características do Neoliberalismo .....	82
2.5.2 O Neoliberalismo e o Consenso de Whashington.....	86
2.5.3 Breve crítica econômica e social do Neoliberalismo .....	90
2.5.3.1 Financeirização em detrimento do setor produtivo.....	91
2.5.3.2 Concentração de riquezas.....	91
2.5.3.3 Desemprego .....	92
2.5.3.4 Exclusão social.....	93
2.6 Liberalismo social: uma reação ao neoliberalismo? .....	94
2.7 Considerações parciais .....	97

### **CAPÍTULO 3 - DEUS DA VIDA E OS ÍDOLOS DA MORTE .....**

3.1 Teologia da Libertação como horizonte crítico .....	101
3.1.1 Praxeologia libertadora .....	103
3.1.1.1 Práxis e fé.....	103
3.1.1.2 Preferência pelos pobres .....	104
3.1.1.3 Processo de libertação-salvação.....	106
3.1.2 Metodologia libertadora.....	107
3.1.2.1 Método de Clodovis Boff: Ver – Julgar – Agir .....	108
3.1.2.2 Outros métodos: Ignacio Ellacuria e Juan Luis Segundo .....	111
3.1.3 Dimensão profética da Teologia da Libertação .....	113
3.1.4 A quase ausência da dimensão econômica na TdL.....	116
3.2 Religião do mercado: um Cristianismo invertido .....	118
3.2.1 Pressupostos sequestrados do Cristianismo .....	120
3.2.1.1 Amor ao próximo .....	120
3.2.1.2 Pecado original.....	123
3.2.1.3 Paraíso.....	124
3.3 Ídolos da morte.....	126
3.3.1 Idolatria tradicional .....	127
3.3.2 Idolatria moderna .....	128
3.3.3 Idolatria na religião do mercado .....	129
3.3.3.1 Deus-mercado capitalista .....	129
3.3.3.2 Deuses-mercadoria.....	130
3.3.3.3 Deus-dinheiro.....	132

3.3.3.4 Deus-capital .....	133
3.3.3.5 Trabalho – ofício idólatra? .....	133
3.3.3.6 Empresas – fábricas de ídolos?.....	134
3.3.4 Submissão aos ídolos capitalistas .....	135
3.4 Sacrifícios ao panteão do mercado capitalista.....	138
3.4.1 Religião do mercado e cooptações sacrificiais .....	139
3.4.2 Ciclo sacrificial.....	141
3.4.3 Sacrifícios capitalistas e negação da concretude humana .....	142
3.5 Considerações parciais .....	145
<b>CAPITULO 4 - DESCONSTRUÇÃO DA IDOLATRIA DO MERCADO .....</b>	<b>147</b>
4.1 Binômio Teologia e Economia.....	148
4.1.1 Economia no mundo da Bíblia .....	149
4.1.2 Diálogo entre economistas e teólogos .....	151
4.1.3 Estranha estranheza .....	152
4.2 Teologia da Libertação e Teologia do Capitalismo.....	154
4.2.1 Questão teo-lógica e imagens de Deus .....	156
4.2.2 Questão cristológica: sacrifícios e dom de si.....	159
4.2.3 Questão pneumatológica e lei do mercado .....	162
4.2.4 Questão antropológica: ser humano integral .....	164
4.2.5 Questão hamartiológica: para além do pecado individual.....	166
4.2.6 Questão soteriológica: salvação integral .....	169
4.3 Economia do Reino de Deus .....	171
4.3.1 Êxodo e sal da Terra: algumas provocações.....	172
4.3.2 Conversão à Economia do Reino .....	173
4.3.3 Alteridade: um novo paradigma pra a Economia .....	174
4.3.3.1 Economia civil.....	178
4.3.3.2 Economia solidária .....	179
4.3.3.3 Economia de comunhão.....	180
4.3.4 Nova concepção dos elementos econômicos.....	182
4.3.4.1 Mercado em perspectiva histórica .....	182
4.3.4.2 Mercadorias em função das necessidades do ser humano.....	183
4.3.4.3 Dinheiro como facilitador.....	184

4.3.4.4 Capital e dignidade humana.....	185
4.3.4.5 Trabalho como ato cocriador .....	186
4.3.4.6 Empresa: espaços de partilha .....	187
4.3.5 Nova espiritualidade .....	187
4.4 Considerações parciais.....	189
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>192</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>204</b>



## INTRODUÇÃO

Idolatria é um conceito teológico cuja prática é condenada por Deus tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. No entanto, ela perdura ao longo da história da humanidade mediante mutações. Da concepção tradicional de cunho mais estático passou para a moderna com características dinâmicas. Assim, além de imagens de deuses construídas pelo ser humano, outras possibilidades idolátricas surgem em meio às relações sociais.

Numa leitura teológica do Capitalismo constata-se que ele, ideologicamente, mimetizou contornos religiosos do Cristianismo. Isso lhe proporcionou uma aura sacralizadora, porém, contrária aos ensinamentos cristãos contidos no Evangelho. Nesse sentido, o sistema capitalista tornou-se uma religião idolátrica, pois seus principais elementos constitutivos e sua ideologia – no nível econômico – se transmutaram em ídolos no nível religioso. Ídolos como deuses que oprimem e que matam sacrificialmente.

Essa “religião do mercado” promete salvação à humanidade, no entanto, o faz diferentemente do Cristianismo. Se nesse, a salvação se plenifica após a História, numa dimensão transcendente, naquela, a salvação ocorre intra-historicamente num momento futuro. Portanto, numa “transcendência imanente”.

Embora o sistema capitalista gere muita riqueza, sua distribuição é iníqua. Enquanto um grupo minúsculo detém grande parte dela, a maioria dispõe de poucos recursos para sobreviver. Conseqüentemente, pessoas são sacrificadas idolatricamente. Fora do contexto teológico, esses sacrifícios são denominados “custos sociais”.

A condenação de Deus à idolatria, mediante as ações proféticas, não se restringiu ao mundo da Bíblia<sup>1</sup>. Ela continua em vigor, incluindo a idolatria moderna, notadamente a da “religião do mercado”. Um grupo de teólogos da libertação, com destaque para os da América Latina, tem se levantado contra práticas idolátricas e sacrificialistas que fazem parte da Teologia endógena da religião do mercado. Esses teólogos se assemelham aos profetas vétero-testamentários.

Assim, numa perspectiva de confronto das práticas idolátricas, propõe-se a presente dissertação cujo tema é: “Economia de Mercado e Teologia: crítica teológica da idolatria do capital a partir de teólogos da libertação”.

Para orientar o processo investigatório, apresenta-se o seguinte problema: o desocultamento dos aspectos do Cristianismo, que foram sequestrados pelo Capitalismo e usados de forma invertida a fim de sustentar sua ideologia neoliberal, é suficiente para criticar a idolatria do mercado? A resposta hipotética formulada para tentar responder a esse questionamento é a seguinte: o desocultamento desses aspectos, como denúncia, é essencial para a crítica à idolatria do mercado, mas não o suficiente, pois é necessário anunciar alternativas para desinvertê-los. E assim, libertá-los.

Para operacionalizar o problema e a hipótese, formula-se o objetivo geral da dissertação, que é criticar teologicamente a idolatria do mercado, desocultando-lhe aspectos do Cristianismo os quais foram sequestrados pelo Capitalismo a fim de sustentar sua ideologia neoliberal. Esse, porém, precisa ser desdobrado para sua concretização. Assim, analiticamente, propõem-se os seguintes objetivos secundários: (a) indicar os principais elementos estruturantes do sistema capitalista, bem como seu dinamismo; (b) analisar o Neoliberalismo como ideologia que anima o sistema capitalista; (c) desocultar a idolatria sacrificialista da religião do mercado e submetê-la à crítica teológica, a partir de teólogos da libertação, principalmente Hinkelammert, Assmann, Sung e Santa Ana; e (d) apontar possibilidades – saídas – para desconstruir a idolatria do mercado, principalmente por intermédio da libertação dos pressupostos teológicos cristãos sequestrados pela religião mercadológica.

Importa dizer que não serão discutidos aspectos do Capitalismo, senão aqueles que estão imbricados na crítica teológica a ser efetivada. Por outro lado, a Teologia da Libertação (TdL) não será objeto de debate ou de estudo, mas horizonte da crítica com foco

---

<sup>1</sup> Todas as citações bíblicas são conforme a Bíblia de Jerusalém.

em determinada corrente cujos conteúdos e metodologia contemplam a relação entre Teologia e Economia.

O tema é atual, pois a idolatria e o sacrificalismo – teologicamente – ou os custos sociais – economicamente – continuam a ser realizados no mundo, não somente em regiões mais fragilizadas como África, Ásia e América Latina, embora estas sejam as mais castigadas, mas também na Europa, mormente em determinados países atingidos pela crise iniciada em 2007-2008. O Papa Francisco tem se manifestado contra a idolatria capitalista, principalmente na vertente da financeirização não regulada a qual tem acentuado a desigualdade entre ricos e pobres. Por outro lado, o tema demonstra ser relevante<sup>2</sup>, principalmente quando questões como solidariedade e fraternidade têm sido descuradas, o que ameaça a eficácia da condição humana. Portanto, esta investigação pode contribuir para a reflexão teológica, tanto no âmbito acadêmico, como no pastoral.

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico cuja metodologia se apoia, parcial e adaptativamente, no referencial metodológico desenvolvido por Thompson<sup>3</sup> em seu estudo sobre Ideologia e os meios de comunicação de massa. Esse referencial se baseia na tradição hermenêutica. O autor remete a hermeneutas dos séculos XIX e XX, como Dilthey, Hans-Georg Gadamer, Paul Ricoeur.

A Hermenêutica é ofício de interpretar, esclarecer, anunciar algo. Visa a desocultar o significado real. Inicialmente, era restrita a códigos verbais, mas na atualidade é aplicada também às formas extraverbais. Esse ofício, na realidade, é um método de interpretação. Tem sido empregado no campo literário, jurídico, sociológico, humano, religioso.

Essa metodologia é muito apropriada para a interpretação de formas simbólicas – ações, falas, textos –, pois são construções significativas que necessitam de esclarecimento. As questões idolátricas ora discutidas são simbólicas e sujeitas a interpretações.

Nessa perspectiva metodológica, ressalva-se que o objeto de investigação é um “território pré-interpretado” e que o investigador está envolvido no “campo-objeto”. Assim, na realidade, o que existe é um “campo-sujeito-objeto”. Ademais, os resultados das pesquisas

---

<sup>2</sup> Cf. SUNG, *A idolatria do capital*, p. 18. Relevância no sentido de que, em dada conjuntura, responde às “pressões que o futuro faz ao presente.”

<sup>3</sup> Cf. THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 354 – 377. Os estágios que o autor apresenta são: um preliminar que é a “hermenêutica da vida quotidiana” e três centrais que são a “análise sócio-histórica”, “análise formal ou discursiva” e a interpretação/Re-interpretação”. Pelos contornos desta pesquisa, usa-se a análise sócio-histórica e a interpretação/Re-interpretação (cf. esquema à p. 365).

das ciências não naturais podem interferir no universo no qual estão inseridas. Assim, trabalha-se a interpretação como “reinterpretação”<sup>4</sup>.

Antes de apresentar os estágios desse itinerário metodológico, alerta-se para o cuidado que se deve ter no desenvolvimento desta dissertação, pois ela comporta dois níveis, um econômico e outro teológico. Entre um e outro, não ocorre uma transição contínua, mas uma passagem de nível que é denominada de “ruptura epistemológica”<sup>5</sup>. Isso implica não fazer confusão entre os níveis. Assim, o Capitalismo refere-se ao nível econômico, enquanto os aspectos idolátricos estão no nível teológico, mas deve haver articulação entre ambos.

A crítica à idolatria do mercado se baseia no método hermenêutico na medida em que se efetuam interpretações de diversos elementos – distribuídos em estágios -, ao longo da dissertação conforme exposição a seguir.

O primeiro estágio, que se encontra no nível econômico, consiste na aproximação da crítica central. Nele, apresenta-se uma “análise sócio-histórica”<sup>6</sup> do sistema capitalista, situando seus elementos estruturantes – mercado, capital, dinheiro, mercadorias, trabalho e empresa, além de seu dinamismo. Nesse contexto, são interpretados esses elementos à luz dos aspectos econômicos. Importa saber o que são, quais suas implicações sistêmicas, sua dinâmica, suas relações internas e externas ao sistema. A interpretação é realizada com base em autores que fazem abordagem da economia de mercado.

O segundo estágio ainda é de aproximação da crítica central e, como o primeiro, se situa no nível econômico. Nele, realiza-se a “análise sócio-histórica” do Neoliberalismo, que é a doutrina que anima o sistema capitalista. Após tal análise, ele é interpretado como ideologia do Capitalismo, portanto numa perspectiva econômica. A interpretação se faz com base em autores que estudam a Ideologia no geral e o Liberalismo e Neoliberalismo no particular.

O terceiro estágio consiste na apresentação analítica da TdL, destacando seus aspectos práticos e metodológicos. Importa situá-la no contexto político, social, eclesiástico, cultural, geográfico. Isso é necessário para explicitar o contexto em que se encontram os teólogos que relacionam Economia e Teologia, cujas obras são instrumentos de crítica da idolatria. A TdL é o horizonte teórico dessa crítica.

O quarto estágio incide no ponto central da crítica. Os elementos estruturantes do sistema capitalista – mercado, capital, dinheiro, mercadorias, trabalho e empresa – são

---

<sup>4</sup> Cf. *ibid.*, p. 375.

<sup>5</sup> Cf. C. BOFF, *Teologia e prática*, p. 84.

<sup>6</sup> Cf. THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 366- 368.

apresentados como ídolos que são falsos deuses. Também a Ideologia (Neoliberalismo) é apresentada como a espiritualidade da religião do mercado. Assim, os ídolos, a ideologia e a própria religião do mercado são interpretados com fulcro nos teólogos da libertação. Esse exercício hermenêutico é pressuposto para a efetivação da crítica.

Por fim, o quinto estágio, ainda com intuito crítico, mas menos denunciativo e mais enunciativo, apresenta possíveis “saídas” para desconstruir o sistema idolátrico da religião do mercado. Para isso, recorre-se subsidiariamente à Dialética, pois as alternativas serão obtidas, principalmente, pelo confronto de aspectos da Teologia endógena da religião do mercado com a TdL, chegando a uma via de síntese. Em outro giro, apresenta-se uma nova perspectiva para os elementos estruturantes do mercado após a relação de sua concepção puramente econômica com a de cunho religioso-ideológico. Disso resulta uma terceira possibilidade, na qual os elementos econômicos e a Ideologia possam ter, mesmo que minimamente, caráter humanizador consentâneo com o Deus da Vida. Há, assim, uma relação positiva entre Economia e Teologia.

Esse percurso metodológico está consubstanciado na estrutura<sup>7</sup> da dissertação que é composta, além desta introdução, de quatro capítulos e considerações finais.

No 1º capítulo – “Sistema capitalista: dinâmica e elementos estruturantes” –, demonstra-se o Capitalismo como sistema que tem dinamismo próprio. Esse se manifesta de diversas maneiras, das quais se destacam seus movimentos cíclicos denominados de “ciclos sistêmicos de acumulação,” que se desenvolvem ao longo da História. O atual está centralizado econômica e geograficamente nos Estados Unidos da América (EUA). O outro movimento que compõe esse dinamismo é o reticular, que é maximizado pelo aperfeiçoamento das Tecnologias de Informações e Comunicações. O uso da informática tem possibilitado a cobertura de quase todo mundo por uma rede capitalista virtual. Isso tem facilitado a financeirização da economia de mercado. Esse dinamismo se relaciona estreitamente com os elementos constitutivos desse sistema, dos quais se destacam o mercado, o capital, o dinheiro, as mercadorias, o trabalho e a empresa. Todos esses interagem entre si e com a cultura da qual fazem parte.

No 2º capítulo – “Ideologia do sistema capitalista” –, apresenta-se analiticamente o Neoliberalismo como pressuposto que anima todo o sistema capitalista. Abordam-se aspectos da Ideologia que servem para facilitar o entendimento do seu emprego para sustentação da Economia de Mercado. Interessa a este trabalho apresentar seu

---

<sup>7</sup> Ressalta-se que os estágios não são totalmente coincidentes com o número de capítulos.

desenvolvimento a partir do Liberalismo Clássico até seu estágio atual. O Neoliberalismo expressa sua radicalidade na medida em que, principalmente, defende o Estado mínimo, nega as políticas sociais, facilita a financeirização em detrimento do aspecto produtivo.

No 3º capítulo – “Deus da Vida e os ídolos da morte” –, aborda-se a centralidade da crítica à idolatria do sistema capitalista. Inicialmente, apresenta-se a TdL como horizonte teórico-prático para a efetivação da crítica. Ressaltam-se, num primeiro momento, suas dimensões práticas e metodológicas, para, em seguida, chegar à sua corrente teológica que se dedica com mais profundidade e amplitude, às questões econômicas em articulação com a Teologia. Posteriormente, apresentam-se os pressupostos do Cristianismo que foram sequestrados pelo sistema capitalista para estruturar a religião do mercado. Transformam-se os elementos do mercado em ídolos da religião mercadológica, bem como o Neoliberalismo em espiritualidade. Após, os núcleos essenciais deste capítulo são interpretados e submetidos à crítica teológica com supedâneo nos teólogos da libertação com ênfase em Hinkelammert, Sung, Assmann e Santa Ana.

No 4º capítulo – “Desconstrução da idolatria do mercado” –, evidenciam-se algumas possibilidades para desconstruir a idolatria da religião do mercado. Assim, procura-se desinverter os pressupostos cristãos sequestrados por essa religião, para libertá-los do uso indevido e antibíblico. Para isso, empregam-se basicamente duas estratégias. A primeira refere-se ao enfrentamento da Teologia Endógena da religião do mercado pela TdL. Isso se faz a partir do delineamento das seguintes questões: “teo-lógica e imagem de Deus”, “cristológica: sacrifícios e dom de si”, “pneumatológica e lei do mercado”, “antropológica: ser humano integral”, “hamartiológica: além do pecado individual”, e “questão soteriológica: salvação integral”. A segunda estratégia consiste em interpretar os elementos estruturantes do mercado numa perspectiva mais social. Isso, em certa medida, advém de um movimento dialético entre as perspectivas tradicionais da Cristandade e as da religião do mercado (invertidas). A síntese disso consiste em não acabar com o mercado e seus elementos correlatos, mas torná-los mais humanos. Para isso, propõe-se uma articulação tripartite na qual participam o mercado, o Estado e a sociedade civil, cada qual fazendo o que melhor sabe executar, mas não de forma ilimitada. Ademais, cada um desses atores exerce o esforço de evitar excessos de si mesmo e dos outros integrantes desse tripé.

Por fim, nas considerações finais, expõe-se todo o caminho percorrido, demonstrando os resultados alcançados. Por outro viés, indicam-se alguns pontos que não foram explorados com profundidade e podem ser completados em pesquisas futuras.

## CAPÍTULO 1

### SISTEMA CAPITALISTA: DINÂMICA E ELEMENTOS ESTRUTURANTES

O modo de produção capitalista não é dotado de estrutura simples, mas complexa. Ele é um sistema na medida em que é integrado por diversos “elementos em interação”<sup>1</sup>, segundo definição de Bertalanffy. Ao estudar o Capitalismo, é possível identificar nele um conjunto de elementos que o compõem, não apenas de forma “somativa”<sup>2</sup>, mas “constitutiva”, mediante interações dinâmicas que se estabelecem entre suas partes. Seus elementos estão estruturados e articulados segundo as orientações capitalistas.

Além das interações internas, os sistemas, quando abertos, e parece ser o caso do Capitalismo, estabelecem relações exógenas. A quantidade e a qualidade das interações no sistema do capital são influenciadas por sua Ideologia que funciona como combustível para seu dinamismo e a busca dos seus objetivos. Esse dinamismo é perceptível principalmente pelos movimentos e ciclos do Capitalismo.

Os sistemas sociais, econômicos e políticos têm como características o crescimento e a competição. O crescimento ocorre proporcionalmente ao número de elementos que compõem o sistema. A competição realiza-se entre as próprias partes que compõem o todo<sup>3</sup>. Tanto uma quanto a outra característica são encontradas no Capitalismo.

---

<sup>1</sup> BERTALANFFY, *Teoria geral dos sistemas*, p. 84.

<sup>2</sup> Cf. *ibid.*, p. 82 – 83 somente a soma das partes não chega a constituir um sistema, tem de haver interação entre elas, portanto relações constitutivas.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 90, 93.

Por um lado, ele tem se expandido, principalmente mediante os fenômenos da globalização, por outro, a competição contribui para que ele não entre em entropia.

Numa perspectiva mais específica, autores como Max Weber, Karl Marx, Giovanni Arrighi, Eric Roll, Fernand Braudel, em diversos momentos em seus escritos, referem-se ao Capitalismo como sistema econômico. Porém, não é possível, no âmbito desta dissertação, afirmar se essas concepções epistemológicas são intencionais ou não. Wallerstein aborda intencionalmente o “capitalismo como um sistema histórico, na totalidade de sua história e na sua realidade concreta única”<sup>4</sup>. Nessa perspectiva, ele afirma que o Capitalismo não é apenas o estoque de bens de consumo, mas principalmente, um sistema que tem como objetivo básico a “autoexpansão”<sup>5</sup>.

A perspectiva totalizadora do Capitalismo pode ser divisada na “mercantilização de tudo”. Mercantilização que inclui inclusive os diversos processos capitalistas. Assim, para Wallerstein:

O capitalismo histórico incluía, portanto, a mercantilização generalizada dos processos – não simplesmente processos de troca, mas processos de produção, processos de distribuição e processos de investimento – que anteriormente haviam percorrido vias que não as de um “mercado”.<sup>6</sup>

Esses diversos processos não são estanques, mas articulam entre si e, muitas das vezes, no âmbito do mercado, objetivam o intercâmbio. Não se devem conceber as trocas somente entre um produtor inicial e um consumidor final. O mercado, na realidade, extrapola esse simplismo, pois, diante das cadeias de mercadorias, boa parte das trocas efetiva-se também entre dois produtores intermediários.<sup>7</sup>

O sistema capitalista é uma forma de economia-mundo totalmente integrada em sua estrutura interna e causa reflexos tanto endógena quanto exogenamente (naqueles que estão fora da estrutura capitalista). No entanto, isso merece um questionamento, diante da perspectiva de Wallerstein: é possível estar fora do alcance do Capitalismo, notadamente do seu mercado? Para uma resposta a este questionamento, é fundamental refletir a respeito do seguinte posicionamento do autor:

Portanto, quando dizemos que estamos descrevendo o capitalismo histórico, estamos descrevendo aquele lugar integrado de atividades produtivas, concreto e limitado pelo tempo e pelo espaço, em que a ilimitada acumulação de capital foi de fato o objetivo ou a ‘lei’ econômica que

---

<sup>4</sup> WALLERSTEIN, *O capitalismo histórico*, p. 7.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>7</sup> Cf. *ibid.*, p. 24 complementa-se que o “comprador buscava um ‘insumo’ para seu processo de produção. O vendedor vendia um ‘produto semi-acabado’ [sic.], semi-acabado [sic.] em termos de seu uso final no consumo individual direto.”



governou ou prevaleceu na atividade econômica fundamental. É aquele sistema social em que aqueles que agiram conforme tais regras causaram tão grande impacto no conjunto que criaram condições em que os outros foram forçados a se conformar aos padrões ou a sofrer as conseqüências [sic]. É aquele sistema social em que o escopo dessas regras (a lei do valor) tornou-se sempre mais vasto, os executores dessas regras sempre mais intransigentes, a penetração dessas regras na estrutura social sempre maior, mesmo quando a oposição social a elas tornou-se mais sonora e mais organizada.<sup>8</sup>

Nessa perspectiva, podem-se identificar no Capitalismo três aspectos fundamentais. Um refere-se à sua dinâmica, pois ele está em constante movimento com destaque para seu funcionamento. O segundo aspecto refere-se à sua estrutura composta por diversos elementos básicos. Por fim, o funcionamento e as estruturas do Capitalismo são animados pela Ideologia capitalista. Assim, pretende-se, neste capítulo, indicar alguns dos principais elementos estruturantes do sistema capitalista, bem como o seu dinamismo. Subsequentemente – no capítulo 2 –, abordam-se as ressonâncias ideológicas desse sistema.

## **1.1 Dinâmica do sistema capitalista**

Inicialmente, discute-se o dinamismo do sistema capitalista. Para tanto aborda-se, minimamente, a relação da Economia com o Capitalismo e o desenvolvimento deste, a partir de suas causas, características e definição. Em seguida, discutem-se dois movimentos importantes do sistema. Um refere-se aos “ciclos sistêmicos de acumulação” estabelecidos por Arrighi, a partir de Braudel. O outro explicita o movimento reticular, dentro do último ciclo – norte-americano –, que teve origem na Revolução Tecnológica e continua a ser alimentado pelas inovações tecnológicas.

### **1.1.1 Economia e Capitalismo**

A palavra economia – *oikonomia* – é oriunda do grego e composta por duas outras: *oikos* e *nomos*. A primeira significa casa, e a segunda, lei ou norma. De forma bastante literal, Economia é o conjunto de normas utilizadas para reger uma casa. Mais apropriadamente pode se afirmar que Economia consiste na administração da casa por alguém, em observância a um conjunto de normas<sup>9</sup>. O termo casa não significa apenas o

---

<sup>8</sup> Ibid., p. 14.

<sup>9</sup> Cf. XENOFONTES, *O econômico*, p. 51-52: no diálogo de Sócrates com Iscômaco, este diz que aconselhou sua mulher a “ser a guardiã das leis” da casa e “passar em revista, quando lhe parecesse bem, os objetos de casa como o comandante de uma guarnição passa em revista os guardas e os examina para ver se cada um está bem [...]”

edifício, mas este e todo o patrimônio da família inclusive valores éticos e tradições<sup>10</sup> que representam um conjunto de bens.

Aristóteles afirma que “os bens são um instrumento para assegurar a vida” e fazer uso deles é administrar a casa – economia doméstica<sup>11</sup>. Esses bens precisam ser acessados mediante a arte da aquisição. Conclui-se que essa administração está relacionada à sobrevivência do grupo familiar cuja responsabilidade é do chefe da família<sup>12</sup>.

Ainda numa perspectiva grega clássica, a gestão da casa – a Economia – consiste num saber como a Medicina, a Metalurgia ou a Carpintaria. A Economia é uma ciência que pode ser inclusive aplicada na administração do patrimônio de outrem<sup>13</sup>. Na perspectiva de Xenofontes, as propriedades somente serão riquezas, se elas proporcionarem proveitos para o dono. Esse proveito obtém-se mediante a arte de bem-administrar essas propriedades. Assim, um flauta, para quem não sabe tocar, não é um bem. Para ser um bem, tem de passar por um ato de administração, como, por exemplo, ser vendida. Se permanecer na posse de quem não sabe tocar, não terá utilidade<sup>14</sup>.

A administração da casa não é algo puramente material. Economia, nessa perspectiva, é muito mais abrangente. Segundo Xenofontes, o que é proveitoso não se restringe aos bens materiais. Muitas vezes, estes nem chegam a gerar proveito para o seu dono, se ficarem em sua posse.

Na administração da casa, tanto o homem quanto a mulher têm funções<sup>15</sup>, as quais são bem abrangentes e incluem, por exemplo, tarefas como disposição dos objetos e móveis, armazenamento de mantimentos, cuidados com os criados, admissão de algum empregado para tarefa específica, fiscalização da agricultura. Ademais, Xenofontes, mediante o diálogo entre Sócrates e Iscômaco, expõe que os cuidados com a saúde, a espiritualidade, a ética e os cuidados com o necessitado estão incluídos nessa administração<sup>16</sup>.

---

<sup>10</sup> Ibid., p. 4.

<sup>11</sup> ARISTÓTELES, *Política*, p. 1254a.

<sup>12</sup> Ibid., p. 1254b.

<sup>13</sup> XENOFONTES, *O econômico*, p. 3 – 4.

<sup>14</sup> Ibid., p. 5 – 7.

<sup>15</sup> Cf. *ibid.*, do capítulo inicial até o XI há uma abordagem do papel na mulher na gestão da casa, que inclui até mesmo o seu cuidado estético, que não precisa de usar de artifícios para apresentar uma beleza que não possui. Entende-se que a beleza original deva ser “administrada” para que possa ser um bem.

<sup>16</sup> Cf. *ibid.*, p. 57 – 61 Iscômaco é um paradigma de um administrador exemplar. Ele se preocupa com a espiritualidade. Primeiramente serve aos deus mediante os ritos próprios. Cuida da saúde ao alimentar-se de forma correta e ao fazer exercícios físicos. Eticamente não traz prejuízo aos outros. Tem um espírito comunitário na medida em que procura ajudar àquele que está em situação de penúria.

A Economia não ficou restrita à ambiência doméstica. Ela chegou à *polis*<sup>17</sup> – cidade. Passou, então, a ser uma estratégia de governo cidadão. Da *polis*, se mundializou e se organizou, segundo critérios dos quais se destaca aquele que se refere ao modo de produção. É impossível viver fora do alcance da Economia, mesmo que seus elementos sejam rudimentares.

Além desses aspectos etimológicos e clássicos, é fundamental que se tenha uma definição real e atual de Economia. Nesse sentido, numa perspectiva mais moderna da racionalidade econômica, destaca-se a definição de Lionel Robbins que argumenta que a Economia é a “ciência da escassez”. Para chegar a essa definição, o autor examina criticamente outra de cunho “materialista” que, portanto, se relaciona às “causas do bem-estar material”<sup>18</sup>. Assim, a “palavra ‘econômico’ é usada como equivalente de ‘material’.” Nesse caso, alguns aspectos ficam de fora dessa definição.<sup>19</sup>

Robbins explicita que o salário que é um item de análises econômicas nem sempre está relacionado com o bem material, como, por exemplo, quando recebido por um integrante de orquestra sinfônica. Por outro lado, mesmo que seja resultante do exercício de atividade material, ele pode ser gasto em algum item que não tem relação com a materialidade, como na compra de ingresso para teatro<sup>20</sup>. Ademais, muitas vezes o salário, é pago a quem exerceu um trabalho improdutivo<sup>21</sup>, como tocar um instrumento.

Após essa exposição prévia, mesmo que sumária, importa a esta dissertação apresentar o desenvolvimento e a definição de Robbins<sup>22</sup> a respeito da Economia no viés da “escassez”. Economia, nesse sentido, associa-se ao comportamento do ser humano, principalmente no que se refere aos desejos e aspirações<sup>23</sup>. Para o autor, esses são “fins” alcançados mediante o uso dos “meios” num período de tempo.

Os fins são vários, porém tanto os meios quanto o tempo são limitados. Além do mais, os fins têm importâncias diferenciadas. Nesse sentido, “comportamento necessariamente assume a forma de uma escolha.”<sup>24</sup> Diante da escassez de meios e de tempo,

---

<sup>17</sup> AGABEM, *O reino e a glória*, p. 31, 36.

<sup>18</sup> ROBBINS, *Um ensaio sobre*, p. 4.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 6. Para mais informações sobre essa definição, acessar as p. 4 – 11 da obra.

<sup>21</sup> Cf. SMITH, *Inquérito sobre a natureza*, p. 581, V.I: o trabalho é produtivo, quando origina valor aplicado, por exemplo, em matéria-prima. É improdutivo, quando não acrescenta qualquer valor, como no trabalho de um criado.

<sup>22</sup> Cf. ROBBINS, *Um ensaio sobre*, p. 11 – 21 aborda sobre a definição de economia como “escassez”.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 12.

a escolha de um fim implica renúncia ou abandono de outros. Nessa relação, há algo de econômico<sup>25</sup>. Assim, Robbins argumenta que:

Nós não dizemos que a produção de batatas é uma atividade econômica e que a produção de filosofia não é. Dizemos antes que, desde que cada tipo de atividade envolva a renúncia de alternativas desejadas, ele tem seu aspecto econômico. Não há limitações para o objeto da Ciência Econômica exceto essa.<sup>26</sup>

Nesse ponto, pode-se sintetizar a discussão de Robbins com a definição que ele formulou sobre Economia. Assim, ela é a “[...] ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos.”<sup>27</sup> Consequentemente, o “economista estuda a alocação de meios escassos”<sup>28</sup>.

A Economia não é monolítica, pois apresenta clivagens diferentes. Assim, a produção pode ocorrer em diversas segmentações da vida econômica. Para Braudel<sup>29</sup>, a Economia pode ser dividida em três níveis. O primeiro é o da “economia material”. Esse patamar é caracterizado mais pelo autoconsumo e pelos pequenos comércios e produção artesanal. O segundo nível é o da economia de mercado. Ocupa uma posição intermediária e está submetido à “lei da concorrência”. Um exemplo é o confeccionador de vestuário. Por fim, o terceiro nível – cúpula – é ocupado pela Economia capitalista que, por meio de empresas, atua no mercado. “Por conseguinte, esse capitalismo de alto voo flutua sobre a dupla espessura subjacente da vida material e da economia coerente do mercado, representa a zona de alto lucro.”<sup>30</sup>

### 1.1.2 Desenvolvimento do sistema capitalista

O Capitalismo já existia na China, Babilônia, no mundo clássico e na Idade Média, no entanto faltava-lhe o *ethos* particular<sup>31</sup>. Weber explicita que numa forma mais tradicional o produtor têxtil, por exemplo, se organizava de forma capitalista: recebia a matéria-prima, produzia e vendia seus produtos. Ele trabalhava pouco e não ganhava muito. Os contatos com os clientes eram raros, e a relação com a concorrência não era problemática. O produtor tinha tempo para usufruir do ganho, gozava minimamente de uma vida confortável

---

<sup>25</sup> Ibid., p. 13.

<sup>26</sup> Ibid., p. 16.

<sup>27</sup> Ibid., p. 15.

<sup>28</sup> Ibid., p. 15.

<sup>29</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 91.

<sup>30</sup> Ibid., p. 91.

<sup>31</sup> WEBER, *A ética protestante*, p. 48. Cf. ROLL, *História das doutrinas*, p. 5: nas sociedades gregas e nas descritas no Antigo Testamento, à semelhança do capitalismo moderno, havia propriedade privada, divisão do trabalho, circulação de mercadorias e dinheiro.

e prazerosa. Apesar da organização capitalista, o produtor não tinha o espírito capitalista moderno<sup>32</sup>.

A forma de organização era, em todos os seus aspectos, capitalista; as atividades do empreendedor tinham um caráter puramente comercial; o uso do capital investido no negócio era indispensável, e, finalmente, o aspecto objetivo do processo econômico, a contabilidade, era racional. Mas se considerarmos o espírito que animava o empresário, tratava-se de um negócio tradicionalista: tradicional o modo de vida, tradicional a margem de lucro, tradicional a quantidade de trabalho, tradicional o modo de regular as relações com o trabalho e o essencialmente tradicional círculo de clientes e modo de atrair novos. Tudo isso dominava a conduta do negócio e, diríamos, estava na base do *ethos* desse grupo de homens de negócio.<sup>33</sup>

Para Perroux, “é perigoso estipular uma data para o surgimento de uma instituição”<sup>34</sup>. Portanto, não é fácil identificar um período exato no qual o Capitalismo passou a ter *ethos* moderno. É mais razoável entender que, enquanto o Feudalismo declinava, o Capitalismo ascendia. Pode-se enfatizar, em certa medida, que houve uma transição paulatina de um modo de produção para outro<sup>35</sup>.

O Capitalismo<sup>36</sup> com “espírito moderno” é um fenômeno multicausado, que foi se desenvolvendo ao longo da história da humanidade. Não é possível, sem incorrer em equívocos, delinear todas as causas detalhadamente. No entanto, destacam-se algumas mais importantes como as políticas, religiosas, sociais, econômicas e tecnológicas.

Quanto às causas políticas, sublinha-se o fortalecimento e centralização do poder real, que, em decorrência do Feudalismo, era apenas figurativo. Os senhores feudais legislavam, aplicavam leis, tinham exércitos. Ademais, constituíam um dos polos do sistema social: suserania – vassalagem. Correlato com isso, também se pode apresentar como causa política a consolidação dos Estados nacionais, os quais, muitas vezes, alinharam-se ao Capitalismo. Acrescentam-se também os descobrimentos marítimos<sup>37</sup>.

Quanto às causas religiosas cita-se a Reforma Protestante e seus desdobramentos dos quais se evidenciam o dogma da predestinação de Calvino e o ascetismo secular. Esse

---

<sup>32</sup> WEBER, *A ética protestante*, p. 58. Cf. CATANI, *O que é*, p. 8: “De acordo com M. Weber, existe Capitalismo onde quer que a provisão industrial das necessidades de uma comunidade seja executada pelo método de empresa, pelo estabelecimento capitalista racional e pela contabilidade do Capital.”

<sup>33</sup> WEBER, *A ética protestante*, p. 58 – 59.

<sup>34</sup> PERROUX, *O capitalismo*, p. 35.

<sup>35</sup> Cf. ROLL, *História das doutrinas*, p. 25: “A queda da sociedade feudal foi lenta, e nas entranhas do mundo medieval se gerou o capitalismo comercial.”

<sup>36</sup> A incorporação do termo “capitalismo” às ciências econômicas foi realizada por Werner Sombart. Ver SOMBART, *The Quintessence*.

<sup>37</sup> Esta correlação de forças entre Estado e Capitalismo pode ser percebida nos ciclos sistêmicos e acumulação conforme discute ARRIGHI, *O longo século XX. Sobre Estado Nacional*, ver também ROLL, *História das doutrinas*, p. 39.

dogma preceitua que algumas pessoas estão fadadas à vida eterna, enquanto outras à morte eterna<sup>38</sup>. O indicativo da predestinação, em tese, é a vida ascética na qual se valorizava o trabalho e reprimia o ócio e o prazer<sup>39</sup>. Para a vivência desse ascetismo, ganhou destaque a “vocação” segundo Lutero. Assim, a atividade produtiva – trabalho –, mais que algo natural, revestia-se de caráter religioso como instrumento que glorifica a Deus e deve ser aceito pelo ser humano como um mandamento divino<sup>40</sup>.

Por fim, quanto às causas religiosas, Weber não tem a intenção de sustentar a tese de que o:

[...] espírito do capitalismo possa ter surgido apenas como resultado de certos efeitos da Reforma, ou mesmo que o capitalismo, como sistema econômico, seja efeito da Reforma. O fato de que certas formas importantes de organização capitalista dos negócios são sabidamente mais antigas que a Reforma bastaria, por si só, para refutar tal afirmação. Ao contrário, queremos apenas nos certificar se, e em que medida, as forças religiosas tomaram parte na formação qualitativa e na expansão quantitativa desse espírito pelo mundo.<sup>41</sup>

Quanto às causas sociais, evidencia-se a formação de uma classe que poderia ser chamada de pré-burguesa. Era constituída de pessoas que abandonavam os feudos e tentavam aventurar-se no comércio de bens, na maioria das vezes, produzidos por elas mesmas. As pessoas que revelavam certa industriiosidade e espírito empreendedor foram se destacando e, assim, formaram a burguesia. Findo o período vivido por esse grupo de pessoas e suas consequentes atividades, surgiu outra classe, a dos camponeses expulsos de suas terras. Daí, o embrião do proletariado que tinha apenas sua força de trabalho a ser vendida àquele que detinha o capital.

A burguesia parasitou a nobreza feudal, aproveitando-se principalmente, do seu luxo e da sua ociosidade. Também se aproveitou de seus erros. Esse parasitismo foi paulatino

---

<sup>38</sup> Cf. CONFISSÃO DE FÉ DE WESTIMINSTER, p. 5. No capítulo 3, n° 3 e 4 está assim exposto: “3. Pelo decreto de Deus e para manifestação de sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.” e “4. Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.”

<sup>39</sup> WEBER, *A ética protestante*, p. 118 – 119. “Não são o ócio e o prazer, mas só a atividade serve par aumentar a glória de Deus, conforme a clara manifestação de Sua vontade.”

<sup>40</sup> Cf. *ibid.*, p. 68, 71. Cf. p. 68: “O único modo de vida aceitável por Deus não estava na superação da moralidade pelo ascetismo monástico, mas unicamente no cumprimento das obrigações impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo. Essa era sua vocação.”

<sup>41</sup> WEBER, *A ética protestante*, p. 75. Cf. PERROUX, *O capitalismo*, p. 39: “Não há dúvida de que as crenças religiosas e mais precisamente confessionais, as tradições, os costumes e as práticas dos judeus e dos protestantes pesaram grandemente no aparecimento das instituições e das atividades características do capitalismo.”

de forma que chegou aos filhos e netos da burguesia nascente<sup>42</sup>. O Capitalismo cresceu nos interstícios da sociedade feudal e a suplantou pouco a pouco. Algumas vezes, com o uso de violência, em outras, com o uso de estratégias maliciosas e astutas<sup>43</sup>.

Quanto às causas econômicas, enfatiza-se a acumulação primitiva que antecedeu a capitalista. Apesar de ter antecedido essa última, a acumulação primitiva ainda ocorre na contemporaneidade<sup>44</sup>. É uma forma de acumulação que desrespeita o ser humano, pois é praticada mediante a expropriação, a violência, a pirataria, a escravidão, a fraude. Segundo Marx – quem cunhou essa expressão –, um aspecto básico da acumulação primitiva está na separação dos produtores de seus meios de produção. Esse divórcio, no fundo, provocou a expropriação de todas as posses das pessoas que passaram a ter somente a sua força de trabalho a ser vendida, e nem sempre comprada pelo valor real<sup>45</sup>.

Por fim, quanto às causas tecnológicas, sublinham-se as invenções de máquinas e descobertas de novas fontes de energia. O evento emblemático relacionado com essas causas foi a Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra e modificou o panorama da produção e conseqüentemente do resto da cadeia capitalista. Antecedendo a isso, registra-se a “revolução dos métodos agrícolas que destruiu as bases da economia feudal.”<sup>46</sup> Com o decorrer do tempo, outras descobertas têm sido incorporadas ao modo de produção capitalista. Nos últimos tempos, destacam-se as novas Tecnologias das Informações e Comunicações.

Após discutir as causas do Capitalismo e antes de ensaiar uma definição sobre ele, urge lembrar suas três clássicas características que são: a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho assalariado e o mercado<sup>47</sup>. As duas primeiras correspondem aos dois polos classistas do Capitalismo: a propriedade privada que normalmente pertence ao capitalista e o trabalho assalariado que pertence ao trabalhador. Este apenas tem sua força de trabalho que é vendida àqueles que detêm o monopólio da compra. O terceiro elemento corresponde ao espaço temporal, geográfico ou virtual onde as transações dos produtos resultantes do processo de produção são efetivadas. Essas três características são

---

<sup>42</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 59. Cf. SWEEZY, *A transição do feudalismo*: contém debates fundamentais sobre a transição do feudalismo para o capitalismo.

<sup>43</sup> HARVEY, *O enigma do capital*, p. 113.

<sup>44</sup> LENCIONI, Sandra, *Accumulation primitive*, (s.p.). Ver também HARVEY, *O enigma do capital*, p. 55- 56 onde se aborda a acumulação primitiva ainda hoje, mediante a exploração da força de trabalho, principalmente das mulheres.

<sup>45</sup> MARX, *O capital*, p. 159 – 161.

<sup>46</sup> ROLL, *História das doutrinas*, p. 39. Cf. BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 87: tecnologias já eram utilizadas antes da Revolução Industrial, como a força do vapor de água no Egito ptolomaico, o moinho de água no mundo romano, a fundição de coque na China.

<sup>47</sup> GASDA, *Cristianismo e economia*, p. 16, afirma que: “Apesar de seus mais de 300 anos, o capitalismo mantém suas três características principais” – as que foram citadas. Cf. ROLL, *História das doutrinas*, p. 5 são citadas dentre outras a propriedade privada e a divisão do trabalho.

imprescindíveis para que haja o Capitalismo e evidentemente estão em consonância com o Liberalismo. De forma simples, Gasda sintetiza a importância e a relação entre esses três elementos característicos do Capitalismo, da seguinte forma: “As nações capitalistas se organizam através da relação capital e trabalho via mecanismos de mercado.”<sup>48</sup>

Além dessas três características clássicas, Singer apresenta outras que contribuem para haver o perfil completo desse modo de produção. São as seguintes<sup>49</sup>:

a. Diversidade de produtos

O Capitalismo coloca no mercado um grande número de produtos e, para que haja procura, utiliza-se da divulgação deles mediante a mídia.

b. Jogo do dinheiro

O dinheiro propicia a compra e a especulação no mercado. Quase tudo é comprável, pois há no Capitalismo a tendência de transformar tudo em mercadoria<sup>50</sup>.

c. Risco do capital

O capital corre risco em vista das incertezas inerentes ao sistema capitalista. Usam-se, com frequência, as experiências do passado para delinear o futuro, mas isso não garante êxito nesse jogo.

d. Tendência à inovação

A inovação visa a colocar mais mercadorias no mercado para serem consumidas, o que aumenta a lucratividade. Isso é levado a efeito com o emprego da tecnologia que, muitas vezes, desemprega trabalhadores e gera mais lucro para o capital.

e. Competição

A competição é marcante no Capitalismo, além de ser geral. Assim, há competição entre empresas, entre produtos e entre os próprios consumidores.

f. Dinamismo

O Capitalismo é dinâmico, pois vive em constante transformação na História. Seja ao fazer parcerias, seja quanto ao emprego da tecnologia, seja alcançando regiões ainda não atingidas por sua dinâmica.

---

<sup>48</sup> GASDA, *Cristianismo e economia*, p. 19.

<sup>49</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 7 – 11.

<sup>50</sup> HARVEY, *O neoliberalismo*, p. 178- 185: abordou o tema “mercadificação de tudo” em convergência com Singer.



Todas as características do Capitalismo expressam a sua lógica ou o seu objetivo principal: a obtenção de lucros<sup>51</sup>, os quais são a “unidade de propósito”<sup>52</sup> do sistema capitalista.

Aprofundando nessas características, Singer evidencia a essência do Capitalismo que é:

[...] a corrida generalizada atrás do dinheiro, é a competição cega das empresas no mercado, é a invenção de novos produtos, é a caça, pelos consumidores, do que ‘vai ser moda’, é a incessante mudança de processos e o sucateamento precoce de homens e máquinas. E é o trabalho alienado de muitos, subordinado às ordens do capital agindo às cegas e que, ao agir assim, ora cria progresso, ora crise, ambos inadvertidamente<sup>53</sup>.

Após esse percurso, podem-se explicitar algumas definições do Capitalismo. As definições, para não serem tendenciosas, são formuladas a partir do objeto a ser definido. No entanto, é possível que elas sofram influências do sujeito decorrentes das preferências dele, principalmente as de cunho ideológico. Os temas controversos são os mais suscetíveis de sofrer interferências, como o Socialismo, Comunismo e Capitalismo. Esses podem ser anjos ou demônios, conforme seus defensores ou acusadores.

Alguns definem o Capitalismo “pela exploração do trabalhador (mais-valia), ou do consumidor (sobrepçoço do produto). Outros, muito ao contrário, o definem pelo acúmulo executado com êxito do capital, que acarreta o aumento da produtividade e a redução do custo e do preço.”<sup>54</sup> Boltanski e Chiapello apresentam uma fórmula mínima que tenta definir o Capitalismo. Para eles, o Capitalismo é a “exigência de acumulação ilimitada de capital mediante meios formalmente pacíficos”<sup>55</sup>.

Num outro viés, Braudel argumenta que, para entender a palavra Capitalismo, é necessário conhecer duas outras que lhes são correlatas: capital e capitalista. Para ele, capital é a “realidade tangível, massa de meios facilmente identificáveis, permanentemente em ação”<sup>56</sup>. Nesta afirmativa, destacam-se dois núcleos importantes. O primeiro é capacidade de ser tocado e percebido. O segundo refere-se à sua dinâmica. Por isso, certa quantidade de

---

<sup>51</sup> WEBER, *A ética protestante*, p. 57: o espírito do Capitalismo é usado, segundo Weber, para “designar a atitude que busca o lucro racional e sistematicamente”.

<sup>52</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 8.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>54</sup> PERROUX, *O Capitalismo*, p. 12.

<sup>55</sup> BOLTANSKI; CHIAPELLO, *El nuevo espíritu*, p. 35 (Tradução nossa).

<sup>56</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 43. Também SINGER, *O capitalismo*, p. 7, deixa transparecer a importância do capital e capitalista para caracterizar o Capitalismo. Ele, diferentemente de Braudel, enfatiza mais as características do que a definição do Capitalismo, no entanto, em ambos, há a preocupação de articular estes três vocábulos para entender o Capitalismo.

dinheiro entesourado, por estar numa condição de passividade, embora tangível, não é capital<sup>57</sup>.

Quanto ao capitalista, é o homem ou a mulher que “preside ou procura presidir a inserção do capital no processo incessante de produção”<sup>58</sup>. Pode-se afirmar que é o agente que gerencia os meios tangíveis e identificáveis para que o Capitalismo tenha o caráter dinâmico que é consubstanciado na produção, na circulação e no consumo.

Após referir-se ao capital e capitalista, Braudel conclui que o Capitalismo é “grosso modo (mas só grosso modo), a forma como se conduz, para fins usualmente pouco altruístas, esse jogo constante de inserção.”<sup>59</sup> Nota-se que seu posicionamento é negativo. Porém, num outro viés, Belluzo afirma que “é muito simplista responder que o capitalismo é perverso – ele não é perverso nem benevolente – ele apenas segue suas regras”, que “são as de acumulação de riqueza abstrata, esse é o objetivo dele”<sup>60</sup>. Isso converge com o pensamento de Boltanski e Chiapello, quando afirmam o grande objetivo do Capitalismo: a “transformação permanente do capital”<sup>61</sup>. Acrescenta Belluzo que ao acumular riqueza abstrata, o Capitalismo cria oportunidade de melhoria de condições de vida que homens e mulheres “têm que conquistar por sua vida política e social”<sup>62</sup>.

Em outra perspectiva, tipicamente liberal, o Capitalismo é um sistema que opera num mercado livre, com base na propriedade privada. Destaca-se a liberdade extrema, sem nenhuma intervenção. Portanto, segundo os liberais, o Capitalismo tem possibilidades de dar liberdade às pessoas, inclusive a política<sup>63</sup>. Elas, por suas capacidades e com liberdade, poderão obter a satisfação de suas necessidades e desejos.

Em suma, o Capitalismo é um modo de produção plural, pois, a partir de seu surgimento e desenvolvimento: (a) foi assumindo diversos aspectos; (b) instalou-se em países de culturas diferentes; (c) tem variedades de produtos; (d) tem várias tipologias; (e) sofre influências locais, regionais, nacionais e internacionais; (f) tem movimentos que se concretizam em articulação com os diversos elementos estruturantes aos quais transmite sua ideologia, conforme discussão no segundo capítulo.

---

<sup>57</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 44.

<sup>58</sup> Ibid., p. 43. Também cf. SINGER, *O capitalismo*, p. 8, repete uma espécie de dito que afirma que “o capitalista é o funcionário do capital”. Portanto, demonstra a subordinação do sujeito ao objeto.

<sup>59</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 43.

<sup>60</sup> BELLUZO, *A pulsão da vida* (s.p).

<sup>61</sup> BOLTANSKI; CHIAPELLO, *El nuevo espíritu*, p. 35 (Tradução nossa).

<sup>62</sup> BELLUZO, *A pulsão da vida* (s.p).

<sup>63</sup> FRIEDMAN, *Capitalismo e liberdade*, p. 12, 13, 17, 19.

### 1.1.3 Movimento do Capitalismo

O Capitalismo é um fenômeno dinâmico<sup>64</sup>, pois está em constante movimento e transformações para manter sua lógica, que é a lucratividade<sup>65</sup>. Sobre esse dinamismo, Braudel identifica que, ao longo da História, uma região do planeta destacou-se economicamente. A essa região se denomina “economia-mundo”, na qual se podem perceber três realidades geográficas distintas. A primeira refere-se ao espaço ocupado e limitado pelo Capitalismo. A segunda realidade consiste na existência de um polo ou centro ordenador das operações econômicas, o qual corresponde a uma cidade com *status* de capital econômica. Por fim, a terceira realidade corresponde às zonas sucessivas a partir do centro<sup>66</sup>.

Esquemáticamente, a “economia-mundo” corresponde a um ponto central circundado por círculos concêntricos. No centro, há riqueza, lucratividade, altos salários e modernidade econômica. Nas regiões intermediárias – as quais concorrem com o centro –, as liberdades são parciais, as trocas imperfeitas, as organizações bancárias e financeiras são incompletas, as indústrias são tradicionais. Por fim, as regiões marginais estão em penúrias e mergulhadas nos sistemas escravocrata e servil<sup>67</sup>. Braudel afirma que “o capitalismo vive dessa sobreposição regular: as zonas externas alimentam as zonas medianas e, sobretudo, as centrais.”<sup>68</sup>

Vislumbra-se, na “economia-mundo” de Braudel, um sistema interestatal no qual o polo ordenador exerce hegemonia sobre os demais integrantes. Para Arrighi, “um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral.”<sup>69</sup>

Quatro “economias-mundo” ocorreram até a atualidade, cada qual com um polo ordenador exercendo sua hegemonia sobre os demais países e regiões constitutivas do espaço geográfico considerado. Essas “economias-mundo” ocorreram sucessivamente. No entanto, antes mesmo de uma encerrar sua hegemonia, a outra já se manifestava. O início de uma fase hegemônica decorre da crise econômica da anterior.

---

<sup>64</sup>BRAUDEL preocupou-se com as metamorfoses desse sistema capitalista. Destaca-se a sua obra “*Dinâmica do Capitalismo*”.

<sup>65</sup> A lógica do capitalismo é a maximização do lucro. É aumentar cada vez mais a taxa de lucro. Cf. SINGER, O *capitalismo*, p. 24.

<sup>66</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 69.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 75 – 76.

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>69</sup> ARRIGHI, *O longo século XX*, p. 29. Ao discutir sobre hegemonia, Arrighi faz um paralelo com a hegemonia nacional de Gramsci.

A economia-mundo migra no planeta. Nesse sentido, toda vez que ocorre uma “descentragem”, efetiva-se uma “recentragem”<sup>70</sup>. As quatro “economias-mundo” correspondem aos seguintes polos: Gênova, Amsterdã, Londres e Nova Iorque.

#### 1.1.3.1 Movimento cíclico do Capitalismo

Com base nas pesquisas de Braudel – que detectou que o auge do Capitalismo é anunciado pela mudança do comércio de mercadorias pelo de moedas<sup>71</sup> –, Arrighi percebeu um padrão funcional que se repetia, com algumas particularidades, nas “economias-mundo”. A esse padrão ele denominou “ciclo sistêmico de acumulação”. Houve quatro ciclos, que correspondem aos quatro polos citados, com a duração aproximada de um século cada.

O ciclo se inicia com a troca de mercadorias comuns. À medida que ocorre grande acumulação de capital – portanto, muita liquidez –, há necessidade de que o excedente seja disponibilizado no mercado. O acento forte deixa de incidir no capitalismo mercantil e passa para o financeiro. Essa mudança de estratégia visa a ajustar o mercado capitalista, pois a falta de alternativas para troca de mercadorias é uma “crise sinalizadora” que anuncia uma “crise terminal”<sup>72</sup>. Nos dizeres de Braudel, uma “recentragem” está para ocorrer inaugurando um novo centro, uma nova região de influência e, portanto, um novo ciclo, de acordo com Arrighi. Os ciclos sistêmicos de acumulação foram denominados, conforme seu polo centralizador.

O primeiro ciclo foi o de Gênova<sup>73</sup> – que abrangeu o período do século XV ao início do XVII. Esse Capitalismo foi diferente em relação às demais cidades-estado da Itália. Em Milão, Veneza e Florença, a gestão do capital esteve associada ao Estado. Em Gênova, ele distanciou-se do setor estatal e buscou o mercado, as estruturas e as estratégias mais flexíveis.

O segundo ciclo foi o holandês<sup>74</sup>, com sede em Amsterdã, cujo período de vigência iniciou-se no século XVI e chegou ao século XVIII. Esse centro era o entreposto mundial de mercadorias. Posteriormente, tornou-se uma espécie de banco mundial, pois passou a trocar moedas. Outra característica marcante desse ciclo foi o lançamento de companhias de comércio e navegação (como a Companhia das Índias Ocidentais, de João Maurício de Nassau, em Pernambuco) que eram credenciadas pelo governo holandês, as quais

---

<sup>70</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 72.

<sup>71</sup> ARRIGHI, *O longo século XX*, p. 111.

<sup>72</sup> Cf. *ibid.*, p. 310, 316.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 111 – 130.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 130 – 148.

faziam ligação com fornecedores e consumidores. Ademais, também foi instrumento para o territorialismo. Esse ciclo entrou em decadência sendo substituído pelo ciclo londrino.

O terceiro ciclo foi o inglês<sup>75</sup>, com sede em Londres, cujo período de vigência iniciou na segunda metade do século XVIII e perdurou até o início do XX. Esse ciclo manteve a característica do anterior, pois Londres – à semelhança de Amsterdã – foi o intermediário comercial e financeiro entre as regiões sob seu domínio. No entanto, seu aspecto industrial foi mais acentuado. Por outro lado, seu imperialismo fortaleceu ainda mais esse ciclo em relação ao holandês. A Inglaterra, como a Holanda, também criou companhias de comércio e navegação como instrumento importante para a expansão marítima. Como os dois ciclos anteriores, após a fase financeira, esse declinou e foi substituído pelo de Nova Iorque.

O quarto ciclo foi o norte-americano, com sede em Nova Iorque, cujo período de vigência teve início em 1870 e perdura até a atualidade. O advento da Primeira Guerra Mundial foi um fator preponderante para que os Estados Unidos da América (EUA) começassem a despontar no cenário econômico mundial. Enquanto a Grã-Bretanha era participante do conflito, os Estados Unidos, de início, assumiram a condição de “principal investidor estrangeiro na América Latina e na Ásia”<sup>76</sup>. A produtividade dos EUA continuou a aumentar durante a década de 1920<sup>77</sup>.

Também a Segunda Guerra Mundial, em certa medida, beneficiou os EUA. Nesse sentido, ressalta-se que eles foram fornecedores dos aliados durante a guerra e celeiro de restauração no pós-guerra. Quanto a esse segundo aspecto, importa afirmar que os EUA pretenderam reconstruir a Europa à imagem norte-americana. Isso demonstra o que Arrighi afirma sobre a manutenção de uma ordem hegemônica, cujo centro havia migrado da Europa para o continente americano<sup>78</sup>.

Seguindo o padrão identificado por Braudel, também esse país, após um paroxismo do comércio de produtos, passou a ofertar capital. Na década de 1970, havia grande liquidez, e o capital era abundante com juros baixos. Nessa situação, os países ricos imploravam a periferia para que tomasse dinheiro emprestado. No entanto, entre 1980 e 1988, os juros subiram e deixaram muitos países com uma dívida impagável<sup>79</sup>.

Para Arrighi, a superação do sistema britânico pelo dos EUA não foi decorrente do Capitalismo financeiro como agente principal e dominante, mas do Capitalismo de

---

<sup>75</sup> Ibid., p. 179, 181, 191. Para mais informações desse ciclo ver p. 163 – 179.

<sup>76</sup> ARRIGHI, *O longo século XX*, p. 279.

<sup>77</sup> Ibid., p. 282. Para maiores detalhes, ver p. 277 – 309.

<sup>78</sup> Ibid., p. 284, 306.

<sup>79</sup> Ibid., p. 385.

corporações. Essas surgiram da formação de empresas com “integração vertical<sup>80</sup> e administração burocrática”, contribuindo decisivamente para a centralização dos Estados Unidos da América, dotado de alta liquidez, para aumentar o poder aquisitivo e a capacidade produtiva econômica do mundo<sup>81</sup>.

A crise sinalizadora do regime norte-americano eclodiu na década de 1960 e no início da de 1970 e basicamente decorreu do excesso de capital em busca de investimentos e mercadorias. Essa inversão do excedente gerou um efeito perverso – inflação e fuga dos capitais para os mercados monetários, em vez de crescimento do comércio e da produção em escala mundial<sup>82</sup>. Conclui Arrighi:

Por baixo dessa aceleração da inflação e da crescente desordem monetária da década de 1970, podemos identificar, sob formas novas e mais complexas, a dinâmica que fora típica das crises sinalizadoras de todos os ciclos sistêmicos de acumulação anteriores. Como em todos esses ciclos, a rápida expansão do comércio e da produção mundiais havia intensificado as pressões competitivas sobre os principais agentes da expansão, provocando um conseqüente declínio dos lucros do capital<sup>83</sup>.

Atualmente, o sistema capitalista mundial está impactado por nova crise iniciada nos EUA em 2007, decorrente da disponibilização de crédito imobiliário para segmentos da sociedade americana que tinham poucas garantias para honrar os compromissos – “hipotecas *subprime*”. O não pagamento dessas dívidas gerou a “bolha imobiliária” com repercussões mundiais, uma vez que o capital, segundo Harvey,<sup>84</sup> é um fluxo que gera vida em todo o sistema.

Arrighi entende que, diante de tantas crises, avizinha-se uma nova “recentragem” do polo operacional da economia- mundo, migrando dos EUA para outro país, possivelmente do continente Asiático. Há tendências que indicam o Japão<sup>85</sup>. No entanto, não se pode desconsiderar a China<sup>86</sup>, diante de tantas transformações pelas quais tem passado: de cunho político, social e econômico. Ademais, a China tem um contingente populacional de relevo que dá suporte ao poderio militar.

---

<sup>80</sup> Cf. *ibid.*, p. 296. A “integração vertical” consiste na “integração das operações de uma empresa com a de seus fornecedores e de seus clientes”. Diferentemente da “integração horizontal” que consiste na integração de empresas concorrentes.

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 303 – 304, 314.

<sup>82</sup> ARRIGHI, *O longo século XX*, p. 316.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 324.

<sup>84</sup> Para maiores informações sobre a crise mais recente, ver HARVEY, *O enigma do capital*, p. 9 – 40.

<sup>85</sup> Cf. *ibid.*, p. 327 – 371.

<sup>86</sup> Para um panorama sobre a China, ver capítulo 3 – China: a periferia é o centro – de NAISBITT, *O líder do futuro*. Ver também HARVEY, *O neoliberalismo*, p. 131 – 163: “Capítulo 5 – Neoliberalismo ‘com características chinesas’.” Cf. p. 152: destaca-se que os excedentes internos chineses têm sido utilizados para financiar a dívida norte-americana.

Outro aspecto relevante dos ciclos é o tipo de relação entre governos e estados com a iniciativa privada. No primeiro ciclo, o governo genovês não queria nem tinha condições de interferir, principalmente com restrições, no processo de desenvolvimento capitalista. Como havia necessidade de sua proteção por um Estado forte, o capital genovês fez aliança como os ibéricos que eram territorialistas. A exteriorização crescente dos custos da segurança, em certa medida, foi um limitador desse regime de acumulação<sup>87</sup>.

O ciclo holandês, diferentemente do anterior, internalizou os custos de proteção. Isso, graças ao Estado que dispunha de um importante poderio militar com destaque para o naval. Dada sua estratégia interna de proteção, o segundo ciclo superou o primeiro, o genovês<sup>88</sup>.

O ciclo inglês, na questão dos custos de proteção, assemelhou-se ao holandês, pois também dispunha de um poder naval respeitado, uma vez que era territorialista. Houve uma forte aliança entre o Capitalismo e o Estado inglês, constituindo “um bloco verdadeiramente nacional”<sup>89</sup> com características agressivas. O controle do mercado mundial pelo Capitalismo britânico foi feito conjuntamente pelo governo e pelo empresariado<sup>90</sup>.

No ciclo norte-americano, o Estado interferiu de forma decisiva, apesar do destaque das empresas nesse ciclo de acumulação. Essa interferência tem seu ponto marcante no setor monetário, a partir de *Bretton Woods*. Antes desse marco, as redes de altas finanças eram controladas pela iniciativa privada, e o dinheiro era resultante de atividades com fins lucrativos. No novo sistema monetário de *Bretton Woods*, a ‘produção’ do dinheiro mundial passou a ser de responsabilidade de organizações governamentais com objetivos de bem-estar, segurança e poder<sup>91</sup>. Em síntese, Arrighi afirma que “o dinheiro mundial tornou-se um subproduto das atividades de gestão do Estado”. Também nesse ciclo sistêmico de acumulação, a proteção foi promovida pelo Estado, principalmente nesse momento decisivo para a economia mundial.

Em síntese, ficou evidente, nos quatro ciclos do Capitalismo, que ele, em praticamente toda sua história, depende da tutela do Estado para sua subsistência. No entanto, por vezes, aparta-se do Estado. Para Braudel, o:

---

<sup>87</sup> ARRIGHI, *O longo século XX*, p. 154 - 155.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 155 – 156.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 196.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 298.

<sup>91</sup> Cf. *ibid.*, p. 287. As organizações governamentais em princípio foram o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e, “na prática, o Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos, agindo em concerto com os bancos centrais dos aliados mais íntimos e mais importantes do país.”

Estado moderno, que não fez o capitalismo, mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado.<sup>92</sup>

O Estado é um ator que o capital procura manipular para a concretização de seu objetivo maior, o lucro.

### 1.1.3.2 Movimento reticular do Capitalismo

Na esteira da dinamicidade do Capitalismo, é relevante destacar que, nas últimas décadas do atual ciclo sistêmico de acumulação, tem surgido uma nova clivagem desse modo de produção, na qual se evidencia a “informação como força produtiva”<sup>93</sup>. Tem-se, assim, uma nova economia ou um novo capitalismo.

Se, nos primórdios do Capitalismo, principalmente na primeira Revolução Industrial, o acento recaía sobre a matéria e a energia, com a Revolução da Tecnologia das Informações e das Comunicações, a ênfase é colocada na informação e o conhecimento. Há um deslocamento do tangível para o intangível<sup>94</sup> e do material para o imaterial. As mercadorias perdem suas características materiais como é o caso das imagens e ideias. Estas têm “alta cotação no novo mercado”<sup>95</sup> – mercado virtual – desse novo capitalismo que foi alavancado pelas novas Tecnologias das Informações e das Comunicações. Surge o “capitalismo imaterial” que modifica o conceito de valor, enfatiza saberes que são diferentes de conhecimentos e dá outra formatação à organização do trabalho.<sup>96</sup>

Conforme argumenta Tapias, o formato do Capitalismo tem assumido forma reticular. As empresas, por exemplo, passaram a operar em redes que envolvem todos os seus segmentos empresariais, como setor de produção, comercial, de *marketing* e financeiro. A empresa-rede utiliza as novas tecnologias não apenas na área de produção, mas também na forma de gestão<sup>97</sup>. Essas transformações visam à produtividade e à competitividade que, em última análise, almejam a lucratividade que é a lógica do Capitalismo.

A empresa em forma de rede, como *locus* articular dos principais elementos do Capitalismo, proporciona ao capital e ao trabalho um novo recorte advindo da informatização. O capital se fortalece, cada vez mais, no módulo financeiro, e pelas redes percorre celeremente as diversas regiões da Terra. Esse fluxo do capital é que alimenta todo o corpo

<sup>92</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 55.

<sup>93</sup> TAPIAS, *Internautas e naufragos*, p. 88.

<sup>94</sup> TERCEIRO; MATÍAS, *Digitalismo*, p. 52 *apud* TAPIAS, *Internautas e naufragos*, p. 89.

<sup>95</sup> TAPIAS, *Internautas e naufragos*, p. 103.

<sup>96</sup> Cf. GORZ, *O imaterial*, p. 29 – 57. Nesse intervalo, o autor dedica-se ao “capital imaterial”.

<sup>97</sup> TAPIAS, *Internautas e naufragos*, p. 89.



político de todas as sociedades capitalistas<sup>98</sup>. O formato reticular das empresas demonstra uma reação às formas hierárquicas e à planificação<sup>99</sup> de organização produtiva – típica dos modelos socialistas. Busca-se uma maior flexibilização para o funcionamento delas. O mundo tem se estruturado em rede, onde todos estejam conectados. E a grande angústia permanente das pessoas está na possibilidade de serem “desconectadas” e deixadas para trás<sup>100</sup>. É como se lhes tirassem o “fôlego de vida” ou o espírito, tal é o envolvimento de todos nesse sistema capitalista.

No outro extremo, o trabalho também é influenciado pelas Tecnologias das Informações. Em determinados setores, ele tem perdido sua materialidade. Por um lado, exige-se do trabalhador mais conhecimento para operar máquinas cada vez mais sofisticadas. Por outro, a produção que é colocada no mercado é também de conhecimento. Em vista disso, há dois corpos de trabalhadores. Um elitizado que trabalha operando a alta tecnologia, e aqueles que continuam a operar instrumentos e máquinas simples que exigem poucos conhecimentos<sup>101</sup>.

Tapias discute a tensão entre a sociedade do trabalho, que, diante das novas tecnologias, tende a se esvaziar, e a sociedade do ócio, que tende a tomar corpo. Evidentemente que esta última somente se efetivará nos países onde isto é possível. A passagem para a sociedade do ócio, segundo o autor, ocorre “porque o ócio é produtivo, isto é, trata-se de uma forma de consumo que rende benefícios econômicos em grande escala; o ócio transformado em objeto de consumo de massa e, como tal, organizado industrialmente – ‘indústrias de serviços’ – graças às novas tecnologias”<sup>102</sup>. Algumas têm vivido de herança e, em certa medida, não têm produzido efetivamente, mas apenas consumido<sup>103</sup>. Esses talvez possam ser considerados integrantes dessa sociedade e assim têm demandado, por intermédio das redes informatizadas, serviços mais qualificados com maior prioridade em relação aos produtos. Essa ociosidade, em certa medida, contraria o “espírito do capitalismo”<sup>104</sup>.

---

<sup>98</sup> HARVEY, *O enigma do capital*, p. 7.

<sup>99</sup> BOLTANSKI; CHIAPELLO, *El nuevo espíritu*, p. 114 – 115.

<sup>100</sup> BOLTANSKI; CHIAPELLO, *El nuevo espíritu*, p. 470.

<sup>101</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a tensão entre trabalho elitizado e trabalho sem qualificação, na perspectiva das tecnologias das informações, ver TAPIAS, *Internautas e náufragos*, p. 92.

<sup>102</sup> TAPIAS, *Internautas e náufragos*, p. 98.

<sup>103</sup> Ver também BELLUZO, *A pulsão de vida*. Nessa entrevista ao Instituto Humanitas UNISINOS, o autor argumenta que boa parte da riqueza não é proveniente de méritos na concorrência do mercado, mas é resultado de herança. Esse fenômeno conduz a mais poupança com maior acumulação de “riqueza financeira ou material”. Isto, no entanto, “não dá dinamismo ao capitalismo, gera um efeito contrário, promove certo ‘apodrecimento’, parasitismo – para usar expressão de Piketty.”

<sup>104</sup> Cf. WEBER, *A ética protestante*, p. 120: “Mesmo rico não deve comer sem trabalhar, pois, mesmo que não precise disso para sustentar suas próprias necessidades, há o mandamento de Deus a que tanto ele quanto o pobre deve obedecer.”

Em resumo, as novas Tecnologias das Informações e Comunicação são instrumentos fundamentais que, nos últimos tempos, têm transformado a economia capitalista. Essas transformações alcançam seus diversos segmentos como a produção, o comércio e o consumo de produtos, principalmente o de serviços. Ademais, devem ainda ser sublinhadas as mudanças na gestão da Economia no que se refere ao conhecimento. Essas transformações atestam, na atualidade, que o Capitalismo mantém sua dinâmica, como a da Revolução Industrial na Inglaterra – quando se destacou a invenção das máquinas –, e, mais tarde, com o emprego dos modelos de produção: o taylorismo, fordismo e toyotismo. Enfim, o Capitalismo não é estático, pois busca incessantemente sua lógica de acumulação. Esse dinamismo pode ser traduzido numa única frase de Boltanski e Chiapello: “o capitalismo tende perpetuamente a transformar-se”<sup>105</sup>.

## 1.2 Elementos estruturantes do Capitalismo

Nesta seção, discutem-se, no nível econômico, os principais elementos<sup>106</sup> que estruturam o sistema capitalista. São eles: o mercado, as mercadorias, o dinheiro, o capital, o trabalho e as empresas. No entanto, a centralidade está no mercado que, em certa medida, é o ponto ordenador de todo o sistema. Assim, toca-se no núcleo desta investigação que discute criticamente a “idolatria do mercado”.

### 1.2.1 O Mercado: *lócus* ordenador da Economia capitalista

O mercado existe desde a Idade da Pedra<sup>107</sup>, quando não havia uma Economia de Mercado, na qual este passa a ser autorregulável. Assim, em determinadas cidades ou burgos, reuniam-se produtores simples que ofereciam seus produtos. Singer expressa que, por ser a produção artesanal, evitava-se a concorrência mediante as Corporações de Ofícios. Também se evitava o lançamento de produtos novos e o emprego de novas técnicas na produção. O dinamismo no mercado antigo era bem limitado<sup>108</sup>. Nesse mesmo viés, Braudel afirma que o mercado, antes do Capitalismo, tinha as seguintes características: trocas cotidianas, intercâmbios locais ou a pouca distância, regularidade, previsibilidade, rotina, aberturas a

---

<sup>105</sup> BOLTANSKI; CHIAPELLO, *El nuevo espíritu*, p. 604. (Tradução nossa).

<sup>106</sup> Cf. ROLL, *História das doutrinas*, p. 4 – faz alusão a elementos do sistema capitalista, mesmo que não coincidam com os relacionados nesta pesquisa.

<sup>107</sup> Cf. POLANYI, *A grande transformação*, p. 59: a instituição do mercado era comum desde a Idade da Pedra, porém seu papel era apenas “incidental na vida econômica”.

<sup>108</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 13.

todos os comerciantes – grandes ou pequenos. Ademais, as trocas eram realizadas de forma transparente e sem surpresas. Nesse tipo de mercado, reúnem-se produtores e clientes<sup>109</sup>.

Nessa concepção, o mercado era encontrado praticamente em quase todo o lugar. Em certa medida, ainda hoje, isso é uma realidade principalmente em aglomerados humanos mais tradicionais. Segundo Braudel, esse tipo de mercado está presente na África Negra, nas civilizações ameríndias, nos países islâmicos, na China e na Índia. No Brasil, ainda hoje, eles são encontrados em determinadas localidades interioranas<sup>110</sup>.

A centralidade do mercado está na “troca”<sup>111</sup>, que, muitas vezes, é simples, quando se permuta um produto por outro. Também ocorre a troca por um valor universal. O mercado se localiza entre a produção e o consumo – entre o produtor e o consumidor<sup>112</sup>.

Além da troca de mercadorias no mercado existem interações entre as pessoas que o frequentam, pois ele é polo aglutinador de produtos, compradores, vendedores, relações interpessoais, histórias. Román Flecha afirma ser o mercado o lugar que transcende à simples troca de mercadorias:

Todavia, o mercado foi muito mais que um espaço; também era um tempo determinado do ano, com sua reincidência rítmica e sua oportunidade para celebração. Tratava-se de uma ocasião privilegiada para a comunicação de notícias, aprendizagem e transmissão de usos e costumes, a troca de expressões linguísticas e de formas culturais.<sup>113</sup>

Nesse sentido, o mercado é um espaço para a transcendência, pois nele se estabelecem relações dialógicas necessárias para a formação do ser humano a cada dia. Ele favorece o diálogo e a abertura ao outro. Homens e mulheres são seres de “abertura.”<sup>114</sup> No entanto, a transcendência não se dá apenas pela via do diálogo, mas também na medida em que os produtos ofertados são produzidos, semeados e colhidos pelo próprio vendedor, e, assim, para esses produtos ofertados convergem trabalho, conhecimento, emoções. Portanto, algo das pessoas se transfere para outras por meio dos produtos.

Esse tipo de mercado integra uma sociedade na qual os costumes, a lei, a magia e a religião são fatores que induzem as pessoas a cumprir as regras comportamentais. Nesse sentido, Polanyi argumenta que a:

---

<sup>109</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 45 - 46.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 23, 28 – 30.

<sup>111</sup> ROMÁN FLECHA, *Moral social*, p. 431 (Tradução nossa).

<sup>112</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 41.

<sup>113</sup> ROMÁN FLECHA, *Moral social*, p. 432.

<sup>114</sup> BOFF, L, *Tempo de transcendência*, p. 36.

[...] a estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através [sic.] de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico.<sup>115</sup>

A Economia, antes da modernidade e mais especificamente antes da Revolução Industrial, restringia-se a um componente nas relações sociais<sup>116</sup> sem ter qualquer primazia. Segundo Polanyi, a Economia está “embutida nas relações sociais”<sup>117</sup>. Ulteriormente, ocorreu uma “grande transformação”<sup>118</sup> na civilização ocidental. No argumento desenvolvido por Polanyi, deduz-se que primeiramente o mercado passa a controlar o sistema econômico, na medida em que se autorregula. Isso leva a outra consequência, que é o controle da sociedade como um todo pelo mercado. A sociedade passa a ser apenas um “acessório do mercado”. Assim, afirma-se “que uma economia de mercado só pode funcionar numa “sociedade de mercado”<sup>119</sup>. Portanto, pode-se concluir que esse tipo economia, para ser exitoso, tem de interferir no funcionamento das relações sociais, controlando-as e dando as ordens.

Com a emergência da Economia de Mercado, surgiu, conforme Braudel, o intermediário – comerciante – que desequilibra e perturba o mercado, influenciando, principalmente, os preços dos produtos. Perde-se a transparência e o controle sobre as trocas. Esse novo mercado é dito privado, enquanto aquele, público<sup>120</sup>.

O mercado capitalista não tem característica histórica. Ele é visto como algo natural. Emanada liberdade total para as relações comerciais. Sua regulação é feita pelas trocas em si mesmas, que têm a capacidade de nivelar, pela concorrência, os desnivelamentos no âmbito do mercado. Ajustam-se, assim, as relações entre oferta e procura.<sup>121</sup> O mercado capitalista é autorregulador. Sua “Mão invisível” é responsável por sua regulação conforme Adam Smith.

---

<sup>115</sup> POLANYI, *A grande transformação*, p. 69.

<sup>116</sup> Cf. *ibid.*, p. 61: “A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais.”

<sup>117</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>118</sup> Cf. *ibid.*, p. 58: “A transformação da economia anterior para esse sistema é tão completa que parece mais a metamorfose de uma lagarta do que qualquer transformação que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e de desenvolvimento.” [...] “Na verdade, a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias.”

<sup>119</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>120</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p. 45 – 46.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 40 – 41.

A partir das Grandes Navegações, o mercado capitalista tem dominado todo o Planeta terra<sup>122</sup>. As empresas transnacionais são um exemplo típico dessa mundialização. Os Estados perderam sua soberania. Para a Economia capitalista não importam os territórios geográficos, mas os econômicos. Assim, segundo Naisbitt, o Produto Interno Bruto de um país é irrelevante em face do que é produzido globalmente por áreas de negócios as quais são denominadas de “domínios econômicos”<sup>123</sup>. É mais fácil saber sobre o domínio automobilístico do que sobre algum país. Os domínios são mais transparentes do que qualquer nação. Nessa perspectiva, o que se globaliza não são os países, mas sim as atividades econômicas<sup>124</sup>.

A Revolução das Tecnologias das Informações e Comunicações contribui para a expansão do mercado, cujos domínios estão interligados mundialmente por intermédio da internet. O capital circula facilmente em função dessa tecnologia. O mercado financeiro é como uma rede estendida sobre a Terra. Transferências financeiras são feitas em tempo real do Oriente para o Ocidente e do Sul para o Norte, num apertar de tecla de dentro de um banco, de uma empresa, de um avião, ou mesmo de algum local de lazer. O capital tornou-se volátil.

Por outro lado, a internet é um fator facilitador para que os produtos ingressem no mercado, deixem de ter o valor de uso e passem a ter valor de troca<sup>125</sup>. Ao ingressar no mercado, esses produtos se transformam em mercadorias e cruzam o mundo, assim como o chocolate dos Alpes<sup>126</sup> ou o pão de queijo de Minas Gerais. Em síntese, a internet é um dos fatores que permitem que o mercado local se torne supranacional.

Essa organização do mercado foi apropriada pelas organizações criminosas. O tráfico de drogas, órgãos humanos, armas e pessoas para diversos fins que, até pouco tempo, era realizado no âmbito local ou no máximo regional, atualmente, ocorre em escala mundial. As “mercadorias” atravessam países para que criminosos usufruam das benesses do mercado criminoso.

Subordinados ao mercado e controlados por ele – elemento estruturante principal do Capitalismo – estão as mercadorias comuns, o dinheiro, o capital, o trabalho e as empresas.

---

<sup>122</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 14.

<sup>123</sup> NAISBITT, *O líder*, p. 175. Exemplo de domínios dado pelo autor: “[...] o domínio automobilístico, o domínio farmacêutico, o domínio dos serviços financeiros, o domínio do turismo [...]”. p. 176.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 176, 178.

<sup>125</sup> BRAUDEL, *A dinâmica do capitalismo*, p.21.

<sup>126</sup> NAISBITT, *O líder*, p. 179.

### 1.2.2 As mercadorias

As mercadorias são essenciais ao sistema capitalista, mais especificamente ao mercado capitalista, no qual são demandadas e ofertadas. Algumas são vitais, pois são necessárias à sobrevivência humana, outras, por vezes, satisfazem apenas a desejos supérfluos.

Segundo Marx, mercadorias são objetos que se destinam ao consumo de pessoas que não os produziram. Elas são destinadas à troca, na medida em que servem para satisfação de necessidades daqueles que as adquirem. Portanto, elas precisam ser coisas que tenham utilidade<sup>127</sup>, pois, do contrário, não serão demandadas.

As mercadorias têm valores. Um é o de uso e está relacionado com a utilidade que têm para quem as consome ou usa. Esse valor é denominado “valor de uso”. O outro valor que as mercadorias têm é o de troca, que consiste no ato de entrega do produto pelo produtor para satisfação das necessidades das pessoas a quem elas são úteis. Essa entrega não se efetiva gratuitamente, mas mediante troca, ato que converte objetos em mercadorias.<sup>128</sup>

Para que haja trocas, exige-se algum critério comparativo entre as partes que serão objeto do intercâmbio. A utilidade pode ser esse critério, mas ela varia de pessoa para pessoa em função do objeto. Sem utilidade, a comparação é inviável. O critério efetivo e mais indicado para comparação entre os produtos das trocas é o trabalho<sup>129</sup>.

Para Marx, o trabalho é comum a todas as mercadorias, pois estas são resultado dele. Os trabalhadores gastam sua força de trabalho para produzi-las. Dito de outra forma, em todas as mercadorias se acumula força de trabalho. Este é o que as valoriza. “A substância do valor é o trabalho; a medida de valor é a quantidade de trabalho, que, por sua vez, se mede pela duração, pelo tempo de trabalho”<sup>130</sup>. Em síntese, o valor das mercadorias é a quantidade de trabalho ou de tempo socialmente útil empregado na produção da mercadoria.

As mercadorias são conduzidas por seus possuidores ao mercado, onde são trocadas. Elas migram do domínio daqueles que as possuem (valor negativo) para o domínio daqueles que necessitam delas (valor positivo). Para haver reciprocidade nas trocas, os possuidores devem se reconhecer como proprietários privados das mercadorias, mediante

---

<sup>127</sup> MARX, *O capital*, p. 47, 54.

<sup>128</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>129</sup> ROBERT, *A origem do dinheiro*, p. 15.

<sup>130</sup> MARX, *O capital*, p. 48. Quanto ao “tempo de trabalho que determina o valor de um produto”, Marx afirmou que “é o tempo socialmente necessário não em um caso particular, mas sim por termo médio, isto é, o tempo que requer todo o trabalho executado com o grau médio de habilidade e de intensidade e nas condições ordinárias com relação ao meio social convencionado.”

relação de vontades das partes revestida de valor jurídico cuja forma é o contrato<sup>131</sup>. Nos atos de troca, são necessárias duas figuras fundamentais do Liberalismo Econômico: a propriedade privada e o contrato.

Com a efetivação das trocas, as mercadorias ingressam na esfera do consumo e desaparecem ao suprir necessidades. Completa-se, assim, o movimento das mercadorias constituído de três estágios: produção, troca e consumo.

As mercadorias têm pouco tempo de uso, pois o sistema capitalista oferece, a cada dia, outras novas para que o mercado não fique estagnado e provoque nas pessoas novas preferências e desejos, levando-as ao consumismo, principalmente pelo uso de técnicas publicitárias. Ao lado das mercadorias tangíveis (produtos), desenvolvem-se também as mercadorias intangíveis (serviços) que são demandadas cada vez mais.

A produção desenvolveu-se, diversificou-se e ficou mais complexa. Dessa forma, a troca simples – uma mercadoria por outra – não é capaz de efetivar sua circulação, de forma eficiente e eficaz, proporcionando a vazão da produção e o atendimento das necessidades. É necessário produzir e indicar um artigo aceito por todos em troca de qualquer mercadoria e sempre encontrado no mercado<sup>132</sup>. Esse artigo é nova mercadoria que faz a intermediação entre todas as outras para a concretização das trocas: o dinheiro.

### 1.2.3 O dinheiro

Com a diversificação das mercadorias e o crescimento do intercâmbio comercial, a simples troca ficou impraticável. Houve necessidade de eleger uma terceira mercadoria de “valor universal” e pronta para ser aceita por qualquer pessoa nos intercâmbios e disponível no mercado<sup>133</sup>. Para facilitar a troca de mercadorias, foi necessário o estabelecimento de uma linguagem comum para mais facilmente comparar valores<sup>134</sup>: terceira mercadoria.

Marx argumenta que as mercadorias comuns manifestam-se seus valores pela comparação com uma terceira mercadoria – “valor universal” – “cuja utilidade, já reconhecida, dá corpo ao valor das outras [...]”. Essa terceira mercadoria converte-se então em moeda, porque a “relação da troca é a que origina necessariamente a forma monetária”<sup>135</sup>.

---

<sup>131</sup> Ibid., p. 53 – 54.

<sup>132</sup> ROBERT, *A origem do dinheiro*, p. 18.

<sup>133</sup> Ibid., p. 18 – 19.

<sup>134</sup> MILL, *Princípios de economia*, v. II, p. 45.

<sup>135</sup> MARX, *O capital*, p. 54.

O dinheiro é uma mercadoria particular que se aparta das demais para expressar os seus “valores recíprocos”. “A forma natural dessa mercadoria fica estabelecida socialmente como a forma de existência do valor, e funciona como moeda convertendo-se em dinheiro.”<sup>136</sup>

No decorrer da História, diversos objetos desempenharam o papel desse “equivalente universal” que, na realidade, é o “artigo-dinheiro”. Dentre esses objetos, podem ser citados, por exemplo, peles, gado, esteiras, pulseiras, gargantilhas, conchas, metais como o cobre, prata e o ouro. Este último destacou-se por suas qualidades naturais, como resistência, beleza, brilho, valor e possibilidade de ser fracionado.<sup>137</sup> O ouro de per si também é uma mercadoria que tem valor, pois é obtido pelo trabalho humano. O seu valor é o mesmo em todo o lugar, pois sua qualidade não varia, o que facilita as trocas internacionais<sup>138</sup>.

No início das trocas, o ouro ou a prata eram usados em barras. Isso dificultava o comércio. Para resolver essas dificuldades, eles passaram a ser cunhados<sup>139</sup>. As moedas representam grande avanço para a realização das trocas, mas apresentavam dois incômodos: o peso e a grande quantidade delas para realização das transações, principalmente aquelas que envolvem grandes valores. Esses incômodos impediam maior agilidade. Surge, assim, o “dinheiro cômodo” na China, em papel de excelente qualidade.<sup>140</sup>

O dinheiro, como mercadoria especial, passou a ser comercializado, o que levou a mais uma divisão do trabalho. Alguns comerciantes trocavam mercadorias comuns, e outros trocavam dinheiro, principalmente o estrangeiro<sup>141</sup>. O comércio do dinheiro, como foi visto anteriormente, enseja crise sinalizadora dos ciclos sistêmicos de acumulação.

O dinheiro passou a ser emprestado, intercambiado e depositado. Surgiram as práticas usurárias e os bancos. Há uma concorrência por essa mercadoria especial, pois ela, em tese, poderá obter tudo o que se deseja. Assim, há uma “tendência de transformar tudo o que é desejável em objeto de comércio”<sup>142</sup>.

Marx chamou o dinheiro de “nervo de todas as coisas”. Portanto, passou a ser adquirido e conservado na medida em que a circulação das mercadorias foi incrementada<sup>143</sup>. Por outro lado, Mill alega que “intrinsecamente não pode haver coisa mais insignificante do

---

<sup>136</sup> Ibid., p. 54.

<sup>137</sup> ROBERT, *A origem do dinheiro*, p. 19 – 22. Ver também MIL, *Princípios de economia*, p. 46.

<sup>138</sup> ROBERT, *A origem do dinheiro*, p. 22 – 23. Cf. também MARX, *O capital*, p. 54 – 55.

<sup>139</sup> Cf. MILL, *Princípios de economia*, V. II, p. 47: A cunhagem passou a ser monopólio dos Estados, e isso em certa medida imprimia crédito a essa mercadoria. Não obstante, alguns governos ao longo da história demonstraram desonestidade nesse ofício.

<sup>140</sup> ROBERT, *A origem do dinheiro*, p. 27. O imperador chinês no ano de 650 “emitiu um papel moeda chamado pao-tsao.”

<sup>141</sup> Ibid., p. 24, 55.

<sup>142</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 7 – 8.

<sup>143</sup> MARX, *O capital*, p. 60.



que o dinheiro, na economia da sociedade, a não ser como invenção para poupar tempo e trabalho.”<sup>144</sup> Na perspectiva capitalista, esta mercadoria especial em si tem pouca representatividade e evolui para outro nível, que é o capital.

#### 1.2.4 O capital

O capital consiste em bens materiais e imateriais, cuja destinação não é a satisfação direta das necessidades das pessoas. Ele está envolvido na produção de bens que satisfaçam a essas necessidades. Algumas categorias de bens que representam o capital são a maquinaria, instrumental, utensílios, ferramental, matérias-primas, edifícios industriais, tecnologias. Também o dinheiro é considerado capital, desde que entendido como meio de financiamento de compras de bens de produção duráveis ou transitórios<sup>145</sup>: tudo o que é destinado a produzir algo para atender às demandas do ser humano.

O detentor do dinheiro vai ao mercado e compra mercadorias comuns, e posteriormente as vende de forma a obter maior quantidade de dinheiro do que aquela que investiu inicialmente. Esquemáticamente, funciona o seguinte movimento: dinheiro – mercadoria – dinheiro<sup>146</sup>. O ponto de partida é o dinheiro, como também o de chegada. Nesse esquema simples, percebe-se que o dinheiro, que inicialmente deveria intermediar as relações de trocas entre mercadorias, assumiu a condição de mercadoria principal. Para o capitalista, a ênfase não está nas mercadorias necessárias à sobrevivência das pessoas, mas no dinheiro em si, com ênfase em sua circulação<sup>147</sup>.

Aquele que possui o dinheiro não se interessa pelo valor de uso, mas pelo de troca. Para ele, as “mercadorias e dinheiro só funcionam como formas diferentes de valor que, mudando incessantemente de forma, mudam também de magnitude e parece haver (o dinheiro) adquirido a propriedade de procriar.”<sup>148</sup> Nessa mudança, o dinheiro transmuta-se em capital.

No final do movimento (dinheiro – mercadoria – dinheiro), uma maior quantidade de dinheiro é retirada de circulação, em relação ao que foi investido. O objetivo capitalista é “comprar para vender mais caro”<sup>149</sup>. Nessa lógica, ocorre a transformação do dinheiro em

---

<sup>144</sup> MILL, *Princípios de economia*, v. II. p. 48.

<sup>145</sup> SILVA, *Economia e mercados*, p. 54.

<sup>146</sup> MARX, *O capital*, p. 64 – 66.

<sup>147</sup> ROBERT, *A origem do dinheiro*, p. 66.

<sup>148</sup> MARX, *O capital*, p. 64

<sup>149</sup> Cf, *ibid.*, p. 64.

capital, e a do simples possuidor de dinheiro em capitalista. Nessa transformação, não pode ser desconsiderada a força de trabalho<sup>150</sup>. Nesse sentido, Singer afirma que:

O capital é sempre uma soma de riqueza que, para se valorizar, tem de sofrer as seguintes metamorfoses: de capital-dinheiro tem de passar a capital-mercadoria, formado por meios de produção e força de trabalho; este capital-mercadoria tem de ser transformado, mediante o trabalho de trabalhadores assalariados, em produto, outra forma de capital-mercadoria; e este último tem de ser realizado, ou seja, transformado novamente, mediante a venda do produto, em capital-dinheiro. O capital não é, portanto, apenas riqueza, mas valor que se valoriza, riqueza que é investida para engendrar mais riqueza para seu possuidor.<sup>151</sup>

Portanto, riqueza apenas entesourada não é capital. Talvez se possa afirmar que seria capital em potencial aguardando que ações empresariais possam colocá-la em movimento transformador para que seja gerada mais riqueza, ou mais capital com base no lucro. A primazia na circulação do dinheiro – de forma que ele engendre mais, ao comprar e vender mercadorias – é o fator transformador do dinheiro em capital.

No entendimento de Robert, o “capital nada mais é do que as relações de produção, as relações estabelecidas entre os operários e capitalistas, durante as quais estes últimos possuem o direito exclusivo à riqueza, enquanto os outros milhões de homens estão privados deste direito.”<sup>152</sup>

A expansão do capital tende a ser perene. Para isso, há uma tendência de transformar todas as pessoas da sociedade, por um lado, em vendedores da força de trabalho ao capitalista para efetivação da produção, e, por outro, em compradores das mercadorias produzidas. Em essência, o capital representa um tipo específico de relacionamento entre as pessoas que compõem uma sociedade<sup>153</sup>. Nesse empreendimento, pode-se perceber que as relações estão ordenadas por uma hierarquia baseada em valores econômicos.

Em síntese, podem-se sublinhar duas questões apontadas por Singer. Uma refere-se à materialização das relações sociais em objetos como “dinheiro”, “meios de produção”, “trabalho pago por salário”, “produtos vendidos no mercado”. “mercado.” A outra diz respeito às empresas que são organizadas e funcionam como instrumental para gerar lucro.<sup>154</sup>

---

<sup>150</sup> O trabalho como mercadoria será abordado mais à frente.

<sup>151</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 27.

<sup>152</sup> ROBERT, *A origem do dinheiro*, p. 66.

<sup>153</sup> Cf. SINGER, *O capitalismo*, p. 23 e 28.

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 8, 29.

### 1.2.5 O trabalho

O trabalho humano consiste na intervenção das pessoas na natureza, seja como uma simples ação extrativista, seja para transformá-la. Esse ato intervencionista tem como principal objetivo a perpetuação da espécie. Evidentemente que não se resume apenas à questão da sobrevivência, mas esta tem primazia. Numa perspectiva idealista, pode-se afirmar que o trabalho é benéfico para aqueles que compõem grupos societários.

A forma de atuação por meio do trabalho modifica-se, ao longo do tempo. Inicialmente, havia nos grupos comuniais a simples ação extrativista. Posteriormente, surgiram os sistemas escravistas e servis de produção. Por fim, no sistema capitalista, chegou-se ao trabalho assalariado, mas os trabalhadores eram despossuídos de seus meios de produção e de suas terras.

O trabalho na Antiguidade grega não tinha valor, pois não tinha caráter prático, que era possível somente com a “ação política discursiva”<sup>155</sup>. Ele era exercido pelos escravos, enquanto os cidadãos eram os que tinham condições de fazer transformações que, em certa medida, mesmo que pareça um paradoxo, estavam ligados ao ócio. Essa visão permaneceu na Idade Média. Os servos deveriam trabalhar para sustentar os feudos, enquanto os nobres se dedicavam às artes bélicas.

A desvalorização do trabalho tinha raízes teológicas com fulcro na hermenêutica do relato da Criação, na qual era punição ao pecado original. Por outro lado, Sanson argumenta que tanto Santo Agostinho, quanto Santo Tomás de Aquino deram-lhe uma nova compreensão. O primeiro o concebe como livre exercício para “louvar a Deus”. O segundo entende que o trabalho não precisa ser “necessariamente expiação.”<sup>156</sup>

Com o advento da Reforma, segundo Weber, o trabalho recebeu outro impulso valorativo. Para Lutero o trabalho não estava relacionado a uma mera profissão ou ofício, mas a uma “vocação”<sup>157</sup>, no sentido de missão ou de um chamado divino.

Na concepção de John Locke<sup>158</sup>, Deus deu a terra ao ser humano para que este a melhorasse por meio de seu trabalho e se beneficiasse dela. Portanto, o trabalho é propriedade das pessoas, por meio da qual se agrega valor, por exemplo, a algum elemento da natureza. Quando isso acontece, o ser humano torna-se proprietário daquilo no qual ele aplicou seu

---

<sup>155</sup> SANSON, *Trabalho e subjetividade*, p. 8.

<sup>156</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>157</sup> Sobre vocação, ver WEBER, *A ética protestante*, p. 67 – 75 que aborda “A concepção de vocação por Lutero”.

<sup>158</sup> LOCKE, *Segundo tratado*, p. 101, 106 – 107.

trabalho. Nesse sentido, a “terra cultivada é mais produtiva em comparação com aquela que permanece inculta”<sup>159</sup> e ela torna-se propriedade particular de quem a cultivou.

No entanto, Locke<sup>160</sup> adverte que nenhum trabalho humano pode apropriar-se de tudo. A cada um basta o que é necessário para sua subsistência, sem haver desperdício. Assim, o direito do outro é preservado. Em suma, sobre o trabalho, na concepção de Locke, destacam-se quatro pontos fundamentais: (a) é uma ordenança de Deus; (b) é propriedade do ser humano; (c) é instrumento que agrega valor; e (d) é instrumento que garante a propriedade particular daquilo que foi beneficiado pelo trabalho.

Adam Smith também entende o trabalho como algo próprio do ser humano, que é capaz de produzir algo. Ele destaca o trabalho como um fator para geração de riquezas. No entanto, defende que a sua divisão garante aumento da capacidade produtiva. Cada trabalhador, por exemplo, numa fábrica, exerce uma tarefa preferencialmente para a qual ele tem melhor habilidade. Dá exemplo de uma fábrica de alfinetes<sup>161</sup>. Nessa divisão de funções, três circunstâncias são relevantes para aumentar a quantidade de trabalho, que pode levar à maior produtividade:

[...] primeira, o aumento de destreza de cada um dos trabalhadores; segunda, a possibilidade de poupar o tempo que habitualmente se perdia ao passar de uma tarefa a outra; e, finalmente, a invenção de um grande número de máquinas que facilitam e reduzem o trabalho, e tornam um só homem capaz de realizar o trabalho de muitos.<sup>162</sup>

A divisão do trabalho é possível, porque todo ser humano – e somente ele – é propenso à realização de trocas<sup>163</sup>. Cada um, de acordo com suas habilidades, tem algo para trocar com alguém. Deve ficar claro que as pessoas não obtêm algo somente pela bondade do outro, mas porque também tem algo para oferecer que desperta interesse. Assim, não se apela para a humanidade do outro, mas para o seu egoísmo<sup>164</sup>. Há nessa propensão à troca, algo do individualismo.

A Revolução Industrial, principalmente com a maquinaria, implicou o surgimento de uma sociedade industrial – com divisão do trabalho – e, conseqüentemente, uma sociedade do trabalho, o qual assumiu a “condição de centro organizador da vida individual e coletiva.”<sup>165</sup> Essa condição de organizador não está livre dos condicionamentos do mercado.

---

<sup>159</sup> Ibid., p. 104.

<sup>160</sup> Ibid., p. 102 – 103, 112.

<sup>161</sup> SMITH, *Inquérito sobre*, v. I, p. 77 – 79.

<sup>162</sup> Ibid., v. I, p. 83.

<sup>163</sup> Ibid., v. I, p. 93.

<sup>164</sup> Ibid., v. I, p. 95.

<sup>165</sup> SANSON, *Trabalho e subjetividade*, p. 8.

Este, por exemplo, dada a sua dimensão, pode limitar a divisão do trabalho<sup>166</sup> e, portanto, a produtividade.

Para Marx, o trabalho é um fator de produção que pertence ao ser humano e, que no Capitalismo, é vendido ao capitalista. Na perspectiva marxista, ele também agrega valor àquilo que é produzido. Esse produto não pertence ao trabalhador, mas ao dono do capital. O proprietário da força de trabalho recebe apenas o salário pelo seu empenho na produtividade conforme contrato. Como o salário é aquém do valor produzido, a diferença entre eles fica com o dono do capital e corresponde à mais-valia. No sistema capitalista, o trabalho, como afirma Locke, faz parte do valor da mercadoria, mas esta não se torna propriedade do trabalhador. Na realidade, ele não é dono nem de sua força de trabalho, pois a vende por salário que permite apenas sua reprodução para que haja mais trabalhadores. Em Marx, o trabalho (a) imprime valor ao produto final, (b) é um tipo de mercadoria, (c) é explorado e (d) é alienado.<sup>167</sup>

O trabalho, como fator de produção do sistema capitalista, ao longo do tempo, foi sistematizado em modelos organizacionais com o objetivo de aumentar a produtividade. Nesse sentido, houve o modelo taylorista com ênfase principalmente na especialização e especificação das tarefas dos trabalhadores. Esse modelo é lastreado na divisão do trabalho, conforme explicita Adam Smith. O Taylorismo evoluiu para o Fordismo, com destaque para a linha de montagem, ao longo da qual os operários transformavam os insumos em produtos. Ulteriormente, surgiu o Toyotismo, cuja produção é mais complexa, pois cada trabalhador opera diversas máquinas. Essa complexidade acentuou-se, na medida em que as máquinas passaram a ter funções diferentes e, portanto, exigem mais conhecimento e treinamento dos trabalhadores<sup>168</sup>.

O Capitalismo moderno, cuja centralidade está na valorização do capital fixo material, tem sido substituído pelo Capitalismo pós-moderno, cujo ponto central é o capital imaterial<sup>169</sup>. Pela concepção sistêmica do Capitalismo – uma alteração em um ponto desencadeia outras, dada a interligação dos elementos –, essa mudança implica também a

---

<sup>166</sup> SMITH, *Inquérito sobre*, v. I, p. 99 – 105.

<sup>167</sup> Cf. MARX, *O capital*, p. 67 – 69.

<sup>168</sup> Para maiores esclarecimentos sobre modelos de produção, ver PINTO, *A organização do trabalho*.

<sup>169</sup> Cf. GORZ, *O imaterial*, p. 15. O capital imaterial é também qualificado de “capital humano”, “capital conhecimento” o “capital inteligência”. Ver também LAZZARATO; NEGRI, *Trabalho imaterial*; MOULIER-BOUTANG, *Le capitalisme cognitif*; LAZZARATO, *As revoluções do capitalismo*; CASTELLS, *A sociedade em rede*. Esses autores atualmente têm discutido a forma imaterial do Capitalismo, do trabalho, da produção e do consumo.

mutação do trabalho. Assim, o simples tem dado lugar ao complexo, enquanto o material, ao imaterial. Portanto, sua mensuração já não segue os padrões clássicos.<sup>170</sup>

A “inteligência”, a “imaginação” e o “saber” são essenciais ao trabalho imaterial. Eles compõem o chamado “capital humano” e pertencem ao chamado “capitalismo cognitivo”. Destacam-se, até mesmo, em relação aos conhecimentos formalizados.<sup>171</sup> A respeito desses componentes, de forma mais detalhada, Gorz expõe que:

O saber é feito de experiências e de práticas tornadas evidências intuitivas, hábitos; e a inteligência cobre todo o leque das capacidades que vão do julgamento e do discernimento à abertura de espírito, à aptidão de assimilar novos conhecimentos e de combiná-los com os saberes.<sup>172</sup>

A produção imaterial está intimamente ligada à subjetividade<sup>173</sup>, a única coisa prescrita nessa nova concepção de trabalho. Portanto, a motivação tem papel relevante no desempenho dos trabalhadores e, muitas vezes, influenciam na adoção da “gestão por objetivos” pelas empresas.<sup>174</sup>

Nessa nova concepção de trabalho, trabalhar é “produzir-se”<sup>175</sup>, de maneira ininterrupta. Segundo Gorz, nas atividades fora do trabalho, também, e principalmente, são desenvolvidas a “vivacidade”, a “capacidade de improvisação” e de “cooperação”. Esse trabalho fora do ambiente laborativo concretiza-se nos jogos, nos esportes, na música, no teatro. Importa a bagagem cultural do trabalhador para a produção imaterial. Ele é um produto a “produzir-se”.<sup>176</sup> Está em contínua produção “de si mesmo”.

Todo trabalho imaterial depende da atividade de produção “do si mesmo”. Como essa acontece intra e extra trabalho, o trabalhador sofre uma “mobilização total”<sup>177</sup>. Nessa perspectiva, seu virtuosismo e seus talentos são mobilizados em favor do trabalho, que passa a aderir ao trabalhador. Assim, o trabalho não se descola do trabalhador. Isso implica uma forma voluntária de escravidão.<sup>178</sup> A exploração cede lugar à autoexploração e reforça a autocomercialização do eu. A pessoa, na realidade, se torna uma empresa. Uma pequena

---

<sup>170</sup> Ibid., p. 15. Cf. o autor, a mensuração do trabalho era feita por “unidades de produtos por unidades de tempo”.

<sup>171</sup> Ibid., p. 16.

<sup>172</sup> GORZ, *O imaterial*, p. 17.

<sup>173</sup> Cf. LAZZAROTO; NEGRI, *Trabalho imaterial*, p. 47, “O fato de que o trabalho imaterial produz ao mesmo tempo subjetividades e valor econômico demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida e superado todas as barreiras que não só separavam, mas também opunham economia, poder e saber.”

<sup>174</sup> GORZ, *O imaterial*, p. 18.

<sup>175</sup> Cf. *ibid.*, p. 17 – 22.

<sup>176</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>177</sup> Cf. *ibid.*, p. 22 – 23.

<sup>178</sup> *Ibid.*, p. 22.

empresa que tem as grandes como clientes e a essas propicia lucros<sup>179</sup>. Gorz complementa que:

*A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é. Em suma o regime salarial deve ser abolido.*<sup>180</sup>

O Capitalismo imaterial e seu consequente trabalho imaterial são instrumentalizados pelos processos informacionais e pelas novas Tecnologias das Informações e Comunicações. Esses instrumentos estimulam o trabalhador – graças ao seu virtuosismo, seu talento e à gestão por objetivos da empresa – a permanecer conectado com o trabalho, mesmo quando está fora dele. São meios de totalizar o trabalhador.

Nesse Capitalismo imaterial, pode-se deduzir que o primeiro produto, como já visto, é o próprio trabalhador que se produz. O segundo são as mercadorias diversas que têm origem na “primeira”. Nesse sentido, discute-se se o valor da mercadoria – ou do segundo produto – está exclusivamente na quantidade de trabalho empregado na produção, pois há outros elementos a considerar, como conhecimento, inteligências, informações.<sup>181</sup> Para Gasda<sup>182</sup>, o capital intelectual predomina no “mercado competitivo que converte em produto não só o esforço físico, mas as ideias e a experiência do trabalhador” e ainda acrescenta que “os sentimentos, a subjetividade e as relações humanas são colocadas à disposição da vitalidade dos mercados”.

Pode-se entender, a partir da perspectiva de Gorz, que o trabalho imaterial tem sido útil à produção de bens simbólicos, afetivos, estéticos, os quais não valem pela utilidade prática, mas pela “desejabilidade subjetiva”. O material é apenas vetor do imaterial. Este último imprime valor ao primeiro. Na produção do simbólico, destacam-se o *marketing* e a publicidade<sup>183</sup>, que objetivam sempre criar algum produto novo incomparável e de alto valor que, se patenteados, passa a ser explorado monopolisticamente por determinada empresa<sup>184</sup>.

---

<sup>179</sup> Ibid., p. 10, 23.

<sup>180</sup> Ibid., p. 23.

<sup>181</sup> SANSON, *Trabalho e subjetividade*, p. 30 – 33. Na discussão sobre o conhecimento, informação e inteligências influenciarem no valor da mercadoria, Sanson cita Gorz especificamente em sua obra “O imaterial”. Cf. GASDA, *Cristianismo e economia*, p. 19: há predominância do capital intelectual.

<sup>182</sup> GASDA, *Cristianismo e economia*, p. 19. Para maior aprofundamento sugere-se acessar GORZ, *A crise e o êxodo*.

<sup>183</sup> GORZ, *A crise e o êxodo*.

<sup>184</sup> Id., *O imaterial*, p. 11.

Quando necessário, a própria empresa o torna obsoleto e providencia-lhe um substituto capaz de nova sedução ao consumidor.

### 1.2.6 As empresas

As empresas constituem uma forma de produção que veio substituir a maneira doméstica que predominava antes da Revolução Industrial. São organizações econômicas que têm como função principal combinar os fatores de produção – terra, trabalho e capital, com o objetivo produzir mercadorias, sejam produtos ou serviços<sup>185</sup>. Essa combinação tem duas dimensões: a técnica e a econômica, sendo que esta última tem primazia sobre a primeira.<sup>186</sup> As empresas existiram no ciclo genovês, holandês, inglês e norte-americano. Durante o tempo, foram se desenvolvendo. Nos primórdios, tinham uma constituição mais simples, porém se tornaram multinacionais, transnacionais, reticulares<sup>187</sup>.

Num outro viés, Gasda afirma que a empresa não é apenas uma sociedade econômica, mas, principalmente, de pessoas, pois estas são a base de sua constituição, sejam elas trabalhadores, dirigentes ou proprietários. No entanto, a empresa não se restringe à sua ambiência endógena, pois, como um sistema, influencia e é influenciada pela sociedade no geral. Desta forma, não apenas produz bens e serviços, mas também “gera cultura” que transcende os seus limites institucionais<sup>188</sup>.

Na perspectiva da combinação econômica, urge afirmar que as empresas almejam primordialmente a sua satisfação, mediante a venda de produtos ao custo acima dele. Caso contrário, elas não subsistiriam. Por isso, é preciso que todos os custos sejam cobertos, inclusive o lucro, pois, sem este, não poderiam continuar suas atividades. Por essa razão, empresas, como unidades elementares de produção, somente são concebidas e funcionam em razão dos centros elementares de consumo<sup>189</sup>, que são aqueles que demandam, e logicamente têm poder aquisitivo. Assim, elas não têm como objetivo principal e imediato satisfazer necessidades das sociedades.<sup>190</sup> Não há uma preocupação primeira com o aspecto social.

A dimensão técnica é “obra do laboratório e do gabinete de estudos”, enquanto a econômica, é da firma. Mesmo que a técnica aconteça na fábrica, ela não é implementada

---

<sup>185</sup> SILVA, *Economia e mercados*, p. 54. Cf. PERROUX, *O capitalismo*: a empresa ajusta os fatores de produção para obtenção de produtos a serem lançados no mercado, p. 17.

<sup>186</sup> PERROUX, *O capitalismo*, p. 17.

<sup>187</sup> Cf. ARRIGHI, *O longo século XX*, p. 125, 143, 191 e 303: refere-se às empresas em seus “ciclos sistêmicos de acumulação”. Cf. DUPAS, *Economia global*, p. 14, 49 – 52: refere-se às empresa- rede.

<sup>188</sup> GASDA, *Cristianismo e economia*, p. 299 – 300.

<sup>189</sup> PERROUX, *O capitalismo*, p. 17 – 18, 21.

<sup>190</sup> *Ibid.*, p. 17.



automática e imediatamente<sup>191</sup>. A dimensão técnica está subordinada à dimensão econômica, pois as inovações tecnológicas empresariais visam, em última instância, à acumulação de lucros. Os benefícios sociais são um subproduto das ações das empresas. Cad bem de capital, como maquinaria nova ou um produto inédito ou maquiado que é lançado no mercado em decorrência das inovações tecnológicas, busca primeiramente as coberturas dos custos de produção e os lucros correspondentes. Apesar dessa relação assimétrica entre inovação econômica e técnica, percebe-se uma relação entre ambas. Perroux afirma que “o empresário dinâmico inova economicamente, fazendo que a realidade do mercado admita a invenção técnica, ou mais amplamente, a nova combinação.”<sup>192</sup>

Enquanto na produção artesanal, os próprios artesãos forneciam os fatores de produção, na forma empresarial, eles são fornecidos pelo próprio mercado. Quando este fornece uma parte importante do trabalho e do capital, é que, então, a empresa surge. Há uma relação considerável e recíproca entre a empresa e o mercado. Assim, uma não existe sem o outro.<sup>193</sup>

As empresas têm um valor fundamental na Economia, chegando a caracterizá-la do ponto de vista formal. Neste sentido, a “economia de empresa,” no âmbito de uma nação, é aquela cuja maior parte dos valores estratégicos é obtida pelas empresas. É um tipo de economia que funciona de forma descentralizada. Conclui-se que o Capitalismo é uma “economia de empresa”.<sup>194</sup> Perroux afirma que a empresa é o “microcosmo capitalista, a instituição cardeal do capitalismo.”<sup>195</sup> Percebe-se o valor da empresa no sistema capitalista.

A empresa exige a figura do empresário que é a pessoa empreendedora que busca estabelecer as articulações entre os diversos elementos do sistema econômico. Duas características são fundamentais ao empresário e, portanto, também à empresa. Uma é estar sempre inovando, a outra é o dinamismo. Nesse sentido, para Perroux, o empresário dinâmico inova economicamente e vence as resistências que lhes são impostas, principalmente por forças externas.<sup>196</sup>

Algumas dessas forças externas são representadas por competidores. Nas competições empresariais, vence a empresa que esteja mais bem organizada, equipada e

---

<sup>191</sup> Ibid., p. 82, 84.

<sup>192</sup> Ibid., p. 82.

<sup>193</sup> A respeito dessa relação entre empresa e mercado, ver PERROUX, *O capitalismo*, p. 18 – 21.

<sup>194</sup> PERROUX, *O capitalismo*, p. 16, 21. Id. p. 47: “Durante os últimos anos do século XIX e primeiros do XX, as bases estratégicas de economia, no seio das nações mais evoluídas do mundo, pertencem a empresas ou grupos de empresas capitalistas.”

<sup>195</sup> Ibid., p. 18

<sup>196</sup> Ibid., p. 82.

gerenciada. Muitas vezes, a empresa mais fraca no mercado é absorvida pela mais forte<sup>197</sup>. Em síntese, pode-se afirmar que é no âmbito da empresa que ocorre a articulação dos diversos elementos componentes da economia, tais como: capital, dinheiro, mercadorias, produção, trabalho. Nas empresas, fomenta-se o empreendedorismo para que haja produção racional, com observância da relação custos-benefícios e visando, em última instância, à geração de lucros.

### 1.3 Considerações parciais

Como discutido, o Capitalismo é um modo de produção econômica que se organiza sistemicamente, porque apresenta um conjunto de elementos que se estruturam de forma “constitutiva”. Além disso, eles interagem entre si, para alcançar seu objetivo essencial que é o lucro. Nessa perspectiva sistêmica, a Economia de Mercado tem dominado praticamente todo o Planeta terra e envolvido todos os segmentos de sua população, direta ou indiretamente. Assim, tanto aqueles que estão no seu ambiente interno, quanto no externo são atingidos por ele de forma positiva ou negativa.

O Capitalismo, como todos os sistemas, não é estático. Seu dinamismo é perceptível por: (a) suas diversas causas – políticas, religiosas, sociais, econômicas e tecnológicas; (b) sua capacidade de metamorfosear-se conforme a necessidade; (c) seu poder de instalar-se em culturas diferentes; (d) seus modos de diversificar e inovar seus produtos constantemente; (e) sua flexibilidade para assumir diversas tipologias.

Além desses aspectos dinâmicos da Economia de Mercado, importa sublinhar outro que são seus movimentos basicamente de duas categorias. Uma é a cíclica e consiste em que o Capitalismo, ao longo da História, passa por um padrão funcional que se repete. Assim, foi denominado “ciclo sistêmico de acumulação”, que inicia com as trocas mercantis e migra para as trocas financeiras. O atual ciclo é o quarto – mas já vivendo momentos de transição –, cujo centro geográfico comanda tudo o que está em sua volta. Pode-se afirmar que é o polo geográfico e econômico do sistema.

Outro movimento do Capitalismo é o reticular que tem acentuado seu dinamismo do sistema com o estabelecimento de redes nos seus diversos setores, como produção, comércio, *marketing*, gestão da empresa, organização do trabalho. Para isso, tem sido relevante o concurso das novas Tecnologias das Informações e Comunicações. A informática

---

<sup>197</sup> ROBERT, *A origem do dinheiro*, p. 72. Cf. HARVEY, *O neoliberalismo*, p. 77, para os neoliberais, não há nenhum problema em as empresas mais bem organizadas expulsarem as mais fracas.

cria constantemente novos ambientes virtuais que têm facilitado a coordenação da produção de mercadorias em diversos países. Por outro lado, facilita-se o deslocamento do capital – financeirização –, que tem sido maximizado na atualidade.

Essa dinâmica é fundamental para o sistema capitalista, apesar de ele depender de alguns outros elementos estruturantes, dentre os quais se destacam aqueles que são essenciais, pois, sem eles, o sistema pode ser desfigurado e perder o foco de seu objetivo principal que é a acumulação – lucro. Esses elementos são o mercado – o principal deles –, as mercadorias comuns, o dinheiro, o capital, o trabalho e a empresa. Cada um deles tem um papel importante na ambiência do sistema da Economia de Mercado. Estão profundamente envolvidos no dinamismo desse sistema.

Por fim, é importante afirmar que todo o sistema necessita ter uma espiritualidade – não exclusivamente na perspectiva religiosa –, para que nele haja dinamismo. Isso envolve, obrigatoriamente, os elementos que integram a estrutura sistêmica. A espiritualidade do Capitalismo é sua Ideologia que atualmente é o Neoliberalismo. Esse aspecto, por sua relevância para esta dissertação, é objeto de análise do próximo capítulo.

## **CAPITULO 2**

### **IDEOLOGIA DO SISTEMA CAPITALISTA**

Após indicar alguns dos principais elementos estruturantes do Capitalismo, bem como seu dinamismo, urge abordar sua dimensão ideológica para que se complete sua visão sistêmica. Assim, propõe-se analisar o Neoliberalismo como ideologia que anima o Capitalismo. Para isso, inicialmente aborda-se o desenvolvimento do conceito Ideologia de modo geral, com vistas em preparar a análise principal dessa temática. Ulteriormente, explicita-se o Neoliberalismo em suas transformações ao longo da história do Capitalismo. Sublinha-se o Liberalismo Econômico Clássico, as características do Neoliberalismo como o Estado mínimo e a oposição ao keynesianismo, bem como a financeirização exacerbada. Por fim, diante dos efeitos do Capitalismo, evidencia-se um novo desenho que procura associar políticas sociais e Economia de Mercado, numa perspectiva liberal-socializante. Isso tem emergido notadamente na América Latina, em decorrência da ascensão dos partidos situados mais à esquerda do espectro político partidário.

#### **2.1 Desenvolvimento do conceito de Ideologia**

Ideologia é um conceito que, ao longo do tempo, se desenvolveu quanto ao seu significado e aplicação. Não é um conceito fácil de ser abordado, dada a sua complexidade, principalmente em função da diversidade de concepções que assume. Talvez por isso, muitos autores se preocupam com ele. Não é objetivo deste trabalho exaurir a questão, mas tão somente preparar a discussão da Ideologia que anima o sistema capitalista.

Chaui enfatiza seu surgimento, bem como seus aspectos napoleônico, positivista e durkheimiano<sup>1</sup>. O primeiro aparecimento do conceito aconteceu no século XVIII (1796), por ocasião de uma palestra proferida pelo filósofo francês Destutt de Tracy. Esse, em 1801, se dedicou à sua obra “*Eléments d’Idéologie*”, constituída de quatro volumes, cujo foco principal eram as ideias. A pretensão do filósofo era inaugurar uma ciência que tivesse como objeto de estudo a “gênese das ideias”, as quais seriam discutidas como fenômenos naturais que manifestam a “relação do corpo humano com o meio ambiente”<sup>2</sup>. Thompson argumenta que essa ciência estaria interessada na análise sistemática das ideias e também das sensações, além da “geração, combinação e consequências” delas.<sup>3</sup>

Alguns dos ideólogos franceses aproximaram-se de Napoleão e o apoiaram<sup>4</sup>. No entanto, quando eles perceberam no governante um restaurador do Antigo Regime, opuseram-se a algumas leis impostas por seu governo. Em decorrência dessa oposição, foram excluídos dos cargos que haviam recebido de Napoleão e foram perseguidos por ele. O termo Ideologia passou a ter um sentido pejorativo, dados os posicionamentos e declarações de Bonaparte<sup>5</sup>.

Napoleão “ridicularizou as pretensões da ‘ideologia’: que era, na sua visão, uma doutrina especulativa abstrata, que estava divorciada das realidades do poder político”<sup>6</sup>. Para ele, o termo Ideologia consistia na inversão das relações entre ideias e o real. Se ideologia inicialmente designava uma ciência natural cujo conhecimento era adquirido por intermédio das ideias, na concepção napoleônica era um sistema de ideias “condenadas a desconhecer sua relação real com o real”<sup>7</sup>. A Ideologia como ciência positiva foi perdendo seu contorno original e passou a ser considerada como conjunto de ideias abstratas e ilusórias<sup>8</sup>. Depois das investidas de Napoleão, ela assumiu uma conotação negativa.

O pensamento de Marx alinha-se com a suspeita de Napoleão. Assim, aquele assume o sentido “negativo, oposicional, implícito, e presente” da Ideologia, mas o referido autor incorpora o conceito a um marco referencial teórico<sup>9</sup>. Marx critica os jovens hegelianos,

---

<sup>1</sup> THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 44 – 104 também aborda a respeito do surgimento e do aspecto napoleônico. Além disso, ele analisa outras vertentes da ideologia conforme discussão a seguir.

<sup>2</sup> CHAUI, *O que é ideologia*, p. 22.

<sup>3</sup> THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 44.

<sup>4</sup> Cf. *ibid.*, p. 46: Napoleão se apoiou em algumas ideias de Destutt. Por isso, recompensou alguns dos ideólogos franceses com cargos políticos lucrativos.

<sup>5</sup> CHAUI, *O que é ideologia*, p. 24.

<sup>6</sup> THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 46.

<sup>7</sup> CHAUI, *O que é ideologia*, p. 25.

<sup>8</sup> THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 48.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 49. Acrescenta que “os escritos de Marx ocupam uma posição central na história e no conceito de ideologia. Com Marx, o conceito adquiriu um novo status como instrumental crítico e como componente essencial de um novo sistema teórico.”

os quais defendem que os produtos da consciência são a prisão da humanidade. Assim, devem lutar contra eles – as “ilusões da consciência” – e transformar as ideias.<sup>10</sup> Esses jovens, apesar de suas posturas, para Marx, não passavam de conservadores<sup>11</sup>, pois elas não tinham poder transformador da realidade.

Os seres humanos são históricos, têm constituição corporal, relacionam-se entre si e com a natureza, produzem seus meios de subsistência. Eles “produzem indiretamente sua própria vida material”. Acrescenta Marx que as pessoas, nessa perspectiva, coincidem com o que elas produzem<sup>12</sup>.

A produção das idéias [sic], das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanação direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, de metafísica etc. de todo um povo.<sup>13</sup>

Thompson levanta três concepções de Ideologia em Marx, evidentemente que não são as únicas. São elas: concepção “polêmica, epifenomênica e latente”. Nelas, “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”<sup>14</sup>. A concepção polêmica tem uma meta específica que é analisar e combater as visões dos jovens hegelianos como analisado anteriormente. Há semelhança entre a situação dos ideólogos na França e o dos jovens hegelianos na Alemanha.

Primeiramente, na concepção polêmica, Ideologia “é uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as idéias [sic] como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica.”<sup>15</sup> Essa concepção está ligada a três pressupostos<sup>16</sup>. O primeiro sustenta que as ideias não têm autonomia, mas são condicionadas, por exemplo, pelas condições materiais para a sobrevivência. O segundo pressuposto está relacionado com a divisão do trabalho na perspectiva mental e material. Isso leva a uma visão distorcida, pois o mental, para Marx, não está descolado do material. Pensar de forma dicotômica leva a ilusões. Por fim, o terceiro pressuposto consiste em que é possível explicar cientificamente que as ideias são produtos de circunstâncias particulares, sociais e históricas.

---

<sup>10</sup> MARX; ENGELS, *A ideologia alemã*, p. 9.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 10 – 11.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 18 – 19.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>15</sup> THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 51.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 51 – 53.

Em segundo lugar, destaca-se outra concepção de Marx sobre Ideologia que é denominada epifenomênica. Se a polêmica era específica, esta é geral, na medida em que Marx e Engels caracterizam “a estrutura social e sua mudança histórica”<sup>17</sup>. Para Thompson, nessa concepção, a Ideologia depende das condições econômicas, das relações de classes e também das relações de produção, e origina-se delas. Ela representa os interesses da classe dominante, pois as ideias em determinado período são formuladas e mantidas por aqueles que dominam e procuram manter esse *status quo*<sup>18</sup>. O autor sintetiza essa concepção como um “sistema de idéias [sic] que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória.”<sup>19</sup>

Thompson expõe três pressupostos relacionados a esse tipo de concepção de Ideologia. O primeiro consiste na afirmação de que, em determinada sociedade, distinguem-se as condições econômicas de produção, a superestrutura legal e política e as formas ideológicas de consciência. O segundo consiste em não tomar as formas ideológicas de consciência como elas se apresentam, mas devem ser explicadas em função das condições econômicas de produção. Nesse caso, as formas ideológicas de consciência devem ser desmascaradas. Para isso, é necessário que se diga que elas são erradas e não têm justificação racional. O terceiro pressuposto refere-se à criação, pelo Capitalismo, das condições para compreender as relações sociais, o que não ocorria nas sociedades pré-capitalistas cujas relações eram baseadas em tradições.

Por fim, a terceira concepção de Marx sobre Ideologia é denominada latente. Segundo Thompson:

[...] é um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideais que escondem as relações de classe e desviam-se da busca coletiva de mudança social.<sup>20</sup>

Nessa concepção, as construções simbólicas – *slogans*, símbolos, costumes – são relevantes, eficazes e autônomas. Elas são usadas para sustentar relações sociais ou impedir mudanças mediante engano e ocultação do real. Busca-se a manutenção das condições sociais mediante a fixação no presente, de paradigmas do passado, com vistas em aprisionar pessoas<sup>21</sup>.

---

<sup>17</sup> THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 54.

<sup>18</sup> MARX; ENGELS, *Ideologia alemã*, p. 48. Ver também THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 54.

<sup>19</sup> MARX; ENGELS, *Ideologia alemã*, p. 48 – 49. Ver também THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 54.

<sup>20</sup> THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 58.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 58 – 61,75.

Se em Marx, as concepções de Ideologia são negativas, nas disciplinas emergentes das Ciências Sociais o conceito de Ideologia assume o caráter de neutralidade. Sua elaboração sistemática, como uma concepção neutra, aparece, primeiramente, na obra de Mannheim. Contrapõe-se aos enfoques de Marx que são unilaterais – “formulação especial”, pois ele procurou interpretar e criticar apenas o pensamento do adversário. Mannheim, por sua vez, propõe a “formulação geral”, para que todos os pontos de vista estejam sujeitos à análise ideológica, e não apenas os do opositor.<sup>22</sup> Assim, conforme essa formulação geral, Thompson afirma que:

[...] ideologia pode ser tomada como os sistemas interligados de pensamentos e modos de experiência que estão condicionados por circunstâncias sociais e partilhadas por grupos de pessoas, incluindo as pessoas engajadas na análise ideológica.<sup>23</sup>

Nessa formulação geral, a análise ideológica assume a condição de método de pesquisa na História Social, deixando de ser um tipo de arma intelectual de uma facção. Esse método é descrito como “sociologia do conhecimento”<sup>24</sup>.

Também Durkheim, segundo Chauí, relaciona Ideologia com ciência, mas o faz numa outra perspectiva. Esse autor desejou fazer da Sociologia uma ciência, valorizou os princípios científicos como, por exemplo, a separação entre sujeito do conhecimento (subjetividade) e objeto do conhecimento (objetividade). Essa separação garante a neutralidade do cientista. Para ele, tudo que não observa os critérios científicos é ideologia e se restringe aos restos de ideias antigas e “pré-científicas”, além dos pré-conceitos, subjetividade, individualidade, tradição. Em suma, para Durkheim a ideologia se restringe ao que não é científico<sup>25</sup>. Portanto, tem caráter negativo.

## 2.2 Ideologia e comunicação de massa

Thompson, a partir da análise que faz sobre Ideologia, propõe sua própria concepção desse conceito. É uma concepção alternativa, como ele afirma. Assim, os fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos na medida em que são usados em circunstância sócio-histórica específica para estabelecer e conservar relações de dominação<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup>Cf. *ibid.*, p. 67. Mannheim não desenvolve apenas uma concepção neutra de ideologia que seria a de cunho geral. Ele também desenvolve uma concepção negativa. Para ampliar entendimento, ver p. 62 – 71.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>25</sup> CHAUI, *O que é ideologia*, p. 29 – 30.

<sup>26</sup> THOMPSON, *Ideologia e cultura*, p. 76.



Apesar de entender que Ideologia tem uma dimensão neutra e negativa, o autor desenvolve sua concepção ideológica na perspectiva negativa. Baseia-se na concepção latente de Marx.

Diferentemente da visão marxista que propõe que a dominação é realizada em termos de relações de classe, Thompson concebe que a dominação pode ser efetivada de forma mais abrangente. Assim, a desigualdade e exploração podem se manifestar também na relação entre os sexos, grupos étnicos, entre os indivíduos e o estado, entre estado-nação e blocos de estados-nação<sup>27</sup>.

Ideologicamente, para Thompson, a dominação de diversos matizes é concretizada pelo “sentido das formas simbólicas”, as quais estão embutidas nos contextos sociais e nelas circulam. Para o autor, formas simbólicas são “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos.”<sup>28</sup>

Nas sociedades modernas, as formas simbólicas são difundidas pelos meios de comunicação de massa. Assim, a “análise da ideologia deve se interessar, fundamentalmente, pelas formas simbólicas transmitidas pelos meios técnicos dessa comunicação”<sup>29</sup>. Apesar da grande importância ou centralidade da comunicação de massa, para análise dos fenômenos ideológicos, ela não é o *locus* exclusivo da operação da Ideologia. Entende-se essa operação como produção e difusão da Ideologia.<sup>30</sup>

Uma das teses de Thompson sobre sua concepção da Ideologia é que:

O desenvolvimento da comunicação de massa aumenta, significativamente, o raio de operação da ideologia nas sociedades modernas, pois possibilita que as formas simbólicas sejam transmitidas para audiências extensas e potencialmente amplas que estão dispersas no tempo e espaço.<sup>31</sup>

Essa comunicação de massa é potencializada ainda mais pelo uso de meios eletrônicos, como a televisão e a internet. Diferentemente da mídia escrita, esses meios eletrônicos alcançam uma audiência maior<sup>32</sup> em diversos locais e de forma instantânea.

Em vista de toda essa exposição, urge dizer que nem todas as formas simbólicas são ideológicas. Nesse sentido, também os produtos midiáticos, em princípio, não podem ser declarados ideológicos<sup>33</sup>. Para isso, é necessário comprovar que, em determinadas

---

<sup>27</sup> Ibid., p. 77.

<sup>28</sup> Ibid., p. 79.

<sup>29</sup> Ibid., p. 342.

<sup>30</sup> Ibid., p. 342 – 343.

<sup>31</sup> Ibid., p. 343.

<sup>32</sup> Ibid., p. 344.

<sup>33</sup> Ibid., p. 346.

circunstâncias sócio-históricas específicas, esses produtos midiáticos são utilizados para estabelecer e sustentar algum tipo de dominação.

Thompson discute cinco modos de operação da Ideologia, segundo sua concepção alternativa, que são legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação, reificação. Esses visam à dominação. De forma bem sintética, pode-se dizer que a legitimação consiste na representação da relação de dominação como justa e necessária. Isso pode ser obtido, por exemplo, pela racionalização. A dissimulação consiste em ocultar, negar ou obscurecer as relações de dominação. A unificação é o estabelecimento de uma unidade que vincule os indivíduos numa identidade coletiva. Nessa perspectiva, há uma padronização de todos. A fragmentação, por sua vez, é um modo de operação da Ideologia que segmenta os grupos que possam representar ameaças à dominação. Por fim, a reificação é a busca da perenização de uma situação transitória. É uma forma de negar a História. Evidentemente, a eternização de situações visa à manutenção da dominação.<sup>34</sup>

Diante das concepções negativas da Ideologia, há que se ter um posicionamento racional de forma a “exercer função crítica de discernimento dos valores e interesses em questão e posicionar-se segundo critérios éticos”. Portanto, é necessário ingressar na esfera dos valores, a qual não acolhe radicalismo<sup>35</sup>, para enfrentar os aspectos negativos das ideologias. Com a profusão dos meios de comunicação de massa, esse enfrentamento se torna mais difícil, dado o grande alcance que as formas simbólicas da Ideologia alcançam.

Os modos de operação da Ideologia, na concepção de Thompson – legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação, reificação –, podem ser encontrados no Capitalismo. Ademais, a Ideologia capitalista tem na mídia eletrônica um grande instrumento para a defesa de seus interesses. A publicidade faz parte das inúmeras estratégias do mercado, para alcançar plagas ainda virgens.

### **2.3 Liberalismo Clássico**

Como o próprio termo indica, o Liberalismo buscou a liberdade do ser humano, em decorrência principalmente da opressão dos governos absolutistas que imperavam à época. É um movimento amplo, pois tem dimensões política, social, econômica, religiosa, filosófica, científica<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup>Cf. *ibid.*, p. 80 – 89, para aprofundar conhecimentos sobre os “modos de operação da ideologia” e suas “estratégias típicas de construção simbólica”.

<sup>35</sup> LIBANIO, *Ideologia e cidadania*, p. 45.

<sup>36</sup> Não se objetiva analisar todas as dimensões do Liberalismo Clássico, mas explicitar primeiramente a política e em seguida a econômica, que são o eixo principal deste estudo.

### 2.3.1 Liberalismo político

Na dimensão política, sublinha-se a questão da “representação do poder” em oposição à doutrina do poder divino que seria concedido ao monarca para governar absolutamente. Quem primeiro formulou a doutrina de que o poder para governar vem da representação foi John Locke (1632 – 1704). Isso lhe atribuiu a formulação originária do Liberalismo, embora, na época, não houvesse ainda o termo, que somente aparece no século XIX.<sup>37</sup> No *Primeiro Tratado sobre Governo Civil*, ele rebate o entendimento e a tradição de que o poder do governante era de origem divina.

Após avanços e retrocessos, as ideias liberais se fortaleceram no final do século XVII. Assim, em 1689, eclodiu a Revolução Gloriosa, que colocou Maria II – protestante e casada com Guilherme de Orange – no poder da Inglaterra<sup>38</sup>. Locke participou da coordenação da revolução, e para isso, “contribuiu a sistematização das ideias liberais no *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*”<sup>39</sup>.

Essa obra discute sobre a liberdade do ser humano, inicialmente, no estado de natureza, e, ulteriormente, na sociedade política. No estado de natureza, ele tem liberdade absoluta e pode livremente decidir, dispor de seus bens e de si mesmo, porém essa liberdade tem limites impostos pelo direito natural. Assim, o ser humano não pode destruir-se a si próprio nem a nenhuma criatura que esteja em sua posse, exceto se houvesse um objetivo mais premente que a sua própria manutenção. Todas as pessoas, além de serem livres, são também iguais e independentes<sup>40</sup>.

No estado de natureza, é dever de todos conservar a humanidade em sua totalidade, mas qualquer um poderia matar, ferir, cercear liberdades ou apropriar-se de bens de outras pessoas, como forma punitiva contra alguma transgressão praticada. Os bens “tutelados” eram a vida, liberdade e bens. A punição visava a impedir a transgressão e servir de exemplo para que não fosse mais cometida pelo próprio transgressor ou por qualquer outra pessoa. No estado de natureza, a propriedade, como bem material, era garantida pelo trabalho, que acrescentava maior valor ao bem<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> PAIM; SOUZA, *Introdução histórica*, p. 9 – 10. “O termo liberalismo começou a ser empregado no século XIX. Os conservadores ingleses eram chamados de *tories* e os liberais de *whigs* até a época das reformas de 1832. Em seguida a estas, os primeiros adotaram o nome de *Conservative Party* e, logo a seguir, os segundos a denominação de *Liberal Party*.” (cf. p. 10).

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>40</sup> LOCKE, *Segundo tratado*, p. 83 – 84.

<sup>41</sup> Cf. *ibid.* p. 98 – 112,156: o ato de cultivar a terra dava ao cultivador o título de proprietário; o fruto colhido era propriedade de quem o colhera. No entanto, não era lícito apropriar-se de bens além do que era necessário para manter a vida.

No estado de natureza, os seres humanos são livres, iguais, independentes, têm um poder relativo sobre o outro, atua como juiz, executando a lei e punindo semelhantes. Isso implicava duas questões cruciais. A primeira era a possibilidade de desvios na execução da lei, em razão de posicionamentos parciais movidos por paixões e vinganças. A segunda questão é a precariedade para usufruir dos diversos direitos, pelo fato de as pessoas estarem sujeitas a que outros pudessem atentar contra elas, pois muitos não respeitam os outros<sup>42</sup>. Disso decorreu a associação das pessoas para formação da sociedade política ou civil, tornando mais seguro o gozo dos direitos.

As sociedades políticas se estabelecem mediante o consentimento da maioria das pessoas para a associação em comunidade, visando à paz entre os integrantes, a segurança de suas propriedades e a proteção contra invasões de estranhos à dita comunidade. Na sociedade política, o poder pertence ao corpo social pelo consentimento da maioria de seus integrantes. O poder deixa de ser pulverizado, para ser concentrado. É delegado a um único governo que o exerce em prol do corpo social<sup>43</sup>.

Cada pessoa se obriga a aceitar a decisão da maioria. O exercício do poder pelo governo único é lastreado por leis que são elaboradas, aceitas e consentidas pela maioria, em substituição à lei do estado de natureza. Assim, as três principais carências do estado de natureza são supridas na sociedade política: a lei para regular as relações, a autoridade para dirimir diferenças e o poder para proferição e execução da sentença justa<sup>44</sup>.

A centralidade da teoria de Locke encontra-se no parágrafo 124 do *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*: “o objetivo capital e principal da união dos homens em comunidades sociais e de sua submissão a governos é a preservação de sua propriedade [vida, liberdades, bens]. O estado de natureza é carente de muitas condições.”<sup>45</sup>

Quando, na tese central de Locke, se destacam os cuidados com a propriedade, entende-se que há destaque dos bens materiais que se remetem aos interesses da dimensão econômica. No entanto, Paim e Souza consideram que os interesses não são exclusivamente econômicos. Em muitos casos os mais relevantes são os morais e os religiosos<sup>46</sup>.

---

<sup>42</sup> Ibid., p. 88, 156.

<sup>43</sup> Ibid., p. 139.

<sup>44</sup> Ibid., p. 156 – 157.

<sup>45</sup> Ibid., p. 156 . Cf. argumento de PAIM; SOUZA, *Introdução histórica*, p. 13.

<sup>46</sup> PAIM; SOUZA, *Introdução histórica*, p. 20.

### 2.3.2 Liberalismo econômico

O Liberalismo surgiu não apenas como um movimento político contrário às monarquias absolutistas, mas também em oposição ao regime econômico mercantilista aliado ao Absolutismo. O Mercantilismo consistia no regime econômico que pressupunha a interferência do Estado para promoção do desenvolvimento e redistribuição de renda. O monarca ditava o que deveria ser produzido, quem produziria e qual região seria abastecida pela produção<sup>47</sup>.

Na perspectiva mercantilista, o mercado interno era patrimônio da nação e o rei dele se dispunha conforme seu interesse. As ações mercantilistas eram baseadas na seguinte premissa: quando alguém ganha outro perde. Isso, tanto num viés classista, quanto entre as nações<sup>48</sup>. Pode-se minimamente concluir que o Mercantilismo foi um regime no qual não havia liberdades, mas direcionamentos pelo Estado, ou, o que era pior, o direcionamento por uma pessoa, que o fazia com a convicção de que seu poder era de origem divina. Evidentemente que muitos desmandos ocorriam em benefícios de uns e prejuízos de outros.

No final do século XVIII, o Liberalismo era a ideia dominante entre os intelectuais. Assim, a busca da liberdade política ensejou a liberdade econômica. A prática da liberdade mudou a humanidade<sup>49</sup>. Nesse contexto, surge Adam Smith (1723 – 1790), personalidade importante que propõe diretrizes liberalizantes para a Economia por intermédio de sua obra clássica, “*Riquezas das Nações*”, publicada em 1776. Dentre outros pontos relevantes, tal obra explicita a propriedade privada, o individualismo, o livre comércio, a divisão do trabalho, a não intervenção do Estado nas relações econômicas, a “Mão invisível” organizadora do mercado.

A obra de Adam Smith, de forma sistematizada, deu origem ao estudo da Economia moderna. Foi lida e ainda o é por muitos que se interessam por Economia. Um dos primeiros a lê-la e ser influenciado por ela foi David Ricardo (1772 – 1823). Esse, por sua vez, também contribuiu com o liberalismo econômico. Sua principal obra de cunho liberal, de 1817, é aquela que tem como o título: “*Princípios de economia política e tributação*”.

No século XX, destaca-se o pensador liberal Ludwig von Mises<sup>50</sup> (1881 – 1973) que faz uma sistematização mais atual do Liberalismo. A respeito disso, afirma Stewart Jr:

---

<sup>47</sup> STEWART Jr. *O que é liberalismo*, p. 19.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>50</sup> Mises “foi reconhecido líder da Escola Austríaca de pensamento econômico, um prodigioso originador na teoria econômica e um autor prolífico. [...]”. Ele “foi o primeiro estudioso a reconhecer que a economia faz parte

Até o princípio deste século [sec. XX], só se podia formar uma idéia [sic.] sobre o ideário liberal a partir do estudo das obras dos grandes mestres do liberalismo clássico e dos diversos autores que os seguiram. A primeira tentativa – e, tanto quanto estamos informados, a única – de enunciar a doutrina liberal foi feita por Ludwing von Mises em 1927.

### 2.3.3 Principais características do Liberalismo econômico

O pensamento de Mises constitui o ponto de partida para a caracterização do Liberalismo Econômico, principalmente no que se refere à sua obra intitulada *Liberalismo Segundo a Tradição Clássica*<sup>51</sup>, na qual se destacam a propriedade privada, a liberdade e a paz, abordadas a seguir.

#### 2.3.3.1 Propriedade privada

A propriedade privada está no centro do Liberalismo Econômico. Locke refere-se à sua importância para aquele que é industrioso. Condena, por outro lado, o que simplesmente possui e não produz. A propriedade não decorre de nenhuma força metafísica ou mística, mas do “fato de conduzir a uma maior produtividade e, portanto, a uma maior criação de riqueza.”<sup>52</sup>

O trabalho não cooperativo tem suas limitações para gerar riquezas. Para sua maximização, advoga-se que ele seja dividido entre as pessoas. Mises afirma que, “na ausência da divisão de trabalho, não estaríamos, em qualquer campo, mais avançados hoje do que nossos ancestrais de há milhares de anos”<sup>53</sup>.

A perspectiva liberal centra-se na individualidade e não no coletivo. Nesse sentido, argumenta Mill:

Na proporção do desenvolvimento da própria individualidade, cada pessoa se torna de maior valia para si mesma, sendo, portanto, capaz de tornar-se mais valiosa para outrem. Verifica-se maior plenitude de vida em torno [sic] da própria existência e, quando há mais vida nas unidades, mais vida existe na massa formada por elas.<sup>54</sup>

---

de uma ciência maior dentro da ação humana, uma ciência que Mises chamou de ‘praxeologia’.” Cf. INSTITUTO LUDWING.

<sup>51</sup> A caracterização do Neoliberalismo Econômico inspira-se na obra de Mises. Isso não significa que os demais autores como Adam Smith e David Ricardo serão preteridos até porque eles estão na fontalidade do pensamento de Mises. Esses autores são brindados na discussão. A escolha é apenas metodológica. Para saber sobre outras características do Liberalismo, segundo Mises, ver o cap. 1 – Fundamentos da política econômica liberal – de sua obra “Liberalismo”.

<sup>52</sup> STEWART Jr, *O que é*, p. 72.

<sup>53</sup> MISES, *Liberalismo*, p. 49.

<sup>54</sup> MILL, *Da liberdade*, p. 71 – 72.

A individualidade está relacionada aos interesses das pessoas os quais suscitam a especialização e, portanto, a divisão do trabalho. A individualidade, por vezes, leva ao individualismo, que é um resultado perverso no âmbito das relações sociais. Roll assevera que Smith acreditava na harmonia desses interesses e não deveria haver privilégios para ninguém. Entendia o autor de “*Riquezas das Nações*” que não havia incompatibilidade entre harmonia social e propriedade privada<sup>55</sup>. Quando necessário, o Estado protege a propriedade privada, pois ele é instituído para essa função.

A divisão do trabalho também se realiza no nível internacional. Nesse sentido, Mill afirma que “a produção do mundo interior seria maior, ou o trabalho seria menor do que é, se cada coisa fosse produzida no lugar em que existe maior facilidade absoluta para a produção.” Cada país deve produzir o que lhe assegura vantagem ou o produto que oferece menos desvantagens<sup>56</sup>. Isso reflete as vantagens comparativas, mas essa teoria não foi capaz de fazer com que todos os países se desenvolvessem. Ela foi contraditada, principalmente na América Latina, pelo desenvolvimentismo, que, por sua vez, recebeu oposição da Teoria da Dependência.

Há, assim, em domínios liberais, a convicção da relação estreita entre propriedade privada e divisão do trabalho. Mises considera que “os liberais mantêm a opinião de que o único sistema de cooperação humana que, de fato, funciona numa sociedade baseada na divisão de trabalho, é a propriedade privada dos meios de produção”<sup>57</sup>.

Numa síntese a respeito da propriedade privada, Mises afirma que:

[...] o programa do liberalismo, se pudermos condensá-lo em uma única palavra, se resumiria no termo “propriedade”, isto é, a propriedade privada dos meios de produção (pois, no que se refere às mercadorias prontas para o consumo, a propriedade privada é um fato, e isto não é questionado pelos socialistas e comunistas). Todas as outras exigências do liberalismo resultam deste requisito fundamental.<sup>58</sup>

Admite-se que a defesa da propriedade privada dos meios de produção não significa que o sistema capitalista, baseado nela, seja perfeito. É possível encontrar aspectos que precisam ser melhorados para atender a todos. Mesmo assim, o Liberalismo Econômico é o único sistema social possível.<sup>59</sup>

---

<sup>55</sup> ROLL, *História das doutrinas*, p. 141 – 142.

<sup>56</sup> MILL, *Princípios*, v. II, p. 120.

<sup>57</sup> MISES, *Liberalismo*, p. 50.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 108. Cf. o tópico “organização da economia” do cap. 2 da obra de Mises discute os cinco diferentes sistemas de organização da economia: o sistema da propriedade privada – Capitalismo, o da propriedade privada,

### 2.3.3.2 Liberdade

A segunda característica do Liberalismo, conforme Mises, é a liberdade. Esta consiste em que ninguém seja coagido a fazer ou deixar de fazer algo, seja em virtude do uso da força ou da fraude. A liberdade não decorre do poder divino ou de causa metafísica, mas da certeza de que ela resultará em maior produtividade pelo trabalho humano, sendo, portanto, do interesse de todos<sup>60</sup>. Mises argumenta que:

Nós, liberais, não afirmamos que Deus ou a natureza tenham destinado à liberdade todos os homens, porque não nos instruímos pelos desígnios de Deus e da natureza, e evitamos, em princípio, colocar Deus e a natureza nas discussões sobre questões humanas. O que afirmamos é que somente um sistema baseado na liberdade para todos os trabalhadores garante a maior produtividade do trabalho humano, e é, por conseguinte, de interesse de todos os habitantes da terra.<sup>61</sup>

A liberdade implica que não haja restrição à propriedade privada dos meios de produção. A isso soma-se a liberdade de entrada no mercado por qualquer pessoa para exercer atividades econômicas. Não se admitem privilégios entre as pessoas, por nenhuma razão. Os destaques delas são consequência de sua melhor capacitação para atender ao consumidor, com melhores produtos e menores preços. Isso exige competitividade entre os produtores<sup>62</sup>.

Busca-se a Economia sem nenhum tipo de obstáculo. É a economia do “*laissez faire, laissez passer*”<sup>63</sup>, que, em suma, refere-se à liberdade para produzir e fazer as mercadorias circularem. O mercado deve ser livre de qualquer interferência direta ou indireta. Ele, de per si, dá conta da sua regulação. A essa possibilidade intrínseca do mercado de autoregular-se, Adam Smith denominou de “Mão invisível”<sup>64</sup>. Assim, a dinâmica mercadológica, principalmente baseada na oferta e na procura, determina o estoque e o fluxo de mercadorias, no âmbito do mercado. A “Mão invisível” contribui, assim, para o bem comum<sup>65</sup>.

Quando se discute sobre liberdade de mercado, implica-se liberdade de mercadorias originárias de produtos e do trabalho, o qual é uma forma especial de mercadoria.

---

mas com confiscos das riquezas e conseqüente distribuição, o sistema sindicalista, o de propriedade pública do meio de produção e o intervencionista.

<sup>60</sup> STEWART Jr, *O que é liberalismo*, p. 36.

<sup>61</sup> MISES, *Liberalismo*, p. 52.

<sup>62</sup> STEWART Jr, *O que é liberalismo*, p. 36.

<sup>63</sup> Cf. *ibid.*, p. 10, “é ilustrativo relembrar que, quando Luís XIV, preocupado com a má performance econômica de seu reinado, perguntou ao seu ministro da Fazenda que medidas deveriam adotar para conter a crescente insatisfação popular, ouviu como respostas: *Laissez faire, laissez passer!* [...]. A expressão significa apenas: não impeça os outros de produzir, não impeça a circulação de mercadorias. Em suma não conceda privilégios.”

<sup>64</sup> SMITH, *Inquérito sobre*, v. 1, p. 758.

<sup>65</sup> ROLL, *História das doutrinas*, p. 161.



A quantidade, a metodologia, os preços e onde as mercadorias serão produzidas são determinados pelo mercado. O local de produção não se limita às fronteiras de um país, mas estende-se por toda a Terra, desde que as condições – matéria-prima, energia, a força de trabalho – sejam favoráveis à maior produtividade.

Nesse sentido, não pode haver impedimento para a implantação de novas empresas em outros países nem impedimento para a entrada de trabalhadores estrangeiros. Estes devem ser livres para trabalhar em qualquer lugar.

A visão do Liberalismo é cosmopolita. As pessoas têm liberdade de locomoção para qualquer parte do Planeta, sejam elas empresárias ou trabalhadoras. Não pode haver restrições aos movimentos migratórios, pois isso reduz a produtividade<sup>66</sup>.

Mas a migração de capital e trabalho não pressupõe apenas completa liberdade de comércio, mas também a completa ausência de obstáculos ao seu movimento, de um país para outro. Isto estava longe de acontecer, quando do desenvolvimento inicial da clássica doutrina do livre comércio.<sup>67</sup>

Por outro lado, o trabalhador não pode ser obrigado a exercer determinada profissão. Ele é livre para escolher, mas o mercado pode indicar que seu ofício não é mais atrativo e que ele necessita mudar, para não ficar sem posto de trabalho. No âmbito do Liberalismo, ele ainda está sujeito à regulamentação do mercado por intermédio de sua “Mão invisível”.

O trabalhador faz juz ao seu salário pelo trabalho desempenhado. Quanto mais qualificado seu desempenho, melhor sua remuneração. Assim, ele sabe que quanto mais trabalhar, mais bem-remunerado será. Portanto, esforça-se ao máximo, para aumentar sua renda.<sup>68</sup> A liberdade leva à maior produtividade, pois há uma contrapartida de salário, o que não acontece com o escravo, o qual não tem interesse em esforçar-se ao extremo<sup>69</sup>. Por essa razão, a doutrina liberal condena a escravidão.

O trabalhador não pode se acomodar, mas precisa a todo o tempo procurar formas de treinamento profissional, para melhorar seu desempenho, que o leva à maior produtividade e ao melhor salário. Há uma competição entre os profissionais no mercado de trabalho. Há uma busca da melhoria individual. Nisso também se expressa o caráter individualista do Liberalismo. Cada um é responsável por si.

---

<sup>66</sup> MISES, Liberalismo, p.154.

<sup>67</sup> Ibid., p. 147.

<sup>68</sup> Ibid., p. 52.

<sup>69</sup> Ibid., p. 52.

### 2.3.3.3 Paz

A terceira característica, segundo Mises, do Liberalismo é a paz. A liberdade somente é possível, quando há paz, tanto no interior dos países, quanto entre eles. O Liberalismo condena a guerra pelos sofrimentos e mortes que causa e pela retração da cooperação social e da divisão do trabalho<sup>70</sup>.

Internamente, é necessário que haja um aparato institucional para inibir os atos geradores da perturbação da ordem. Os liberais compreendem que esse aparato é estatal, para usar o recurso da coerção para manutenção da paz. Caso contrário, as insurreições, violências e criminalidade internas prejudicam a cooperação humana, e, em última instância, a existência da sociedade corre risco. Os liberais consideram que o papel do estado é bem-limitado e voltado primordialmente para preservação da propriedade privada. Qualquer acréscimo a esse papel principal é perigoso para as liberdades<sup>71</sup>.

A punição dos que se desviam das leis estabelecidas pelo Poder Legislativo destina-se a erradicar os comportamentos perniciosos à sociedade. A aplicação da pena deve ser lastreada nas normas e não no desejo de vingança pessoal do funcionário do Estado nem tampouco da turba desejosa de justiça com as próprias mãos, como nos caso de linchamentos<sup>72</sup>.

Externamente, os liberais defendem a paz, mediante relações de cooperação pacífica entre os países sem nenhum constrangimento entre as partes. Sem esse espírito cooperativo, as relações comerciais e a divisão do trabalho são prejudicadas. A paz deve estender-se a toda a humanidade, numa perspectiva “ecumênica”.<sup>73</sup>

O Liberalismo não tem interesse em ampliar fronteiras dos países e nem aumentar o potencial bélico. Ele refuta o colonialismo que subjuga países, seus povos e culturas. Os capitalistas relutam em investir seus recursos em países onde há insegurança e medo<sup>74</sup>. No âmbito internacional, o programa liberal necessita de organismo eficiente para fazer o papel policial, evitando, contudo, as intervenções indevidas<sup>75</sup>. A Organização das Nações Unidas, antes Liga das Nações, ainda carece de instrumentalização para exercer esse papel.

---

<sup>70</sup> STEWART Jr, *O que é liberalismo*, p. 72.

<sup>71</sup> MISES, *Liberalismo*, p. 64 – 66.

<sup>72</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>73</sup> STEWART, Jr, *O que é liberalismo*, p. 39.

<sup>74</sup> MISES, *Liberalismo*, 142, 147.

<sup>75</sup> Cf. *ibid.*, p. 161 – 164 há uma discussão a respeito da Liga das Nações.

## 2.4 Um novo Liberalismo econômico?

A publicação da obra “*Riquezas das Nações*”, de Adam Smith (1776), constitui um marco importante para a Ideologia liberal do Capitalismo. Do final do século XVIII a meados do século XIX, essa Ideologia e o Capitalismo estiveram num movimento ascendente. No entanto, no final do século XIX, o movimento inverte-se para uma curva descendente, chegando ao fim com a Primeira Grande Guerra Mundial (1914 – 1919). Dentre as principais consequências desse declínio, citam-se a instabilidade das moedas e a alta taxa de desemprego<sup>76</sup>. Esse duplo movimento é definido de “ciclo de conjuntura” do Capitalismo e foi identificado, desde o começo do século XIX. Esse ciclo é composto de períodos de instabilidade, sucessivas fases de prosperidade, crise e depressão<sup>77</sup>.

Em 1929, o Capitalismo enfrentou sua pior crise. Seguiu-se um período de quatro anos de depressão com retração da produção, consumo e emprego. Mal a Economia começou a recuperar-se lentamente, entrou em nova crise em 1938, seguida de novo período de depressão, da qual a economia saiu em decorrência da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).<sup>78</sup>

Diante da incapacidade do mercado de manter a Economia estável, mediante a sua lógica intrínseca – “Mão Invisível” –, houve necessidade de o Estado fazer-se presente, para minimizar a crise econômica e social. Nesse sentido, o pêndulo desloca-se do Liberalismo para o Intervencionismo Estatal.

Destacou-se John Maynard Keynes na coordenação teórica que viabilizou a participação do Estado na regulação da conjuntura econômica, principalmente no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. O autor, principalmente em sua obra “*Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda: inflação e deflação*”, dentre outros aspectos, destaca a propensão ao consumo. Assim:

O montante que a comunidade gasta em consumo depende, evidentemente: (i) em parte, do montante de sua renda; (ii) em parte, de outras circunstâncias objetivas que o acompanham; e (iii), em parte, das necessidades subjetivas, propensões psicológicas e hábitos dos indivíduos que o compõem, bem como dos princípios que governam a distribuição de renda entre eles (que são passíveis de modificações à medida que aumenta a produção).<sup>79</sup>

---

<sup>76</sup> LEITE, *Economia de comunhão*, p. 51.

<sup>77</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 39 - 40. A partir dos anos 30 do século XX o ciclo perdeu sua regularidade.

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 40.

<sup>79</sup> KEYNES, *Teoria geral*, p. 72.

O consumo é fomentado por fatores objetivos, como, por exemplo, a “variação da unidade de salário” e a “variação na diferença entre renda e renda líquida”<sup>80</sup>. Por outro lado, há também os fatores subjetivos que aceleram ou inibem o consumo. Os que aceleram são o “Prazer, Imprevidência, Generosidade, Irreflexão, Ostentação e Extravagância”. A inibição ao consumo pode decorrer da “Precaução, Previdência, Cálculo, Melhoria, Independência, Iniciativa, Orgulho e Avareza”<sup>81</sup>.

A variável consumo, mas não apenas ela, foi importante para a formulação da política de Keynes para o enfrentamento da crise do final da década de 1920 e 1930. Para fazer a Economia engrenar, era necessário incrementar o consumo, mas, para isso, foi preciso que as pessoas tivessem salário, que provinha de empregos. A participação do governo para o aquecimento da economia foi importante. A síntese<sup>82</sup> da teoria de Keynes é que a depressão da Economia seria orientada para o crescimento mediante o aumento da demanda. Para isso, as pessoas mais pobres precisavam ter condições de consumo. Uma das alternativas era redistribuir renda dos ricos para os pobres. Keynes entendia que esse caminho fazia os donos de capitais migrar seus recursos para outros países ou convertê-los em ouro. Diante dessas circunstâncias, ele preferiu que o Estado se encarregasse da tarefa de potencializar as condições para aumentar a demanda efetiva. Para isso, o Estado tinha de contratar mais funcionários ou tinha de investir em obras públicas. No entanto, ele estava diante de grande problema: como obter recursos para investir? A solução era gastar mais do que arrecadasse mediante a tributação. O Estado tinha de operar com déficits orçamentários. Keynes tinha a esperança de que, aumentando a produção, poderia expandir a receita tributária. Para não haver redução do salário nominal, pois encontrava resistências dos sindicatos, ele preferiu reduzir o salário real (capacidade de aquisição) mediante alguma inflação. Essa, em certa medida, seria um mal menor. A teoria de Keynes foi amplamente aceita nos meios acadêmico, governamental e empresarial.

A participação do Estado na determinação de diretrizes econômicas ficou conhecida como keynesianismo (estado keynesiano) ou de estado de bem-estar (*Welfare State*), pois sua intervenção não visava única e exclusivamente à questão econômica, mas à social, evitando a degradação da pessoa humana.

---

<sup>80</sup> Ibid., p. 72 – 73.

<sup>81</sup> Ibid., p. 83.

<sup>82</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 52 – 53.

No início da década de 1940, as grandes potências mundiais encontravam-se novamente em uma situação de conflito<sup>83</sup>. Em 1944, líderes de 41 nações se reuniram em *Bretton Woods*, nos Estados Unidos da América. Eles tinham um ponto comum: o mundo não suportaria outra guerra mundial devastadora e mortífera. Assim, pretendiam buscar alternativas para a paz<sup>84</sup>. Isso, em certa medida, dependida de questões econômicas, pois os países estavam restritos aos comércios regionalizados. Muitos haviam estabelecido regramentos protecionistas. O mercado estava restrito.

Buscou-se a união dos países “em aventuras comuns e garantir seu progresso solidariamente, o que só poderá trazer benefícios econômicos e propiciar o estabelecimento de uma paz duradoura.”<sup>85</sup> A premissa era que, se os países fizessem comércio juntos, visando ao bem de todos, não haveria guerra<sup>86</sup>. Essa busca da paz é convergente com os propósitos do Liberalismo, no entanto ela, em *Bretton Woods*, tem sua origem nos governos.

Essa reunião estabeleceu nova configuração da ordem econômica mundial, com ênfase no aspecto monetário. Três foram as medidas mais importantes do encontro. Uma foi a revogação do padrão ouro e a adoção do padrão dólar. A escolha dessa moeda decorreu de sua supremacia no âmbito mundial, pois a Economia dos Estados Unidos da América estava fortalecida em razão da guerra<sup>87</sup>. Outra foi a fixação do câmbio – com pequena margem de variação –, para evitar desvalorizações. A última medida consistiu na criação de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Esses organismos, de forma geral, tinham como função “assegurar a estabilidade dos mercados financeiros e das taxas de câmbio das diferentes moedas para a reconstrução e o desenvolvimento dos países que sofreram a guerra”<sup>88</sup>.

A nova ordem mundial foi centrada e organizada pelos EUA, nação hegemônica do quarto ciclo sistêmico de acumulação, em substituição à Inglaterra, líder mundial do

---

<sup>83</sup> ARRIGHI, *O longo século*, p. 283.

<sup>84</sup> BÉLAND, *Por uma economia*, p. 41,

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 41,

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 41,

<sup>87</sup> ARRIGHI, *O longo século*, p. 284. À guisa de exemplo, em 1947, as reservas de ouro dos Estados Unidos da América equivaliam a 70% do total mundial. Ademais, “a exacerbação da demanda de dólares, por parte dos governos e empresas estrangeiras, significou que o controle norte-americano da liquidez mundial tornou-se muito maior do que estava implícito nessa extraordinária concentração de ouro monetário.”

<sup>88</sup> BÉLAND, *Por uma economia*, p. 41 – 42. A criação dessas instituições foi sugerida pelos dirigentes dos Estados Unidos da América e da Inglaterra.

terceiro ciclo. Por outro lado, apesar de a paz ser um objetivo almejado pelas nações, esse país norte-americano demonstrou seu poderio militar em Hiroshima e Nagasaki<sup>89</sup>.

Nessa nova ordem mundial, evidenciou-se a hegemonia governamental, em detrimento do setor privado. Nesse sentido, Arrighi faz o seguinte comentário:

Em todos os sistemas monetários mundiais anteriores – inclusive o britânico – os circuitos e redes de altas finanças tinham sido firmemente controlados por banqueiros e financistas privados, que os organizavam e administravam para obter lucros. O dinheiro existente no mundo, portanto, era um subproduto de atividades com fins lucrativos. No sistema monetário mundial criado em Bretton Woods, em contraste, a ‘produção’ do dinheiro mundial foi assumida por uma rede de organizações governamentais, primordialmente movidas por considerações de bem-estar, segurança e poder – em princípio, o FMI e o Banco Mundial e, na prática, o Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos, agindo em concerto com os bancos centrais dos aliados mais íntimos e mais importantes do país. Assim, o dinheiro mundial tornou-se um subproduto das atividades de gestão do Estado.<sup>90</sup>

Entre 1945 e 1970, houve um crescimento da Economia capitalista. Cresceu a produção e manteve-se o pleno emprego. Nos outros períodos de prosperidade, houve maior crescimento dos lucros em relação aos salários. Nesse, no entanto, em decorrência do fortalecimento das forças democráticas e populares – com destaque para o sindicalismo –, lucros e salários cresceram aproximadamente iguais. Isso mostra que a base para a manutenção da demanda efetiva inicialmente não decorreu dos gastos públicos, mas da redistribuição de renda<sup>91</sup>.

Nesse período, conforme afirma Singer, o setor público também expandiu na maioria dos países capitalistas, em função de eles almejarem o controle dos serviços de infraestrutura e de outros setores básicos, com o objetivo maior de planejar o desenvolvimento econômico. Esse crescimento resultou de respostas às demandas dos trabalhadores que conquistaram a “socialização da medicina, a generalização do ensino médio e o aperfeiçoamento da previdência social”.<sup>92</sup> O crescimento do Estado e as conquistas sociais dos trabalhadores estão em oposição à doutrina liberal do Capitalismo, que advoga que cada pessoa seja responsável por si em relação a qualquer necessidade.

Nesse período de expansão Econômica, é perceptível a junção do keynesianismo com o modelo fordista de produção. Por um lado, o Estado propiciava o bem-estar social (educação, saúde, seguridade e outros) das pessoas, além de dar a infraestrutura (estradas,

---

<sup>89</sup> ARRIGHI, *O longo século*, p. 283.

<sup>90</sup> ARRIGHI, *O longo século*, p. 287.

<sup>91</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 53 – 54.

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 55.

energia, comunicação) para o desenvolvimento da Economia. Por outro, os trabalhadores estavam produzindo nas linhas de montagens em movimentos repetitivos e sem criatividade<sup>93</sup>.

Após o período áureo (1945 – 1970), a Economia mundial começou a declinar, em decorrência do rompimento da chamada “circularidade virtuosa” que fora estabelecida. Havia investimentos crescentes, contínua elevação da produtividade e evolução do trabalho em sintonia com a produtividade<sup>94</sup>. Duas foram as principais causas desse declínio. A primeira foi a desestruturação do sistema monetário estabelecido em *Bretton Woods*. Em 1971, o presidente Nixon, dos EUA, suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro. A moeda norte-americana deixou de ter paridade com o ouro. Abandonou-se a fixação cambial, e a troca das moedas passou a ser orientada pela oferta e demanda do mercado de dinheiro<sup>95</sup>. A outra causa foi o aumento excessivo do preço do barril do petróleo (1973) pelos países integrantes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Em 1979, houve novo aumento do petróleo. A recessão prolonga-se até 1981.

As consequências disso foram a queda da produção, elevação da taxa de inflação, aumento de preços, diminuição de salários, falências de indústrias, desemprego, greves, movimentos populares. A Europa entrou no estágio do estagflação<sup>96</sup>. O keynesianismo já não funcionava mais, e o modelo de produção fordista estava superado, gerando insatisfação dos trabalhadores que tinham um perfil diferenciado dos anteriores. As pessoas da nova geração possuíam curso médio e não se conformavam com a “execução de tarefas repetitivas e maçantes”, mesmo que fossem bem pagas<sup>97</sup>. Quanto ao aspecto da organização do trabalho, para sair da crise, buscava-se possibilidade na “via tecnológica”<sup>98</sup>. Por outro lado, as empresas pensavam em migrar para outros países, onde os trabalhadores não tivessem consciência plena das condições de trabalho<sup>99</sup>. Isso, evidentemente, para atrair e incentivar trabalhadores e, conseqüentemente, alavancar a produtividade.

## 2.5 Neoliberalismo: a atual Ideologia do Capitalismo

Antes da crise de 1929, Mises publicou o livro “*Liberalismo Segundo a Tradição Clássica*” (1927). Essa obra teve caráter estruturante para o Liberalismo e o Capitalismo ulterior à Primeira Guerra Mundial, a qual trouxe transtornos para a Economia de Mercado.

---

<sup>93</sup> MELLO, *Crise Mundial*, p. 17.

<sup>94</sup> LINS, *Crise e reestruturação*, p. 13 – 14.

<sup>95</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 59.

<sup>96</sup> LINS, *Crise e reestruturação*, p. 13.

<sup>97</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 57.

<sup>98</sup> LINS, *Crise e reestruturação*, p. 16.

<sup>99</sup> SINGER, *O capitalismo*, p. 57.

Possivelmente, o autor, pela experiência da primeira guerra, estivesse pensando em relembrar e fortalecer os princípios liberais para o futuro. Apesar de ter sido escrito bem antes da década de 1980, esse livro tem influência marcante nesse período, principalmente quanto às críticas a respeito do uso distorcido do termo Liberalismo, que se propaga ultimamente, diferentemente de seu sentido original.

Pode-se argumentar que Mises se encontra num ponto de articulação entre duas épocas. Uma anterior à crise de 1929 e outra ulterior a ela. Mises influenciou outras personalidades que, por sua vez, influenciam o setor econômico, como, por exemplo, Hayek, que foi seu aluno. Este, em 1944, publicou o livro intitulado “*Caminho da Servidão*”, que também marcou o pensamento liberal. Foi escrito na Inglaterra e, inicialmente, fora destinado ao povo inglês. Adverte sobre o perigo de a experiência nazista da Alemanha se repetir na Inglaterra, pois ele identificava semelhanças entre os dois países. Hayek percebeu que a Inglaterra apresentava algum desprezo pelo Liberalismo do século XIX<sup>100</sup>. Para esse autor, regimes totalitários e socialistas conduzem os países para um regime de servidão, portanto contrário à liberdade.

Hayek discute os equívocos do conceito de Socialismo. Por um lado, ele pode “significar simplesmente os ideais de justiça social, maior igualdade e segurança que são os fins últimos do socialismo.” Por outro lado, o Socialismo tem métodos para chegar aos fins. Isso implica a “abolição da iniciativa privada e da propriedade privada dos meios de produção, e a criação de um sistema de ‘economia planificada’ no qual o empresário que trabalha visando o lucro é substituído por um órgão central de planejamento”. Segundo o autor, muitos não compreendem essa metodologia, apenas os fins<sup>101</sup>.

O Neoliberalismo é contra a toda forma de coletivismo. A maioria dos pontos divergentes entre essas duas doutrinas refere-se aos métodos empregados pela segunda, e “não aos fins específicos para os quais os socialistas” – uma espécie de coletivismo - desejam empregá-lo<sup>102</sup>. Para Hayek, a “planificação” da Economia necessita da intervenção do Estado, e isso é incompatível com a concorrência que é a melhor maneira de ordenar os esforços individuais. Hayek admite a combinação do planejamento com a concorrência, desde que o primeiro seja em função da segunda, e não para substituí-la.<sup>103</sup>

---

<sup>100</sup> HAYEK, *Caminho da servidão*, p. 30. Os “que estudam as correntes de ideias dificilmente deixarão de observar que há mais do que uma semelhança superficial entre o rumo do pensamento na Alemanha durante e após a Primeira Guerra Mundial e o atual rumo das ideias neste país [Inglaterra].”

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 55.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 58, 63.



Alguns estudiosos da questão liberal consideram a obra de Hayek – “*Caminho da Servidão*” – uma das fontes principais que originaram o Neoliberalismo<sup>104</sup>, que é uma espécie de contrarreforma<sup>105</sup>, diante das perspectivas keynesianas que vigoraram até aproximadamente a década de 1970. Intui-se que esse movimento contrarreformista teve a influência ou cooperação de Mises, Hayek e Friedman, quando publicaram as respectivas obras.

Milton Friedman, em 1962, deu importante contribuição para o Neoliberalismo com a publicação da obra “*Capitalismo e liberdade*”. Nesse livro, Friedman aborda as questões econômicas e sociais no contexto americano, mas repercute em outras sociedades. Enfatiza o Capitalismo competitivo como sistema de liberdade econômica e condição necessária para promover a liberdade política<sup>106</sup>. Para ele:

A organização econômica desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si próprio. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política.<sup>107</sup>

O mercado resolve todas as questões econômicas e, por conseguinte, as de ordem política, mas ressalva que o Capitalismo, apesar de ser condição necessária para a liberdade política, não é condição suficiente.<sup>108</sup>

Friedman afirma que o termo Liberalismo sofreu mudança ao longo do tempo. No final do século XVIII e início do XIX, originalmente, para essa doutrina, o indivíduo era a base da sociedade. Apregoava a redução do Estado nos assuntos econômicos e ampliação do papel do indivíduo. Almejava-se o livre mercado no exterior, como estratégia para unir as nações de forma pacífica e democrática. No campo político, o Liberalismo apoiava governos representativos e as instituições parlamentares. Advogava a redução do poder estatal, paralelamente à proteção das liberdades individuais.<sup>109</sup>

Continua o autor afirmando que, a partir do final do século XIX, especialmente após 1930 – ocasião da depressão econômica –, o Liberalismo recebeu significado diferente do original, tanto no aspecto econômico, quanto no político. Na nova perspectiva, o Liberalismo passou a ter maior aderência ao Estado, em detrimento das “providências privadas voluntárias”, para concretizar os objetivos colimados. A palavra “liberdade”,

---

<sup>104</sup> Cf. nota 5 em LEITE, *Economia de comunhão*, p. 53.

<sup>105</sup> BRUNHOFF, *A hora do mercado*, p. 34 *apud* LEITE, *Economia de comunhão*, p. 46.

<sup>106</sup> FRIEDMAN, *Capitalismo e liberdade*, p. 13.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 14.

fundamental para o sentido original de Liberalismo, cedeu, nesse novo contexto, lugar para duas outras: bem-estar e igualdade. Na concepção liberal do século XIX, a liberdade era considerada o meio para promoção do bem-estar e da igualdade. No século XX, há uma inversão desses pressupostos. Dessa forma, o bem-estar e a igualdade são pré-requisitos para acessar a liberdade<sup>110</sup>.

Do ponto de vista prático, o Neoliberalismo emergiu, basicamente, na transição dos anos 1970 para os 1980. Isso se deu, a partir de três epicentros localizados em três continentes distintos, em três eventos históricos. Em ordem cronológica, o primeiro epicentro foi a China (Ásia), em 1978, quando Deng Xiaoping inaugurou o movimento liberalizante da Economia chinesa. O segundo epicentro foi a Inglaterra (Europa), em 1979, com a eleição de Margareth Thatcher como primeira-ministra. O terceiro epicentro foram os Estados Unidos (América), com a eleição de Ronald Reagan para presidente<sup>111</sup>.

O Neoliberalismo é um novo Liberalismo, na medida em que ele surge em um novo tempo histórico, em meio à modificação do seu sentido original. Por outro lado, os liberais ou neoliberais perceberam a necessidade de interferir na participação do Estado na Economia, como agente econômico ou como regulador do mercado. Outro alvo do Neoliberalismo é a política keynesiana que busca apoiar aqueles que têm certa fragilidade econômica ou social<sup>112</sup>. Em certa medida, esses dois pontos são contrários aos pressupostos originais do Liberalismo. Assim, o Neoliberalismo não abandona as características liberais, mas constitui uma radicalização atualizada do Liberalismo.

### **2.5.1 Principais características do Neoliberalismo**

Além das características oriundas do Liberalismo Clássico, o Neoliberalismo tem outras para serem aplicadas ao mercado, primeiramente, e à sociedade, subsidiariamente, pois esta se organiza segundo a Economia. Dentre essas características, destacam-se Estado mínimo, financeirização da Economia, globalização.

O principal defensor do Estado mínimo é o filósofo americano Robert Nozick. Esse estado neoliberal limita-se às funções de “proteção dos cidadãos contra a violência, roubo, fraude e fiscalização de cumprimento de contratos [...]” Este é o tipo de estado guarda-noturno<sup>113</sup>. No desempenho de seu papel, não pode violar direitos individuais. Portanto, não

---

<sup>110</sup> Ibid., p. 14.

<sup>111</sup> HARVEY, *O neoliberalismo*, p. 11.

<sup>112</sup> Cf. LEITE, *Economia de comunhão*, p. 52: A principal crítica do neoliberalismo é a regulamentação estatal.

<sup>113</sup> NOZIK, *Anarquia, Estado*, p. 42.

pode ser usado em benefício de uns nem deve proibir as pessoas de realizar atividades para o bem delas<sup>114</sup>.

Na obra “*Anarquia, Estado e Utopia*”, vislumbra-se a posição radical de Nozick, em relação ao formato do estado, na medida em que ele apresenta os contornos do que é um estado ultramínimo:

Estado ultramínimo mantém o monopólio do uso de toda força, exceto a necessária à autodefesa imediata e dessa maneira exclui a retaliação privada (ou de alguma agência) por lesões cometidas e exigência de indenização. Mas proporciona serviços de proteção e cumprimento de leis apenas àqueles que adquirem suas apólices de proteção e respeito às leis. Pessoas que não adquirem ao monopólio um contrato de proteção nenhuma proteção recebem.<sup>115</sup>

O Estado mínimo<sup>116</sup> ou quase ausente exige remuneração pelos serviços de proteção e é praticamente um ente privado. Ele surge da associação de pessoas no estado de natureza, com vistas em exercer a proteção do grupo, sem chegar a constituir um governo, mas um grupo de natureza privada. Muitas associações surgem, mas apenas uma se torna dominante. Esse monopólio cresce com o “processo de mão invisível e através [sic.] de meios moralmente permissíveis, sem que o direito de pessoa alguma seja violado e sem que sejam apresentadas reivindicações a um direito especial que os outros não possuem.”<sup>117</sup> O princípio da “Mão invisível” de Adam Smith emerge no contexto, expressando que praticamente tudo se resolve com a lógica da Economia de Mercado.

Por sua vez, Friedman defende que o governo deve ser não apenas limitado, mas também desconcentrado, para não cercear a liberdade individual das pessoas. A ele cabem somente os papéis essenciais, como, por exemplo, o estabelecimento de normas e o arbitramento de suas interpretações<sup>118</sup>. Quando os governos ultrapassam esse papel essencial e entram nas questões econômicas, os resultados são prejudiciais ao mercado e, conseqüentemente, à população. Para a “estabilidade e o crescimento econômico”, urge reduzir a intervenção do governo.<sup>119</sup>

As medidas governamentais para o bem-estar social (keynesianismo), na concepção dos liberais, têm sido mais prejudiciais. Assim, por exemplo, o programa de habitação concentra num mesmo lugar “crianças-problema” e contribui para o crescimento da

---

<sup>114</sup> Ibid., p. 9.

<sup>115</sup> Ibid., p. 42.

<sup>116</sup> Ibid., p. 43. O proponente do Estado ultramínimo, “grandemente preocupado em proteger direitos contra a violação, transforma esta na única função legítima do Estado e alega que todas as demais são ilegítimas, porque implicam em si a violação de direitos.”

<sup>117</sup> Ibid., p. 132. Subsidiariamente ver também a p. 27.

<sup>118</sup> FRIEDMAN, *Capitalismo e liberdade*, p. 12 – 13, 44, 182.

<sup>119</sup> Ibid., p. 43 - 44. Cf. p. 37: “Toda ação de intervenção governamental limita a liberdade individual diretamente [...]”

delinquência juvenil. Por outro lado, essas crianças levam problemas para as escolas da região onde o conjunto habitacional está implantado. Para evitar essas questões, Friedman sugere que, ao invés de dar a habitação, o governo forneça dinheiro, pois, assim, as pessoas assistidas não se concentram. Ao contrário, ficam dispersas<sup>120</sup>. Para o autor, as “pessoas-problemas” têm de ficar separadas.

Apesar de defender um Estado ou governo mínimo, Friedman<sup>121</sup> aceita a intervenção governamental para a mitigação da pobreza. Sugere que uma das maneiras de fazer isso é o imposto negativo, pelo qual, pessoas pobres recebem do Estado subvenção em dinheiro. Isto é mais útil ao indivíduo, pois não interfere em sua liberdade. Friedman defende que o subsídio seja destinado às pessoas pobres, e não às de determinada classe, idade, grupo trabalhista.

A outra característica do Neoliberalismo é a financeirização, que consiste no atual modo de funcionamento do Capitalismo no âmbito mundial e de forma sistêmica. Teve origem na década de mil novecentos e oitenta. Está fundamentada na lógica da especulação, que consiste em comprar ou vender ativos com expectativas de revendê-los ou recomprá-los, obtendo lucros nos mercados de ações, imóveis, créditos e outros ativos<sup>122</sup>.

O capital, quando toma a forma financeira, deixa de ser produtivo ou empregado em atividades comerciais, pois, em certa medida, é fictício. Assim, representa “títulos de propriedades sobre riqueza futura”, sob diversas formas (ações, títulos públicos e outros)<sup>123</sup>.

Esse modo do Capitalismo atual impacta tanto as economias nacionais quanto as internacionais. O capital financeiro não tem fronteira. Ele é transnacional, porque não se restringe a esse ou àquele estado<sup>124</sup>. Na perspectiva neoliberal, a financeirização exerce função primordial, para retomar e fomentar as relações internacionais<sup>125</sup>.

Um marco importante para o fenômeno da financeirização consiste no fortalecimento do dólar na década de 1980. Assim, “a elevação das taxas de juros nos EUA atraía a centralidade das aplicações financeiras daquele país”<sup>126</sup>.

---

<sup>120</sup> Ibid., p. 161 – 171,182. O autor faz comentários como “as leis de salário mínimo”, assistência à velhice, redistribuição de renda, seguridade social. Entende que as intervenções dos governos – com foco nos Estados Unidos –, na área social, têm reflexos mais negativos que positivos.

<sup>121</sup> Ibid., p. 173 – 176. Friedman sugere o funcionamento do imposto negativo.

<sup>122</sup> BASTOS, *Financeirização, crise*, p. 1.

<sup>123</sup> Ibid., p. 2. O termo fictício foi usado por Marx, no terceiro volume (cap. XXV a XXXI) de *O Capital*.

<sup>124</sup> Ibid., p. 1.

<sup>125</sup> HAYEK, *Caminho da escravidão*, p. 205: “Em nenhum outro campo pagou tão caro por abandonar o liberalismo do século XIX como naquele em que esse abandono se iniciou: o das relações internacionais.”

<sup>126</sup> POCHMANN, *Dominação financeira*.

A globalização financeira ganhou escala e passou a liderar em novas bases a ordem capitalista mundial. Os banqueiros do mundo todo se uniram, conformando grau de poder jamais visto, capaz de submeter empresas e países à lógica financeira, inclusive parcela da política, que tem crescente presença de parlamentares e governos operando como verdadeiros funcionários do capital fictício.<sup>127</sup>

Tanto as repercussões positivas quanto as negativas se alastram a partir de um ponto a todo o sistema financeiro plasmado sobre o Planeta. À guisa de exemplo, cita-se a crise de 2007 – 2008 – quando “bolha imobiliária”, que teve início nos Estados Unidos da América, repercutiu em diversos países, trazendo consequências trágicas no âmbito econômico, social e político.

A liberalização e a desregulamentação do mercado, a globalização e o avanço das Tecnologias das Informações e das Comunicações constituem fatores importantes para a financeirização da Economia. Em um sistema de mercado totalmente livre, o capital, principalmente na forma financeira, migra para os locais onde as condições de lucro são mais favoráveis. Essa liberdade, em certa medida, está relacionada com a desregulamentação do mercado, na medida em que o Estado revoga todas as normas protecionistas que impedem a livre circulação do capital financeiro. Hayek afirma que “em nossos dias não é necessário acentuar que haverá poucas esperanças de ordem internacional ou de paz duradoura enquanto cada país puder aplicar quaisquer medidas que julgue úteis ao seu interesse imediato, por mais nocivas que sejam para os outros”<sup>128</sup>.

Outra característica é a globalização que não é fenômeno novo. Ele já existia bem antes, haja vista os ciclos sistêmicos<sup>129</sup> de acumulação nos quais havia um polo ordenador da Economia e as periferias influenciadas. A globalização atual é mais ampla, pois alcança quase toda a Terra. Na perspectiva neoliberal, busca-se a migração do trabalho<sup>130</sup>, do capital e das mercadorias comuns para qualquer parte do sistema capitalista que, com sua visão cosmopolita, domina o mundo. Dentre esses elementos capitalistas, o que tem maior facilidade de transitar pela Terra é o capital financeirizado, porque a financeirização é uma estratégia econômica que fomenta a globalização. Esse fenômeno é almejado pelos liberais e, em certa medida, dissuade os governantes das pretensões de guerra e fomenta a paz<sup>131</sup>, a qual leva ao aumento da riqueza mundial. As orientações de *Bretton Woods*, em certa medida,

---

<sup>127</sup> Ibid.

<sup>128</sup> HAYEK, *Caminho da servidão*, p. 205.

<sup>129</sup> Para maiores esclarecimentos sobre ciclos sistêmicos de acumulação, ver ARRIGHI, *O longo século*.

<sup>130</sup> MISES, *Liberalismo*, p. 52. “O que afirmamos é que somente um sistema baseado na liberdade para todos os trabalhadores garante a maior produtividade do trabalho humano, e é, por conseguinte, de interesse de todos os habitantes da terra.”

<sup>131</sup> Ibid., p. 53 e seguintes. A paz é um dos fundamentos do Neoliberalismo.

contribuíram para a globalização naquele período, principalmente em decorrência de o dólar ter lastreado o comércio.

A globalização é inevitável, tanto na perspectiva política quanto econômica. Segundo Béland, na atualidade, não se admite “pensar em afastar os continentes e os povos e submeter novamente os mercados planetários a um protecionismo hermético.”<sup>132</sup> Acrescenta que “a globalização econômica acompanhará o futuro, pois ela é uma etapa da evolução dos conhecimentos e das ciências, e induzirá à globalização política os Estados de diversos países do mundo que se tornaram interdependentes. Um retorno ao passado é impossível”<sup>133</sup>.

A integração global das nações, do trabalho, das mercadorias e do capital financeiro – a globalização – decorre do “avanço das ciências teóricas e das novas tecnologias”.<sup>134</sup> Mises, em “*Liberalismo*”, argumenta em favor dos avanços tecnológicos para o desenvolvimento de uma complexa rede de relações econômicas em proporções internacionais. Ademais, os frutos desse avanço da tecnologia concorrem para a satisfação das carências das grandes massas<sup>135</sup>.

Uma grande rede; que integra satélites, *software* e *hardware*; está estendida sobre todo o Planeta. A transmissão de voz, dados, imagens se efetiva instantaneamente, independentemente da distância. Nesse sentido, o capital financeiro migra com muita facilidade para o lugar mais propício para “crescer” sem gerar nenhuma produtividade. Os rentistas não têm nenhuma preocupação em contribuir para o bem dos outros. Buscam somente as rendas nos investimentos nacionais ou transnacionais.

### 2.5.2 O Neoliberalismo e o Consenso de Whashington

A virada neoliberal efetivou-se na transição da década de 1970 para a de 1980, sob os auspícios de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, EUA. Em prosseguimento a essa virada, em 1989<sup>136</sup>, foi realizado o denominado “Consenso de Washington”, cujo objetivo foi avaliar a situação dos países periféricos, principalmente os da América Latina, diante das doutrinas liberalizantes de caráter político e econômico que propagavam para as diversas partes do mundo, sob a orientação das duas grandes potências mundiais – EUA e Inglaterra.

---

<sup>132</sup> BÉLAND, *Por uma economia*, p. 43.

<sup>133</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>135</sup> MISES, *Liberalismo*, p. 41, 56.

<sup>136</sup> No ano da reunião do Consenso de Washington, Fernando Collor de Melo foi eleito presidente do Brasil, após disputar com Luiz Inácio da Silva.

O “Consenso de Washington” foi uma reunião promovida pelo *Internacional Institute for Economy*, em Washington (EUA), em 1989. A direção da reunião coube ao economista John Williamson, com o objetivo de avaliar a situação dos países periféricos, mais especificamente os da América Latina, e, em decorrência:

[...] discutir as reformas necessárias para que a América Latina saísse da década que alguns chamaram de perdida, da estagnação, da inflação, da recessão, da dívida externa e retomasse o caminho do crescimento, do aumento da riqueza, do desenvolvimento, quem sabe até [...] da igualdade<sup>137</sup>.

Como resultado dessa reunião, John Williamson publicou um artigo que continha um “receituário” para os países latino-americanos, como “consenso” dos principais centros e círculos de poder sediados na cidade de Washington. Esse receituário continha o seguinte decálogo de determinações para os países periféricos, principalmente os da América Latina<sup>138</sup>:

- a. “Disciplina fiscal – O Estado deve exercer rígido controle de seu orçamento, cortando os gastos públicos e evitando déficit orçamentário, mantendo o equilíbrio no planejamento econômico e financeiro”.
- b. “Direcionamento dos gastos públicos – Os investimentos do Estado serão aplicados em obras e projetos que propiciem retorno e tenham efetividade, principalmente na infraestrutura, para evitar supérfluos”.
- c. “Reforma tributária – Os tributos não devem refrear a produção e as operações internacionais, baseando-se mais nos impostos indiretos do que nos diretos”.
- d. “Liberalidade financeira – Dar fim às restrições ao crédito e entidades creditícias, principalmente as internacionais, dando liberdade e equidade às organizações nacionais”.
- e. “Taxa de câmbio – Adotar câmbio de mercado livre, evitando rígido controle pelo Poder Público, como o Banco Central do Brasil”.
- f. “Liberalização do comércio exterior [...] – Redução das alíquotas de importação e estímulo à exportação, visando à globalização da economia; [...]”.
- g. “Liberalização do capital externo – Eliminação de todos os entraves ao ingresso de capitais estrangeiros e à instalação de agências bancárias; implantação de empresas”.
- h. “Privatização de empresas – Evitar a instalação de empresas estatais e eliminar as já existentes, passando-as à iniciativa privada [...]”.
- i. “Desregulamentação da economia - Evitar a monitoração da economia por meio de leis regulamentadoras e controles do processo econômico. Adotar, de forma mitigada, o regime do *laissez-faire*. Adotar orientação

---

<sup>137</sup>FIORI, *O Consenso*.

<sup>138</sup>Essas determinações foram reproduzidas e comentadas em artigo por ROQUE, *O Consenso*.

nas relações trabalhistas com maior flexibilização das leis do trabalho, com a rigidez das formas de contratação”.

- j. “Respeito à propriedade intelectual – É o respeito às marcas, patentes, invenções, modelos e outros bens de propriedade intelectual, que, no Brasil, é chamado de Direito de Propriedade Industrial. Combater a pirataria, principal agressão à propriedade intelectual das empresas. [...]”.

Esse receituário, na verdade, é a tradução do programa neoliberal do Primeiro Mundo, principalmente a partir da vitória de Margareth Thatcher e Ronald Reagan<sup>139</sup>. O cumprimento desses princípios era condição para obter empréstimos dos organismos internacionais, como, por exemplo, o FMI, para que as situações econômica e financeira dos países fossem saneadas e estabilizadas, e eles pudessem ingressar de forma competitiva no mercado internacional.

Por essa época, o Brasil havia sofrido com os choques do petróleo e as altas taxas dos juros norte-americanos, o que elevou sua dívida externa. Isso não era muito diferente em outros países. Por outro lado, os preços das *commodities* brasileiras caíram. O México, diante da crise, decretou moratória de sua dívida externa em 1982.

No Brasil, as diretrizes do Consenso de Washington começaram a ser implementadas, de forma tímida, no governo de José Sarney. Seu sucessor, o presidente Fernando Collor de Melo, avançou no processo de liberalização da economia brasileira. É paradigmática a referência que ele fez à indústria automobilística, ao comparar automóveis nacionais a carroças<sup>140</sup>. No início de seu governo, ele abriu o país à importação de veículos<sup>141</sup>. Isso, na realidade, representava o caminho que o Brasil trilhava, no sentido liberalizante mais intenso da Economia.

A Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) de 1990, do governo Collor, postulou papéis mínimos para o Estado, como “a estabilidade econômica, a reconstrução de um ambiente favorável aos investimentos e o reforço do sistema educacional básico e de infraestrutura científica e tecnológica.”<sup>142</sup> O programa de competitividade industrial seguiu evidentemente essas orientações. A função do Estado passava a ser de articulação, mobilização e catalisação dos esforços nacionais de modernização. Para tanto, o Estado tinha

---

<sup>139</sup>FIORI, *O Consenso*.

<sup>140</sup> Os comentários do presidente Fernando Collor sobre a semelhança dos veículos nacionais com carroças foram feitos durante sua campanha eleitoral. Cf. FATIMANEWS. *Governo Collor*.

<sup>141</sup> A Medida Provisória 158 garantiu a isenção ou redução de impostos sobre importação. Essa Medida Provisória é de março de 1990, no entanto, em 12 de abril do mesmo ano, ela foi convertida na Lei n. 8.032, de mesmo teor.

<sup>142</sup> ERBER, *A política industrial*, p. 325.



de participar, de forma ativa, da construção da infraestrutura, da promoção da capacitação tecnológica, do incentivo ao progresso e busca da qualidade e produtividade<sup>143</sup>.

A implementação das regras do citado consenso continuou no governo de Itamar Franco, que substituiu Fernando Collor devido ao seu *impeachment*. O novo presidente prosseguiu com a política de privatização das empresas estatais, dentre as quais a Embraer.

Nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, intensificou-se a política neoliberalizante. Assim, em 1995, foi elaborado e implementado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que, alinhado com as determinações do Consenso de Washington, apresentava as seguintes medidas “inadiáveis”:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas pra o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas.<sup>144</sup>

Nesse processo de reforma do Estado, destacou-se Bresser Pereira – ministro da Administração Federal e Reforma do Estado – que procurou modernizar as estruturas e processos da administração pública. Por essa época, a obra de dois norte-americanos – David Osborne e Ted Gaebler – intitulada “*Reiventando o Governo*”<sup>145</sup>, tornou-se *bestseller* internacional e influenciou os processos administrativos, os agentes políticos e técnicos brasileiros. A reforma do Estado explicitava que a burocracia de Weber, baseada da racionalidade, havia sido promissora por muito tempo, mas já apresentava desvios. Esses autores orientavam que o Estado devia ser gerido de forma empreendedora e demonstravam que, mesmo em suas atividades mínimas, ele precisava desburocratizar-se e assumir uma administração de cunho mais gerencial, buscando a eficiência e eficácia.

Nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, as privatizações foram intensificadas. Dentre as empresas estatais que passaram para a iniciativa privada, destacam-se as do setor de telecomunicações, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional.

---

<sup>143</sup> Ibid., p. 325.

<sup>144</sup> BRASIL, *Plano Diretor*, p. 11.

<sup>145</sup> OSBORNE; GAEBLER, *Reiventando o governo*, p. 13 – 25.

### 2.5.3 Breve crítica econômica e social do Neoliberalismo

Embora a crítica central desta dissertação seja de cunho teológico, importa apresentar uma breve análise crítica de natureza econômica e social do Neoliberalismo. Para isso, comparam-se os aspectos teóricos da Ideologia com os empíricos da doutrina neoliberal. Após, são apresentados alguns resultados perversos advindos dessa Ideologia, embora sejam difundidas suas melhores intenções.

Ao comparar os aspectos teóricos e o desenvolvimento da Ideologia – discutidos alhures – com o empirismo da doutrina neoliberal também analisado, constata-se que o Neoliberalismo é uma Ideologia cuja concepção é negativa. Essa negatividade se expressa, por exemplo, nas concepções polêmica, epifenômica e latente referente ao pensamento de Marx. Também se enquadra na concepção de Thompson – apoiada na concepção latente de Marx –, que discute as formas simbólicas devidamente contextualizadas social e historicamente, com vistas no estabelecimento de dominação ou manutenção daquela que já está instalada.

Essas concepções negativas estão centradas no engano e na ilusão das pessoas em relação à realidade na qual se encontram. Nesse sentido, conforme argumenta Thompson, empregam-se modos diversos para a operacionalização ideológica. Esses modos, sem descartar outros, são a legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Esses são potencializados pelos meios de comunicação de massa, com destaque para aqueles de tecnologias atuais e avançadas como os eletrônicos.

Diante da perspectiva do engano e da ilusão, a Ideologia opera com duas vertentes, a aparente e a real. A aparente é a que ilude e engana. A real fica na obscuridade para aqueles que estão sob dominação. Assim, vale destacar três aspectos relevantes dessa operação. Primeiro: o Neoliberalismo tem dois objetivos básicos que o sustentam. Um diz respeito a todos e consiste na reorganização do Capitalismo de forma a trazer o bem-estar coletivo; o outro, de forma a recuperar a riqueza e a posição de prestígio da classe mais rica, solapada antes da inauguração dessa Ideologia. Segundo: o Estado Neoliberal visto na teoria e na prática. Na teoria, tem seus programas definidos em prol do bem-estar de todos. Na prática, tem trazido consequências negativas à área social, com destaque para a exclusão de muitos que se tornam descartáveis para o mercado. Terceiro: os direitos no Estado Neoliberal têm duas dimensões. Uma é o direito ao lucro e à propriedade privada, próprio do grupo dominante. A outra é o direito à igualdade e à justiça social entre todos, mas os direitos do grupo dominante prevalecem sobre os coletivos.

Nessa dicotomia, descortina-se a estrutura básica da Ideologia constituída de duas faces. Uma é simpática e interessa a todos – bem-estar, igualdade, justiça social –, mas é falácia para iludir a maioria. A outra é a face escondida, que contém o verdadeiro interesse ideológico para satisfação de um grupo dominante que chegou ao poder.

Embora este trabalho seja de natureza teológica, é fundamental apresentar, mesmo que minimamente, algumas críticas socioeconômicas ao Neoliberalismo. Dentre essas, destacam-se a primazia de financeirização em detrimento do setor produtivo, concentração de riquezas, desemprego e exclusão social.

#### 2.5.3.1 Financeirização em detrimento do setor produtivo

No âmbito do Neoliberalismo, tudo é mercadificado<sup>146</sup>, inclusive o capital. Assim, este deixa de ser investido em setor produtivo, para simplesmente ser cambiado com vistas somente em lucro, sem gerar postos de trabalho e produtos necessários ao ser humano.

O Estado Neoliberal favorece o sistema financeiro, em detrimento do bem-estar da população e da qualidade do ambiente, em proveito de bancos e instituições financeiras. Há uma tendência ao keynesianismo invertido que é a redistribuição de recursos, pelo Estado, de baixo para cima, retirando benefícios dos pobres e da classe média, para financiar e socorrer as grandes corporações capitalistas<sup>147</sup>. A essa prática “redistributiva”, Bauman denomina de “Estado assistencial para os ricos”<sup>148</sup>.

#### 2.5.3.2 Concentração de riquezas

A concentração da riqueza nas mãos de uma minoria continua sendo realidade. Em 2014, um por cento (1%) das pessoas (as mais ricas) possuía quarenta e oito por cento (48%) da riqueza mundial. Por outro lado, aos noventa e nove por cento (99%) das pessoas destinava-se cinquenta e dois por cento (52%) de tal riqueza. Há tendência de aumento dessa concentração. Calcula-se que, em 2016, um por cento (1%) dos mais ricos aumente sua riqueza para mais de cinquenta por cento (50%), enquanto menos de cinquenta por cento

---

<sup>146</sup> Cf. HARVEY, *O neoliberalismo*, p. 178 – 179: fala de mercadificação de tudo, à medida que tudo pode ser tratado como mercadoria.

<sup>147</sup> HARVEY, *O neoliberalismo*, p. 81, 202.

<sup>148</sup> BAUMAN, *Capitalismo parasitário*, p. 23. Cf. p. 27: “Essa espécie de Estado assistencial para os ricos (ou, mais exatamente, a política de mobilizar, por intermédio do Estado, os recursos públicos que as empresas capitalistas não conseguem convencer o público a lhes entregar diretamente): apenas o alcance e publicidades que acompanham assumiram proporções capazes de causar escândalo”.

(50%) da riqueza seja repartida entre os noventa e nove por cento (99%)<sup>149</sup>. Mesmo entre esses últimos a distribuição ainda é irregular.

A acumulação tem sido em ritmo rápido. Em 2010, as oitenta pessoas mais ricas do mundo retinham de 1,3 bilhões de dólares. Em 2014, elas atingem o patamar de 1,9 bilhões de dólares. Entre os multimilionários – que são apenas o grupo dos oitenta –, muitos obtiveram sua riqueza, total ou parcialmente, por intermédio de heranças<sup>150</sup>.

Os setores destacados na acumulação de riquezas são os financeiros, de seguros e farmacêuticos<sup>151</sup>. O relatório da Oxfam<sup>152</sup> aponta que os recursos de tais setores elevam a riqueza do conjunto dos mais ricos, os quais influenciam níveis econômicos e políticos. “A via mais frequente para exercer esta influência é o *lobby* direto aos governos, especialmente nos setores e nas políticas que afetam seus interesses econômicos e comerciais”<sup>153</sup>. Os gastos com *lobby* são favoráveis à minoria superaquinhoadada.

A desigualdade tem uma trágica expressão no que se refere ao quesito segurança alimentar. A Agência Brasil<sup>154</sup>, reproduzindo dados do relatório “*O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo*” (2014), noticia que cerca de 805 milhões de pessoas no mundo – uma em cada nove – sofrem de fome crônica. O documento mostra tendência para diminuição dessa taxa, mas ainda é preocupante o número de pessoas que passam fome ou são subnutridas.

Diante da tendência de aumento da desigualdade, o *Informe Temático da Oxfam* alerta os líderes mundiais para que seja construído um sistema político e econômico que vise maior justiça entre todos os cidadãos. Uma das sugestões dessa ONG é a assunção de compromissos concretos para erradicar a desigualdade extrema até 2030.<sup>155</sup>

### 2.5.3.3 Desemprego

O desemprego, seja ele estrutural ou cíclico, é outro resultado perverso do Neoliberalismo. Decorre principalmente da diminuição dos postos de trabalho em virtude das

---

<sup>149</sup>HARDOON, *Informe temático*, p. 2.

<sup>150</sup>Ibid., p. 3, 5.

<sup>151</sup>Ibid., p. 5 – 6.

<sup>152</sup> Cf. *ibid.*, p. 14: “Oxfam é uma confederação internacional de 17 organizações que trabalham juntas e mais de 90 países, como parte de um movimento global em favor de mudanças, para construir um futuro livre de injustiça que supõe a pobreza”.

<sup>153</sup>Ibid., p. 7 (Tradução nossa).

<sup>154</sup>CAMPOS, *FAO: 805*.

<sup>155</sup> Ibid., p. 10. Outros temas referem-se aos direitos da mulher, salários dignos, distribuição de carga fiscal de forma justa, serviços públicos universais e outros.

modernizações tecnológicas no setor produtivo. Isso, em última instância, acarreta a diminuição de gastos na produção e a conseqüente elevação dos lucros.

A perda do emprego ou a dificuldade de ocupar um posto de trabalho é algo preocupante nas sociedades atuais, principalmente naquelas com prevalência do Neoliberalismo, cujo foco não é a priorização de programas sociais. Nessa perspectiva, Dupas enfatiza que a principal preocupação neoliberal acerca do trabalho centrava-se na exploração do trabalhador.

Essa exploração, em certa medida, tinha origem nos modelos de produção taylorista e fordista, que alienavam os funcionários e inibiam sua criatividade, por estarem presos aos movimentos repetitivos. Atualmente, a preocupação quanto a esse tipo de exploração tem outra concorrente que é a exclusão. Assim, hoje se preocupa primacialmente com a inserção das pessoas em postos de trabalho, sem muita preocupação de como será o regime de sua execução<sup>156</sup>.

O Centro de Notícias das Organizações das Nações Unidas<sup>157</sup>, referindo-se ao relatório “*Perspectivas Sociais e de Emprego – Tendências 2015*”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), explicita que o desemprego está com tendências ao crescimento. Estima-se que, até 2019, mais de 10 milhões de pessoas em todo o mundo estarão desempregadas. A elevação da taxa de desemprego, segundo o relatório, decorre do crescimento lento da Economia. A crise do emprego é fomentada por causas estruturais. Ademais, a crise de 2008 ainda reflete negativamente nesse setor.

#### 2.5.3.4 Exclusão social

Para Dupas, a exclusão social tem várias dimensões, e sua definição é complexa. Assim, argumenta-se sobre exclusão em relação ao emprego, à pobreza, à moradia, à educação, à saúde. Ademais, para esse autor, a exclusão relaciona-se com aspectos psicossociológicos e econômicos. Os primeiros dizem respeito à sensação de insegurança, ameaça e desamparo, enquanto o aspecto econômico diz respeito às transformações econômicas em curso<sup>158</sup> que, em certa medida, impactam a vida das pessoas concretamente.

Nos países que não têm programas de bem-estar social, a definição da exclusão tem como eixo primordial a pobreza. Assim, conforme Dupas, a exclusão é:

---

<sup>156</sup> DUPAS, *Economia global*, p. 19.

<sup>157</sup> CENTRO DE NOTÍCIAS, *Estudo da ONU*.

<sup>158</sup> DUPAS, *Economia global*, p. 16, 19. Para maiores informações sobre as variações da exclusão social, ver p. 14 – 38.

[...] vista como a dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna. Nas sociedades contemporâneas, esse acesso é balizado por duas vertentes: renda disponível, normalmente fruto do trabalho e oportunidades abertas pelos programas públicos de bem-estar social.<sup>159</sup>

Diante das consequências negativas do Neoliberalismo, algumas mobilizações tomam corpo, e grupos articulam oposições a essa Ideologia e ao próprio mercado. Harvey apresenta alguns movimentos oposicionistas de diversos matizes, dos quais se destacam: (a) os ambientalistas que vinculam projetos políticos e ecológicos; (b) os anarquistas com participação de jovens como ala dos “primitivistas” que defendem o retorno ao estágio de caça-coleta; (c) os intercâmbios locais, inclusive com moedas locais; (c) os relacionados a seitas e religiões de tendência antimercado e antiliberal; (d) os de retorno ao keynesianismo modificado para tentar soluções dos problemas globais; (e) os da ética cosmopolita, na perspectiva de que o que uma pessoa faz atinge outra<sup>160</sup>.

As alternativas que têm surgido nos países periféricos – principalmente na América Latina – são as chamadas democracias sociais, nas quais não se descarta o mercado, mas se procura dar ao Estado maior autonomia e soberania para regulá-lo e evitar os efeitos perversos. Assim, as políticas públicas, principalmente de matiz social, são formuladas e implementadas. Isso tem sido recorrente em países como o Brasil, Argentina, Chile, Uruguai.

## **2.6 Liberalismo social: uma reação ao neoliberalismo?**

Apesar do receituário neoliberal e seu cumprimento – principalmente pelos países latino-americanos –, as crises não foram erradicadas. Na década de 1990, ocorre a crise social e, em 2007, inicia-se a de cunho financeiro com amplitude quase planetária<sup>161</sup>.

Nas décadas de 1980 e 1990, a Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, iniciaram a transição para a democracia, ao mesmo tempo que ajustavam políticas para enfrentamento dos desequilíbrios macroeconômicos, principalmente a alta inflação e a dívida externa. Almejava-se o crescimento desses países. No entanto, os resultados não foram satisfatórios, conforme promessas dos setores conservadores. Os aspectos macroeconômicos da Economia não foram equilibrados nem tampouco se estabeleceram as bases para o crescimento econômico almejado. Na realidade, houve mais retrocessos, pois se desestruturou e desnacionalizou o

---

<sup>159</sup> Ibid., p. 34.

<sup>160</sup> Para mais informações, ver HARVEY, *O neoliberalismo*, p. 199 – 201. Cf. BAUMAN, *O capitalismo parasitário*: as ações de cada pessoa têm efeito sobre outras de forma positiva e negativa.

<sup>161</sup> Cf. CASTELO BRANCO, *A “questão social”*, p. 24, o novo perfil do neoliberalismo tem sua gênese na “mundialização financeira”, nas “lutas de classes dos movimentos sociais” e no “aumento das desigualdades sociais entre classes, países e região do planeta”.

aparato produtivo, impediu-se o Estado de funções regulatórias, degradaram-se as políticas públicas e criminalizaram-se os movimentos sociais. Em suma, em decorrência do fracasso das políticas neoliberais, os países encontram-se em profunda crise de natureza econômica, social e mesmo institucional<sup>162</sup>. Esse quadro contribuiu para renovações políticas, econômicas e sociais nesses países, das quais se destacam:

[...] as sucessivas vitórias da *Concertación* [coalizão de partidos de esquerda, centro-esquerda e centro] no Chile, os dois triunfos de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, a chegada ao poder de Néstor Kirchner e a posterior eleição de Cristina Fernandez na Argentina e a vitória de Tabaré Vázquez no Uruguai.<sup>163</sup>

Diante das experiências negativas e das conseqüentes renovações nesses países, novos contornos estão sendo desenhados no âmbito político, social e econômico. Importa ressaltar que esses perfis estão sendo desenhados, enquanto as experiências são vividas.

Nesse sentido, os projetos neoliberais ganham novo direcionamento. Se, anteriormente, por exemplo, defendia-se o Estado mínimo, agora, nas novas configurações ele tem assumido a função regulatória das atividades econômicas. Ademais, ele, em parceria com a iniciativa privada, tem operacionalizado políticas sociais<sup>164</sup>. Há, claramente, nessa nova fase do Neoliberalismo, um campo de maior amplitude para a intervenção do Estado, principalmente nas questões sociais<sup>165</sup>. Isso, em certa medida, é coerente com Friedman, que, a despeito da liberdade no setor econômico, admite as ações do Estado para minimizar a pobreza.

Esse conjunto integrado pelo Estado e iniciativa privada, mais especificamente o mercado, remete para um modelo híbrido denominado “terceira via”. Esta, segundo Branco<sup>166</sup>, é um “sincretismo entre mercado e o Estado capaz de promover o bem-estar social. Daí a fórmula do desenvolvimento econômico – baseado no dinamismo do mercado – com a promoção da equidade social – propiciado pela ação conjunta do Estado com o terceiro setor.” Esse convívio de Estado e mercado configura uma nova forma de Liberalismo, o denominado de Liberalismo Social.

Para os liberais clássicos ou neoliberais mais ortodoxos, essa associação do Liberalismo com o aspecto “social” é incoerente. Para Mises, o “termo ‘liberalismo’ social”

---

<sup>162</sup> GARCIA, *Nuevos gobiernos*, p. 122.

<sup>163</sup> *Ibid.*, p. 122. (Tradução nossa).

<sup>164</sup> CASTELO BRANCO, *A “questão social”*, p. 23.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>166</sup> *Ibid.*, p. 24

soa estranho, visto que socialismo e liberalismo são mutuamente excludentes”<sup>167</sup>. No Liberalismo Social ou Liberalismo Contemporâneo, a propriedade privada dos meios de produção existe em função da utilidade social. Em virtude disso, Mises assevera que isso não significa que o Liberalismo esteja caminhando para o Socialismo<sup>168</sup>.

O Liberalismo contemporâneo está relacionado com um componente político histórico na América Latina, que consiste, segundo Lanzaro, no acesso dos grupamentos de esquerda ou centro-esquerda aos governos de países da região. Há, no entanto, alguma diversidade entre eles. Assim, alguns têm perfil mais populista como os da Venezuela, Bolívia e Equador. Enquanto outros governos recriam manifestações precedentes do nacionalismo popular. É o caso da Argentina e eventualmente do Panamá<sup>169</sup>. Além desses perfis, tem ocorrido a emergência de governos do tipo social-democrático, como é o caso do Brasil com o presidente Lula, o Chile com Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, e o Uruguai com Tabaré Vázquez. Isso é algo inédito na região<sup>170</sup>.

Esses governos social-democratas assumiram as regras da democracia representativa de viés liberal e respeitam os parâmetros da economia capitalista com a perspectiva de mercados abertos. No entanto, eles procuram formular e implementar políticas públicas em razão de sua matriz ideológica<sup>171</sup>, principalmente quanto às questões sociais. Do ponto de vista econômico, importa afirmar que as esquerdas demonstram tendência a acatar as restrições econômicas advindas da globalização e das mudanças nas relações capitalistas no âmbito nacional<sup>172</sup>. Sobre essa estratégia adotada pelos governos de esquerda na América Latina, Lanzaro se expressa da seguinte maneira:

Em essência esse temperamento político implica aceitar o capitalismo e tolerar às vezes um desígnio reformista efetivo, porém moderado. Em princípio, se impõe então certa continuidade com respeito às pautas vigentes e o paradigma neoliberal que se propagou na década de 1990. [...]. Assim, estamos diante de uma circulação de modelos, semelhante ao que existiu durante a época keynesiana, mas que agora se reproduz sob o domínio do neoliberalismo.<sup>173</sup>

Em síntese, o Capitalismo necessita de uma energia vital para manter-se em sua Ideologia. Esta é o espírito capitalista que “justifica o compromisso” com a Economia de

---

<sup>167</sup> MISES, *Uma crítica*, p. 69.

<sup>168</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>169</sup> LANZARO, *La socialdemocracia*, p. 41.

<sup>170</sup> Cf. *ibid.*, p. 41. Esses casos encontram semelhanças com as experiências social-democráticas tardias que emergiram na Espanha, Portugal e Grécia nos anos 1970.

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 50 (Tradução nossa).



Mercado<sup>174</sup>. Esse espírito é o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribui para justificar tal ordem e mantê-la coerentemente com o sistema<sup>175</sup>. Como constatado na análise antecedente, esse espírito modifica-se ao longo do tempo, e não poderia ser diferente, pois também foi sublinhado que o Capitalismo é dinâmico. Boltanski e Chiapello<sup>176</sup> identificaram três estágios desse espírito. O primeiro é aquele associado à figura do burguês. O Capitalismo é do tipo familiar e, no geral, não busca o gigantismo. Havia uma proximidade entre patrões e empregados. O segundo espírito adota a burocracia e valoriza a figura do diretor, aquele que não é dono e trabalha por salário, com foco nas grandes empresas. Empregados e patrões se distanciam. O terceiro espírito está relacionado com um capitalismo mundializado. As empresas estruturam-se em rede, não apenas no âmbito local, mas também no regional, nacional e internacional.

## 2.7 Considerações parciais

A Ideologia é um conceito complexo que se desenvolve ao longo da História, desde Destutt de Tracy, o seu iniciador, até a atualidade. Inicialmente, tinha o foco no estudo da gênese das ideias. Com o passar do tempo, foi incorporando outras nuances. Assim, no percurso epistemológico, assume várias concepções.

Importantes personalidades desempenharam papel importante em tal Ideologia. À guisa de exemplo, podem ser citados além de Destutt de Tracy, Marx, Engels, Mannheim, Durkheim, Thompson. Evidentemente que não apenas esses que se dedicaram ou dedicam ao estudo da Ideologia.

Marx e Engels mostram que não são as ideias que concebem o real, mas justamente o contrário. Eles defendem que são as condições reais, principalmente as materiais, que condicionam as ideias. As mudanças não podem vir das ideias, mas das transformações daquilo que é real. Eles criticam os jovens hegelianos que acreditavam que, mudando as ideias, mudariam a realidade. Na verdade, eles estavam alinhados com a ideologia dominante.

Mannheim trabalha a dimensão neutra<sup>177</sup>, contrariamente a Marx. Este defende que apenas o ponto de vista do adversário é sujeito à análise ideológica. Aquele, numa

---

<sup>174</sup> BOLTANSKI; CHIAPELLO, *El nuevo espíritu*, p. 41.

<sup>175</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>176</sup> *Ibid.*, p. 57 – 60.

<sup>177</sup> Essa não é a única dimensão que Mannheim aborda, conforme argumenta Thompson, *Ideologia e cultura*, p. 62 – 71.

perspectiva mais geral, advoga que todos os pontos de vista devem ser analisados ideologicamente.

Num outro giro, conforme argumenta Chaui, Durkheim, no afã de elevar a Sociologia à categoria de ciência, categoriza a Ideologia como algo não científico. Assim, há uma diferenciação em relação à concepção inicial de Destutt de Tracy.

Numa perspectiva de cunho mais empírico, identifica-se no sistema capitalista a existência de Ideologia que, na atualidade, é o Neoliberalismo. Tem sua origem na doutrina liberal, principalmente na vertente econômica sustentada pelos seguintes pensadores: John Locke, Adam Smith, Mises. As principais características liberais são propriedade privada, liberdade, paz.

O Neoliberalismo recebeu contribuições importantes de outros autores, como Hayek, Friedman, Nozick. Continua com as características do Liberalismo Econômico, porém, com certa radicalidade, defende o Estado mínimo – ou ultramínimo –, a financeirização da Economia, globalização.

Um instrumento do Neoliberalismo foi o Consenso de Washington que exarou um receituário para que os países seguissem a agenda liberal. Foi uma imposição aos países que dependiam de empréstimo de agências internacionais como o FMI. Assim, para obter os recursos, deveriam adotar medidas como diminuir o Estado mediante privatizações, desregulamentar a Economia, minimizar a organização dos trabalhadores.

Confrontando o Neoliberalismo com a Teoria da Ideologia, percebe-se, numa perspectiva marxista, que ele é a Ideologia dominante pertencente ao pensamento dominante. Nesse sentido, impõe condições a países, tanto no âmbito interno, quanto internacionalmente. Essa Ideologia propaga-se com facilidade, pois é instrumentalizada pelas invenções e aperfeiçoamentos dos meios de comunicação de massa, conforme argumenta Thompson.

O Neoliberalismo traz alguns efeitos colaterais que refletem negativamente na vida das pessoas. Dentre os quais, podem ser sublinhados os seguintes: financeirização em detrimento da produção, concentração de riquezas, desemprego, exclusão social.

O Neoliberalismo, para manter sua hegemonia, se autotransforma. Como nas Ciências Biológicas, ele adota algumas estratégias na tentativa de perenizar-se, como o mimetismo e o parasitismo. Nesse sentido, o sistema capitalista, que é animado atualmente pelo Neoliberalismo, sequestrou pressupostos do Cristianismo e os inverteu para estruturar a religião do mercado. Essa é de caráter idolátrico e ilude grande parte das pessoas. Assim,

destina-se o capítulo seguinte a criticar teologicamente essa idolatria que exige sacrifícios humanos.

## CAPÍTULO 3

### DEUS DA VIDA E OS ÍDOLOS DA MORTE

Após abordar, nos dois primeiros capítulos, a estrutura e a dinâmica do Capitalismo e sua ideologia – o Neoliberalismo –, urge analisar e contraditar o aspecto idolátrico da religião do mercado. Assim, neste capítulo, objetiva-se desocultar a idolatria sacrificialista dessa religião e submetê-la à crítica teológica, com base nos teólogos da libertação, principalmente Hinkelammert, Assmann, Sung e Santa Ana, os quais se dedicam com mais intensidade, ao estudo da relação entre Teologia e Economia<sup>1</sup>. Primeiramente, pretende-se apresentar a praxeologia e a metodologia, como dimensões da TdL, pois esta constitui o horizonte teológico da identificação e crítica da idolatria do mercado.

Para a desocultação e crítica dessa idolatria, é conveniente explicitar que o Capitalismo se tornou a religião do mercado e, para isso, tem sequestrado pressupostos do Cristianismo, como o amor ao próximo, o pecado original, o Paraíso e o sacrifício. No entanto, usa-os de forma invertida à do uso cristão.

Dando continuidade a essa perspectiva crítica, aborda-se a questão dos ídolos ou deuses da morte na religião do mercado. Demonstra-se que elementos constitutivos do sistema capitalista, como mercado, mercadorias, dinheiro e capital, são elevados ideologicamente, numa perspectiva religiosa, à condição de ídolos. Por fim, explicita-se que a eles são

---

<sup>1</sup> Além desses teólogos, outros concorrerão para a crítica ora proposta. Cf. RIBEIRO, *A teologia da*, p. 117 – 118. “A crítica teológica da economia política representa, portanto, um salto de qualidade nas reformulações necessárias da Teologia da Libertação, especialmente em função das transformações sociopolíticas e econômicas, como a revolução tecnológica, e a nova ordem econômica mundial, além da crise de paradigmas da modernidade.”

oferecidos sacrifícios que são custos sociais, e até mesmo vidas humanas, pois muitos, por carências, como a fome, morrem fisicamente.

### 3.1 Teologia da Libertação como horizonte crítico

A TdL surgiu na América Latina, em um contexto de opressão e dependência de seus países e de sua população mais fragilizada. As teologias de origem europeia e norte-americana não foram suficientes para o enfrentamento de tal situação, pois suas reflexões eram descoladas dessa realidade. O método dessa nova teologia revolucionou a forma de discutir temas aparentemente seculares, mas que, em última instância, têm implicações teológicas essenciais.

“A TdL nasceu no interior da emergência de uma consciência libertadora muito ampla.”<sup>2</sup> De forma mais específica, pode-se compreender o contexto em três vertentes: sócio-político-econômico, eclesial e teológico<sup>3</sup>. Nesse ambiente, a Igreja, mormente a Católica Romana, por sua hegemonia na região, não se omitiu. Nesse sentido, um grupo de teólogos passou a pensar um novo movimento teológico compatível com a América Latina que estava subjugada pelas grandes potências, principalmente no âmbito econômico. Nessa perspectiva, pode-se afirmar:

[...] que o lugar de nascimento do termo ‘libertação’ é a teoria da dependência, que procura explicar a situação do continente latino-americano, já não mais com as categorias de subdesenvolvimento, desenvolvimento, países em via de desenvolvimento, mas de países periféricos, dependentes, oprimidos e países centrais, opressores, de modo que a solução se encaminha na linha da libertação.<sup>4</sup>

Assim, a América Latina, conforme argumenta Gibellini, diferentemente do que sustentava a teoria do desenvolvimentismo, vivia um desequilíbrio estrutural, e o seu subdesenvolvimento constituía subproduto do desenvolvimento dos países ricos. Os subdesenvolvidos encontravam-se em estado de ‘dependência’, e não de interdependência<sup>5</sup>. Do âmbito sociopolítico o termo libertação foi recepcionado na linguagem cristã<sup>6</sup>.

Para Gutierrez, o termo libertação tem três níveis de significação. O primeiro refere-se à necessidade de libertar-se das opressões econômica, social e política. Está

---

<sup>2</sup> LIBANIO, *Teologia da Libertação*, p. 50.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 50 – 101. Discute com detalhes o contexto sócio-político-econômico, o eclesial e o teológico.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 147.

<sup>5</sup> GIBELLINI, *O debate sobre*, p. 14. Acrescenta o autor que “a partir de 1964 acontece uma mudança, uma ‘ruptura epistemológica’ no âmbito das ciências sociais na América Latina. [...] vai se elaborando uma teoria da dependência (André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso) como crítica à teoria do desenvolvimento (desenvolvimentismo).”

<sup>6</sup> LIBANIO, *Teologia da libertação*, p. 147.

intimamente ligado às “aspirações das classes sociais e povos oprimidos.” O segundo nível concebe a libertação do ser humano no processo histórico na medida em que vai se conscientizando de seu próprio destino. O terceiro refere-se à libertação de todo o pecado, que é a “raiz última de toda a ruptura de amizade, de toda injustiça e toda opressão”. Esses níveis pertencem ao processo único de libertação, mas não são paralelos nem sucedem um após o outro<sup>7</sup>.

A Teologia tem duas funções permanentes que são a “sabedoria” e o “saber racional”. A primeira, historicamente, corresponde aos primeiros séculos da Igreja, com base na espiritualidade com predomínio monástico. A Teologia, como “saber racional”, surgiu da separação entre teólogos e espiritualistas. A partir do século XII, a Teologia passou a ser vista e compreendida como disciplina intelectual. Em certa medida, começou a tomar *status* de ciência, apesar de questionamentos a respeito disso. Há, assim, uma articulação entre razão e fé.<sup>8</sup>

Gutierrez desenvolve também outra tarefa da Teologia, que concerne em “reflexão crítica sobre a práxis”. Práxis histórica como envolvimento ativo nos acontecimentos com base na fé operacionalizada pelo amor e também com compromisso e ação a serviço do ser humano. O aspecto crítico diz respeito à própria Teologia e seus fundamentos, de forma a não ser uma reflexão ingênua, mas consciente. Por outro lado, esta crítica teológica refere-se às questões econômicas e socioculturais, nas quais as pessoas estão envolvidas<sup>9</sup> e, muitas das vezes, sem possibilidade de se libertar.

Assim, Gutierrez define a TdL como: “a teologia como reflexão crítica da práxis histórica, é assim uma teologia libertadora, uma teologia da transformação libertadora da história da humanidade, portanto também da porção dela – reunida em “*ecclesia*” – que confessa abertamente a Cristo.”<sup>10</sup> Esta função não exclui as duas primeiras – “sabedoria e saber racional”, mas delas necessita.<sup>11</sup>

Intenta-se discutir dois aspectos basilares da TdL, que são a práxis histórica e a metodologia indutiva. Quanto à primeira, interessa abordar a relação entre práxis e fé, preferência pelos pobres e processo de libertação-salvação. Quanto à metodologia, embora

---

<sup>7</sup> GUTIERREZ, *Teologia da libertação*, p. 95 – 96. LIBANIO, *Teologia da libertação*, p. 142 – 145 também explicita uma tripartição do significado de libertação. O primeiro diz respeito a livrar-se do mundo da maldade que em síntese é libertar-se do pecado. O segundo refere-se à libertação de ordem moral, psíquica e religiosa. O terceiro está relacionado com a libertação das opressões das estruturas sociais, políticas, econômicas.

<sup>8</sup> GUTIERREZ, *A Teología de la Liberación*, p. 16 - 19.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 20- 31.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 33 (tradução nossa).

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 31.

praticamente cada teólogo tenha seu método, opta-se, nesta dissertação, por aquele que usa de mediações socioanalítica, hermenêutica e pastoral.

### 3.1.1 Praxeologia libertadora

A práxis do povo cristão ou não cristão tem grande relevância para o ato de libertação, principalmente do pobre que é o “topos” onde se encontra Deus. Sem entrar numa discussão detalhada sobre a práxis, destaca-se a proposição de Libanio sobre ela: práxis é o “conjunto de práticas que um sujeito exerce no sentido de transformar determinada relação social.”<sup>12</sup> É importante refletir sobre o seu caráter transformador e não meramente reformista.

A práxis dá suporte à TdL para dizer sobre Deus e sua obra, de forma contextualizada e a partir de um lugar geográfico e hermenêutico que, no caso, é a América Latina e o pobre, respectivamente. Assim, esta Teologia rompe com os modelos de reflexões teológicas importados da Europa e dos Estados Unidos da América, inadequados a esta região, por questões históricas, culturais, econômicas, sociais, políticas, geográficas. A práxis histórica foi ponto central da obra de Assmann – *Teología desde la praxis de la liberación: ensayo teológico desde la América dependiente* – onde afirmou:

De fato não existiu jamais e nem existe atualmente uma teologia supratemporal sem conexão com opções históricas manifestas ou ocultas. Não existe uma teologia de puras verdades eternas. Toda a teologia é necessariamente histórica no sentido de que possui um enraizamento social [...].<sup>13</sup>

A TdL, por ser uma teologia encarnada, fomenta a relação entre fé e práxis histórica. Assim, a fé assume uma dimensão mais política.

#### 3.1.1.1 Práxis e fé

A fé precisa se fazer verdade. Isto somente será possível, quando ela tiver eficácia para a libertação do ser humano<sup>14</sup> de qualquer tipo de opressão. E esse fazer-se verdade há de ser encarnado na História mediante a práxis. “A fé só ‘se torna verdade’ na práxis”<sup>15</sup>. Ela não pode se restringir a ser ou dizer a verdade, mas principalmente a ser a verdade que liberta, como explicitado no evangelho. Nesse sentido, os verbalismos escritos ou orais são

---

<sup>12</sup> LIBANIO, *Teologia da libertação*, p. 162.

<sup>13</sup> ASSMANN, *Teología desde la praxis*, p. 115 (Tradução nossa).

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 71

<sup>15</sup> RUBIO, *Teologia da Libertação*, p. 78.

irrelevantes, se não se aprofundarem na práxis<sup>16</sup>. Há, em certa medida, uma fusão da verdade política com a verdade de Deus, sendo a História o lugar desse encontro e fusão.

A dimensão praxica da fé supera as abstrações, pois sua função não é apenas interpretar a realidade, mas, sobretudo, também transformá-la<sup>17</sup>. Aqueles que responderam à vocação de Deus não podem se reduzir a um ser a-histórico insensível aos eventos que estão a sua volta. A fé que possibilita a resposta a Deus é elemento ao mesmo tempo de interpelação e resposta ao que oprime. A TdL é realista e não idealista e a fé cristã não pode ficar insulada em relação a “um projeto histórico sócio-econômico-político”.<sup>18</sup>

A experiência de Deus não se resume à dimensão abstrata, mas ocorre dentro das estruturas históricas concretas, pois o Pai se revelou na História humana, Jesus foi radicalmente humano e histórico e o Espírito Santo está atuante no mundo. A experiência com Deus, portanto, é mediada, notadamente pelo “mundo circundante” do ser humano<sup>19</sup>. As Pessoas da Trindade, além de ser relacional entre si, também se dispõem a ter uma relação com o ser humano na práxis da fé.

A experiência com a Trindade é algo que se pode ter na individualidade, mas há um grande apreço de Deus pela comunidade. Ele quer se revelar ao ser humano que esteja não apenas vivendo, mas convivendo. Libanio argui que Deus se revelou a um povo e complementa: que um exercício para se cultivar a experiência com Deus é a leitura comunitária de sua Palavra.<sup>20</sup>

### 3.1.1.2 Preferência pelos pobres

O ponto de partida para a reflexão da práxis histórica da libertação é a preferência pelos pobres, fragilizados, desprotegidos, oprimidos. As motivações para essa preferência são teo-lógica, cristológica, escatológica, apostólica e eclesiológica.<sup>21</sup> Em outro momento, L. Boff<sup>22</sup> e C. Boff apresentam outras motivações que não correspondem totalmente aos temas

---

<sup>16</sup> ASSMANN, *Teología desde la praxis*, p. 28.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 63.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 118.

<sup>19</sup> LIBANIO, *Teologia da Libertação*, p. 106, 107, 109

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 106, 107.

<sup>21</sup> BOFF, L; BOFF, C., *Como fazer teologia*, p. 66 – 68. Cf. trecho citado, pode-se ter uma visão expandida de cada tipologia.

<sup>22</sup> A divisão tipológica em cinco tópicos foi apresentada na obra *Como fazer Teologia da Libertação* de 1986. A tipologia mais sintética – três pontos – foi apresentada na obra: *Da Libertação*, de 1979. Sugere-se que os irmãos Boff expandiram o escopo da tipologia com o decorrer do tempo de vigência da TdL.



teológicos. Eles argumentam sobre a opção pelos pobres, a partir de motivações política, ética e evangélica<sup>23</sup>.

Optar pelos pobres é uma decisão política, pois o teólogo da libertação assume um lugar social ao lado dos pobres. Também é uma decisão ética, na medida em que não aceita a situação escandalosa do pobre e sua exploração. Ademais, revela interesse na promoção dos pobres, mediante, principalmente, a mudança estrutural da realidade. Por fim, a decisão é evangélica, pois as mensagens de Jesus foram destinadas primeiramente aos pobres.

Os irmãos Boff apresentam três categorias de pobre<sup>24</sup>: o inocente, o socioeconômico e o evangélico. O inocente é a vítima dos fenômenos naturais, como seca, enchentes, terras infecundas. O pobre socioeconômico é aquele que não dispõe de meios básicos para sua subsistência, como alimento, saúde, vestuário, moradia, educação, trabalho. Por último, o “pobre evangélico” é aquele que se disponibiliza com seus talentos e capacitações a serviço de Deus e do próximo. Esta pessoa não se centra em si, mas se abre desinteressadamente aos outros, preocupado em construir e desenvolver meios que gerem vida digna para todas as pessoas.

A pobreza socioeconômica constitui um dos enfoques da TdL, pois é causada pelo sistema econômico capitalista, na medida em que tanto trabalhadores como países periféricos são explorados pela força do capital nacional ou transnacional. A opção pelos pobres não se limita à luta de classe, mas incluem também as questões do negro, da mulher discriminada, dos idosos e das crianças abandonadas, dos clérigos e religiosos perseguidos.<sup>25</sup> Além desses, poderia acrescentar, numa perspectiva mais hodierna, a questão dos sem-terra, dos sem-teto, dos viciados, dos índios, dos traficados e escravizados.

Em outro giro, a pobreza evangélica também se destaca na reflexão teológica libertadora, pois ela se situa no âmago da dimensão política da fé. Essa pobreza evangélica é motivadora de ações libertadoras em favor daqueles que se encontram oprimidos. Para auxiliar no combate à pobreza socioeconômica e mesmo à inocente, é necessário desenvolver uma pobreza evangélica.

---

<sup>23</sup> BOFF, L.; BOFF, C., *Da Libertação*, p. 50. Essa tipologia tríplice converge com os argumentos de LIBANIO, *Teologia da Libertação*, p. 132, que apresenta a “motivação ético-evangélica” cujo objetivo é “político-social para terminar com a pobreza injusta”.

<sup>24</sup> BOFF, L.; BOFF, C.; *Como fazer teologia*, p. 69 – 71.

<sup>25</sup> LIBANIO, *Teologia da Libertação*, p. 131.

### 3.1.1.3 Processo de libertação-salvação

A TdL acentuou o anelo de libertar os oprimidos na América Latina, em decorrências dos sistemas econômico, social e político vigentes. Não houve maior evidência da libertação do pecado, pois, em se tratando de reflexões teológicas, este tipo de libertação está subentendido<sup>26</sup>. Preocupou-se com a libertação do ser humano numa dimensão histórica. No entanto, posteriormente, a libertação assumiu conotação integral.

Os teólogos da América Latina nas reflexões sobre dependência-libertação – originadas fora dos domínios teológicos – perceberam que, nos temas ou realidades profanas, há algo de teologal invisível, cabendo à fé cristã desocultá-lo.<sup>27</sup> Como entender que, no profano, há o teologal? A História não pode ser vista como algo monolítico, mas composta de várias dimensões que se articulam entre si. Estas são de ordem política, social, econômica, religiosa, cultural, existencial. As pessoas vivem, agem, participam, são influenciadas em cada uma delas. A maneira como atuam revela acolhimento ou rejeição a Deus e a sua graça<sup>28</sup>, pois Ele se oferece sempre ao homem em sua história. O acolhimento é explicitado, quando estas dimensões são instrumentos de justiça e fraternidade. Por outro lado, quando elas causam dominação e injustiça, principalmente as estruturais, tem-se o rechaço a Deus e sua graça. A ação salvífica de Deus ocorre na História que é única.<sup>29</sup>

Não basta que os temas teológicos sejam descobertos na realidade histórica profana, mas é necessário que haja toda uma construção teologal e teológica que vise à libertação no âmbito espiritual e histórico. Assim, um problema axial é articular o teológico e o profano; Reino de Deus e justiça; salvação e libertação histórica. Em síntese, o questionamento é: como relacionar salvação e libertação; libertação integral e parcial?<sup>30</sup>

A reflexão clássica é feita sobre temas dados pela própria religião como Graça, Deus, Criação e outros<sup>31</sup>, portanto, reflete sobre si mesma e de forma endógena. Assim, por exemplo, “a salvação é o termo técnico para expressar a situação escatológica do homem já na plenitude do Reino de Deus e na eternidade, ressuscitado e divinizado.”<sup>32</sup>

---

<sup>26</sup> BOFF, L; BOFF, C. *Da Libertação*, p. 24, 25.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 25. Ainda cf. GIBELLINI, *O debate sobre*, p. 13: “A palavra-chave ‘libertação’ está em correlação com ‘dependência’, que aparece pela primeira vez, no novo contexto histórico, nos anos sessenta, no âmbito das ciências sociais e da pedagogia”.

<sup>28</sup> GUTIERREZ, *Teologia da libertação*, p. 202.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 205, 325. Não há duas histórias. “Há uma história cristofinalizada,” cf. p. 205.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 99 – 100. O problema central é estabelecer a relação entre salvação e libertação. Cf. BOFF, L; BOFF, C. *Da Libertação*, p. 57.

<sup>31</sup> BOFF, L; BOFF, C. *Da Libertação*, p. 48.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 56.

No âmbito da TdL, o tema soteriológico, do ponto de vista situacional, é expandido. Assim, a salvação é trans-histórica, pois ultrapassa o processo histórico, mas também é intra-histórica na medida em que é antecipada e preparada no interior dos processos históricos. Essa antecipação ocorre nas libertações dos diversos cativeiros contrários ao “projeto histórico de Deus”, que visa à construção de seu Reino.<sup>33</sup>

Embora o Reino de Deus se encarne na justiça, não é coincidente com sociedade justa, pois ele vai além disso e tem caráter escatológico. Entre ambos, pode-se falar de identificação – “se identifica em” –, mas não é possível falar de uma identidade – “não se identifica com”.<sup>34</sup> O Reino de Deus é mais amplo, pois tem origem em Deus, realiza-se em parte na História e plenifica-se escatologicamente no próprio Deus. O Reino de Deus não é apenas sociedade justa, mas é também isto. Salvação não é somente libertação, mas é também isto.

Assim, pode-se afirmar que “a salvação transcende a cada uma das libertações históricas porque a morte ainda não foi vencida, porque ainda não chegamos a Deus, nem fomos totalmente assumidos por Deus, nem a criação toda foi transfigurada.”<sup>35</sup>

As libertações históricas não são plenas, mas apenas antecipação da salvação, pois elas carregam em si algo de opressão, de pecado.<sup>36</sup> A libertação integral consiste na união da libertação do pecado com as libertações das opressões e injustiças nas diversas dimensões históricas. Portanto, há relação entre política e escatologia<sup>37</sup>. Esta acontece no fim da História, mas já se realiza politicamente antes do final. Para a TdL, a escatologia tem forma encarnatória<sup>38</sup>.

A práxis histórica da fé é operacionalizada com o concurso das Ciências Sociais. Isso expressa a humildade e a não ingenuidade da TdL. Essa articulação com outras ciências, em última instância, é articulação entre fé e razão, de forma respeitosa, sem ataques nem discursos apologéticos. Essa relação é mais bem-explicitada na metodologia da TdL.

### **3.1.2 Metodologia libertadora**

O ponto marcante na TdL é o método inédito para a reflexão teológica<sup>39</sup>. A metodologia relaciona-se obrigatoriamente com a práxis que, para Clodovis Boff (Boff C.), é

---

<sup>33</sup> Ibid., p. 56, 57.

<sup>34</sup> Ibid., p. 58.

<sup>35</sup> Ibid., p. 59.

<sup>36</sup> Ibid., p. 60.

<sup>37</sup> GUTIERREZ, *Teologia da libertação*, p. 267 – 269.

<sup>38</sup> Ibid., p. 269.

<sup>39</sup> Ibid., p. 73-74.

“o verdadeiro meio de realização da prática teológica concreta”<sup>40</sup>. Esse novo método de fazer teologia é indutivo, pois parte das condições concretas como a pobreza e a opressão de pessoas, classes e povos.

Aquino Júnior argumenta que a TdL é um movimento teológico plural, de tal forma que é mais apropriado dizer que existem muitas teologias da libertação e não apenas uma<sup>41</sup>. Disso decorre que os métodos, apesar de um núcleo central, apresentam algumas diferenciações conforme seus autores. Não se pretende apresentar um estudo aprofundado de todos os métodos, os quais sustentam a crítica proposta, mas explicitar, de forma sintética, os de Clodovis Boff, de Ignácio Ellacuría e de Juan Luis Segundo. Interessa explicitar a essência profética dos métodos, que propicia a operacionalização das denúncias científicas, bíblicas e teológicas.

### 3.1.2.1 Método de Clodovis Boff: Ver – Julgar – Agir<sup>42</sup>

Clodovis Boff contribui, de forma singular, para o estudo e formulação do método sobre a Teologia do Político (TdP), no geral, e da TdL, no particular, a partir, principalmente, de sua tese de doutoramento<sup>43</sup>. A TdL, para ele, é um tipo da Teologia do Político (TdP)<sup>44</sup>. Para melhor compreensão desta última, ele estabeleceu duas categorias de teologia: a T.1 (Teologia 1) e a T.2 (Teologia 2). A primeira se interessa pelos temas tipicamente religiosos, como Deus, Jesus, Criação e outros. A segunda ocupa-se de temas seculares.<sup>45</sup> O seu método é constituído de três momentos essenciais para a reflexão teológica: Ver, Julgar e Agir.

Mediação Socioanalítica – MSA<sup>46</sup> refere-se ao primeiro momento do método: Ver. Este se baseia nas Ciências Sociais<sup>47</sup> e Humanas, para apropriar-se da realidade, pois tal tarefa é incompatível com a Teologia, em virtude de níveis epistemológicos diferentes. Usa-se

---

<sup>40</sup> BOFF, C. *Teologia e prática: teologia*, p. 26.

<sup>41</sup> AQUINO JÚNIOR, *Teoria teológica*, p. 16.

<sup>42</sup> Ver, Julgar e Agir foram acrescentados para aproximar o esquema do “método teórico-prático da Ação Católica”, cf. nota de rodapé em BOFF, C. *Teologia e prática*, p. 27.

<sup>43</sup> Prévia da tese de Clodovis Boff foi publicada de forma sintética na Revista Eclesiástica Brasileira, v. 36, de 1976, p. 789 – 810. Antes de apresentar os parâmetros para construção de um modelo metodológico da Teologia do Político, discorre a respeito de suas lacunas epistemológicas: (a) confusão entre saber e metodologia; (b) confusão entre conhecimento e realidade – teoria e práxis (cf. p. 790, 791).

<sup>44</sup> BOFF, C., *Teologia e prática: teologia*, p. 32.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 37 – 129. Nessas páginas, o autor desenvolve, de forma detalhada, a MSA.

<sup>47</sup> BOFF, C., *Teologia e prática*, p. 798, descarta o uso da Filosofia nas mediações. Por outro lado, SCANNONE, *Teologia de la liberación*, p. 40, 41 – defende a mediação filosófica, mais apropriada para a compreensão global do homem. Defende o uso de outras ciências, não apenas as sociais.

a racionalidade científica para ler a realidade. A respeito da MSA, Gibellini assim se expressa:

Substancialmente, a novidade da teologia da libertação está na introdução da mediação sócio-analítica [sic] no interior do discurso teológico; isso comporta uma reestruturação da mediação hermenêutica e da mediação prático-pastoral, mediações que já operavam no discurso teológico tradicional.

Como a adoção da mediação sócio-analítica [sic] depende de uma prévia opção em favor dos oprimidos, e dirige-se para uma práxis libertadora, privilegia-se uma análise social, não do tipo funcionalista (a sociedade é um todo orgânico), que leva a uma prática reformista, mas do tipo dialético (a sociedade é um conjunto de forças em tensão), que leva a uma práxis de libertação.<sup>48</sup>

Objetiva-se mais especificamente com a MSA o conhecimento do que sejam a opressão e a pobreza, e quais suas causas. O conhecimento dessa realidade constitui o objeto material do discurso teológico. Em síntese, essa mediação olha para o pobre e oprimido,<sup>49</sup> notadamente na dimensão socioeconômica.

Ressalva-se que, durante a MSA, podem ocorrer obstáculos epistemológicos dos quais se destacam o empirismo, teologismo, bilinguismo, mixagem semântica e o purismo metodológico<sup>50</sup>. O empirismo limita-se a descrever os fatos, não tendo um caráter analítico, nem nexos causais. O teologismo significa a ousadia de explicar todos os fenômenos, inclusive os políticos, a partir das categorias teológicas, além de prescrever as terapias, sem análise social. O bilinguismo corresponde à justaposição da análise social à reflexão teológica, ambas independentes, sem haver articulação entre elas – análise inarticulada. A mixagem semântica é a mistura das linguagens social e teológica, firmando-se ora em uma, ora em outra, cujo resultado é uma “articulação malfeita”.<sup>51</sup> O purismo metodológico na ausência de outras disciplinas para estudo e formulação de métodos para as reflexões teológicas.

Mediação Hermenêutica (MH)<sup>52</sup> corresponde ao momento do Julgar, com base na interpretação da Palavra de Deus, o que foi apreendido pela MSA. É dado mais um passo na construção teológica, quando o discurso é “formalmente teológico”. O teólogo recorre a Palavra de Deus relendo, numa perspectiva hermenêutica de libertação.<sup>53</sup> Mediante a MH

---

<sup>48</sup> GIBELLINI, *O debate sobre*, p. 20 – 21.

<sup>49</sup> BOFF, L; BOFF, C. *Como fazer teologia*, p. 40, 41.

<sup>50</sup> BOFF, C. *Teologia e prática: teologia*, p. 67 – 81.

<sup>51</sup> BOFF, L, BOFF, C. *Da Libertação*, p. 51. Nesta obra, o autor aborda os obstáculos epistemológicos de forma sintética, mas omite registro sobre o “purismo metodológico”.

<sup>52</sup> BOFF, C. *Teologia e prática: teologia*, p. 133 – 271. Nessas páginas, o autor desenvolve, de forma detalhada, a MH.

<sup>53</sup> BOFF, L; BOFF, C., *Como fazer Teologia*, p. 51.

elaboram-se “os critérios teológicos” com os quais a realidade – texto socioanalítico – é lido.<sup>54</sup>

Nessa mediação, admite-se “uma ruptura (epistemológica) e uma troca de interesse: interessa aos teólogos saber se Deus, sua graça e salvação estão ou não nesta realidade lida criticamente ou em que forma se fazem presentes”<sup>55</sup>.

Esse momento é realizado em três níveis<sup>56</sup>. O primeiro é profético e consiste em discernir “o valor histórico-salvífico da situação” e julgar se a sociedade está orientada ou não pelo desígnio de Deus diante das categorias da fé como Reino de Deus, salvação, graça, pecado. O segundo nível é um julgamento da própria tradição de fé, com o objetivo de saber se a percepção que se tem de suas categorias é legitimadora do *status quo* de opressão e dominação. Juan Luis Segundo<sup>57</sup>, em sua reflexão, sublinha a libertação da teologia de toda a infiltração ideológico-manipuladora. Assim, o estabelecimento de relações dialógicas é uma possibilidade de levantar suspeitas de manipulação da Teologia por setores dominantes da sociedade. É uma “leitura crítico-libertadora da própria tradição da fé”. O último nível refere-se à “leitura teológica de toda práxis humana”, independentemente da práxis ser de cristãos ou não cristãos. Interessa o agir do ser humano. Práxis de justiça é indicativo da afirmação de Deus; enquanto a injustiça, sua negação.<sup>58</sup>

Mediação prática corresponde ao momento de Agir. Leonardo Boff e Clodovis Boff afirmam, que nesse momento, o ideal é ir além do assistencialismo e da reforma, mas chegar à libertação. No entanto, as ações dependem de condições objetivas que a realidade oferece. Se não for possível chegar à libertação, não se devem desprezar ações que chegam apenas à reforma. Esta pode ser um dos passos do processo de libertação. Recomenda-se prudência pastoral. Apesar de a Igreja encontrar-se na instância do simbólico e sem papel determinante, ela tem peso histórico e social e deve ser libertadora. Para buscar a libertação dos oprimidos, a Igreja precisa articular-se com outras forças sociais que têm ideal convergente, pois ela anela a libertação integral, e, portanto, não pode perder a visão de Reino de Deus.<sup>59</sup>

---

<sup>54</sup> Id., *Da libertação*, p. 17.

<sup>55</sup> Ibid., p. 52.

<sup>56</sup> Ibid., p. 18.

<sup>57</sup> SEGUNDO, *Libertação da teologia*, p. 46, 47. À guisa de exemplo, Segundo questiona a infiltração dos dogmas. Discute que os cristãos valorizam mais os ritos em detrimento de atitudes de transformação da História. Id. O Dogma que liberta, p. 401, expressa que o dogma é algo que não deve oprimir, mas orientar para abertura e diálogo. Segundo faz o seguinte questionamento: “Pode essa teologia libertar o homem, se não libertar a teologia e o dogma de sua concepção de informação exata dada de uma vez para sempre?”

<sup>58</sup> BOFF, L, BOFF, C. *Da Libertação*, p. 17, 18.

<sup>59</sup> Ibid., p. 19 – 20.

Essa ação depende do nível teológico em que os atores se encontram que pode ser profissional, pastoral ou popular. Neste sentido:

[...] um teólogo profissional só pode abrir grandes perspectivas para a ação. Um teólogo pastor já pode ser mais determinado quanto às linhas de atuação. Agora, um teólogo popular tem condições de entrar num plano de concretização prática bastante preciso. Evidentemente, nos dois últimos níveis – pastoral e popular – a definição do agir só pode mesmo ser obra coletiva, levada à frente por todos aqueles que estão envolvidos na questão em pauta.<sup>60</sup>

Apesar da diferenciação entre os níveis de reflexão teológica, o ponto principal da TdL, que é a libertação do pobre no seu sentido mais amplo, não pode ser gestado individualmente nem de forma compartimentada, pois isso leva à dispersão de forças. Ademais, pode levar à competição entre os níveis, o que não é recomendável. Todos os atores e segmentos que procuram a libertação do oprimido devem estar ordenados em um sistema, no qual as diversas partes se articulam entre si. Se a luta, em certa medida, é contra um sistema e suas estruturas – no caso o Capitalismo –, minimamente é importante que a libertação esteja estruturada também de forma sistêmica, pois, do contrário, haverá desigualdade entre a correlação de forças. As orientações devem seguir planejamentos consistentes e factíveis.

Por fim, Gibellini esclarece que nenhuma mediação pode prescindir das outras, para evitar distorção do método que tende à práxis. A utilização somente da mediação socioanalítica conduz ao sociologismo, porém, se se utiliza apenas a mediação hermenêutica, chega-se ao teologismo. Finalmente, a utilização apenas da mediação prático-pastoral fecha-se no pragmatismo pastoral<sup>61</sup>.

### 3.1.2.2 Outros métodos: Ignácio Ellacuria e Juan Luis Segundo

Aquino Júnior afirma que, no método de Ellacuria, o acento não está nas interpretações dogmáticas, mas na “realização histórica (práxis) da salvação”, que implica a “transformação da realidade e, nela, a transformação da pessoa.”<sup>62</sup>

A intelecção não se efetiva primariamente no âmbito das ideias, mas na práxis histórica, em meio à realidade que é apreendida com objetivos não puramente academicistas. Pretende-se cooperar para a mudança do *status quo* opressivo em uma situação de dignidade e

---

<sup>60</sup> BOFF, L., BOFF, C., *Como fazer Teologia*, p. 61.

<sup>61</sup> GIBELLINI, *O debate sobre*, p. 20. Esse comentário do autor baseia-se nos obstáculos epistemológicos que Clodovis Boff apresenta em sua obra sobre o método.

<sup>62</sup> ELLACURIA, *Hacia una fundamentación*, p. 200 *apud* AQUINO JÚNIOR, *Teoria teológica*, p. 141.

liberdade humana. O método não é algo em si mesmo, ou um instrumento da Teologia, mas instrumento que ultrapassa essa disciplina e alcança pessoas e suas realidades opressivas.

Nesta síntese sobre o método de Ignácio Ellacuria, destaca-se a inserção dos pobres na realidade, na qual se aplicam os princípios intelectuais – intelecção –, para contribuir com a transformação dessa realidade e dar às pessoas condições mais dignas de vida individual e social. O ponto de partida disso não se concentra em conceitos, ideias ou dogmas, mas na realidade do povo, no seu lugar social. Não há, como no método de Boff C., a divisão em Teologia 1 e Teologia 2, mas uma teologia integral numa perspectiva de libertação. O melhor é falar em momento 1 e momento 2 do fazer teológico. O primeiro refere-se aos dados da fé, e o segundo, à aplicação desses à vivência histórica<sup>63</sup>.

O método teológico de Juan Luis Segundo procura unir passado e presente, sem o que a Teologia não subsiste. Ele chama este método de círculo hermenêutico e, assim, o define preliminarmente como a:

[...] contínua mudança de nossa interpretação da Bíblia em função das contínuas mudanças de nossa realidade presente, tanto individual quanto social. Hermenêutica quer dizer interpretação. O caráter circular dessa interpretação significa que cada realidade nova obriga a interpretar de novo a revelação de Deus, a mudar, com ela, a realidade e, daí, voltar a interpretar [...] e assim sucessivamente<sup>64</sup>.

Para a concreção do círculo hermenêutico, Segundo argumenta que são necessárias duas condições: (a) as perguntas do presente devem ser capazes de causar mudanças nas “concepções costumeiras da vida, da morte, do conhecimento, da sociedade, da política e do mundo em geral”; as perguntas devem gerar suspeitas sobre as ideias daquele que questiona<sup>65</sup>, cujos questionamentos não podem ser ingênuos; (b) as perguntas formuladas devem ser plenas e capazes de causar mudança na interpretação das Escrituras, pois se não houver mudança, ocorre interrupção do círculo<sup>66</sup>.

Além dessas condições, Segundo estabelece quatro pontos ou momentos do círculo hermenêutico. Quais sejam:

Primeiro: nossa maneira de experimentar a realidade, que nos leva à suspeita ideológica; segundo: a aplicação da suspeita ideológica a toda a superestrutura ideológica em geral e à teologia em particular; terceiro: uma nova maneira de experimentar a realidade teológica que nos leva à suspeita exegética, isto é, à suspeita de que a interpretação bíblica corrente não toma em consideração certos dados importantes; e quarto: nossa nova

---

<sup>63</sup> AQUINO JÚNIOR, Teoria teológica, p. 56 – 57.

<sup>64</sup> SEGUNDO, Libertação da teologia, p. 10.

<sup>65</sup> Ibid., p. 11.

<sup>66</sup> Ibid. p. 11.



hermenêutica, isto é, o novo modo de interpretar a fonte de nossa fé, que é a Escritura, com os novos elementos à nossa disposição<sup>67</sup>.

Em suma, o ponto marcante nos métodos consiste num processo que começa com a apreensão da realidade e retorna a ela, num movimento dialético, para transformá-la. Essa transformação está relacionada com o caráter profético da TdL.

### 3.1.3 Dimensão profética da Teologia da Libertação

O profetismo foi de suma importância para Israel no aspecto religioso, nacional e social. Quanto a este último, pode-se afirmar que os profetas foram “reformadores sociais” e tinham como objetivo construir uma sociedade digna para o Povo da Aliança com Deus<sup>68</sup>, apesar de o termo reformador não ser o mais adequado, pois sugere apenas alguma rearticulação daquilo que, na verdade, carece de transformação estrutural.

O ministério profético seguia uma lógica que consistia na denúncia de situações contrárias aos ensinamentos de Javé, o anúncio do julgamento e a promessa de uma nova realidade pela mudança de atitude dos que sofreram o juízo. Isso reflete o esquema que Faria<sup>69</sup> usa para a análise do ministério de alguns profetas e consiste no “tripé: denúncia, solução e esperança”. É fundamental para o ministério profético infundir esperança no povo desesperançado. E para isso a linguagem mais adequada é a metafórica. Assim o profeta anela “povoar a imaginação de seu povo, e isto transforma o desespero em energia.”<sup>70</sup>

O profetismo, de forma geral, pode ser sintetizado em três tópicos principais: tipo<sup>71</sup> de pecado denunciado; pessoas e instituições objeto da denúncia; pessoas que sofriam as injustiças ou as ações pecaminosas. Os pecados estavam relacionados à idolatria, que atentava diretamente contra Javé, às relações econômicas e sociais, nas quais os mais poderosos oprimiam os fragilizados de maneira geral, e à administração da justiça quando instrumento a favor dos poderosos. Os principais alvos das denúncias eram os reis, os sacerdotes, os falsos profetas e as pessoas detentoras de poderes socioeconômicos. Os que sofriam eram representados pelos órfãos, pobres e viúvas. Buscava-se a justiça em todos os

---

<sup>67</sup> Ibid., p. 12.

<sup>68</sup> ROBERT; FEUILLET, *Introdução à Bíblia*, p. 21. A exposição sobre a importância religiosa e política está contida nas páginas 18 – 22.

<sup>69</sup> FARIA, *Denúncia, solução e esperança*, p. 28.

<sup>70</sup> BRUEGGEMAN, *A imaginação profética*, p. 101. Para mais detalhes sobre esperança, linguagem e imaginação no ministério profético, ver páginas 79 – 103.

<sup>71</sup> Para saber dos tipos de pecados denunciados, ver FARIA, *Denúncia, solução e esperança*, p. 29 – 35. São apresentados quadros expositivos com a indicação do profeta.

sentidos e na prática de todas as pessoas indistintamente. Isaías estende a obrigatoriedade de fazer justiça a todo o israelita (isso é uma de suas grandes contribuições)<sup>72</sup>.

As práticas sacrificiais cruentas em Israel foram veementemente denunciadas pelos profetas Amós, Oseias, Miqueias e Isaías. O desejável para Deus não eram oferendas, mas justiça. A simples formalidade do ato litúrgico não indicava a conversão do ofertante individualmente nem mesmo de todo Israel.<sup>73</sup> Os sacrifícios a Javé, conforme as leis levíticas, recebiam denúncias, mais ainda eram criticados os sacrifícios aos deuses pagãos –, prática idolátrica – principalmente se suas vítimas eram seres humanos.

A TdL apresenta características que se assemelham ao profetismo de Israel, principalmente nas vertentes praxeológicas e metodológicas. Essa Teologia ocupa-se com a transformação social centrada na práxis preferencial aos pobres, como a tríade viúva, pobre e órfão do profetismo. Esse talvez não apresente abundância de medidas saneadoras das injustiças, exceto as práticas de milagres de Elias e Elizeu, no Antigo Testamento, e as de Jesus, no Novo Testamento<sup>74</sup>. Elas podem ser vistas como algo realizado com objetivo de aliviar os sofrimentos das pessoas fragilizadas pela doença, fome, exclusão social, quando ainda não se vislumbrava uma transformação estrutural como se deseja atualmente pela TdL.

Quanto ao pecado, ambos – profetismo e TdL –, se preocupam com sua prática nas diversas nuances: individual, social e nacional. A TdL foca com precisão na estrutura social com destaque para o aspecto econômico, notadamente o Capitalismo, o qual gera dois polos antagônicos: dominadores e dominados.

A espiritualidade no profetismo está relacionada com uma vida ética, pois práticas religiosas separadas da justiça e do direito em relação ao outro é algo que não agrada a Javé. Nessa mesma linha a TdL apregoa que não pode haver a concepção do ser humano em dois planos separados, como o temporal e o espiritual. A isso está relacionado o processo de libertação-salvação.

Na metodológica da TdL, vislumbram-se semelhanças ao profetismo. Neste, há denúncia, solução e promessa que aponta para esperança de uma nova realidade. Há, nos profetas, uma focalização de fatos concretos. Isso também se faz na reflexão teológica

---

<sup>72</sup> FERRY, *Há justiça econômica*, p. 47. “Os destinatários da pregação de Isaías são, segundo os textos, os reis e os príncipes, mas também os magistrados, os sacerdotes, os legisladores, os funcionários, os proprietários de terras e também os bêbados, ladrões, os violentos, em suma, todo o povo, como indica o texto de Isaías 5, 1 – 7, o célebre canto da vinha: [...]”.

<sup>73</sup> PIXLEY, *Exige o Deus*, p. 207 – 209. Ver também FERRY, *Há justiça econômica*, p. 49: em relação a Isaías afirma que: “Os sacrifícios no Templo nada valem, se não são acompanhados do respeito aos direito dos pobres.”

<sup>74</sup> FARIA, *Denúncia, solução e esperança*, p. 36.

libertadora, como diretriz metodológica de cunho indutivo, independentemente da metodologia de cada teólogo.

De forma mais específica, há uma correlação entre a tríade do profetismo e as mediações estudadas por Clodovis: mediação socioanalítica, mediação hermenêutica<sup>75</sup> e mediação pastoral. Os teólogos da libertação, como os profetas, identificam e denunciam os pecados, principalmente os estruturais, para, em seguida, julgá-los. Posteriormente, induzem à esperança de transformação. No profetismo, a Palavra julgadora de Deus vinha aos profetas. Na TdL, esta Palavra julgadora é a que ficou registrada nas Escrituras Sagradas. Por fim, os profetas anunciavam esperanças, pois Javé perdoava e mudava as situações, quando ocorria conversão verdadeira. A dimensão pastoral da metodologia da TdL leva ao agir para que ocorram as transformações necessárias a, pelo menos, minimizar os sofrimentos dos oprimidos e excluídos pelos diversos sistemas vigentes. Assmann argumenta que há dois elementos indissociáveis na atitude profética: a interpretação julgadora e a criação do novo que consiste no seu caráter prático. Assim, a “pura denúncia pode ser uma forma sublimada de alienação, simples catarse verbal proclamatória.”<sup>76</sup>

Quanto aos sacrifícios, principalmente o idolátrico, pode-se dizer que tanto o profetismo quanto a TdL os condenam. A respeito disso, Assmann fez uma comparação importante:

A luta dos profetas do Antigo Testamento contra as infiltrações da idolatria cananeia entre os israelitas segue totalmente atual. O desenvolvimento tecnocrático, quando busca despolitizar a consciência dos cidadãos para transformá-los em simples produtores e consumidores, é tipicamente uma ‘religião cananeia’ com seu culto da epifania de ‘deuses institucionais’.<sup>77</sup>

Na relação da Economia e Teologia, Assmann, Hinkelammert, Sung, Santa Ana desempenham papéis semelhantes aos dos profetas, na medida em que analisam a realidade, julgam seus aspectos pecaminosos e agem para procurar mudar o *status quo*. Esse agir tem um aspecto político na acepção mais ampla que se refere ao “social”<sup>78</sup> e não apenas ao propriamente “político”, pois a mudança não é possível apenas na perspectiva teológica.

---

<sup>75</sup> A mediação hermenêutica é o momento profético na reflexão teológica cf. BOFF, L; BOFF, C., Da libertação, p. 18.

<sup>76</sup> ASSMANN, *Teología desde la praxis*, p. 153. (Tradução nossa).

<sup>77</sup> Ibid., p. 151 (Tradução nossa). A atualidade da luta contra a idolatria encontra ressonância em VON RAD, *Teologia do Antigo*, p. 47, quando afirma que a mensagem profética “conserva-se através dos tempos”, não podendo “ser abolida”. Assim, os oráculos contra a idolatria são ressignificados hoje nesses teólogos da libertação.

<sup>78</sup> O aspecto mais amplo da política é cf. AQUINO JÚNIOR, *Teologia e política*, p. 94.

Assmann afirma que o “profetismo tem uma intrínseca dimensão política.”<sup>79</sup>. Por outro lado, pode-se dizer que a TdL tem dimensão profética e política.

Por fim, os profetas do Antigo Testamento tiveram de contraditar os profetas da corte, aqueles que tinham caráter institucional e profetizavam de forma a agradar os reis. No âmbito da Economia capitalista, encontram-se os teólogos da religião do mercado, como Novak<sup>80</sup>, cuja Teologia é criticada por alguns teólogos da TdL. Ressalta-se que a articulação da Economia com a Teologia, no âmbito da TdL, tem estado quase ausente.

### 3.1.4 A quase ausência da dimensão econômica na TdL

Os paradigmas europeus foram impostos à civilização ameríndia, em decorrência de sua conquista. Dentre esses, encontram-se o religioso e o teológico. A teologia europeia praticada na América Latina estava a serviço dos conquistadores. O paradigma teológico apoiava o político e o econômico, sendo instrumento para ampliar conquistas e dominação. Evidentemente que havia pequenas exceções.

Por volta da metade do século XX<sup>81</sup>, um grito<sup>82</sup> em busca de libertação ecoa das entranhas da América Latina. Começa então uma prática teológica libertadora, desvinculada daquela de origem europeia. Nascia a TdL, “uma nova forma de se pensar a teologia cristã”<sup>83</sup>. Não se podia, portanto, continuar com as diretrizes teológicas europeias de matiz “neo-escolástico”. Um novo paradigma então é estabelecido, não por acúmulo ou articulação em relação ao anterior, mas por transição própria e inovadora<sup>84</sup>.

Esse paradigma libertador constitui-se dos seguintes pontos relevantes, conforme explicita Sung: (a) a práxis da libertação faz parte da base da TdL, não apenas no nível histórico, mas também no metodológico; (b) o emprego das Ciências Sociais para analisar a realidade social, que posteriormente foi denominada de “mediação socioanalítica”; (c) a consciência de que tanto a Teologia quanto a Igreja são condicionadas por fatores sociais e

---

<sup>79</sup> ASSMANN, *Teología desde la praxis*, p. 153 (Tradução nossa).

<sup>80</sup> Cf., por exemplo, NOVAK, *Como o cristianismo*, 1 – 2.

<sup>81</sup> SUNG, *Teologia e economia* (a), p. 67: “Na década de 60 [sec. XX], quando a América Latina vivia a frustração do desenvolvimentismo, o fortalecimento de lutas revolucionárias e populares e a consolidação da teoria da dependência, surgiu a teologia da libertação com uma nova forma de pensar a teologia cristã.”

<sup>82</sup> Na realidade, esse grito de libertação já havia se iniciado após a conquista da América Latina. Assim, cf. DUSSEL, *Teologia da libertação*, p. 23 -29, Antônio de Montesinos “lançou em 1511 o primeiro brado crítico-profético na América”. A partir daí, outros surgiram em defesa da justiça.

<sup>83</sup> SUNG, *Teologia e economia* (a), p. 67.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 82.

econômicos<sup>85</sup>; (d) a reflexão teológica a serviço da transformação da sociedade, apontando para novas possibilidades de práxis libertadora, não pode ficar enclausurada no âmbito acadêmico; (e) centralidade da Economia na reflexão teológica.<sup>86</sup>

Desses pontos articulados entre si e circunscritos à perspectiva libertadora, Sung aponta três destaques: “relação dialética entre a práxis libertadora e a teologia, a perspectiva da opção pela libertação dos pobres, dentro de uma visão unitária da história e a introdução da mediação socioanalítica na reflexão teológica.”<sup>87</sup>

Como visto alhures, o pobre é preferencialmente o *locus* referencial da reflexão libertadora. A questão da pobreza está situada no âmbito da Economia e tem de ser “objeto de muitas reflexões teológicas”, mas não foi o que aconteceu. Após 1975, não houve reflexão libertadora – ou houve minimamente – sobre o binômio Economia e Teologia. Essa lacuna na reflexão teológica da TdL consiste numa “anomalia”.<sup>88</sup> Para referir-se a isso, Sung apoia-se em Kuhn, para quem essa anomalia é o “reconhecimento de que, de alguma maneira, a natureza violou as expectativas paradigmáticas que governam a ciência normal”.<sup>89</sup> No entanto, esse fenômeno, cuja ocorrência é própria nas ciências físicas e naturais, não é aplicável totalmente à Teologia. Por isso, Sung fala da anomalia como incongruência.

Por isso, estamos utilizando o termo ‘anomalia’ para designar uma certa incongruência entre a prática teórica atual com os paradigmas originais aceitos e/ou um certo ‘descompasso’ ou inadequação entre a linguagem teológica da libertação e as práticas históricas e os desafios que daí surgem. Em outras palavras, certos temas e procedimentos que eram esperados que fossem estudados e aprofundados, por causa da evolução das práticas históricas de libertação ou por causa das propostas originais, desaparecem ou se tornam secundárias nas reflexões dos teólogos da libertação.<sup>90</sup>

Sung<sup>91</sup>, ao estudar esse fenômeno, conclui que a causa – inicialmente uma hipótese dentre outras três – dessa anomalia consiste em “problemas na relação entre a mediação socioanalítica e a mediação hermenêutica”. Assim, no mundo moderno, a Teologia é levada a achar seu lugar afirmando um objeto material, que no, caso seria o mundo de Deus

---

<sup>85</sup> Isso é convergente com o que Marx e Engels defendem na *Teologia Alemã*, na medida em que Teologia e Filosofia constituem aspectos da consciência e das ideias e estas seriam condicionadas pelas condições históricas materiais.

<sup>86</sup> SUNG, *Teologia e economia* (a), p. 82 – 85. Par maiores detalhes, acessar “1 Paradigma da Teologia da Libertação”, p. 67 - 85

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 8. “Passada a fase da teoria da dependência, temas econômicos importantes como o neoliberalismo, a crise da dívida externa na América latina, a revolução tecnológica e mudanças nas relações de trabalho, não foram objetos de reflexão teológica [...]”

<sup>89</sup> KUHN, *As estruturas*, p. 78 *apud* SUNG, *Teologia e economia* (a), p. 101.

<sup>90</sup> SUNG, *Teologia e economia* (a), p. 102.

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 145 – 145. Sung propôs quatro hipóteses, das quais a problemática entre as mediações socioanalítica e a hermenêutica é a mais apropriada para explicar a anomalia na TdL.

configurado na Bíblia e na Tradição. Com isso haveria uma mudança de foco das lutas populares para Bíblia e a Tradição que seriam relidos. Porém, essa leitura tinha valor em si mesmo. Não havia vínculo com as práticas da libertação. Em decorrência, como os desafios econômicos modernos não estão presentes no mundo bíblico, foram deixados em segundo plano ou mesmo esquecidos. Sinteticamente, Sung, a respeito desse fenômeno, afirma:

Enfim, podemos resumir as nossas hipóteses desta anomalia na difícil relação entre as ciências sociais modernas e a teologia, ou, em outras palavras, na dificuldade de se encontrar o papel específico da teologia no mundo moderno, na relação dialética com as práticas de libertação e no diálogo com as ciências do social.<sup>92</sup>

Apesar dessa anomalia, alguns teólogos insistiram em refletir a respeito da relação entre Teologia e Economia. O grande destaque é Franz Hinkelammert, considerado um “divisor de águas”, graças ao aprofundamento que deu à temática. No entanto, por outros tem sido ignorado. Ao lado dele, destacam-se Hugo Assmann, Júlio de Santa Ana e Sung, este, com um relacionamento bastante estreito com Hinkelammert.

Esses teólogos têm conseguido articular Teologia e Ciências Sociais, nas quais a Economia está incluída. Se a ciência demonstra os fenômenos, a Teologia procura descobrir os sentidos deles com julgamentos apropriados. Com base nos pensamentos e nos métodos dos teólogos anteriormente mencionados, explicita-se, a seguir, o ponto central desta investigação, que é desocultar a idolatria do mercado e submetê-la à crítica teológica. Para isso, importa analisar inicialmente a “religião do mercado”, que tem parasitado o Cristianismo.

### **3.2 Religião do mercado: um Cristianismo invertido**

No Ocidente, com os tempos modernos, o Deus cristão foi retirado de sua posição central e deu lugar ao antropocentrismo. Os fenômenos não são mais explicados à luz da fé, mas da ciência. O ser humano perdeu o medo do sobrenatural. Sua atenção saiu da Metafísica e concentrou-se na Física (na natureza), que é visível, palpável, mensurável, transformável. As pessoas que estavam presas à caverna da cristandade libertaram-se e ingressaram no mundo da racionalidade.

A cristandade esvaziou-se com as transformações instauradas pela modernidade. Como o ser humano tem necessidade de religar-se ao transcendente, surgiu uma “nova religião” que ocupou este vazio e prometeu a salvação de todo o ser humano. Salvação que o Cristianismo não efetivou de imediato e visivelmente no grande período em que manteve sua

---

<sup>92</sup> Ibid., p. 147.

hegemonia. Essa alternativa à cristandade é a “*The Religion of the Market*”, conforme argumenta Loy<sup>93</sup>. Assim, complementa Assmann:

O essencial do mito do mercado consiste na ‘hypóstasis’, isto é, na suprapersonalização do mercado com atributos de agente autônomo. Uma vez chegados a tamanha fé, os homens puderam abrir-se a uma confiança ilimitada. Não importava se ‘os moinhos satânicos’ descartavam todas as necessidades humanas’. Um dia o mercado redentor as atenderia todas, na sua mágica benfazeja.<sup>94</sup>

A religião do mercado, também referida por Sung como “religião econômica” e como “boa nova”, difere da cristandade tradicional. Enquanto esta se preocupava com um mundo transcendente, escondido e “invisível”, aquela concentra seus interesses no âmbito da história futura, mas com sinalizações já no presente.<sup>95</sup> O transcendente do mercado é imanente<sup>96</sup>. O que interessa é o imediato, não há tempo para esperar o além, sobre o qual a razão não tem controle.

Para Benjamin, a religião do mercado é uma religião cultual, pois valoriza a ritualística, mesmo que não cultive nenhum dogma. Seu culto é perene e culpabilizador. Perene, pois, nessa religião, a todo instante, as pessoas estão envolvidas numa forma cültica. Culpabilizador, porque não permite expiação, mas a destruição do ser humano pela culpabilização ao extremo<sup>97</sup>.

Com essa aura religiosa, o mercado perdeu sua característica de espaço de trocas<sup>98</sup>, cujo destaque é o estabelecimento de relações humanas no âmbito da História. A respeito disso, Sung afirma:

O mercado não é apresentado como um produto histórico das relações sociais, mas como uma “evolução da natureza”, como evolução de algo natural à essência humana. Houve, na verdade, uma recaída numa “religião do destino”, na qual os homens se entregam ao arbítrio de forças externas que não controlam. A diferença desta religião do destino com outras pré-modernas é que esse destino, alheio à consciência e vontades humanas, é visto agora como destino “científico” e, ademais, beneficentemente providencial.<sup>99</sup>

---

<sup>93</sup> LOY, *The Religion of Market*, p. 275 – 289.

<sup>94</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 232- 233.

<sup>95</sup> SUNG, *Teologia e economia* (b), p. 191 – 192.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 191 - 192.

<sup>97</sup> BENJAMIM, *Capitalismo como religião*, p. 1 – 2.

<sup>98</sup> CHRISTO, *Consumo, Logo Existo*. Afirma Frei Beto: “hoje as relações de consumo são desprovidas de troca, impessoais, não mais mediatizadas pelas pessoas. Outrora, a quitanda, o boteco, a mercearia criavam vínculos entre o vendedor e o comprador, e também constituíam o espaço das relações de vizinhança, como ainda ocorre na feira.”

<sup>99</sup> SUNG, *Teologia e economia* (b), 194.

### 3.2.1 Pressupostos sequestrados do Cristianismo

Há correlação entre mercado capitalista e ciência. Ambos levam as pessoas à ilusão de que não precisam de Deus, pois este na verdade está morto. Em seu lugar se erigiu um “Super-Homem” e uma “Super-Instituição”, que pode ser o mercado no mundo capitalista ou o planejamento centralizado no Socialismo. Essas instituições levariam o ser humano ao “paraíso”, nesse caso Deus é prescindível<sup>100</sup>.

O amor ao próximo, o pecado original, o Paraíso e os sacrifícios são os principais pressupostos cristãos que estruturam o mercado como religião. No entanto, quando eles aportaram na ambiência do sistema capitalista sofreram inversão de seus significados cristãos originais.

#### 3.2.1.1 Amor ao próximo

O mercado como religião no Ocidente, ao sequestrar os principais pressupostos do Cristianismo, sugere uma proximidade radical entre os dois. Nesse sentido, Benjamim afirma que “o capitalismo desenvolveu no Ocidente como um parasita no cristianismo [...] de tal maneira que, no final, a história do cristianismo é essencialmente a de seu parasita, o capitalismo.”<sup>101</sup> O Cristianismo se tornou um alimentador do Capitalismo.

Há que sublinhar que os pressupostos cristãos sequestrados, na lógica da religião do mercado, têm outro sentido diferente do original, portanto, são apresentados e vividos de forma invertida. Essa inversão é de ordem ideológica. Ademais se assemelha à passagem do Gênesis, referente à deturpação da Palavra de Deus efetuada pela serpente que objetivou enganar o ser humano, como de fato o fez. Na inversão dos pressupostos do Cristianismo há um conteúdo ou inspiração de ordem demoníaca<sup>102</sup>.

A inversão de temas essenciais do Cristianismo é o ponto central do paradigma econômico<sup>103</sup>. Ela tem origem no fetiche que valoriza o objeto em detrimento do humano. Nessa perspectiva, homens e mulheres continuam no engano e na ilusão mercadológica, ideológica e idolátrica.

Mais que sequestro dos pressupostos do Cristianismo, houve um sequestro do Evangelho de Cristo que foi simplificado<sup>104</sup>. Além dessa simplificação, foi adulterada a

---

<sup>100</sup>Ibid., p. 200. “A ilusão transcendental retira da teologia o seu espaço na sociedade moderna. O ateísmo moderno se funda justamente nesta ilusão de poder prescindir de Deus para a realização de todos os desejos humanos.” (cf. p. 200).

<sup>101</sup> BENJAMIM, *Capitalismo como religião*, p. 1, 2.

<sup>102</sup> Sobre inversão dos pressupostos do cristianismo ver ASSMANN, *Economia e Teologia*, p. 211.

<sup>103</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 173

<sup>104</sup> ASSMANN, *Crítica à lógica*, p. 86.



essência do Cristianismo contida no verdadeiro Evangelho, que é a “concepção cristã do amor ao próximo”, e conseqüentemente, “do amor a Deus.”<sup>105</sup> No evangelho do mercado o amor significa defesa de interesses próprios, pois só assim, se alcançará o “bem-estar da coletividade”<sup>106</sup>. Isto na verdade não passa de mágica do Capitalismo, que é fazer o bem por intermédio do mal<sup>107</sup>. Em suma, amar ao próximo e conseqüentemente ao mercado é ser egoísta, perspectiva diametralmente oposta aos ensinamentos de Jesus Cristo.

O mercado cultiva uma promessa dita original no sentido de que o interesse próprio plenamente apoiado gera crescimento econômico rápido e produção de riqueza. Além dessa promessa, outra de caráter complementar se impõe o “interesse próprio é a base imprescindível para uma sociedade democrática.”<sup>108</sup>

Para Assmann essa forma “real” de amar o próximo – cultivar interesse próprio – constitui o fundamento principal sobre o qual se erigiu a Teologia do mercado. Nessa perspectiva, o ser humano deixa de ser alguém que “deveria ser” – ideal e passa a ser como “realmente é”. Há uma passagem do ser humano ideal para o real. É nesse quadro que se deve situar a reflexão sobre a construção teológica econômica referente ao modo realista de amar o próximo<sup>109</sup>.

Neste sentido realista o ser humano claramente evidencia seu caráter pecaminoso. Na religião do mercado os pecados, ditos vícios, são transformados em virtudes<sup>110</sup> que beneficiam a racionalidade econômica. Sobre isso Assmann argumenta:

A ‘racionalidade econômica’ reside basicamente nos indivíduos. É fundamental reter este aspecto, porque se liga diretamente ao conceito de ‘liberdade econômica’ e propriedade privada. É no âmbito da ‘racionalidade’ subjetiva que ela é santificada.<sup>111</sup>

O ser humano ideal é um entrave para a disseminação do mercado capitalista, ou numa perspectiva teológica, para a religião econômica, pois, para alcançar o interesse próprio, admitem-se manipulações com vistas a maximizar o lucro, diferentemente de apenas entesourar.

O processo de secularização não eliminou os deuses e as religiões, mas “a substituição da soberania de Deus como fundamento da sociedade e das promessas

---

<sup>105</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 351.

<sup>106</sup> SUNG, *Teologia e economia* (b), p. 194.

<sup>107</sup> SANTA ANA, *O amor e as paixões*, p. 78. Cf. também: SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 34.

<sup>108</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 157.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 145, 146.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 147. Cf. p. 154, acrescenta-se que a racionalidade econômica é própria de um mundo realista, no qual as pessoas têm vícios e pecados.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 151.

escatológicas pela noção de soberania popular e mais tarde pela da racionalidade econômica do mercado [...].”<sup>112</sup> Nesse contexto secular, mas, sem desprezar o religioso, o sistema de mercado foi sistematizando um sistema teológico que a ele subjaz.

A Economia de mercado nos seus primórdios tinha diversos elementos teológicos explícitos que compunham sua “teologia”. No entanto, com a evolução do pensamento econômico houve uma crescente ocultação dessa Teologia até ficar totalmente escondida.<sup>113</sup> Um fator fundamental para essa invisibilidade foi “a afirmação definitiva do paradigma do interesse próprio”<sup>114</sup>. Apesar da ocultação da Teologia da religião do mercado, “o pensamento burguês jamais desdenhou de todo o suporte teológico explícito.”<sup>115</sup>

Com a ocultação da Teologia e da religião do mercado suas práticas devocionais não são percebidas como tal no dia a dia<sup>116</sup>. Nesse sentido Assmann afirma:

Agora, a coisa mais fantástica na ‘religião econômica’ é que ela opera com todas essas profundas experiências devocionais sem precisar apresentar-se como religião. Aliás, ela funciona muito melhor quando a gente nem se dá conta de que está realizando atos devocionais e tendo experiências de caráter religioso. O deus dessa ‘religião econômica’ detesta aparecer, é de uma infinita modéstia, apesar de estar ativo, tão poderosa e providencialmente, em tudo o que se refere à economia.<sup>117</sup>

Nessa ocultação da Teologia e também da religião do mercado sugere um caráter esotérico. Assim, somente os “iniciados” teriam acesso aos seus conhecimentos, no entanto uma “migalha” propositalmente é deixada visível para gerar fascínio, interesse, mistério e confiança nessa religião.

Na realidade, o amor, na concepção capitalista, é puramente interesse, enquanto que no Cristianismo está imbricado com valores. “Se os interesses podem ser negociados, o mesmo não ocorre com os valores quando se manifestam através daquela intensidade de vida. Os interesses podem estar movidos pelas paixões. Os valores são nutridos pelo amor.”<sup>118</sup>

O amor ao próximo é o ponto de partida para o desenvolvimento dos outros pressupostos teológicos que são comuns às outras religiões, mas esta dissertação aborda-o sob perspectiva cristã ocidental. O “pecado original”, os “sacrifícios” e o “paraíso terrestre” são esses pressupostos presentes na nova ordem econômica.<sup>119</sup>

---

<sup>112</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 79.

<sup>113</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 171 – 172.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 173.

<sup>115</sup> *Ibid.*, p. 172.

<sup>116</sup> No entanto, cf. BENJAMIN, *Capitalismo como religião*, p. 1 – 2 relembra que o culto é perene.

<sup>117</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 177.

<sup>118</sup> SANTA ANA, *O amor e as paixões*, p. 129. O autor faz uma discussão mais ampla sobre “o amor e os interesses” cf. p. 95 – 129.

<sup>119</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 23 – 32.

Eles se relacionam entre si de forma linear, de tal forma que o pecado original se situa num ponto inicial, enquanto o paraíso, no final. Entre ambos têm-se os sacrifícios que são a ponte, ou o método, para sair da condição pecaminosa e adentrar ao paraíso. Na realidade, isso reflete as posições do ser humano, inicialmente de sofrimentos e males em função do pecado, e ulteriormente de desejos e promessas a serem cumpridos pelo “poder” do mercado.<sup>120</sup>

### 3.2.1.2 Pecado original

Na tradição judaico-cristã a ideia de pecado original não se relaciona ao pecado primevo, mas à sua condição de pecado enquanto fundamento de todos os outros. Não se trata de pecado original numa perspectiva cronológica, mas lógica<sup>121</sup>. Semelhantemente, na religião do mercado há a categoria pecado original contra seu deus supremo e seus deuses menores<sup>122</sup>. No entanto, o pecado original nessa religião – no sentido lógico – consiste em amar o próximo, como já visto, contrariamente ao ponto central do Cristianismo que é o amor a Deus e ao próximo<sup>123</sup>. A religião do mercado defende o amor ao seu deus, porém nega o amor a outrem. Nela, o fundamento de todos os pecados é o amor. A virtude é o desamor.

Tentar entender o mercado, intervir nele, buscar soluções para, pelo menos, minimizar os problemas sociais resultantes da lógica do mercado<sup>124</sup> são iniciativas e procedimentos pecaminosos que contrariam o ponto central do “sistema teológico” da religião do mercado”. “O mal é querer fazer o bem e, assim, querer dirigir ou intervir no mercado. Logo, o único bem que podemos fazer é lutar para que eu e outras pessoas não caiamos na tentação de querer fazer o bem e, em nome disso, queiramos intervir no livre mercado”<sup>125</sup>

Hinkelammert assevera que o mercado, como ser “milagroso”, exige que todas as pessoas se calem diante dele e o adorem. Portanto, a chave neoliberal de interpretação do mercado é a humildade por parte das pessoas. Ninguém pode ir contra ele, pois isso é orgulho, é desejar ser deus<sup>126</sup>.

---

<sup>120</sup> RIBEIRO, *A idolatria do mercado*, p. 14 – 15.

<sup>121</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 27.

<sup>122</sup> Tópicos como deus mercado e divindades menores serão abordados ainda neste capítulo.

<sup>123</sup> Cf. Evangelho segundo São Mateus 22, 37 – 39 e passagens paralelas: Jesus Cristo ensinou que a Lei e os Profetas dependem de dois grandes mandamentos. Primeiramente, amar a Deus sobre todas as coisas. Em segundo lugar, amar ao próximo como a si mesmo.

<sup>124</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 27, 28.

<sup>125</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>126</sup> HINKELAMMERT, *Crítica a la razón*, p. 76, 78.

A religião do mercado, que não admite a solidariedade entre as pessoas, se assemelha à cristandade medieval a qual estabelecia que o ser humano devia aceitar os desígnios divinos passivamente. Se na cristandade medieval se aceitavam apenas as leis de Deus, na “cristandade mercadológica” somente se aceita a lei do mercado que se baseia na liberdade de ter a propriedade privada e de estabelecer relações contratuais.

Por outro lado, esta “cristandade mercadológica” se assemelha à cristandade de dois planos<sup>127</sup>: o espiritual e o temporal. Sendo que este último não pode interferir no primeiro. Assim, o humano que está nesse nível mundano não pode interferir no nível “espiritual” do mercado. Percebe-se que a Teologia do mercado procura sempre apoderar-se de aspectos teológicos e religiosos de ordem cristã que dão legitimidade à sua existência.

A fraternidade e a solidariedade, dimensões dinâmicas do amor, não são contempladas na religião do mercado. A doação em relação aos outros inexistente, pois aqueles que têm necessidades são considerados culpados na perspectiva do mercado. Apesar da culpa eles não são perdoados, pois o deus mercado não é redentor<sup>128</sup>, conseqüentemente são condenados a mais sacrifícios. Nessa perspectiva, conclui-se que ser incompetente, fracassado e pobre<sup>129</sup>, no sistema capitalista, é ser pecador contra o seu deus máximo: o mercado.

### 3.2.1.3 Paraíso

Na cristandade medieval, segundo Sung, o Paraíso estava para além da História, portanto, somente seria alcançado após a morte numa dimensão transcendentalizada. Era concebido como uma esperança escatológica e o acesso a ele somente era possível com a participação de Deus. No entanto, na modernidade, essa visão foi substituída por uma nova. Nesta, o Paraíso é uma promessa, porém do mercado capitalista. Se antes o Paraíso se situava a-historicamente, agora ele está dentro da História, num futuro que chegará. O Paraíso não é mais resultado da intervenção de Deus, mas do progresso tecnológico – “mito do progresso”<sup>130</sup>.

Esta visão do Paraíso elimina a passagem pela morte, como bem está explicitado no diálogo de Jesus com o ladrão, quando a este o Messias prometera que naquele mesmo dia

---

<sup>127</sup> Gutiérrez discute comparativamente, mesmo que de forma sintética, sobre cristandade medieval, sobre a nova que surge por volta do século XVI que pode ser chamada de dois planos. Por fim, demonstra que a cristandade não pode separar os dois planos, mas distingui-los. Esta concepção de cristandade é a da Teologia da Libertação, a partir do eixo da salvação integral. Para ampliar esclarecimentos sobre estas ideias de cristandade, ver: GUTIERREZ, *Teologia da libertação*, p. 107 – 129.

<sup>128</sup> Cf. BENJAMIN, *O capitalismo como religião*, p. 1 – 2.

<sup>129</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 32.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 23.

estariam no Paraíso. Eles, com certeza, entraram no Paraíso, porém passaram pela morte. Até porque passar por ela é um decreto, na medida em que o “salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor” (cf. Romanos 6,23).

Na perspectiva capitalista, o Paraíso é conseguido aqui e agora. Isso é alimentado pelo espírito do mercado que inculcou em todos o imediatismo. Poucas pessoas ou instituições valorizam a contemplação e a esperança como virtude teologal.

Não há crença na vida após a morte. Na realidade, a doença e a morte no âmbito do sistema de mercado se metamorfosearam. “A morte não é vista como algo natural, mas sim a derrota das ciências diante das doenças e de outras ‘enfermidades sociais’.”<sup>131</sup> Por isso, pelo progresso da ciência e da tecnologia se anela vencer as doenças e conseqüentemente a morte. A vitória da ciência é a vitória do mercado, pois são parceiros.

A Biomedicina avança a cada dia. A Engenharia Genética é uma realidade. Com isso, busca-se a cura das enfermidades que levam à morte. Mesmo que a cura não seja possível no momento atual, existe uma fé inabalável de que ela será possível dentro da História. Nesse sentido, cérebros de pessoas ou mesmo o ser humano por completo podem ser congelados, para que, no futuro, a doença seja erradicada e também a morte.

A essas ciências e tecnologias curativas soma-se o progresso da cosmetologia que objetiva proporcionar ao ser humano uma aparência mais jovial, escondendo os traços do desenvolvimento humano que leva inexoravelmente para o fim da História. Não somente isso, mas também as práticas esportivas estão na moda para retardar o tempo. E nisso tudo há um crescimento e disputa no mercado, principalmente quanto a vender a partir da indução de preferências e desejos das pessoas.

O progresso técnico conduz à acumulação ilimitada de riqueza e conseqüentemente à satisfação de todos os desejos, inclusive a vitória sobre a morte. Esta é a promessa do mercado, que difere da promessa de Cristo insculpida em 1 Co 15, 22: “Porque, assim como em Adão todos morreram, assim também todos serão vivificados em Cristo.” Na mesma carta, São Paulo acrescenta que “o último inimigo a ser destruído é a morte.” (cf. 1 Coríntios 15, 26). Numa hermenêutica mercadológica, essas passagens expressam que a vivificação de todo o ser humano se concretizará pela força do mercado, e seu capital, que vencerá a morte, pelo progresso tecnológico que gera acumulação de riquezas.

Oculto na benfazeja tecnologia que pode gerar vida, encontra-se a concorrência sobre o domínio dela. No entanto, cabe uma pergunta: as promessas de cura e vida eterna do

---

<sup>131</sup> Ibid., p. 24.

mercado realmente alcançarão a todos? Certamente que não. Somente quem possuir riquezas acumuladas será capaz de adquirir a cura e a imortalidade, evidentemente se for possível.

Aqueles que tiverem riquezas, seus corpos poderão ser alvos da aplicação da ciência e tecnologia para obtenção de curas, retardamento do envelhecimento e a busca da imortalidade. Por outro lado, os despossuídos de condições socioeconômicas serão oferecidos em sacrifícios ao mercado. Para uns a busca do elixir da longa vida e da imortalidade, para outros as chamas do inferno que é viver fora do sistema de mercado segundo sua lei.

Não se intenta nesta discussão desvalorizar e criticar o progresso técnico-científico, principalmente quando usado para o bem-comum. Não há nenhum demérito em buscar uma vida longa e com qualidade. O que é preciso é socializar esse progresso para alcançar a todos, principalmente os mais necessitados. Por outro lado, esse progresso não pode substituir o Deus Libertador, pois somente este é capaz de dar a vida eterna e abundante –, a salvação. A tecnologia pode muito bem ser usada para a libertação dos homens e mulheres das opressões diversas, no entanto, a salvação somente virá pelo único Caminho que é Cristo Jesus, morto, mas ressuscitado.

Numa perspectiva de forte humanismo e hedonismo, as pessoas têm preferido acreditar no mercado, que é algo palpável, a acreditar no sacrifício de Cristo que liberta e dá vida, e vida em abundância.

Na religião do mercado os sacrifícios<sup>132</sup> são necessários para a expiação dos pecados e dos males oriundos dos primeiros e conseqüentemente alcançar o Paraíso e suas promessas iminentes. As práticas sacrificiais do sistema de mercado se fundamentam nas religiões pagãs e também na tradição judaico-cristã, tendo no sacrifício de Jesus o mais importante ato para legitimar e justificar os sacrifícios ao deus mercado (supremo) e aos demais que compõem o panteão mercadológico.

### **3.3 Ídolos da morte**

Apesar de sequestrar os principais pressupostos do Cristianismo, a religião do mercado tem caráter idolátrico, cuja fontalidade provavelmente é o paganismo. A discussão da idolatria implica obrigatoriamente refletir sobre práticas sacrificiais, pois seus ídolos exigem sacrifícios, independentemente se pertencem às sociedades tradicionais ou modernas; se são tangíveis ou intangíveis.

---

<sup>132</sup> A questão sacrificial será discutida mais à frente neste capítulo.

Nesse itinerário aborda-se primeiramente a idolatria tradicional e a moderna para em seguida, entrar no núcleo da idolatria na religião do mercado. Consequentemente, adentra-se à prática dos sacrifícios e suas cooptações em outras tradições religiosas.

### 3.3.1 Idolatria tradicional

O ser humano tem necessidade de relacionar-se com o sobrenatural. Essa relação é consubstanciada pelas práticas de cunho religioso. Na Antiguidade, as religiões pagãs apresentavam quatro características fundamentais, que, independentemente do local e do estilo de vida dos povos, eram comuns a quase todos. Dessas destacam-se<sup>133</sup>: (a) o politeísmo, (b) a adoração de imagens que, na maioria das vezes, eram antropomórficas, (c) a autossalvação como reflexo da forma humana dada às imagens dos deuses, e (d) o sacrifício de animais e seres humanos. Essas características apontam para práticas idolátricas.

Os diversos deuses – politeísmo – compunham o panteão de cada povo pagão. Eles relacionavam-se principalmente com localidades – cidades e vilas – e com fenômenos naturais que o ser humano não controla. Tinham caprichos e excentricidades<sup>134</sup>. Posteriormente, alguns povos “começaram a afastar-se da superstição pura e deificaram vários ideais abstratos sob os nomes de deuses antigos. Na Mesopotâmia a ‘Justiça’ e ‘Retidão’ aparecem como divindades [...]”<sup>135</sup>

Normalmente, no panteão havia um deus que era o principal por ser mais poderoso, enquanto os outros ocupavam posições subordinadas. Além dessa divisão existiam os deuses da religião oficial e os da religião popular<sup>136</sup>. Os primeiros estavam mais perto dos poderes e dos postos políticos, sociais e econômicos, enquanto os outros ocupavam a ambiência das pessoas que estavam afastadas dos centros de poder. Tanto a estratificação do panteão como a divisão entre os deuses da religião oficial e popular refletiam a hierarquização entre as pessoas.

Na religiosidade pagã, os “seres humanos e os deuses participavam do mesmo tipo de vida; os deuses tinham os mesmos problemas e frustrações que os seres humanos”<sup>137</sup>. Tem-se assim uma unidade entre divindade e o ser humano – monismo.

---

<sup>133</sup> PACKER; TENNEY; WHITE JR, *O mundo do Antigo*, p. 99 – 101.

<sup>134</sup> Ibid. p. 99.

<sup>135</sup> Ibid., p. 102

<sup>136</sup> Ibid., p. 102.

<sup>137</sup> Ibid., p. 99.

### 3.3.2 Idolatria moderna

Os ídolos tradicionais se relacionam à iconografia concreta e exteriorizada – imagens de entidades divinizadas pelo ser humano. Por sua vez, os modernos estão desvinculados dessas imagens. Evidentemente que esta perspectiva iconográfica tradicional ainda é acolhida na atualidade. Há o convívio desses dois tipos de idolatria.

Caravias lista cinco tipos de ídolos modernos<sup>138</sup> – deus dos filósofos, superstição, prazer, poder e dinheiro. Esse último é um deus poderoso, principalmente na perspectiva do mercado capitalista. Assim, pode ser compreendido no viés do deus-poder. Ele se destaca entre as mercadorias e dirige, juntamente com outros deuses no panteão do mercado, a vida dos seres humanos. Ele “é a mercadoria que serve como parâmetro a todas as outras coisas e onde todas têm que se transformar para receber a confirmação do seu valor. O dinheiro é a medida de valor para tudo.”<sup>139</sup>

Santa Ana também relaciona o poder e o dinheiro como ídolo e acrescenta a violência e o mercado<sup>140</sup>. Além desses deuses modernos, outros habitam os nichos da modernidade. Assim, as posses, *status*, condições social, financeira e acadêmica, pessoas como cônjuge, filhos são idolatrados recebendo cultos bem elaborados no cotidiano de cada um.

Os ídolos modernos citados, em sua maioria, estão relacionados com o Capitalismo. Assim, prazer, poder, sexo, drogas, posses, *status*, corpo e outros não estão soltos, mas parametrizados pela Economia de Mercado.

Os tradicionais são tangíveis, e sua tangibilidade começa na sua fabricação por pessoas com a utilização de matéria prima concreta como madeira, barro, pedra. Após a sua feitura os ídolos são visibilizados, tocados, transportados, adorados. A sua função na sociedade tradicional consistia em “sacralizar uma ordem estática [...]”<sup>141</sup>

Por outro lado, os ídolos modernos são intangíveis. Originam-se não da ação, mas da intenção humana. São invisíveis e têm a “função de sacralizar e operacionalizar uma ordem dinâmica portadora de uma utopia transcendental imanentizada.”<sup>142</sup>

---

<sup>138</sup> CARAVIAS, *O Deus da vida*, p. 86, 90, 91, 94. Para estudar detalhadamente o posicionamento de o autor sobre cada ídolo moderno, reportar às páginas citadas.

<sup>139</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>140</sup> SANTA ANA, *Amor, desejo e paixão*, p. 66.

<sup>141</sup> SUNG, *Teologia e economia* (b), p. 206.

<sup>142</sup> *Ibid.*, p. 206.



A idolatria intangível é uma idolatria virtual. Os ídolos intangíveis ou invisíveis são facilmente encontrados na religião do mercado capitalista que se utiliza, quase sempre, da virtualidade, principalmente no setor financeiro especulativo.

Os ídolos intangíveis, por não serem visualizados, são mais difíceis de ser identificados, combatidos, desmascarados, e, por isso, mais perigosos. Ademais, com suas funções “benfazejas,” angariam a simpatia, a confiança e a fé das pessoas enganadas por eles, as quais, de forma inocente os defendem. Isso decorre da atmosfera sobrenatural e metafísica que ainda envolve o ser humano.

### **3.3.3 Idolatria na religião do mercado**

Assim como as religiões pagãs tinham seus deuses dos quais um se destacava pela sua supremacia, semelhantemente acontece com o sistema de mercado capitalista. O deus supremo é o próprio mercado que é ladeado por outros – mercadorias, dinheiro, capital –, os quais ocupam postos distintos na hierarquia religiosa do mercado, em decorrência da importância de cada um. É o que se pode chamar de panteão da religião do mercado.

Além desses deuses-ídolo, é importante ressaltar a relação deles com duas outras categorias que são o trabalho e as empresas. Assim, o primeiro, numa dimensão idolátrica é compreendido como ofício de modelação de ídolos. As outras, dedutivamente, são as fábricas deles.

#### **3.3.3.1 Deus-mercado capitalista**

O deus-mercado capitalista não é uma mercadoria como as outras. Na realidade, é resultado das relações mercantis que se estabelecem entre todas elas envolvendo as pessoas. Evidentemente que as mercadorias na condição de sujeito e homens e mulheres na de objetos manipuláveis ou manipulados por elas. Em sua condição de supremacia, ele tem suas leis e lógicas que devem ser obedecidas. O deus-mercado tem se tornado, a cada dia, onipotente, onisciente e onipresente. A onipotência consiste no seu quase poder total de controlar a todos inclusive a natureza. A onisciência está em saber os desejos das pessoas. Esse deus sabe todos, pois ele mesmo incute o que ele quer em homens, mulheres e crianças. A onipresença se refere à sua abrangência territorial e ao alcance quase total do ser humano em todos os seus estágios de desenvolvimento. Assim, alcança do bebê ao ancião.

Esse deus supremo da Economia capitalista, cuja “Mão invisível”<sup>143</sup> Adam Smith proclamou, é capaz de ajustar as relações entre os deuses de seu panteão, envolvendo seus fieis para que todos possam alcançar a salvação e a felicidade. Essa “mão” conduziria a Economia capitalista de forma providencial. No entanto, ela não tem sido generosa em doar, mas ágil em sacrificar pessoas no altar dos deuses do panteão do sistema de mercado. “O mercado exige privações, abnegações e renúncias contínuas”<sup>144</sup>. Para que a onipotência, onisciência e onipresença do mercado aumentem, há necessidade de sacrifícios de pessoas e da natureza.

Essa divindade suprema é responsável pelo desenvolvimento dos outros deuses os quais passam por verdadeira evolução teológica na qual são perceptíveis quatro estágios. No primeiro, existe simplesmente um produto que tinha apenas valor de uso. No segundo, o produto se transforma em mercadoria, quando passa a ter valor de troca simples. No terceiro estágio, a mercadoria passa a ter “subjetividade”, pois assume a condição de sujeito-fetice. No último estágio, numa perspectiva religiosa, a mercadoria atinge a condição de deus. Esta evolução é gestada no “caldo” do mercado.

Paralela, simultânea e contrariamente à evolução da mercadoria, ocorre a involução do ser humano. No primeiro momento ele é semelhança e imagem de Deus, portanto, tem valor pelo recebe do seu Criador. No segundo momento, seu valor refere-se ao que ele é capaz de trocar para obter mais. No terceiro, ele deixa de ser sujeito e vira objeto controlado pela mercadoria que agora é sujeito – fetice. Finalmente, submete-se aos deuses do mercado - ou sendo sacrifício ou sendo os sacrificadores. Há assim, uma coisificação ou animalização do ser humano, o qual, no mundo capitalista, foi perdendo as características marcantes que se encontram na narrativa da Criação.

### 3.3.3.2 Deuses-mercadoria

Numa dimensão teológico-religiosa as mercadorias no sistema de mercado assumem condições “divinas”. Numa perspectiva marxista, eles são fetiches aos quais os seres humanos se submetem encobertos por uma atmosfera religiosa que não é criticada. Existe um “poder” por traz das mercadorias que não é visto, mas que atrai, seduz, domina. Quase que ele se encarna nas pessoas.

---

<sup>143</sup> SMITH, *Inquérito sobre a natureza*, v. I, p.758. Duas outras imagens são oriundas da “Mão invisível”. Uma é a do “mercado-supercomputador” que tem como função ordenar, organizar e controlar o mercado. A outra é a do “leiloeiro” que sempre “bate o martelo no momento apropriado, quando está madura a melhor decisão em proveito de todos”. Cf. ASSMANN, *A idolatria do mercado*, p. 260 – 261.

<sup>144</sup> SANTA ANA, *O amor e as paixões*, p. 60.

Para uma melhor compreensão da divinização das mercadorias, é preciso compreender o fenômeno da fetichização<sup>145</sup>. Pode-se dizer, em certa medida, que este, no nível teológico, corresponde à divinização do objeto-mercadoria. Assim, “fetiche é um objeto material no qual reside um espírito que lhe dá poder.”<sup>146</sup> O fenômeno da fetichização concede “poder” e “vida” às mercadorias. Nessa perspectiva, elas estabelecem relações sociais entre si e submetem os seus produtores. Há uma inversão entre as mercadorias e os seres humanos. Elas se tornam sujeitos; e eles, objetos. No mundo da mercadoria-fetiche ou mercadoria-deus, o ser humano perde o seu valor em si mesmo. Assim, ele não imprime valor à mercadoria, pelo contrário, é esta que “valoriza” o ser humano. Tudo que é comprado e exibido dá valor àquele que adquire e exhibe. O valor social é conferido pelas mercadorias e pelos bens simbólicos. Sem eles, o ser humano está condenado à pobreza e à exclusão.<sup>147</sup>

As pessoas, no processo de fetichização, passam a ser não o que são, do ponto de vista humano ou antropológico, mas o que as mercadorias podem “acrescentar-lhes”. No entanto, esse acréscimo ou apêndice é apenas aparente, pois o valor real do ser humano transcende ao mero ter e exibir a posse ou a pseudoposse. O controle que aparentemente encontra-se com as pessoas, na realidade está nas mãos dos fetiches-mercadorias. Sobre isso, Hinkelammert assevera:

Uma vez desenvolvidas as relações mercantis, as mercadorias se transformam em mercadorias-sujeitos, que agem entre si e sobre os homens, arrogando-se a decisão sobre a vida ou morte destes. Permitem uma complexidade da divisão do trabalho nunca vista, e lançam-se, ao mesmo tempo, sobre ele para afogá-lo. E se o homem não tomar consciência do fato de que essa aparente vida das mercadorias não é mais do que sua própria vida projetada nelas, chega a perder sua própria liberdade e, no fim sua própria vida.<sup>148</sup>

Essa fetichização, perversamente, implica uma “introjeção da legitimação da opressão no interior dos próprios procedimentos e mecanismos que constituem o paradigma econômico.”<sup>149</sup> Numa linguagem teológica o controle está na mão dos deuses-fetiche. Isso repete a lógica religiosa

---

<sup>145</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 69: o processo de fetichização da mercadoria destaca o que haveria por trás dela – um ser misterioso e infinito. Passa, então, a ser um grande objeto de desejo mimético, por exemplo, um carro.

<sup>146</sup> HASTINGS, *Images and Idols*. In. *Encyclopedia of Religion and Ethics*. apud RICHARD, *Nossa luta*, p. 21.

<sup>147</sup> CHRISTO, *Consumo, Logo Existo*.

<sup>148</sup> HINKELAMMERT, *As armas ideológicas*, p. 28. Cf. ASSMANN, *Idolatria do mercado*, p. 174: “As mercadorias, o dinheiro e o capital se personalizam como agentes ativos, e as pessoas se transformam em coisas (reificação) movidas por esses fetiches.”

<sup>149</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do Mercado*, p. 305. Cf. o autor: “Todo esforço teórico de Marx se concentrou em mostrar-nos precisamente esta novidade: o fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do Capital implica numa introjeção da legitimação da opressão no interior dos próprios procedimentos e mecanismos que constituem o paradigma econômico.”

da cristandade tradicional, na qual as pessoas viviam em obediência ao sobrenatural que controlava a vida de todos.

A diversificação das mercadorias, principalmente em decorrência dos progressos tecnológicos, as coloca na condição de Baalins da religião cananeia. Esses deuses-mercadorias ocupam no panteão uma posição mais inferior, mas são capazes de iludir e comandar o ser humano na medida em que se apresentam com “fisionomia” que denotam sua avidez por serem consumidos. Estão em templos mercadológicos que dispõem de aparência e ritos sagrados. São os chamados *templos-shopping*.

### 3.3.3.3 Deus-dinheiro

Com a diversificação das mercadorias, a simples troca de uma por outra ficou impraticável. Houve necessidade de se eleger uma terceira que tivesse “valor universal”, de forma que fosse aceita por qualquer pessoa por ocasião dos intercâmbios mercantis, e estivesse disponível no mercado<sup>150</sup>. Essa “universalidade” diz respeito à espiritualidade desse deus que é aceito por todos, está em todas as casas, nas bolsas e nos bolsos, nos bancos, nas lojas, nos cofres e nos gazofilácios. É reverenciado em todo lugar. Quase todos lhes prestam cultos.

O seu principal poder é dar mobilidade aos deuses-mercadoria para que estes cumpram suas missões. O deus-dinheiro tem capacidade de se dividir, de sair e entrar em países de forma instantânea e, às vezes, sub-reptícia. Ele metamorfoseia-se em moedas, cédulas, cartões de crédito e débito, cheques.

Na religião do mercado tudo passa pelo dinheiro. Neste sentido, o ser humano perde a liberdade, pois não há outro caminho aprovado pelo Capitalismo<sup>151</sup> moderno para se efetuar as trocas com efetividade. O deus-dinheiro retira as possibilidades concretas das relações entre as pessoas, pois predominam apenas aquelas de caráter abstrato, quando se toca ou se manuseia um cheque ou quando se relaciona contratualmente.<sup>152</sup> A fascinação e o domínio do dinheiro sobre as pessoas ultrapassam a significação sacral, mas adquirem uma estrutura libidinal, e conotação patriarcal.”<sup>153</sup>.

<sup>150</sup> ROBERT, *A origem do dinheiro*, p. 18 – 19.

<sup>151</sup> HINKELAMMERT, *As armas ideológicas*, p. 43.

<sup>152</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 348. Além do explicitado pelo autor, acrescentam-se as transações comerciais do cotidiano que são efetivadas pelos cartões de crédito e débito, transferências e pagamentos eletrônicos, muitas das vezes mediados por códigos de barra cujo o funcionamento poucos entendem.

<sup>153</sup> ASSMANN, *Crítica à lógica*, p. 98.

O deus-dinheiro destaca-se dentre os deuses-mercadoria, tendo, portanto, uma condição superior a todos os outros. Demonstra ter poder sagrado, pois é por meio dele que produtos e serviços são adquiridos. É uma divindade da qual as pessoas e os deuses-mercadoria dependem. Essa “divindade” é procurada e reverenciada pelo ser humano. Mata-se e morre-se pelo dinheiro.

#### 3.3.3.4 Deus-capital

O deus-capital é o deus-dinheiro promovido no panteão da religião do mercado. Se ele cumpre sua função teológica, é absorvido pelo deus-capital e fica maior e mais poderoso. O deus-dinheiro, na realidade, está sempre se dirigindo para o âmago do deus-capital, pois almeja ser transformado e participar de uma hierarquia mais avançada. No entanto, ele usa subterfúgios para ser promovido. Explora seus fiéis que trabalham e recebem somente parte da remuneração a que tem direito, enquanto a outra parte (a mais-valia) é oferecida como “oferta de sacrifício” para a transformação do deus-dinheiro em deus-capital.

Esse deus controla os meios de produção e da força de trabalho humano, decide sobre a vida e a morte daqueles que produzem, pois tem domínio sobre eles. Até as pessoas que não estejam diretamente sob a dominação do capital lhe pertencem<sup>154</sup>. Assim, os fiéis integrantes do exército de reserva – homens e mulheres – ficam à espera das migalhas que caem da mesa desse deus-ídolo.

Ele tem possibilidade de ficar ainda mais potente. Assim, ele convence os iniciados a fundir os monopólios industriais aos bancários. Amplia-se o seu principado, pois não dirige apenas a uma região, mas as economias de países inteiros e de continentes. No entanto, ele não se arvora, pois acima dele está o deus-mercado, que é o mais poderoso. Esse fica atento, pois todos os deuses da Economia de Mercado são competitivos, e pode haver disputas entre eles.

#### 3.3.3.5 Trabalho – ofício idólatra?

Se no nível da religião do mercado, mercadorias comuns, dinheiro, capital e o próprio mercado são ídolos, então o trabalho, na maioria das vezes, é um ofício para construir falsos deuses. Por outro lado, o trabalhador é o artífice que esculpe e funde ídolos.

---

<sup>154</sup> HINKELAMMERT, *As armas ideológicas*, p. 51.

No Antigo Testamento, diversas passagens condenam a idolatria como adoração aos ídolos e também como a fabricação deles. Dessas passagens se destaca uma do profeta Isaías quando ele afirma que: “O carpinteiro estende o cordel, esboça a imagem com o giz, trabalha-a com cinzel e a desenha com o compasso, dá-lhe a forma humana, a beleza de um ser humano, a fim de que habite uma casa”. (Isaías 44, 13). Esses atos do artífice são trabalhos idolátricos, pois mesmo que ele não cultue o seu produto e apenas obtém lucros econômicos, está patrocinando a idolatria para outros.

Para Gasda, na atualidade, tem imperado o sentido puramente “economicista e materialista” do trabalho, em detrimento do antropológico e social. Não tem relevância o fato de as pessoas trabalharem com outras e para outras, e, ao fim, produzirem algo de bom para a sociedade<sup>155</sup>. O autor, em outro giro, acrescenta que os “[...] ídolos personificam a atividade laborativa do homem que quer endeusar os objetos fabricados por suas mãos. A idolatria brota desta capacidade humana de absolutizar sua obra”<sup>156</sup>

O sistema capitalista que envolve a todos – principalmente usando sua perspectiva ideológica consubstanciada na religião do mercado – instiga uma significativa parte dos trabalhadores a fabricar ídolos, até mesmo fora da local de trabalho. Assim, aqueles que estão envolvidos na produção imaterial e simbólica, tendo a informática como instrumental laborativo, estão sempre a esculpir e fundir deuses, muitas vezes dentro de suas casas. Disso, deduz-se que a fabricação constante de ídolos é essencial para que o culto não cesse<sup>157</sup>, pois, sem eles, não há ritual idolátrico. A religião do mercado precisa de “artífices” que sejam capazes de colocar deuses novos nos altares da religião do mercado. Nesse frenesi de modelação de ídolos pelo trabalho – quase que contínuo –, ocorre a “exploração desumanizadora” do trabalhador, o que contém “elementos idolátricos”.<sup>158</sup>

### 3.3.3.6 Empresas – fábricas de ídolos?

Da análise do item anterior – trabalho – ofício idólatra? – resulta este outro. Para isso importa apresentar outra hipótese. Assim, se trabalhadores no sistema da religião do mercado podem ser considerados fabricantes de ídolos, então, a empresa onde eles exercem a atividade laborativa pode ser considerada fábrica de falsos deuses.

---

<sup>155</sup> GASDA, *El Señor*, p. 1.

<sup>156</sup> GASDA, *Cristianismo e economía*, p. 212.

<sup>157</sup> Isso está relacionado com o culto perene a que Benjamim se refere em *Capitalismo como religião*, p. 1 – 2.

<sup>158</sup> GASDA, *Cristianismo e economía*, p. 218.

A empresa é o *locus* coordenador da produção idolátrica. Ela articula os elementos necessários para a criação de ídolos. Nela, sucede uma cadeia circular produtiva e idolátrica. Isso consiste, inicialmente, na produção de ídolos-mercadoria, os quais são trocados por ídolos-dinheiro. Num outro processo, esse deus é promovido a uma hierarquia superior, assim, é transformado no deus-capital que é novamente investido na empresa para produzir mais ídolos-mercadoria e se fortalecer, ainda mais, por meio de seu acúmulo. Acúmulo este que representa seu poder. Toda essa operação produtiva idolátrica acontece sob a orientação do ídolo maior que é mercado. É esse que, em sua “onisciência” e, por intermédio de sua “mão invisível”, comanda a produção, a circulação e o consumo dos falsos deuses.

A fabricação de ídolos se sofisticava a cada dia dada a imposição do ídolo-mercado. Em decorrência disso, a empresa – fábrica de ídolos também tem sofisticado suas atividades produtivas. Uma que merece destaque é seu caráter virtual. A produção, principalmente a imaterial, não se limita à planta da fábrica, mas pode acontecer em qualquer lugar. Para o ídolo-mercado é bom que seja assim, pois o trabalhador permanece conectado quase vinte e quatro horas na produção de ídolos. A fábrica de ídolos invadiu diversos ambientes, inclusive aqueles mais particulares como o familiar. Muitos trabalhadores têm em sua residência uma extensão da fábrica de ídolos, tomando o tempo de dedicar-se ao lazer e à sua família. E o que é mais grave não tem tempo para cultivar o Deus da Vida. Ademais, os frutos do seu trabalho não poderiam ser oferecidos a Deus liturgicamente<sup>159</sup>, pois são ídolos, e o Deus da Vida os abomina.

### 3.3.4 Submissão aos ídolos capitalistas

Partindo-se de uma perspectiva cristã tradicional pode-se afirmar que os deuses do sistema de mercado são falsos, comparativamente à fé. No entanto, numa abordagem cristã libertadora, a compreensão do sentido desses deuses tem outros desdobramentos que incidem na realidade das pessoas – cristãs ou não. Isto porque a TdL não concebe uma espiritualidade que não envolva a concretude do dia a dia de homens e mulheres. Nesta perspectiva, Assmann afirma que:

Não se trata de simples falsos deuses. Todos os deuses são verdadeiros para quem os cultua. Trata-se de deuses que são falsos na medida em que oprimem. Ídolos são os deuses da opressão.<sup>160</sup>

---

<sup>159</sup> Cf. *Ibid.*, p. 211.

<sup>160</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 407. Também conforme HINKELAMMERT, *As raízes econômicas*, p. 264: “O ídolo é um ‘deus’ ligado à opressão”.

Nesse sentido, para a TdL, o último estágio das mercadorias não é a de “deuses”, pois elas ultrapassam-no e alcançam o estágio de ídolos. Estes não são simplesmente deuses, pois têm um qualificativo agravante: são deuses que oprimem. Assim, genericamente, pode-se até afirmar que os deuses capitalistas são falsos, em face do Deus cristão, mas a ênfase deve ser dada à falsidade que é consubstanciada no seu caráter opressor.

Esses deuses-ídolo<sup>161</sup> submetem as pessoas às suas regras e exigências do mercado – no nível econômico capitalista –, mas que, num nível teológico, são exigências cúlticas dessa religião do mercado. A submissão das pessoas aos ídolos do mercado capitalista assemelha-se àquela aos deuses pagãos numa perspectiva primitiva, que também eram ídolos, pois oprimiam.

O gênero humano ocupava posição marginalizada, pois, numa visão mitológica, foi criado para alimentar os deuses e trabalhar para eles além de construir seus templos em substituição aos “deuses menores”<sup>162</sup>. Na religião do mercado, as pessoas também se submetem aos seus ídolos e prestam-lhes cultos. Com o seu trabalho, alimentam as mercadorias, trabalham para elas e constroem seus templos. Esta semelhança demonstra que a criação e adoração de ídolos não são típicas de mentes primitivas ou supersticiosas, muito menos de épocas remotas. Essas práticas e crenças existem nas sociedades modernas<sup>163</sup>.

Criar ídolos, submeter-se a eles e principalmente adorá-los é idolatria. Num viés libertador, pode-se afirmar que ela é gerada pelo “o jugo do poder” que “corrompe a vida”.<sup>164</sup> Assmann acrescenta que “no centro da idolatria existe a compra e a venda da vida e a destruição dela enquanto vida humana”<sup>165</sup>. Na verdade, não se pode pensar que há apenas a compra e a venda da vida para ser destruída no altar do sacrifício do mercado. Mais do que a relação de compra e venda existe o sequestro e o rapto das pessoas para as práticas sacrificiais. O mercado, no seu afã de lucros, sempre que possível, procura não investir naqueles que serão apenas bodes expiatórios para que ele seja tudo em todos como se propõe. Há que se acrescentar que a idolatria, além da destruição da vida humana, também destrói a natureza e a história.<sup>166</sup>

---

<sup>161</sup> Não se pode perder de vista todo o desenvolvimento da mercadoria, até chegar à condição de ídolo, passando pela condição de fetiche que ocupa o lugar do ser humano e submete este à condição de objeto.

<sup>162</sup> CROATO, *Os deuses da opressão*, p. 49 – 49. Cf. o autor, estas funções anteriormente eram desempenhadas por deuses que ocupavam uma posição inferior na hierarquia do panteão: “deuses menores”.

<sup>163</sup> SANTA ANA, *O amor e as paixões*, p. 52 – 53.

<sup>164</sup> RICHARD, *Nossa luta é contra*, p. 29.

<sup>165</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 407.

<sup>166</sup> RICHARD, *Nossa luta é contra*, p. 30.



No mercado capitalista não há apenas uma idolatria, mas um sistema idolátrico o que é mais grave e perigoso, pelo seu enraizamento, exigências e validade para seus “criadores” e adoradores. Nesse sistema, os principais entes são os ídolos e os idólatras. Estes últimos são tanto as pessoas opressoras como as submissas aos ídolos<sup>167</sup>.

As pessoas opressoras são aquelas que detêm o poder<sup>168</sup>. No caso do mercado capitalista, são aquelas que detêm primeiramente o poder econômico e conseqüentemente, o poder político. Elas são criadoras de ídolos do mercado, portanto, idólatras. Os ídolos ou falsos deuses são “indispensáveis na fé dos dominadores”.<sup>169</sup> Por outro lado, quem se submete aos ídolos e não tem uma práxis para a liberdade é também idólatra, pois pervertem “a revelação da transcendência libertadora de Deus.”<sup>170</sup>

Atualmente, a idolatria do sistema do mercado apresenta características neoliberais e conservadoras. Com isso, ela se solidifica numa lógica da modernidade reformulando as devoções religiosas, porém numa sistematização socioeconômica, a qual busca uma validação pela ciência.<sup>171</sup> Essas devoções seguiram o que é apregoado pela teologia<sup>172</sup> da religião do mercado que são sequestradas das diversas religiões das quais destacamos o Cristianismo.

As Escrituras Sagradas, no Antigo Testamento, condenam a idolatria seja pelas imagens falsas de Javé, seja pelo culto aos falsos deuses estrangeiros. Nos Evangelhos, Jesus se manifesta contra a idolatria. Não há como servir a Deus e a Mamom. Também é clara a posição de Paulo a respeito do dinheiro (cf. 1Coríntios 5.9-13; 6.9-11 e Gálatas 5.19-21) e da lei mosaica (cf. Gálatas 4,8-11; 4, 21-5,1; Marcos 2, 1-3, 12) que eram alçados à condição de ídolos. Por fim, no Apocalipse, a denúncia é contra a Besta, como poder político romano que oprimia e matava os cristãos<sup>173</sup>.

A opressão dos ídolos não é fenômeno circunscrito aos contextos primitivos dos quais alguns são referenciados biblicamente. Eles perduraram na História tendo uma evidência marcante na atualidade, mediante a lógica do mercado capitalista. Assim, também as denúncias e críticas são elaboradas contra a opressão idolátrica, que nega a fraternidade e solidariedade entre as pessoas. Nesta perspectiva, Assmann explicita a relação que Marx faz

---

<sup>167</sup> Ibid., p. 17.

<sup>168</sup> CROATO, *Os deuses da opressão*, p. 57.

<sup>169</sup> ARAYA, *O Deus da aliança*, p. 154.

<sup>170</sup> RICHARD, *Nossa luta é contra*, p. 17. Ibid. p. 15, 16: Deus não quer ser consolador na opressão, mas o Deus Libertador. Não considerar a transcendência de Deus é praticar idolatria.

<sup>171</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 253.

<sup>172</sup> Essa teologia considerada endógena ou implícita é apresentada em seção específica deste capítulo.

<sup>173</sup> RICHARD, *Nossa luta é contra*, p. 11 – 38.

do mercado capitalista com os deuses pagãos que estão presentes na Bíblia e que são evidentemente condenados por Deus. Destacam-se o Bezerro de Ouro, Baal, Mamom, Moloc e a Besta do Apocalipse. O Bezerro de Ouro e Baal estão relacionados com o culto e a “adoração orgiástica”<sup>174</sup> numa entrega total à idolatria. Isto está bem caracterizado no relato do Êxodo conforme capítulo 32. Mamom é o “deus deste mundo”<sup>175</sup> que é adorado. Ele é, no sistema de mercado, um tipo de mercadoria que faz a intermediação entre todas as outras, portanto tem um status especial.

Moloc, deus cananeu que penetrou na tradição judaica, exigia sacrifícios humanos. Hoje, ele encarna o mercado e continua a exigir as vidas dos oprimidos e indefesos. Ele “expressa, sobretudo, a insaciabilidade do capital que exige sacrifícios sem limites.”<sup>176</sup> Nesta perspectiva, o Vale de Hinnom continua não em Israel, mas no domínio do mercado, que não se limita à perspectiva geográfica, mas ao seu limite que tem se expandido demonstrando a sua “onipresença”.

Por fim, a Besta do Apocalipse se caracteriza por marcar as pessoas que estão inclusas no mercado. Quem tem a sua marca “compra e vende”, quem não tem está aliado dos processos mercadológicos. Em suma, quem leva a sua marca está submetido “as leis do mercado”<sup>177</sup> que é um ídolo. O selo do Espírito Santo e sua Lei são rejeitados no sistema religioso do mercado capitalista. No entanto, ganha prevalência a marca desse ídolo.

Pelas denúncias bíblicas e também por outras, como a marxista, é possível inferir que o ponto máximo e perverso da submissão aos ídolos consiste nos sacrifícios que são exigidos pelos falsos deuses. Cotidianamente, homens e mulheres são imolados nos altares dos deuses necrófilos<sup>178</sup> do sistema de mercado capitalista. Ademais, também a natureza tem sido sacrificada por interesses meramente de acumulação de capital.

### **3.4 Sacrifícios ao panteão do mercado capitalista**

A centralidade da opressão dos ídolos está nas exigências sacrificiais, principalmente do ser humano. Vislumbram-se nos sacrifícios do sistema de mercado origens nas religiões dos povos pagãos, notadamente aqueles que estiveram próximos ou juntos com o povo judeu. Além dessa influência, também se pode dizer que o sistema de mercado

---

<sup>174</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 401.

<sup>175</sup> *Ibid.*, p. 400.

<sup>176</sup> *Ibid.*, p. 401.

<sup>177</sup> *Ibid.*, p. 401.

<sup>178</sup> ARAYA, *O Deus da aliança*, p. 145, refere-se à “necrofilia substancial do capitalismo.”

capitalista busca inspiração nos sacrifícios do sistema levítico no Judaísmo. Por fim, a cooptação máxima é a do sacrifício de Jesus Cristo que tem sido usado para legitimar as práticas sacrificiais modernas do mercado.

A partir dos sacrifícios mais tradicionais, percebe-se um ciclo perverso que vem seguindo o desenvolvimento da História e chegou à modernidade, principalmente com o Capitalismo. Os sacrifícios negam a concretude<sup>179</sup> humana e, de forma religiosa, valorizam a sua parte imaterial, justificando, assim, a necessidade de imolar a parte física e mesmo histórica de homens e mulheres. É necessário afirmar que o ser humano é uma integralidade cujas partes material e imaterial compõem um todo inseparável, porém distintas.

### 3.4.1 Religião do mercado e cooptações sacrificiais

Palavras como sacrifícios e sacrificar fazem parte do vocabulário cotidiano das pessoas, embora muitas delas desconheçam seu significado original, que pertence ao campo semântico religioso. Seu uso secular explicita ideias sacrificialistas, que podem ser entendidas como algum tipo de perda. Num viés religioso, pode-se definir sacrifício como “toda oferenda, animal ou vegetal, que é destruída, no todo ou em parte, sobre o altar em homenagem à divindade.”<sup>180</sup>

Ao longo da História e em diversas localidades, são encontrados sacrifícios nos cultos religiosos. Vaux, em seus estudos, destaca as práticas sacrificiais dos povos mesopotâmicos, antigos árabes, cananeus e judeus<sup>181</sup>. A discussão dessas práticas pode contribuir para explicitar a fontalidade das práticas sacrificiais do sistema de mercado no Ocidente. Assim, infere-se que os sacrifícios pagãos primitivos, os praticados no âmbito do Judaísmo – conforme ordenança ou não de Javé – e o sacrifício de Cristo servem para instruir e legitimar os praticados no âmbito da religião do mercado.

O povo cananeu cultuava os deuses de seu panteão do qual se destacavam Baal e Astartes, aos quais se ofereciam sacrifícios de animais. Havia também o humano,

---

<sup>179</sup> Cf. HINKELAMMERT, *Paradigmas e metamorfoses*, p. 170: “O universalismo anticorporal deslegitima o corpo, cria um dualismo corpo/alma, orienta o amor ao próximo em direção à alma e deslegitima e, ao final, convoca à destruição do corpo. Portanto, do seu ponto de vista, do corpo e suas necessidades não fala Deus, mas o demônio.”

<sup>180</sup> VAUX, *Instituições de Israel*, p. 453.

<sup>181</sup> As referências sobre sacrifícios não se limitam a estes povos, como pode ser constatados em outros autores com, como, por exemplo, em GIRARD, *O sacrifício*.

principalmente de crianças. Os fenícios, por exemplo, tinham o costume de oferecer infantes ao deus Cronos, em momentos de calamidades e perigo nacional.<sup>182</sup>

Há semelhanças entre os rituais cananeus e os israelitas. A característica principal e comum a eles consiste na queima do animal, total ou parcialmente, sobre o altar. Esta característica faz a distinção dos sacrifícios cananeus e israelitas dos demais rituais semíticos.<sup>183</sup> Por outro lado, o sacrifício humano, comum nos povos cananeus<sup>184</sup>, em determinada época, passou a ser praticado em Israel, em momentos de infidelidade a Javé e adoração aos deuses pagãos.

Israel sacrificou crianças ao deus Moloque, no Vale de Hinon. Essas práticas tinham limitações geográficas e temporais. Assim, aconteciam próximo à Jerusalém e no tempo de Acaz sob influência estrangeira ao culto.<sup>185</sup> “É provável que seja a partir da Fenícia que os sacrifícios de crianças queimadas no fogo tenham sido introduzidos em Israel numa época de sincretismo religioso.”<sup>186</sup> Apesar de serem registrados no Antigo Testamento apenas dois sacrifícios humanos pelo povo de Israel, “o costume deve ter sido bastante difundido para merecer as condenações do Deuteronômio, do Levítico e dos profetas”<sup>187</sup>.

O ponto máximo nesta discussão sacrificialista é o evento da morte de Cristo, no âmbito das tradições judaica e cristã. Assim, no Ocidente os sacrifícios necessários ao mercado são influenciados pelo de Jesus na perspectiva da cristandade que consolidou a ideia de que “não há salvação sem sacrifícios”.<sup>188</sup> Há uma correlação entre os sacrifícios de animais e o de Jesus Cristo, principalmente no que se refere ao sangue. Jesus é o sacrifício, mas também o sacerdote de um novo sistema que não se sustenta mais nas práticas sacrificiais, pois ele é o último e eficiente sacrifício que dá início a uma nova aliança. Não há mais necessidade de repetição sacrificial.

Outra perspectiva da morte de Jesus Cristo é o da redenção que está na esfera legal. Assim, um escravo era resgatado mediante o pagamento de um preço. Pelo sangue de Jesus, cada pessoa na sua individualidade e a coletividade (Igreja), da qual faz parte foram resgatados por um alto preço que é o sangue de Jesus, o próprio Deus<sup>189</sup>.

---

<sup>182</sup> VAUX, *Instituições de Israel*, p. 483.

<sup>183</sup> *Ibid.*, p. 478.

<sup>184</sup> *Ibid.*, p. 480 – 482.

<sup>185</sup> *Ibid.*, p. 482 – 483.

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 484.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 484.

<sup>188</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 124.

<sup>189</sup> PIXLEY, *Exige o Deus*, p. 214.

Outra perspectiva para entender o valor salvífico da morte de Jesus é o da solidariedade e martírio, mediante a sua obediência que é proposta como “modelo de fé”<sup>190</sup>. Jesus não foi para um sacrifício imposto, mas ele entregou-se em favor de muitos (cf. Mt 20, 28; Jo 10, 15).

### 3.4.2 Ciclo sacrificial

Hinkelammert<sup>191</sup> critica os sacrifícios e identifica um ciclo deles, tendo como ponto de partida o mito de Ifigênia cujo pai Agamemnon – rei e comandante do exército grego – a sacrifica à deusa Minerva para que haja vento e seu exército vá a Troia e a conquiste.

A morte de Ifigênia<sup>192</sup> foi algo trágico, porém não criminoso, pois o rei, em decorrência do sacrifício da filha, conquistou seu alvo e foi considerado herói. Nessa lógica sacrificial, seria criminoso matar sua filha, caso não massacrasse os troianos. Estes também foram sacrificados, na realidade, mortos numa perspectiva criminal – para justificar o sacrifício da filha de Agamemnon. Surge daí o círculo sacrificial: sacrifícios são perpetrados para justificar e legitimar aqueles praticados anteriormente.

O mito de Ifigênia atravessou épocas. Na Idade Média, ele tem uma relação com a história da salvação cristã. Assim, por um lado, Agamemnon é comparado a Deus Pai, que exige sacrifício para a remissão dos pecados da humanidade. Por outro, Ifigênia é comparada a Cristo, pois ambos foram sacrificados<sup>193</sup>, mas o sacrifício de Jesus não abriu possibilidades para outros sacrifícios, pelo contrário, foi o último e único que teve e tem frutuosidade.

Tira-se daí a consequência: nunca mais deve haver outro sacrifício. Cada novo sacrifício seria uma nova crucifixão de Cristo. Surge, assim, a imaginação de inimigos de Cristo, que sujaram o seu sangue e voltaram a crucificá-lo, porque não se submetem ao seu sacrifício e não o fazem frutífero para suas próprias vidas.<sup>194</sup>

---

<sup>190</sup> Ibid., p. 217 – 218.

<sup>191</sup> O relato apresentado está em HINKELAMMERT, *Sacrifícios humanos e sociedade*, p. 7 – 17.

<sup>192</sup> Cf. HINKELAMMERT, *Sacrifícios humanos e sociedade*, p. 15 – 16, Ifigênia não morreu, pois Minerva a sequestra e coloca um animal em seu lugar. Para a deusa, bastava saber da disposição da filha do rei em sacrificar-se. Ifigênia se torna sacerdotisa de Minerva, portanto passa a sacrificar aqueles que a sacrificaram. Ulteriormente, Minerva proíbe os sacrifícios religiosos dos humanos. Quando Ifigênia continua a sacrificar há também, nessa perspectiva, o estabelecimento do “círculo sacrificial”.

<sup>193</sup> Ibid., p. 17 – 18.

<sup>194</sup> HINKELAMMERT, *Sacrifícios humanos e sociedade*, p. 19.

Aqueles que não aceitavam a fé cristã estavam a sacrificar novamente a Jesus. Assim, era necessário sacrificar os sacrificadores para cessar os sacrifícios. Isto foi marcante, tanto no movimento das Cruzadas, quanto na morte de pessoas consideradas hereges<sup>195</sup>.

O mito de Ifigênia ingressou na modernidade encarnado na burguesia. Se, no período medieval, todos deveriam se submeter às leis de Deus, no período moderno a submissão obrigatória passou a ser às leis do mercado elevado à condição divina.<sup>196</sup>

A lógica de crucificar os crucificadores de Cristo, que predominou na Idade Média, permaneceu no sistema de mercado. Assim, como os inimigos de Cristo deviam ser crucificados, também os inimigos do mercado e de suas leis devem ser eliminados<sup>197</sup>. Os sacrifícios são efetivados na ilusão de que eles são necessários para sua extinção. Tem-se assim uma irracionalidade no mercado. A respeito disso, afirma Hinkelammert:

De outro lado, trata-se de sacrifícios necessários para tornar possível um progresso, cuja consequência seria que a vida humana será sempre mais respeitada. Todos esses sacrifícios são apresentados como sacrifícios mediante os quais surgirá uma sociedade sem sacrifícios.<sup>198</sup>

Também no mercado ocorre o círculo sacrificial. Pessoas são levadas ao altar do sacrifício do deus mercado, como Ifigênia foi levada ao altar de Minerva. O mercado exige sacrifício para sua expansão infinita e para que haja uma sociedade sem sacrifícios, porém isso ainda não aconteceu, até porque ele pretende expandir-se infinitamente por meio da tecnociência.

Diante dessa lógica, a exemplo do mito, os sacrifícios são legítimos, necessários e contra eles não se pode rebelar, pois, em certa medida, têm um pódio religioso sob o qual se oculta. O mito moderno consiste na ilusão de satisfazer a todos os desejos.<sup>199</sup>

### 3.4.3 Sacrifícios capitalistas e negação da concretude humana

Os ídolos da religião do mercado exigem sacrifícios inclusive de pessoas os quais constituem “uma ideologia sacrificial” que alimenta a “idolatria econômica”.<sup>200</sup> Assmann e Hinkelammert<sup>201</sup> classificam os sacrifícios aos ídolos em três categorias. A primeira refere-se àqueles denominados de coativos e que são efetivados “por meio de assassinatos, matanças

---

<sup>195</sup> Ibid., p. 21, 28, 29.

<sup>196</sup> Ibid., p. 28, 29

<sup>197</sup> Ibid., p. 30.

<sup>198</sup> Ibid., p. 34.

<sup>199</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 83.

<sup>200</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 7.

<sup>201</sup> Ibid., p. 353.

massivas, violência física, torturas.” Estes, na verdade, têm mais o caráter de repressão que opressão. A segunda categoria diz respeito às “frustrações, privações, autoimolação, aceitação do suicídio lento”. Estes estão restritos à individualidade. A terceira categoria é a opressão na qual os efeitos destrutivos têm origem nos “desequilíbrios macroeconômicos e na ausência de metas sociais.” Os sacrifícios dessa categoria são compulsórios e revelam a “violência institucionalizada”<sup>202</sup>.

A última categoria revela que o sacrifício não advém de fatos isolados ou de uma conjuntura, mas de uma estrutura econômica de caráter religioso cuja prioridade não é dar condições de vida às pessoas, mas de simplesmente acumular. “Aí aparece a violência imposta pelo ídolo e por aqueles que o defendem de todas as maneiras. Os seres humanos não contam. O que importa é o lucro do capital.”<sup>203</sup>

Esta concepção está no fato de que, no sistema de mercado, o ser humano é apenas um ente sem concretude. A lógica espiritual do sistema de mercado “esvazia a corporalidade humana concreta e maneja uma concepção abstrata do ser humano”<sup>204</sup>. Por isso, este deixa de ter necessidades e só deve ter preferências. Tudo o que é necessário para sua sobrevivência deixa de ter valor de uso e passa a ter valor de troca<sup>205</sup>.

Há, no mercado, o dualismo corpo e alma, no qual a última procura viver em detrimento do primeiro.<sup>206</sup> O valor não está no conteúdo, mas nas marcas que são os Baalins. O que é enfatizado não é o ser humano, mas a mercadoria como produto ou serviço que podem ser trocados. O objetivo do mercado não é a satisfação das necessidades do homem e da mulher, mas a circularidade do consumo de preferências. As pessoas são apenas pontos aos quais as mercadorias chegam para serem cultuadas. Numa visão fetichizadora, o ser humano serve à mercadoria, se preciso for, com a própria vida.

Se o ser humano, para a religião do mercado, não tem concretude nem pode ter necessidades, então não há que se preocupar com alimentação, emprego, saúde, educação, enfim com condições dignas de vida. Disto resulta que a fome, a subnutrição, o desemprego, doença, falta de instrução, morte são fenômenos normais utilizados como meios para o sacrifício de vidas aos ídolos do panteão do mercado.

---

<sup>202</sup> LIBANIO, *Teologia da libertação*, p. 41. Afirma que a TdL é uma “teologia que se orienta contra a violência institucionalizada”.

<sup>203</sup> SANTA ANA, *O amor e as paixões*, p. 62.

<sup>204</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 75. O homem concreto é substituído “pela alma metafísica abstrata”, cf. HINKELAMMERT, *Sacrifícios humanos*, p. 105.

<sup>205</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 244 – 245.

<sup>206</sup> *Ibid.*, p. 449.

Essa concepção do humano como ser abstrato conduz à imaginação de um céu de almas que têm igualdade apenas abstrata. “Todos os homens são iguais em relação a seus direitos formais, mas não quanto a suas possibilidades reais de vida.”<sup>207</sup> Este céu de almas iguais (abstratas), numa perspectiva cristã, implica a legitimação do mercado. Os aspectos do Cristianismo, como sempre, no Ocidente, servindo para camuflar a realidade do mercado. A teologia que sustenta a religião do mercado:

Transforma a esperança da nova terra num conceito abstrato de normas e cumprimentos de deveres, que têm agora uma vigência absoluta sem nenhuma consideração das consequências que podem ter sobre a vida concreta<sup>208</sup>.

Há duas razões principais para que as pessoas sejam sacrificadas. Uma refere-se à sua incompetência em competitividade, por isso não conseguem sobreviver na ambiência do mercado. O destino destas é servir aos deuses como oferta para que o mercado possa ser maximizado. Se ele ainda não resolveu todos os problemas é em razão dos sacrifícios serem insuficientes<sup>209</sup>.

A outra razão para serem sacrificadas consiste em punição para todos aqueles que se rebelam contra o mercado. Não há alternativa ao mercado. Levantar contra ele e contra os demais ídolos do sistema é pecado que exige sacrifício do transgressor.<sup>210</sup>

Estar no sistema de mercado não significa que ele atenda às necessidades de todos. Uns são bem aquinhoados, enquanto outros, oprimidos. A lógica da opressão do início da libertação da América Latina era denominada de “fato maior”. Os pobres eram oprimidos “pela distância entre a maioria pobre e a minoria rica”<sup>211</sup>. Posteriormente, surgiu outro fato maior denominado de exclusão. Nesta concepção, o ser humano está fora da lógica do mercado. Assim, além da opressão, vige a “teoria da prescindência.” Prescinde-se dos “não-proveitáveis, descartáveis, que viram ‘massa sobranete’, condenada a ser lixo da história.”<sup>212</sup>

Independentemente de os sacrifícios serem causados pela opressão, exclusão ou da conjugação de ambos, o sacrifício mais perverso consiste em retirar do ser humano sua humanidade. É negar-lhe a semelhança e a imagem do Deus Verdadeiro. É submetê-lo à condição de “coisa”. É perder a condição de domínio sobre a Criação, para ser apenas um objeto manipulável que pode ser descartado num altar de holocausto.

---

<sup>207</sup> Ibid., p. 274.

<sup>208</sup> HINKELAMMERT, *Sacrifícios humanos*, p. 105.

<sup>209</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 31

<sup>210</sup> Ibid., p. 27 – 28.

<sup>211</sup> ASSMANN, *Crítica à lógica*, p. 15.

<sup>212</sup> Ibid., p. 52, 95.



### 3.5 Considerações parciais

O sistema capitalista, para manter sua hegemonia, utiliza-se de ideologias. Sua sustentação e até mesmo sua legitimação atualmente são proporcionadas pelo Neoliberalismo. Este, no entanto, no Ocidente, não se apresenta simplesmente na perspectiva econômica, mas se transveste com roupagem do Cristianismo. A religião pode ser instrumento para alienação das pessoas, na medida em que suas doutrinas são usadas para amedrontar os fieis. Assim, muitas das vezes, vive-se uma religiosidade alienada que aprisiona as pessoas com suas ilusões. Isso é o artifício que a religião do mercado emprega, de forma que a maioria das pessoas que não têm uma percepção crítica é cooptada por esse sistema e passa a agir como autômato comandado por ele.

Para ter o contorno do Cristianismo, o Capitalismo sequestrou os principais pressupostos daquela religião. Assim, transformou-se na religião do mercado. Esses pressupostos são amor ao próximo, pecado original, sacrifícios e Paraíso. No entanto, eles são utilizados de forma invertida.

Essa religião é idolátrica, pois seus ídolos – mercado, mercadorias, dinheiro e capital – são deuses que aprisionam e matam o ser humano. A idolatria é uma categoria teológica que, na Bíblia, tanto no Antigo Testamento, quanto no Novo Testamento, é abominada por Deus. Além do mais, a idolatria do mercado, inspirando-se na entrega de Jesus em prol da humanidade, exige sacrifícios humanos constantemente em seus rituais. Por essas razões, justificam-se as críticas teológicas à idolatria do mercado.

Na presente reflexão, critica-se essa idolatria no horizonte da TdL, que parece ser a mais consentânea com esse exercício, na medida em que ela preocupa-se em fazer um movimento dialético entre as questões teológicas e a práxis histórica. Na verdade, constitui-se numa forma diferente de fazer teologia, pois o ponto de partida para a reflexão são as situações reais que as pessoas vivem.

Nesse horizonte crítico, o foco está nas reflexões dos teólogos, que se dedicam ao binômio Teologia-Economia, embora não sejam muitos. Desses, destacam-se Hinkelammert, Assmann, Sung e Santa Ana. Além desses teólogos, outros também complementam esta reflexão. Com base nesses autores, critica-se a idolatria e seus sacrifícios.

Simplesmente criticar a idolatria do mercado é um exercício incompleto. Há que se mostrar algumas possibilidades de saída desse sistema. A união desses dois estágios compõe um conjunto crítico relevante, no âmbito acadêmico, pastoral ou popular da Teologia. O exercício crítico necessita de uma práxis, principalmente aquela de cunho libertador. Por

essa razão apresentam-se, a seguir, algumas possibilidades para libertar os pressupostos cristãos sequestrados e contribuir para desmascarar a idolatria sacrificial, que se apresenta sob a máscara da religiosidade com traços cristãos.

## CAPITULO 4

### DESCONSTRUÇÃO DA IDOLATRIA DO MERCADO

A simples crítica da idolatria sacrificialista da religião do mercado é algo insuficiente. Assim, como no profetismo bíblico, há que se extrapolar a perspectiva puramente denunciativa e apresentar possibilidades de saídas desse sistema religioso opressor. Isso não é fácil, pois a Teologia não pode se arvorar em ditar normas para o nível econômico. No entanto, quando parte da Criação de Deus, principalmente o ser humano, é oprimida, excluída e ameaçada, a Teologia não pode se omitir. Urge que ela apresente, por um lado, princípios libertadores dos pressupostos teológicos cristãos sequestrados, e, por outro, princípios humanizadores da Economia.

Nesse sentido, ainda numa visão crítica da pesquisa, mas num viés anunciativo, objetiva-se apontar possibilidades – saídas – para desconstruir a idolatria do mercado, por intermédio, principalmente, da libertação dos pressupostos teológicos cristãos. Para consecução desse objetivo, primeiramente é preciso explicitar que Teologia e Economia não são dimensões separadas, mas distintas. Assim, é necessário que haja diálogos entre elas. Posteriormente, é preciso que se efetive a “desinversão” dos pressupostos teológicos cristãos que a Teologia endógena inverteu. Por último, é fundamental refletir sobre a Economia imbricada na Teologia e centrada no nexa corporal entre os homens e mulheres<sup>1</sup>.

Evidentemente que essas reflexões não são as únicas para desconstrução da idolatria. No entanto, importa sublinhar seu valor, na medida em que sua fontalidade

---

<sup>1</sup> Cf. principalmente a ASSMANN; HIKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 349 – 350, 419.

encontra-se nos teólogos da libertação, que envolveram ou têm envolvido seu fazer teológico na Economia, principalmente quando esta se desvia do objetivo nobre que é a sobrevivência do ser humano.

#### 4.1 Binômio Teologia e Economia

Economia e Teologia não são teorias e práticas separadas, no entanto entre elas há distinção. Existe algo de econômico na Teologia<sup>2</sup>. Isso pode ser constatado principalmente nas dimensões antropológica, teo-lógica e soteriológica. A dimensão antropológica destaca que o ser humano é um ser integral, sem separação entre a parte espiritual e a material. Ambas têm importância para as pessoas diante de Deus. A parte material pertence ao mundo da Economia. Na dimensão teo-lógica, é preciso discernir que uma das primeiras imagens de Deus é de Doador da Vida, entendida de forma plena – aspecto espiritual e material. Mais uma vez, é preciso que se diga que esse aspecto é econômico. Por fim, a salvação das pessoas ocorre integralmente. Além da salvação na perspectiva espiritual, é necessário que ela também se efetive materialmente, o que significa acesso à comida, bebida, roupa, casa, liberdade, acolhimento. Isso somente pode ser atendido no âmbito econômico.

Por outro lado, há algo de teológico na Economia<sup>3</sup>. Pelo fato de ela se referir às questões da vida humana e social, está fundada em pressupostos filosóficos e teológicos. Esses pressupostos constituem certo nível da ciência econômica, que não é totalmente aparente. Além desse nível, há o operacional que é mais visível e conhecido. Isso decorre de todas as ciências serem edificadas sobre premissas que não podem ser comprovadas. Premissas essas que, na verdade, constituem mitos.

Por ter aspectos teológicos, a Economia tem facilidade de aderir a determinados sistemas religiosos. Dessa aderência, pode haver resultados bons ou perversos. Isso se comprova pelo uso que o Capitalismo faz dos princípios cristãos para forjar uma espécie de religião do mercado.

Teologia e Economia têm pontos de encontro que são consubstanciados no ser humano. Sobre isso, Falise argumenta, questionando:

O homem está no fim da vida econômica e também na fonte: quem decide, individual ou coletivamente, as políticas e regulamentações, quem monta ou

---

<sup>2</sup> A discussão de aspectos econômicos na Teologia está fundamentada em SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 19 – 20.

<sup>3</sup> A discussão de aspectos teológicos na Economia está fundamentada em SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 20 – 21.

desmonta os sistemas econômicos, que define ou combate as políticas de remuneração, de investimento, de reestruturação das empresas, quem disputa na competição internacional, a não ser os homens?<sup>4</sup>

Em suma, a Economia refere-se à vida. Não se pode falar desta sem aquela. Vida é dom de Deus. Sung afirma que a vida “precisa ser preservada mediante o consumo de bens materiais que satisfaçam as necessidades básicas. Bens estes que são produzidos no campo econômico.”<sup>5</sup>

#### **4.1.1 Economia no mundo da Bíblia**

Uma análise panorâmica da Bíblia – sem preocupação exegética –, tanto do Antigo, quanto do Novo Testamento, pode evidenciar manifestações de caráter econômico, evidentemente que não em uma perspectiva moderna nem capitalista. Esta análise é importante para essa discussão, haja vista que o Cristianismo e sua conseqüente Teologia têm, como fonte principal, a Bíblia Sagrada.

Na narração do Gênese já se encontra talvez a primeira referência à Economia, se se aplicar no texto o entendimento grego do termo – administração da casa. Assim, após modelar o primeiro ser humano, “Iahweh Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e guardar. E Iahweh Deus deu ao homem este mandamento: ‘Podes comer de todas as árvores do jardim’” (cf. Gênesis 2, 15 – 16). O primeiro homem podia comer dos frutos do jardim, mas, por outro lado, tinha de cultivá-lo e preservá-lo. O jardim era a casa do primeiro homem e da primeira mulher, e devia ser gerenciado por eles, conforme ordem de Iahweh. Havia pessoas, natureza, trabalho e consumo.

O mundo bíblico contém outros aspectos que se referem à realidade econômica. Assim, ainda no Antigo Testamento, podem ser encontrados três períodos importantes: o referente ao Israel antigo, o da Monarquia e da divisão do Reino, e por fim, o Judaísmo que vai do exílio aos tempos de Jesus<sup>6</sup>.

O antigo Israel – que vai até às origens da Monarquia – corresponde ao período patriarcal cuja atividade econômica é pastoril, de caráter seminômade. O interesse está na sobrevivência e no bem-estar dos integrantes do grupo sob a direção do patriarca. Não existem pobres e nem ricos, pois não há propriedade privada nem se busca enriquecimento exagerado. Os que se encontram em dificuldade socioeconômica são assistidos pela família.

---

<sup>4</sup> FALISE, *Economia e cristianismo*, p. 19.

<sup>5</sup> SUNG, *Teologia e economia* (a), p. 8.

<sup>6</sup> VV.AA, *Práxis cristã*, p. 18.

Entre os diversos grupos há um destacado sentimento de solidariedade que é empregado principalmente para a defesa recíproca<sup>7</sup>.

Do seminomadismo, os grupos se sedentizam dedicando-se à agricultura. Isso implica a apropriação ou repartição de terras. Começam a surgir divisões na sociedade do ponto de vista econômico. Assim, por um lado, têm-se chefes poderosos e de outro, escravos, pobres e emigrantes<sup>8</sup>.

No período da Monarquia, emerge a economia urbana e conseqüentemente as atividades como mineração, metalurgia, têxtil e cerâmica. Com a administração da monarquia surgem gastos, principalmente referentes ao luxo da corte. Para arrecadar recursos instituem-se os tributos. Nesse período os principais problemas são (a) a “desigualdade na distribuição da riqueza”, (b) o “latifundismo”; (c) a “corrupção dos costumes na administração da justiça”; (d) comércio injusto. Nesse período nasce o profetismo como forma de combater os desvios – inclusive no âmbito econômico – das autoridades e do povo de Israel<sup>9</sup>.

No Judaísmo, destaca-se a questão da pobreza não como fator social, mas como algo que se deve englobar na vivência religiosa. Ocorre a “passagem da pobreza-escândalo à pobreza-bem-aventurança, e isso é refletido nos Salmos”. Os males não são atribuídos à fatalidade, mas aos outros que são os causadores. Assim, têm-se, de um lado, pobres e dominados e, do outro, os ricos e opressores<sup>10</sup>.

Sem detalhar muito, mas visando a demonstrar os aspectos econômicos na ambiência do Novo Testamento, podem-se explicitá-los em três aspectos: nos tempos de Jesus, nos sinóticos e nos escritos apostólicos<sup>11</sup>.

Na Palestina do tempo de Jesus, a principal atividade econômica era a agricultura, porém em moldes primitivos. Os principais produtos eram o trigo e o azeite. Também havia a pecuária e a pesca, no lago da Galileia. O comércio se destacava principalmente com os produtos alimentícios. Também as profissões estavam relacionadas com a alimentação.

A mensagem dos sinóticos, quando cuidam dos bens materiais, enfatiza a ambigüidade da riqueza. Por um lado, em seu caráter abstrato ela é boa. Por outro, em sua concretude, ela pode ser condenável, principalmente se for adquirida de forma injusta, como pecado individual. Ademais, pode significar acumulação que gera empobrecimento de outros, como pecado social. Nessa perspectiva pecaminosa, a riqueza é antissalvação, pois é erigida

---

<sup>7</sup> Ibid., p. p. 18.

<sup>8</sup> Ibid., p. 19.

<sup>9</sup> Ibid., p. 20 – 21.

<sup>10</sup> Ibid., p. 23.

<sup>11</sup> Essa discussão tem como base VV.AA, *Práxis cristã*, p. 34,36 – 37, 40 – 47.

como ídolo que promete vida, mas na verdade gera a morte. Esse tipo de riqueza é incompatível com o Reino de Deus. Assim, ou se serve a Deus ou a Mamom, pois não é possível servir a dois senhores, pois há de agradar a um e aborrecer a outro.

Os escritos apostólicos abordam o tema riqueza relacionando-o com os perigos que ela pode causar. Condenam a avareza – que é a própria idolatria (cf. Efésios. 5,5; Colossenses. 3,5; 1Coríntios 5,11; 6,10) –, o orgulho, a exploração e a parcialidade dos comerciantes (cf. Tiago 4, 13 – 17; 5, 1 - 6), o amor desordenado às riquezas o qual compromete a salvação – (cf. 1Timóteo 2,9).

Esse breve panorama expressa uma economia em evolução no mundo bíblico. Ao longo desse processo evolutivo, ocorreu também a exploração do ser humano pelo seu semelhante. Se, na economia patriarcal, não existia pobreza, pois a família cuidava para que não houvesse carência, na da Monarquia em diante, os aspectos econômicos em diversos casos, foram usados para exploração dos pobres.

Para Mies, “a Bíblia não apresenta nenhum tratado de economia e não propõe nenhum sistema econômico e social que possa gerar uma ‘economia judaica’ ou uma ‘economia cristã’. Isso não significa que ela permaneça muda sobre o assunto.”<sup>12</sup> Assim, em diversas passagens condena a exploração dos mais desfavorecidos, principalmente nos escritos proféticos. Muitos dos problemas econômicos que foram condenados na Bíblia, em certa medida, são reproduzidos hoje em contexto moderno.

A presença dos aspectos econômicos na Bíblia comprova que Economia e Teologia não são instâncias excludentes, mas o diálogo entre economistas e teólogos nem sempre é compatível.

#### **4.1.2 Diálogo entre economistas e teólogos**

O diálogo dos teólogos e da hierarquia eclesiástica com os atores econômicos – economistas, banqueiros, empresários – por vezes tem sido infrutífero<sup>13</sup>, pois nenhuma das partes leva em consideração o que a outra apresenta. Parece que as duas áreas são estanques.

Por um lado, os representantes da Teologia e da Igreja criticam as orientações dominantes do sistema econômico atual e advogam um novo paradigma para a Economia que seja mais justo e vise ao bem-comum. Por outro, os representantes econômicos argumentam que aqueles não podem ingerir na Economia, pois sua reflexão refere-se apenas às questões

---

<sup>12</sup> MIES, *Prefácio*, p. 11.

<sup>13</sup> Cf. SANTA ANA, *O amor e as paixões*, p. 15.

espirituais – numa concepção privada da religiosidade e da Teologia. A Economia está isenta de princípios ético-morais, pois o que importa é a eficácia que se manifesta na maximização do lucro com minimização de investimentos<sup>14</sup>.

Santa Ana<sup>15</sup> destaca três fatores responsáveis pela dificuldade de diálogo. Primeiramente, os representantes da Economia alegam que as argumentações teológicas referentes às práticas econômicas não levam em conta questões concretas sobre a produção, consumo e distribuição dos bens materiais. Acrescentam que o discurso teológico está fora da vida econômica, sendo abstrato e relacionado à transcendência. Procuram ser prescritivos, quanto à administração do processo de produção do mercado e da distribuição de renda.

Em segundo lugar, o autor afirma que os teólogos muitas vezes têm a pretensão de dar lições de moral aos que detêm o controle da Economia. Nessa perspectiva, o discurso teológico introduz elementos que são próprios da vida econômica. Apresentam argumentos sobre o “deve ser” que não consideram o ser das coisas.

Em terceiro lugar, a prática econômica de diversas Igrejas, na maioria das vezes, é incoerente com o discurso teológico, pois elas estão envolvidas em práticas econômicas desde o início do Cristianismo. Essas práticas são compras, vendas, pagamentos de salários, poupança, aplicação de capitais, posse e administração de propriedades. Enfim, os controladores da Economia dizem que parte das Igrejas participa da lógica econômica e do mercado.

Para Sung, a separação que se faz entre as questões teológicas e sociais, bem como o aspecto religioso e racional da sociedade, têm relação com a tentativa de ocultar “o lado irracional, sacrificial, idolátrico da modernidade do seu lado aparentemente racional e ilustrado”<sup>16</sup>. Deduz-se que essa estratégia de ocultação é ideológica.

### 4.1.3 Estranha estranheza

Muitos estranham quando se discute sobre a relação entre a Teologia e a Economia. Essa estranheza soa mais grave, quando parte dos cristãos – entre leigos e

---

<sup>14</sup> SANTA ANA, *O amor e as paixões*, p. 15. FALISE, *Economia e cristianismo*, p. 151- 152: é convergente com esse posicionamento dicotômico e excludente.

<sup>15</sup> SANTA ANA, *O amor e as paixões*, p. 16 – 17.

<sup>16</sup> SUNG, *Tarefas do cristianismo (II)*.



religiosos –, principalmente daqueles que estão em diversos nichos acadêmicos. Poucas publicações “analisam teologicamente os problemas e as teorias econômicas”<sup>17</sup>.

Sung entende que cristãos e as igrejas não estão alheios às questões econômicas e políticas, pois temas ligados a essas áreas têm sido discutidos nas academias, institutos de teologia e nas próprias comunidades. Segundo o autor, o que tem ocorrido é a ausência de articulação dessas temáticas com a reflexão teológica. Esta tem sido reduzida a “juízos éticos” inexistindo o discurso sobre Deus referente às questões econômicas. Estranha-se isso, pois a Igreja optou preferencialmente pelo pobre e que este, segundo a TdL, é o necessitado de bens materiais (pobreza econômica)<sup>18</sup>.

Conforme Sung, o estranhamento da relação entre Teologia e Economia deriva-se de dois referenciais diferentes de se compreender a missão da Igreja e dos cristãos. Assim, uma compreensão refere-se à propagação do Evangelho para os que não são crentes. A outra diz respeito à preocupação com os empobrecidos economicamente, que podem ser crentes ou não. Admite o autor que a principal missão da Igreja e dos cristãos é o anúncio de Deus de Jesus Cristo, mas isso não os impede de assumir a causa dos pobres. Sung admite que possa haver contestação no sentido de que a missão não pode ser reduzida ao campo material. Porém há que se tomar cuidado para não migrar para outro extremo, o puramente espiritual e negligenciar as condições materiais<sup>19</sup>.

Nessa mesma direção de Sung, manifesta-se Assmann quando afirma:

Já que o amor a Deus não é real se não se encarna no amor ao próximo, e já que o amor ao próximo se refere fundamentalmente ao nexos corporal da reciprocidade humana, a fé cristã não pode ser reduzida à interioridade meramente subjetiva ou ao puro plano das intencionalidades subjetivas. Ela só existe realmente quando se efetiva na história. Isto não elimina, em absoluto, a riqueza da dimensão subjetiva da fé.<sup>20</sup>

Urge que esses dois referenciais sejam articulados entre si. Nesse sentido, importa divulgar o Evangelho e ser solidário, na teoria e na prática, com os irmãos que estão empobrecidos. A salvação deve estar conjugada com a libertação, o que é um dos pressupostos da TdL, como visto anteriormente. Essa articulação constituirá uma nova forma de compreender a missão da Igreja e dos cristãos. Ela supera as outras, pois o ser humano é visto numa dimensão integral – imaterial e material. Supera-se a visão gnóstica que o espírito atual do Capitalismo – Neoliberalismo – tenta impor às pessoas.

---

<sup>17</sup> Id., *Deus e ídolo*: relata experiências dessa dificuldade de cristãos entenderem que Teologia e Economia não são dimensões estranhas entre si.

<sup>18</sup> Ibid.

<sup>19</sup> Ibid.

<sup>20</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 427.

Propagar o Evangelho e preocupar-se com os pobres constitui uma missão integral, pois anunciar as Boas Novas e não se preocupar com os que têm fome é ser incoerente com a mensagem de Jesus que se anuncia. O Messias deseja que todos tenham vida em abundância, e isso implica atender às necessidades também do corpo.

Em suma, a Teologia não pode se apartar da Economia principalmente quando esta se desvia de objetivo fundamental que é ser a instância, na qual são gerados recursos materiais para a perpetuação da vida. Nesse sentido, argumentam Assmann e Hinkelammert:

[...] diante de um evangelho adulterado por categorias econômicas, uma teologia só consegue ser profética – isto é, denunciadora e anunciadora – se mantiver uma proximidade claramente perceptível aos fatos e às teorias econômicas. Melhor ainda se souber expressar-se também em categorias econômicas. Não podemos esquecer um só momento que se trata de desencravar e libertar o evangelho da vida das entranhas de uma lógica econômica, que constitui, precisamente, uma engenhosa adulteração desse evangelho.<sup>21</sup>

## 4.2 Teologia da Libertação e Teologia do Capitalismo

A desinversão dos pressupostos teológicos cristãos, para ser eficiente e eficaz, não deve ser efetivada isoladamente, mas necessita estar lastreada em um sistema teológico para que seja sustentada. É fundamental que os teólogos desse sistema estejam enfronhados na relação Teologia-Economia, para que teoria e práxis não sejam ingênuas e puramente agressivas contra o sistema econômico. Há que se ter argumentação convincente, tanto no âmbito teológico, quanto no econômico. Para tanto se deve cuidar para evitar os obstáculos epistemológicos<sup>22</sup> apontados por C. Boff.

Pode-se refletir a respeito de uma desinversão que recoloca os pressupostos em seu *locus* teológico tradicional. No entanto, isso não é suficiente, pois há um caminho histórico percorrido. Assim, urge que a desinversão ocorra e que os pressupostos sejam recepcionados em um novo paradigma teológico que tenha supedâneo para continuar a enfrentar a idolatria. Há que se ter uma desinversão e sua própria superação.

A desinversão é compatível com a TdL, pois é a própria superação da relação dialética entre teologia tradicional – reclusa ao ambiente privado – e a racionalidade moderna. Por essa razão, a TdL, por seu conteúdo e método, é capaz de superar a relação

---

<sup>21</sup> Ibid., p. 419.

<sup>22</sup> C. BOFF, *Teologia e prática*, p. 67 – 81. Os obstáculos são empirismo, purismo metodológico, teologismo, mistura semântica e bilinguismo.

dialética que se estabeleceu entre a Teologia tradicional do Cristianismo e a Teologia endógena do capital sistematizada a partir da tradicional cristã.

Essa desinversão e superação, de forma mais específica, podem realizar-se com a reflexão de teólogos da libertação que se dedicam ao estudo da idolatria do mercado. Portanto, a desinversão constitui um dos objetivos de uma teologia anti-idolátrica que pode rechaçar frontalmente a teologia cruel que abriga o ídolo. Outro objetivo é centrar “no nexo corporal entre os homens”<sup>23</sup>. Esses objetivos são implicações de um discurso alternativo sobre Deus que é o ponto mais forte e eficaz para combater a idolatria. Essa Teologia, para Assmann e Hinkelammert deve ser uma teo-logia<sup>24</sup>.

Essa desinversão, que, na realidade, é um enfrentamento da Teologia endógena, deve ser realizada profunda e amplamente. Portanto, precisa perpassar os três modos de fazer TdL os quais L. Boff e C. Boff discutem. O popular que se refere aos grupos de pessoas que buscam refletir sua fé em reuniões em meio às lutas cotidianas. O pastoral que é mais ligado ao corpo eclesial no qual estão envolvidos os sacerdotes. E o profissional ou acadêmico que é integrado por teólogos profissionais<sup>25</sup>.

Esses três modos de fazer TdL estão unidos por uma “inspiração de fundo” que é “uma fé transformadora da história”<sup>26</sup>. Apesar de serem unidos, esses modos são distintos. A distinção está na lógica e na linguagem da reflexão. O popular se faz em linguagem comum, espontânea, oral e sacramental, com predominância de símbolos e gestos. O modo profissional usa linguagem acadêmica e convencional. O pastoral emprega a linguagem das duas primeiras. Estes modos se articulam e se integram.<sup>27</sup>

Todos os sujeitos que integram esses três níveis são imprescindíveis para a reflexão teológica e, portanto, para enfrentar a idolatria do mercado desinvertendo os pressupostos cristãos de sua Teologia endógena.

A seguir, são contraditados os pressupostos invertidos da Teologia endógena do mercado, a partir de teólogos da libertação, principalmente aqueles que especializaram nas questões econômicas. Intenciona-se mais especificamente desinverter os pressupostos. Para tanto, são abordadas as questões seguintes que estão relacionadas diretamente com eles: teológica, cristológica, pneumatológica, antropológica, hamartiológica e soteriológica.

---

<sup>23</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 349 – 350. O aspecto corporal será desenvolvido na questão antropológica mais à frente.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 349 – 350.

<sup>25</sup> L. BOFF; C. BOFF, *Como fazer teologia*, p. 23 – 24.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 28;

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 28 – 31.

Os pressupostos invertidos são analisados e interpretados (hermenêutica) a partir dos pressupostos teológicos da TdL. Conjuntamente com essa hermenêutica efetuar-se-á um movimento dialético entre Teologia endógena e os pressupostos cristãos. Espera-se uma síntese libertadora do Evangelho e seus pressupostos.

#### 4.2.1 Questão teo-lógica e imagens de Deus

Alhures, discute-se que o ser humano cria seus ídolos conforme sua necessidade. No entanto, há outro tipo de prática idolátrica mais perigosa do que essa, pois tem origem na própria ideia do Deus da Bíblia. Assim, criam-se imagens de Deus segundo as pretensões humanas. Nesse sentido, “há uma relação dialética entre imagens de Deus, forjadas e aceitas, e as relações sociais”<sup>28</sup>. Numa perspectiva negativa, muitas das vezes, as imagens que se fazem de Deus são para legitimar injustiças e desmandos que o ser humano promove e protagoniza, em relação ao seu semelhante e à própria natureza no geral. Nessa perspectiva, as imagens de Deus são deformações.

Numa perspectiva econômica capitalista, principalmente quando se utiliza do viés religioso cristão para sustentar sua ideologia, as pessoas moldam imagens do Deus da Bíblia que seja consentânea com essa ideologia mercadológica. Essas imagens são ideológicas, pois o que elas representam não é o real. Não é a essência de Deus. As pessoas as tomam como verdade bíblica e religiosa. Ademais, é importante dizer que essas imagens distorcidas de Deus consideradas verdadeiras são incorporadas pelo deus mercado para garantir sua divindade perante homens e mulheres.

À guisa de exemplo, é de bom alvitre apresentar quatro<sup>29</sup> imagens de Deus que se estabelecem hoje e influenciam a religião do mercado. São elas: deus-não-conosco, deus verticalizado, deus particular, deus mágico.

O deus-não-conosco ou a-histórico tem em sua base no modalismo, pois essa heresia “tende a negar o ‘Deus-conosco’ na História, já que o Filho não é nada mais do que uma forma de aparência do Pai.”<sup>30</sup> Assim, Deus é inacessível às criaturas não havendo portanto essa relação pessoal. Acrescenta Murad que “Deus é concebido como separado de maneira abissal e irremediável de toda natureza criada e, por isso mesmo, de toda mudança,

---

<sup>28</sup> MURAD, *Este cristianismo*, p. 23.

<sup>29</sup> Essa tipologia (nomeações) foi adaptada a partir de MURAD, *Este cristianismo*, p. 26 – 32. Para maiores detalhes, acessar essas páginas.

<sup>30</sup> MURAD, *Este cristianismo*, p. 26.

de toda dor, de toda história.”<sup>31</sup> Essa imagem é perceptível no deus mercado que se diz “natural” e não histórico. A respeito disso, Assmann afirma que “o deus dessa ‘religião econômica’ detesta aparecer, é de uma infinita modéstia, apesar de estar ativo, tão poderosa e providencialmente, em tudo o que se refere à economia”.<sup>32</sup>

Para Murad, pesquisando o pensamento de J. L Segundo, o deus verticalizado está baseado no arianismo que se orienta pelo dualismo matéria-espírito. Assim, Deus não pode se manifestar na História. Portanto, nega-se Jesus como Deus. Este, que é absoluto, está numa dimensão superior e intervém verticalmente na inferior, sem considerar as interpretações dos valores horizontais<sup>33</sup>. O autor acrescenta, de forma apropriada, que:

Uma das constantes da conduta social humana é criar um superego social que dita de cima o que se deve fazer. E a maneira mais satisfatória de identificar e justificar este superego são concebê-lo como um Deus que estabelece uma ordem a partir de fora da história. A busca de uma segurança a qualquer preço leva à absolutização e à sacralização de opções simplificadoras, produzindo formas sutis de controle social. O que poderia aparecer muito divino, na realidade é uma forma de dominação social revestida de manto sagrado.<sup>34</sup>

Essa assertiva corresponde claramente ao mercado. Ele é esse superego que dita as normas a todos. Com já discutido sobejamente, é concebido como um Deus absoluto que está fora da História e exerce forte controle social.

O deus particular é resultado da concepção privatista da sociedade moderna. Cada pessoa procura a satisfação própria. Por isso, as pessoas moldam o seu deus particular e exclusivo<sup>35</sup>. Esta imagem legitima o individualismo e a competição, em detrimento do corpo social e comunitário. Vivem-se espiritualidades religiosas solitariamente.

Também esta imagem é compatível com o mercado, cujo paradigma é o interesse próprio. Assim, se cada pessoa individualmente tiver sucesso, todos o terão. No entanto, essa orientação é contrária ao espírito comunitário. É uma negação do mistério da Trindade, o qual revela a comunhão entre três e esses três com toda a Criação. Nesse sentido, Libanio afirma que a “Trindade revela que o ser humano, como pessoa, e os seres humanos, como coletividade, não podem pensar individualmente em contradizer fundamentalmente sua estrutura humana, sua realização.”<sup>36</sup>

---

<sup>31</sup> Ibid., p. 26.

<sup>32</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 177.

<sup>33</sup> MURAD, *Este cristianismo*, p. 29.

<sup>34</sup> Ibid., p. 29.

<sup>35</sup> Ibid., p. 30.

<sup>36</sup> LIBANIO, *Construção do futuro*, p. 266.

Por fim, o “deus mágico” está sustentado na crença da magia que consiste em buscar na transcendência divina soluções para questões imanentes. Essa imagem é muito sutil e bastante difundida, inclusive nas comunidades eclesiais<sup>37</sup>. Também essa imagem é transposta para o deus mercado que opera de forma mágica. Nesse sentido, no mercado, magicamente, o “egoísmo” é transformado em “solidariedade”<sup>38</sup>. De forma mágica os sacrifícios dos excluídos e dos pobres solucionarão os problemas sociais<sup>39</sup>. Essa magia não beneficia a todos igualmente<sup>40</sup>, pois, no mercado, há uma notável hierarquização.

Para desconstruir a idolatria do mercado urge que essas imagens deformadas de Deus também sejam desfeitas. Para tanto, importa que Deus seja entronizado como transcendente, mas também imanente, na medida em que, age na História. Ele deve ser visto como Deus pessoal, cujo exemplo clássico está no diálogo dele com Moisés na sarça ardente. É um Deus absoluto, mas que se encarna na humanidade, revelando-se em Jesus Cristo – o Emanuel. É fundamental que Deus seja visto como aquele que respeita a individualidade de cada um, mas que criou o ser humano para viver com os outros, cujo exemplo singular está no mistério da Trindade.

A TdL tem no seu bojo a preocupação de fortalecer essas imagens positivas de Deus, para que as negativas ou idolátricas sejam desfeitas. Isso é fundamental para que subsequentemente também a imagem do deus mercado e dos demais de seu panteão sejam desmascaradas. Se o deus mercado oprime e exclui, o Deus libertador liberta para a liberdade.

O Deus Libertador foi ao Egito, resgatou seu povo e o colocou na Terra Prometida. O Êxodo é fundante para a hermenêutica da TdL. Javé, ao ouvir o clamor de seu povo, foi em seu socorro. No encontro com Moisés ele disse:

Eu vi, eu via a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvei seu grito por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir desta terra para uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel, [...]. Agora, o grito dos israelitas chegou até mim, e também vejo a opressão com que os egípcios os estão oprimindo. Vai, pois, e eu te enviarei a Faraó, para fazer sair do Egito o meu povo, os israelitas.<sup>41</sup>

Sem intenção de fazer exegese, percebe-se no texto a disponibilidade de Deus em descer para socorrer o seu povo oprimido, do qual Ele viu a angústia e conheceu as necessidades. O Deus Libertador é um Deus em movimento. Ademais, Ele buscou o concurso

<sup>37</sup> MURAD, *Este cristianismo*, p. 30.

<sup>38</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 34.

<sup>39</sup> SUNG, *Teologia e economia* (a), p. 61.

<sup>40</sup> SANTA ANA, *Amor e paixões*, p. 75.

<sup>41</sup> BÍBLIA SAGRADA, Êxodo 3, 7-10, p. 106.

do ser humano, no caso Moisés, para que a libertação dos oprimidos fosse concretizada. Nisso ressoa o valor da práxis no âmbito da História.

Diante do pedido de socorro do povo, Javé poderia simplesmente consolá-lo, no entanto ele foi além, pois lhe deu liberdade. Embora libertado, em determinado momento durante a marcha no deserto, o povo quis retornar ao Egito e ali ser consolado. Submeter-se a opressão, principalmente já tendo experimentado a libertação e desejar apenas o consolo, é ser idólatra,<sup>42</sup> pois o Deus Libertador transcende à “impossibilidade humana.”<sup>43</sup>

Esta ação libertadora de Deus, encarnada historicamente, atravessa toda a Bíblia e tem seu clímax em Jesus, que fora anunciado pelo profeta Isaías, quando se referiu a ele como Emanuel – Deus conosco (cf. Isaías 7, 14). Jesus é a revelação máxima do Deus Libertador.

Quando Javé tira o povo do Egito, tem-se uma libertação política, mas não apenas isso. Há também uma libertação da idolatria daquele povo. Mesmo libertos e a caminho da Terra Prometida, os hebreus retornam a idolatria adorando o bezerro de ouro. No entanto, Deus insistiu na libertação. Assim, é imprescindível a ação de Deus, que conta com a participação humana, no processo de libertação do povo. Não apenas libertá-lo, mas mantê-lo liberto. Esse evento é fundante para a libertação da idolatria do mercado.

A idolatria tangível provavelmente é mais fácil de ser desfeita, pois a destruição material do ídolo é um grande passo, não o único, para sua desconstrução. Desfazer a idolatria intangível exige estratégias mais elaboradas, pois é necessário desfazer ideologias. No caso do mercado isso é agravado, pois a ideologia além de sua força intrínseca tem a potência da religiosidade atrás da qual se oculta. Diante dessa discussão, fica demonstrado que o deus mercado é diametralmente oposto ao Deus Libertador.

#### **4.2.2 Questão cristológica: sacrifícios e dom de si**

Deus enviou seu único Filho para salvar a humanidade que estava errante e sem pastor (cf. Marcos 6, 34). Num movimento descendente, Jesus deixa sua glória, nasce no mundo como ser humano, vive como tal, é preso, torturado, condenado à morte e morto na cruz. Todo esse esvaziamento (cf. Filipenses 2, 6 – 8) foi por amor às pessoas que estavam submetidas à escravidão do pecado e conseqüentemente apartadas de Deus.

A crucificação de Jesus, numa perspectiva levítica, constituiu um sacrifício. O evangelista João declarou que ele é o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo (cf. João

---

<sup>42</sup> RICHARD, *Nossa luta é contra*, p. 16.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 14.

1, 36). Ele estabelece um paralelo entre Cristo e os animais imolados no Antigo Testamento para o perdão dos pecados. Como visto anteriormente, os sacrifícios que o deus mercado impõe a determinadas pessoas procura se sustentar na imolação do Filho de Deus. No entanto, a entrega de Jesus não é apenas um ato sacrificial, mas também um “dom de si”. Sung faz a diferenciação entre um e outro.

Sacrifícios são imposições externas, em nome de uma lei divinizada, que vai contra a liberdade da pessoa vitimada e exigidas em nome de uma divindade (ou instituição sacralizada), em troca da promessa do paraíso ou de uma recompensa. O ‘dom de si’ é fruto do amor e da liberdade. É um movimento que nasce dentro da pessoa e vai em direção à pessoa amada ou daqueles a quem nutre solidariedade.<sup>44</sup>

No entanto, a religião do mercado – que tem como método de ação inverter paradigmas, doutrinas e pressupostos – procura, por intermédio de seus “sacerdotes”, demonstrar que o sacrifício não é imposição, mas iniciativa de louvor da vítima<sup>45</sup>. Assim, almeja passar uma falsa imagem de dom de si.

Se, por um lado, Jesus sofreu as imposições da religião de Israel e da lei romana no sentido de que fosse condenado e morto, por outro, ele espontaneamente se entregou para o bem da humanidade. O mercado nunca se entrega, mas exige sacrifício das pessoas e, uma vez mais, atua de forma invertida em relação aos pressupostos cristãos.

Jesus viveu uma vida de doação cujo auge aconteceu no calvário quando a entregou para salvação da humanidade. Na perspectiva de uma Cristologia dinâmica este foi um ato supremo de Jesus Cristo em benefícios de todos que sintetizou toda sua pregação, milagres e todos os outros atos. Assim, “Jesus, o Filho de Deus [Libertador] assumiu a opressão para nos libertar”<sup>46</sup>. Essa libertação não foi apenas numa dimensão individual, mas também estrutural e social. Isso é constitutivo da TdL, principalmente quando se pensa em uma relação dialética entre o pecado individual e social e também entre Cristo e o Jesus histórico.

O perdão dado por Jesus tinha uma amplitude maior do que a concepção que havia no âmbito do Judaísmo. O perdão implicava uma libertação ampla. Sobre isso, Sobrino assevera que:

Nas cenas de perdão, Jesus procura libertar o pecador de si mesmo, de seu egoísmo e pecado, mas fundamentalmente de uma situação social e religiosa na qual o pecador parecia não ter nenhuma possibilidade. Deste modo o perdão aparece como a verdadeira libertação que Deus realiza no fundo da

<sup>44</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 42 – 43.

<sup>45</sup> SANTA ANA, *Amor e paixões*, p. 92.

<sup>46</sup> BOFF L.; BOFF C., *Como fazer teologia*, p. 79 – 81. Este é outro tema-chave da TdL, na perspectiva desses autores: “Jesus, o Filho de Deus que assumiu a opressão para nos libertar.”



consciência, da falsa libertação daqueles que julgam os pecadores como homens sem possibilidades.<sup>47</sup>

O Filho de Deus morreu, mas ressuscitou dos mortos como fora profetizado. Tem-se, assim, uma relação significativa entre morte e ressurreição de Jesus Cristo – entre cruz e túmulo vazio –, para a libertação integral do ser humano. A ressurreição é o “paradigma da libertação” a qual “não pode prescindir da cruz”<sup>48</sup>. A entrega de Jesus na cruz não significa “submissão às iniquidades do mundo e aos poderes que a administram, mas deve ser entendida como um ato de protesto radical contra elas.”<sup>49</sup> Para Susin, o “resgate se consuma na ressurreição e exaltação, não na cruz.”<sup>50</sup>

Assim, o sacrificalismo idolátrico deve ser desmascarado pelo valor da ressurreição, que significa libertação total. Isso não está no âmbito do mercado idolátrico, porque ressurreição é vida, e o mercado capitalista é sacrificalista.

A entrega de Jesus na cruz é uma questão que precisa ser entendida no âmbito da Trindade<sup>51</sup>, pois também naquele momento o Pai estava com o Filho participando do mesmo sofrimento. A própria Trindade se entregou, foi abandonada, esvaziada e excluída<sup>52</sup>. Por outro lado, Susin acrescenta que a “ressurreição glorificadora é obra trinitária, obra de obediência do Pai que atende aos clamores do Filho (Hb 5, 7 – 10), do Filho que obedece à ordem do Pai instituída no envio do Espírito, e do mesmo Espírito de santidade que separa o Filho da morte e da cruz (Rm 1, 4).”<sup>53</sup> Há, portanto, uma dança pericorética na ressurreição de Jesus, que não ficou preso à cruz nem ao túmulo.

Ainda cabe salientar que os deuses do sistema capitalista, principalmente o mercado, são concebidos como onipotentes em todo lugar, tempo ou circunstâncias. As pessoas que não são vitoriosas são descartadas. Essa visão advém das vitórias do Messias, porém se esquecem de que Jesus passou por um grande sofrimento físico, psicológico, social. A respeito disso, é oportuno destacar o posicionamento de Sung sobre vitórias e fidelidade do Messias:

Confessar que Jesus é o Cristo é perceber que ele é o Messias não pelas suas vitórias, mas sim pela sua fidelidade plena à missão recebida de Deus de

---

<sup>47</sup> SOBRINO, *Cristologia a partir*, p. 70.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 192 - 193.

<sup>49</sup> SANTA ANA, *O amor e as paixões*, p. 67, 68.

<sup>50</sup> SUSIN, *Sacrificalismo e cristologia*, p. 246.

<sup>51</sup> GIBELLINI, *O debate sobre*, p. 36. Ao comentar a cristologia de Sobrino, mostra uma relação trinitária na qual o “Pai é o horizonte último; o Filho, a exemplaridade definitiva de como corresponder ao Pai; e a vida no Espírito de Jesus é o ser cristão concretamente”.

<sup>52</sup> SUSIN, *Sacrificalismo e cristologia*, p. 245.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 246, 247.

anunciar a dignidade radical de todos os seres humanos e em nome dessa verdade enfrentar até à morte as forças idolátricas dos impérios.<sup>54</sup>

Convergente com essa assertiva é o posição de Libanio quando afirma que o mistério pascal é a passagem à glória pela humilhação. Consiste na obtenção da vitória, mas mediante o fracasso: é o triunfo do amor pela “entrega total de si”<sup>55</sup>.

Por fim, depois da entrega de Jesus Cristo em prol da libertação total da humanidade, não há que se falar em outros sacrifícios. Nessa perspectiva, Hinkelammert afirma, baseado na teologia paulina, que “a morte de Jesus é um sacrifício que liberta dos sacrifícios, porque liberta o homem da busca da justiça pelo cumprimento da lei”<sup>56</sup>. O ciclo sacrificial ao mercado deve ser interrompido. O importante é obedecer ao Deus Libertador, e não sacrificar-se ao deus mercado.

#### 4.2.3 Questão pneumatológica e lei do mercado

O sistema capitalista tem uma ideologia que na atualidade é o Neoliberalismo. Como ele se apresenta como um sistema religioso – religião do mercado – ele também tem um “espírito” que entranha não apenas na dimensão econômica, mas em todas as relações humanas<sup>57</sup>. Assim, a uns, como os trabalhadores, ele os convence de que devem produzir conforme as regras sem questionar. A outros, os que consomem, são convencidos de que não apenas devem ter necessidades, mas desejos e preferências. Assim, a roda do consumo somente cresce, não visando a satisfação das necessidades básicas das pessoas, mas o aumento da lucratividade. Quanto aos que não podem produzir e consumir são convencidos de que são prescindíveis, portanto devem ser excluídos. Esses são os sacrificados para que o mercado possa ser totalizado, pois ainda não o foi, dada a insuficiência do número de vítimas imoladas a ele. Há ainda os agentes econômicos que, conforme Santa Ana, devem participar do “espírito da empresa”. Caso não o façam, são considerados endemoninhados sendo aliados do sistema, pois são perigosos<sup>58</sup>.

Esse espírito, na verdade, é um espírito do mal – um demônio que se esconde nos ídolos<sup>59</sup>. O espírito do Capitalismo se consubstancia em sua lei maior que é o paradigma do interesse próprio, contrariamente ao amor pelas pessoas.

---

<sup>54</sup> SUNG, Desejo, mercado e religião, p. 41.

<sup>55</sup> LIBANIO, Construção do futuro, p. 267.

<sup>56</sup> HINKELAMMERT, Sacrifícios humanos, p. 74.

<sup>57</sup> Cf. BOLTANSKI; CHIAPELLO, El nuevo espíritu, p. 41, 46, 57 – 60.

<sup>58</sup> SANTA ANA, Amor e paixões, p. 23 – 24.

<sup>59</sup> Ibid., p. 64.

Essa lei maior e suas derivações, na verdade, são leis do mercado. Pode-se afirmar que são dogmas religiosos tomado da Teologia tradicional. Todos os que não se submetem a essas leis ou lhes façam resistência são “fora” da lei e inimigos da humanidade<sup>60</sup>.

A religião do mercado apregoa que a justiça é obtida pelo cumprimento dessas leis. No entanto, Hinkelammert afirma que:

Nunca se deve buscar a justiça cumprindo a lei, porque não há, e não pode haver, uma lei cujo cumprimento garanta a justiça. O valor da lei é sempre relativo, sua legitimidade não está na fonte e no procedimento para pronunciá-la, mas no efeito que tem sobre os homens.<sup>61</sup>

Jesus morreu sob a lei do Império Romano e sob a lei judaica. Para ambas, Ele era uma ameaça. Também sob a lei do mercado capitalista, pessoas são sacrificadas. A partir da doação de Jesus em prol da humanidade, uma nova lei passou a vigorar sem imposição. Assim, “os que creem no Messias Jesus sentem que o Espírito Santo escreveu uma nova lei em seus corações, que corresponde à vivência que têm do perdão de Deus”<sup>62</sup>.

A lei do mercado é uma lei de morte, mas a lei do Espírito Santo dá vida em Cristo Jesus que liberta da lei do pecado e da morte (cf. Romanos 8, 2). O Espírito Santo liberta homens e mulheres para a liberdade (cf. Gálatas 5, 1). Assim, o Espírito Santo condena o espírito idolátrico do mercado.

A TdL não sublinha a dogmática tradicional, pois tem uma nova perspectiva tanto em relação à Teologia tradicional, quanto à Teologia endógena ao mercado, no que se refere às suas leis. Assim, nos dizeres de Segundo, o dogma não é o que enclausura, mas o que liberta. Ele não se fecha em si, mas abre novas formulações. Proposições dogmáticas, na realidade, devem funcionar como plataforma de lançamentos para aprendizagens de novas dimensões de sentido para a dimensão humana<sup>63</sup>.

A obra salvífica de Jesus é executada em concurso sinérgico com o Espírito Santo, que é “o agente da história da salvação”<sup>64</sup>. Se, para a TdL, a salvação inclui a libertação das estruturas opressoras, então o Espírito Santo também age nesta dimensão soteriológica. O convencimento do pecado, da justiça e do julgamento, pelo Espírito Santo, é abrangente quanto aos pecados sociais e estruturais. Assim, a estruturação do mercado capitalista é alvo da ação do Espírito Santo que visa a uma conversão ao verdadeiro Evangelho de Jesus Cristo.

---

<sup>60</sup> HINKELAMMERT, *Sacrificios humanos*, p. 30.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>62</sup> SANTA ANA, *Sacralizações e sacrificios*, p. 137.

<sup>63</sup> SEGUNDO, *O dogma que liberta*, p. 390 – 401.

<sup>64</sup> DURRWELL, *Jesús Hijo de Dios*, p. 115 (Tradução nossa).

Boff, L. e Boff, C. afirmam que o Deus Espírito está do lado dos pobres, atuando com eles nas suas lutas contra a opressão. Ele é o “Pai dos pobres” e completa a obra de redenção e da libertação integral. Age na História e proporciona a cada pessoa, especialmente ao oprimido, “força, coragem, disposição para caminhar e lutar em busca da libertação.”<sup>65</sup> Isso exprime o grande amor de Deus pelo ser humano em sua caminhada histórica. Nesse sentido o Espírito Santo “é poder amoroso”<sup>66</sup> que opera contra os poderes violentos, dos quais se destaca a religião do mercado com sua idolatria sacrificial.

Os frutos do espírito do mercado e de suas leis são individualismo, competição, avareza, interesse próprio, exclusão, opressão, desamor, maldade, discriminação, preconceito, egoísmo, desigualdade. O fruto do Espírito Santo, conforme expresso em Gálatas 5, 22, é amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio. Contra essas coisas, não há lei. Nem as do mercado.

#### **4.2.4 Questão antropológica: ser humano integral**

A religião do mercado apresenta traços gnósticos no que diz respeito à antropologia. Nesse sentido, o ser humano é composto de corpo e alma. O corpo na condição de prisão<sup>67</sup> da alma da qual deve se libertar, pois ele causa-lhe sofrimentos. Isso remete a uma visão maniqueísta na qual a parte imaterial do ser humano é boa, e a material ou o corpo é má. Assim, Deus está “do lado da origem do bem, que é a alma em conflito com o corpo, considerado como origem do mal.”<sup>68</sup> Isso induz a uma imagem falsa do Deus da Bíblia. Pode-se afirmar, até mesmo, que Deus é conduzido à condição de ídolo, pois desvalorizar o corpo do ser humano é oprimir.

Esse dualismo grego, que expressa o mal na corporeidade, legitima as práticas sacrificiais do sistema de mercado, para purificar dos pecados e adentrar ao paraíso. Para ele, não importa a concretude das pessoas, mas a condição abstrata. Portanto, homens e mulheres, corporalmente, podem ser oprimidos, excluídos, enfim sacrificados aos deuses do capitalismo. “Assim, na vida corporal, não se segue nenhum direito, nenhuma exigência corporal tem legitimidade intrínseca.”<sup>69</sup> Os sacrifícios são meios para desenvolver o espírito humano e

---

<sup>65</sup> BOFF, L.; BOFF, C., *Como fazer teologia*, p. 79 – 81.

<sup>66</sup> SOARES, *Leitura bíblica*, p. 276, 277.

<sup>67</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 442. “O corpo é antes uma ameaça para a vida da alma, seu cárcere. A alma quer fugir, mas o corpo não deixa.”

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 440.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 440.

mortificar o corpo.<sup>70</sup> Porém, a vítima do sistema opressor mercadológico – ou de outros – deve ser reconhecida em sua situação concreta na História, pois ela tem um rosto corporal no tempo e no espaço físico<sup>71</sup>.

Quando se examina de forma mais acurada o sacrificialismo do sistema de mercado, desvela-se que os sacrifícios não são apenas do corpo, como dimensão física do ser humano. A corporeidade é sacrificada principalmente por dois ângulos. Um é a privação de ter o mínimo de condições básicas para sobreviver. O outro consiste nas condições desumanas de trabalho. Isso, segundo Assmann e Hinkelammert, toca na centralidade da “teoria sacrificial” que é “a desconsideração e inutilização total do esforço humano, no plano valorativo da economia. Em tese, o suor do trabalhador só vale enquanto é necessário para produzir; uma vez que escorreram, o suor e o sangue não valem absolutamente nada.”<sup>72</sup>

Por outro lado, de forma sub-reptícia, também são sacrificados os sonhos, a dignidade, a verdadeira esperança – pois esperar pela salvação total do mercado é uma ilusão. Subtrai-se do ser humano a possibilidade de crer no seu verdadeiro Criador e Deus, na medida em que é desviado para cultuar os deuses da morte. Assim, a idolatria vai-se cristalizando e de forma legitimada mata a cada dia. O ponto máximo é destituir homens e mulheres de sua condição humana, transformando-os em objetos.

A antropologia da TdL enfrenta a concepção antropológica do sistema de mercado, com destaque para dois aspectos fundamentais. O primeiro refere-se à unidade do ser humano. Não há, portanto, separação entre corpo e alma, mas distinção. A parte material e a imaterial não estão situadas em níveis estanques, mas há interação entre eles. Tem-se, assim, o ser humano como uma unidade criada por Deus. Essa integralidade<sup>73</sup> antropológica remete à questão soteriológica, na medida em que a salvação inclui a remissão dos pecados pessoais, sociais e estruturais. A salvação é completa, tendo como paradigma a ressurreição de Jesus que não se reduz apenas à alma, mas também ao corpo.

Essa concepção também permite vislumbrar uma relação importante entre a Teologia e a Economia, embora muitos defendam que são áreas independentes. Assim, a vida em abundância, apregoada por Jesus, pode ser interpretada como vida plena, sem descurar de nenhuma dimensão antropológica. Neste sentido, a “vida é entendida no seu sentido mais concreto: a vida que precisa ser preservada mediante o consumo de bens materiais que

---

<sup>70</sup> SANTA ANA, *Sacralizações e sacrifícios*, p. 138.

<sup>71</sup> SOARES, *Leitura bíblica*, p. 274.

<sup>72</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 160.

<sup>73</sup> BOFF, L; BOFF, C., *Como fazer teologia*, p. 19, 20, relaciona “o compromisso contra a pobreza com a libertação integral de todo o homem e do homem todo.”

satisfaçam às necessidades básicas. Bens que são produzidos no campo econômico.”<sup>74</sup>  
Ninguém pode ser excluído das condições básicas para viver nessa terra.

O segundo aspecto de destaque na antropologia da TdL é a preferência pelo ser humano pobre. Não que os não pobres não sejam considerados, pois não é uma questão de exclusividade. Essa preferência não pode ser interesseira nem política<sup>75</sup>. A origem da TdL está no encontro com Cristo nos pobres.<sup>76</sup> Nesta perspectiva, César acrescenta que o “pobre é o caminho de salvação, na medida em que a misericórdia que ele desperta, pela constatação do direito de sua reivindicação de justiça, é a *dikaiosyne* de Deus.”<sup>77</sup>

A TdL, apesar de sua “amplitude e complexidade mantém muitas convergências, e o ponto de amarração dessas convergências” está nessa opção.<sup>78</sup> Esta preferência se explica, na medida em que os pobres têm sido vítimas dos sistemas históricos, com destaque para o capitalista. Assim, numa perspectiva antissacrificialista, a preferência pelos pobres implica afirmar que “toda a vítima é inocente.”<sup>79</sup>

#### 4.2.5 Questão hamartiológica: para além do pecado individual

Na religião do mercado, existe o pecado original, que consiste em amar o próximo. Assim, “a pretensão de conhecer o mercado e dirigi-lo em busca de superação de problemas sociais é a origem de todos os males econômicos e sociais. Em outras palavras, o maior pecado é cair na ‘tentação de fazer o bem’.”<sup>80</sup>

Essa nova concepção de pecado original, ressignificou os demais pecados dele oriundos. Isso resolveu a questão hamartiológica que, em certa medida, preocupa o ser humano. O pecado passou a ser visto como algo que não é tão ruim assim, pois dele, na concepção mercadológica, se pode extrair algo positivo. Nessa perspectiva, os vícios da vida privada são virtudes públicas que servem aos objetivos do mercado, semelhantemente à

---

<sup>74</sup> SUNG, *Teologia e economia* (a), p. 8. SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 19, 20: “Todos nós sabemos que não há vida sem comida, bebida, roupa, casa, saúde, liberdade e afeto/acolhimento. Por isso é que o evangelho de Mateus (Mateus 25, 31 – 46) nos ensina que esse conjunto, que possibilita a vida, é o ponto-chave no nosso juízo perante Deus.”

<sup>75</sup> BOFF, L; BOFF, C., *Como fazer teologia*, p. 66.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 14. A TdL “encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres”. Estes são não apenas na condição individual, mas coletiva. (cf. p. 14).

<sup>77</sup> CÉSAR, *Misericórdia e sacrifício*, p. 270. O autor aborda a questão do pobre e da pobreza na perspectiva do evangelho segundo Mateus.

<sup>78</sup> ASSMANN, *Crítica à lógica*, p. 23.

<sup>79</sup> HINKELAMMERT, *Sacrifícios humanos*, p. 231.

<sup>80</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 27, 28.

“Fábula das Abelhas”<sup>81</sup>. A usura, por exemplo, não é condenável, pois é uma forma de acumulação capitalista. “O que se descobriu, portanto, é o ‘jeitinho’ de Deus em relação aos pecados humanos”<sup>82</sup>, os quais são “usados como matéria-prima do amor ao próximo”<sup>83</sup>. Por outro lado, ser negligente e irresponsável em relação a outra pessoa, diante das medidas catastróficas e destruidoras do mercado, é ser virtuoso. A partir desse doutrinamento a respeito do pecado, uma ética do mercado é formulada contrariamente a uma ética cristã.

Aqueles que estão no sistema de mercado e não conseguem êxito, por seus meios próprios, estão na prática dos pecados “de incompetência, de fracassos, de ser pobre”<sup>84</sup>, e até mesmo de preguiça<sup>85</sup>. Na perspectiva do mercado, parte considerável das pessoas entende que é “normal e natural a exigência de sacrifícios para se conseguir o ‘paraíso’ ou para expiar os pecados”<sup>86</sup> cometidos por elas. Os pecados de uns levam outros a pecarem, na medida em que eles procuram fazer algo pelos “pecadores”, postura inadmissível, pois é cometer pecado contra a racionalidade mercantil que é o interesse próprio. Como no Judaísmo, contrariar a Lei mosaica é pecar contra Javé. Na concepção de Hinkelammert, ir contra as leis do Capitalismo é ir contra o deus-mercado.<sup>87</sup>

Semelhantemente ao Cristianismo, no sistema de mercado capitalista há o pecado contra o Espírito Santo. Para Assmann e Hinkelammert, este pecado específico consiste em negar que o mercado é prenhe de promessas sociais. Isso não se perdoa. “E se houver coisas ‘que ainda não podemos compreender’, não importa, pois o espírito do mercado é o único ‘Espírito da Verdade’, é ele ‘que nos conduzirá à verdade plena’ (cf. Jo 16, 13).”<sup>88</sup>

A TdL desenvolveu uma nova reflexão sobre o pecado que supera a concepção tradicional individualista e enfrenta a do sistema de mercado, que é perversa e anti-humana. Essa concepção tem uma dimensão estrutural-social, mas não desconsidera a pessoal. Na verdade, esta se vê “absorvida pelo pecado social, pecado estrutural”<sup>89</sup>. Wiedenhofer, ao

---

<sup>81</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p.150. A respeito da Fábula das Abelhas os autores escreveram: “somente tolos podem querer uma colmeia honesta, sem fraude, orgulho e necessárias doses de violências.” Acrescentam que “um bom administrador” deve saber manipular os vícios de todos. Apesar de a chave de leitura ser política, é perfeitamente aplicável ao mundo econômico, especialmente no contexto do sistema de mercado capitalista.

<sup>82</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 147.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 175.

<sup>84</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 32.

<sup>85</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 99: “A pobreza é produto da preguiça, e, portanto, é culpável.”

<sup>86</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 32.

<sup>87</sup> HINKELAMMERT, *Sacrifícios humanos*, p. 89, 97.

<sup>88</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 203.

<sup>89</sup> LIBANIO, *Teologia da libertação*, p. 275. “A dimensão pessoal perde importância diante do social [...]”. SOBRINO, *Cristologia a partir*, p.72: “O pecado atinge o mais profundo da realidade humana, pessoal e social [...]”.

estudar as “principais formas da teologia atual sobre o pecado original”, afirma que a TdL alargou a percepção de pecado original, na medida em que explicitou uma dimensão sociológica. Esse novo paradigma do pecado original são opressões diversas, dentre elas a econômica exercida a partir de estruturas sociais. Nessa perspectiva, pode-se afirmar:

[...] a injustiça e a violência socialmente institucionalizadas – que, por um lado, são consequências de comportamentos pecaminosos individuais e, por outro, se encarnou a tal ponto nas estruturas e instituições sociais que já são capazes de determinar e escravizar por sua vez o comportamento do indivíduo – são uma forma de manifestação do pecado, um pecado estrutural e social.<sup>90</sup>

Os pecados não estão restritos à individualidade, mas alcançam uma coletividade. Trata-se de “fato social, histórico, como ausência de fraternidade, de amor nas relações entre os homens, ruptura da amizade com Deus e com os homens [...]”.<sup>91</sup> Assim, o pecado não se resume ao “eu”, porém ao “nós”<sup>92</sup>.

As relações sociais são, de certa forma, fomentadas por estruturas pecaminosas. Neste sentido, afirma Gutierrez: “o pecado acontece em estruturas opressoras, na exploração do homem pelo homem, na dominação e na escravidão de povos, raças e classes sociais.”<sup>93</sup> Isso é típico da religião do mercado, no entanto, sua ideologia camufla sua concepção anti-vida, pois “as estruturas econômicas não correspondem às necessidades humanas.”<sup>94</sup> Elas geram o domínio de uns poucos sobre um grande número de pessoas, principalmente as despossuídas de condições mínimas para sobrevivência. Esse domínio corresponde à ruptura com a irmandade que efetiva a ruptura com a filiação<sup>95</sup>.

Se o pecado tem dimensão pessoal, social e estrutural, então a conversão é necessária também nessas dimensões. Caso contrário, será parcial e aparente, portanto inócua. A conversão ao Senhor, obrigatoriamente, faz o itinerário da “conversão ao próximo, ao homem oprimido, à classe social espoliada, à raça desprezada, ao país dominado.”<sup>96</sup> Conversão significa transformação radical de todos, de forma integral (pensar, sentir e viver)<sup>97</sup> – pessoal e social, para transformar as estruturas opressoras e excludentes. É

---

<sup>90</sup> WIEDENHOFER, *Principales formas*, p. 533 (Tradução nossa).

<sup>91</sup> GUTIERREZ, *Teologia da libertação*, p. 235.

<sup>92</sup> WIEDENHOFER, *Principales formas*, p. 534.

<sup>93</sup> GUTIERREZ, *Teologia da libertação*, p. 235.

<sup>94</sup> SANTA ANA, *Sacralizações e sacrifícios*, p. 147.

<sup>95</sup> SOBRINO, *Cristologia a partir*, p. 74.

<sup>96</sup> GUTIERREZ, *Teologia da libertação*, p. 261.

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 261.



necessária uma conversão à “economia do Reino com produção e partilha que são prioritárias.”<sup>98</sup>

#### 4.2.6 Questão soteriológica: salvação integral

A religião do mercado anela possuir o ser humano de forma integral – parte física e espiritual. Física, enquanto o ser humano é consumidor de produtos e serviços, muitas das vezes não por necessidade, mas por preferência, e a isso é estimulado pelos ídolos mercantis. Ainda na perspectiva física, o mercado ainda necessita de homens e mulheres como produtores, mesmo que a tecnologia tenha gerado desemprego estrutural. Espiritualmente, o sistema de mercado domina o ser humano, pois o submete à sua idolatria, imprimindo-lhe temor ao sobrenatural. Homens e mulheres vivem uma espiritualidade de opressão cujo amor não contempla a solidariedade em favor do próximo. Neste sentido, apregoa-se que, fora do mercado, não há salvação.

Por outro lado, ainda num viés totalizador<sup>99</sup>, o Capitalismo entranhou nas instituições e organizações, por mais que elas não tenham completo envolvimento com ele. Assim, faz-se presente na família, na educação, na saúde, na segurança, na política dentre outras. Não se deseja afirmar que o recurso econômico seja dispensável para estas instituições funcionarem, mas asseverar que muitas das vezes o objetivo primordial delas é obscurecido pelos do mercado capitalista.

Essa salvação, diferentemente do apregoadado pela cristandade medieval, é obtida intra-história num momento futuro. Não há a intervenção de Deus após a morte<sup>100</sup> nem em outro momento. A transcendência é imanente<sup>101</sup>. Assim, a salvação ou utopia do paraíso independe da ação divina, pois é “fruto do progresso tecnológico. É o chamado ‘mito do progresso’.”<sup>102</sup> Há uma alimentação mútua entre tecnociência e mercado. A acumulação do mercado permite inversões financeiras no setor tecnológico, o qual tende a se maximizar. Por outro lado, essa maximização conduz ao aumento da acumulação, pois os processos produtivos são aperfeiçoados, além de prescindir de maior quantidade de mão de obra.

---

<sup>98</sup> SANTA ANA, *O amor e as paixões*, p. 26.

<sup>99</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do Mercado*, p. 184, 275. Essa totalização é contrária à alteridade, conforme discute Lévinas, que é enfocado discutido mais à frente.

<sup>100</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 23.

<sup>101</sup> Id., *Teologia e economia* (b), p. 206 . .

<sup>102</sup> Id., *Desejo, mercado e religião*, p. 23.

Essa questão soteriológica do mercado demonstra que ele não é ateu, ou estritamente secular. Na realidade, apresenta-se ideologicamente como uma religião que tem um discurso teológico. Na sua forma sistêmica, ele é a própria religião, porém idolátrica.

A soteriologia da TdL, por um lado, vai além dos dogmas da cristandade medieval, na qual as “realidades terrenas carecem de autonomia.”<sup>103</sup> Por outro, numa outra extremidade, supera a ideia de nova cristandade que defende que a Igreja “não deve intervir institucionalmente em matéria temporal”<sup>104</sup>.

Num movimento dialético, a TdL chega à ideia de que não há separação entre temporal e espiritual, sagrado e profano ou natural e sobrenatural. Eles se comunicam e interagem, mas mantêm suas distinções. Neste sentido, Gutierrez argumenta:

As insuficiências dessa posição [dicotômica] levaram a impasses que obrigaram a buscar outras saídas e dar um passo adiante rumo a uma distinção – não separação entre a ordem natural e ordem sobrenatural, baseada na abertura infinita do espírito humano a Deus. Haveria assim, no ser humano, mais que uma não-rejeição, um desejo de entrar em comunhão com Deus.<sup>105</sup>

A salvação é um processo que visa à libertação das opressões e exclusões no nível histórico e existencial, bem como da superação do domínio do pecado no nível espiritual. Isso corresponde à unidade antropológica do homem, na qual há distinção do material e do espiritual, porém não há separação, pois o espiritual acontece no profano. Tem-se, assim, um processo soteriológico integral.

Diante dessa argumentação é conclusivo o posicionamento de Sung quando afirma que: “como o paraíso não cabe na história, nenhuma instituição humana é portadora desse paraíso. Logo, não se pode fazer exigência de ‘sacrifícios necessários’. A crítica à idolatria na tradição bíblica consiste exatamente nisso.”<sup>106</sup>

A salvação verdadeira está em Cristo que, como dom, entregou-se para ser imolado em favor de todos. Isso é graça. É favor imerecido. É amor em ação. Aparentemente, nesse ato, não houve vitória, mas ficou clara a “solidariedade e a afirmação da dignidade humana”. Isso não é típico do mercado, pois sua preocupação está em cada um preocupar-se consigo mesmo. Nele, a graça não é de graça, mas tem um preço de sangue que não é de seus ídolos, mas dos filhos e filhas do Deus da Vida. Os ídolos da religião do mercado não salvam, mas oprimem. A salvação verdadeira e integral é obra somente do Deus da Vida.

---

<sup>103</sup> GUTIERREZ, *Teologia da libertação*, p. 107.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 112.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 124.

<sup>106</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 42.

### 4.3 Economia do Reino de Deus

Jesus viveu em meio a um povo, em determinada época, num contexto cultural, social, político, econômico e religioso. Diante do Império Romano, que tinha como apoiadores os herodianos e a classe sacerdotal judaica, ele inaugurou o Reino de Deus<sup>107</sup>. Este, que não consistia de uma realidade além da História, mas que já começava nela. O Reino de Deus foi apenas inaugurado na História, porque esta não é capaz de contê-lo na plenitude<sup>108</sup>. Na realidade, Deus não está restrito à História, mas nem por isso ele é ausente dela. Para Ribeiro, o “Reino de Deus possui um caráter duplo em que estão presentes os aspectos intra-histórico e trans-histórico”. No entanto, ele adverte que há de se ter cuidado para não absolutizar a realidade presente, em detrimento da transcendência<sup>109</sup>.

O Reino de Deus foi o centro da pregação de Jesus. Por outro lado, foi o seu viver, pois Reino de Deus diz respeito, segundo Sobrino, ao “reger de Deus em ato para estabelecer ou modificar uma ordem de coisas.” Daí pode se concluir que a melhor terminologia é Reinado de Deus, pois denota a prevalência do dinâmico sobre o estático.<sup>110</sup>

Jesus viveu entre os pobres, pecadores e prostitutas. No contexto de Marcos, ele passou o maior tempo de sua vida na periferia, na Galiléia dos Gentios envolvido com o sofrimento alheio. Assim, deu pão aos que tinham fome, curou os enfermos, deu vida ao filho da viúva a qual não tinha nenhuma expectativa de sobrevivência na sociedade judaica da época. Por outro lado, Jesus perdoou os pecados de homens e mulheres, dando-lhes a possibilidade de libertação do domínio pecaminoso. Assim, “tanto os milagres como o perdão dos pecados são sinais em primeiro lugar da chegada do Reino [ou do Reinado], melhor, são sinais de libertação, e só neste contexto podem servir para esclarecer a pessoa de Jesus.”<sup>111</sup>

O alimento, a cura, a ressurreição, bem como todos os outros milagres e o perdão dos pecados das pessoas, expressam a integralidade da salvação por Jesus. Essa integralidade salvífica é convergente com a concepção de Reino de Deus, que engloba os dois níveis distintos de salvação. Isso demonstra sua amplitude e transcendência. Ele não cabe na

---

<sup>107</sup> Na época de Jesus, havia três domínios que oprimiam o povo de Israel, dois internos – a classe dos herodianos e a classe sacerdotal – e um externo que era o Império Romano. Contra eles é anunciado por Jesus o julgamento profético. Cf. HORSLEY, *Jesus e o império*, p. 92 – 110.

<sup>108</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 41.

<sup>109</sup> RIBEIRO, *A teologia da libertação*, p. 101.

<sup>110</sup> SOBRINO, *Cristologia a partir*, p. 63.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 69.

História, pois nesta só é possível construir e vivenciar suas antecipações.<sup>112</sup> O Reino já foi instalado, mas ainda não plenamente. Apesar de não se identificar com as estruturas do mundo, o Reino de Deus se insere e desenvolve nelas.<sup>113</sup>

#### 4.3.1 Êxodo e sal da Terra: algumas provocações

A Teologia tradicional do período medieval enfatizava dois planos distintos, um espiritual e outro temporal. Importava sair das dificuldades deste e ingressar naquele. Contra essa perspectiva, surgiram algumas teologias, dentre as quais se destacou a TdL. Seu paradigma fundante e sustentador é o evento Êxodo. Esse, para Sung, é o “modelo fundamental do pensar e agir: a passagem da opressão para o Reino de Deus”<sup>114</sup>. No entanto, também conforme pressupostos da TdL, o Reino de Deus começa na História. O que implica não se evadir dela.

Com o paradigma do Êxodo, o ser humano sairia da opressão e iria para uma condição de liberdade – a Terra Prometida. Nada o lembraria da sua condição anterior. Em termos de economia, na nova sociedade, não haveria nada que lembrasse o mercado e o Capitalismo<sup>115</sup>.

No Novo Testamento, a questão do Êxodo não é tão enfatizada. Surgem com Jesus metáforas, como o sal da terra e luz do mundo. O ensinamento não significa “sair da opressão para a liberdade, mas de imersão no mundo para modificá-lo a partir de dentro, aproveitando e interagindo com o que o mundo tem”<sup>116</sup>. Isso, em certa medida, foi praticado pelo apóstolo Paulo, que criou comunidades no âmago do Império Romano, como porção de sal para modificá-lo a partir de seu interior<sup>117</sup>.

Sung argumenta que a metáfora do sal revela nova opção “estratégica” para ações e reflexões sobre o mercado. Ele admite que pode ser mal-entendido e criticado, mas que é preciso correr risco<sup>118</sup>. Em convergência com Sung, mas que não chega a usar a metáfora sal, Suess afirma que saída não significa fuga ou abandono da situação<sup>119</sup>. Portanto, essa discussão abre novas possibilidades para “o fazer” teológico. Nesse sentido, importa dizer que

---

<sup>112</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 41. BOFF L.; BOFF C., *Como fazer teologia*, p. 75 – 77 – Reino é “projeto de Deus na história e na eternidade”. Nela, a criação é finalmente “purificada de tudo o que a oprime.” (p. 76). Este, juntamente com outros é um tema-chave da TdL.

<sup>113</sup> ASSMANN, *Teología desde la práxis*, p. 154.

<sup>114</sup> SUNG, *Tarefas do cristianismo (IV)*.

<sup>115</sup> Ibid.

<sup>116</sup> Ibid.

<sup>117</sup> Ibid.

<sup>118</sup> Ibid.

<sup>119</sup> SUESS, *Teologias e capitalismo*, p. 147.

nenhum sistema, pessoa ou coletividade pode se arvorar em dona da verdade, mas toda contribuição deve ser ouvida.

Esse raciocínio de Sung é consentâneo com teorias e ações desenvolvidas atualmente, para que transformações sejam efetivadas. Assim, destacam-se as iniciativas de solidariedade e alteridade no âmbito econômico. De forma mais concreta, sublinham-se novas formas para desenvolvimento da Economia, como, por exemplo, a Economia Civil, Economia Solidária e Economia de Comunhão. Tudo isso são iniciativas para dar uma nova concepção aos elementos estruturantes do Capitalismo – mercado, mercadoria, dinheiro, capital, trabalho e empresa – e também para que haja uma nova espiritualidade de cunho mais solidário.

#### 4.3.2 Conversão à Economia do Reino

Os agentes econômicos capitalistas desenvolvem uma visão maniqueísta do Capitalismo que, de certa forma, alimenta o sistema religioso do mercado. Isso é perceptível, quando se trata de reino. Para eles, existem dois reinos: o do bem e o do mal. No entanto, se estabelece uma inversão em relação ao Cristianismo, não que este seja de cunho maniqueísta. Assim, a Nova Jerusalém é prometida pelo mercado e não pelo Deus cristão. Por outro lado, os movimentos por novas conquistas sociais e as intervenções no mercado são ações do diabo. Procura-se, assim, com apoio no Cristianismo, condenar a busca do direito a vida, pois, segundo o mercado, ela é obra diabólica.<sup>120</sup> Os pobres são os alvos da crueldade de Deus.

Ainda nessa perspectiva, Assmann e Hinkelammert concluíram: “querer a paz e o desenvolvimento solidário da humanidade é um sinal do Reino do Mal. A vida é luta e a liberdade consiste em ter a liberdade para lutar. A luta é o princípio de vida da sociedade.”<sup>121</sup>

Diante desse panorama, urge também desinverter essa concepção de reino que a religião do mercado cultua e propaga. Como toda a inversão do Cristianismo é pecaminosa e todo pecado consiste em “inimizade com Deus”, é necessário que haja conversão. E esta não pode limitar-se à dimensão a-histórica, mas também concretamente no âmbito da história, pois, do contrário não há conversão<sup>122</sup>. Numa perspectiva econômica, Santa Ana acrescenta que é necessária a conversão à “economia do Reino de Deus”, com produção e partilha prioritárias<sup>123</sup>. Convergente com essa questão é a posição de Sung, que fala em uma

---

<sup>120</sup> Cf. ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 105.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 274.

<sup>122</sup> SANTA ANA, *Amor e paixões*, p. 25.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 26.

“economia teologal” ou uma “economia espiritual”. No entanto, adverte que a questão econômica não esgota a realidade humana, mas é essencial para que haja vida e “boa nova”<sup>124</sup>

Santa Ana argumenta que os protagonistas dessa conversão são os “herdeiros do Reino” – os pobres, os perseguidos, as crianças abandonadas –, aqueles que se interessam verdadeiramente pelas mudanças. Estes devem ter a cooperação de pessoas que detêm “conhecimentos para articular projetos e planejamentos relacionados com a produção, consumo, distribuição, incluindo opções tecnológicas [...]”<sup>125</sup>.

Essa assessoria não se restringe aos teólogos ou a outras pessoas que tenham alguma relação com a fé, Igreja ou religião cristã. Admitem-se também os não cristãos que se preocupam com o outro. Aqui, podem se inserir cientistas sociais, economistas, filósofos, cientistas políticos e outros. O *locus* de encontro de cristãos e não cristãos para uma “sociedade mais humanizante”<sup>126</sup> e humanizado pode ser o ético.

Evidentemente que o encontro de cristãos e não cristãos mediado pela ética não se reduz às necessidades especializadas para propor assessorias técnicas, mas para buscar maneiras mais éticas e cristãs para a Economia. Falise argumenta que “a ética que vai nortear o esforço de todos na economia não terá um conteúdo especificamente cristão. Partilhada também por outros, a ética vai ser para o cristão mais uma mediação concreta da fé”<sup>127</sup>.

#### **4.3.3 Alteridade: um novo paradigma pra a Economia**

Uma economia voltada para o bem-comum pode basear-se no paradigma da alteridade. Nesse caso, a centralidade está no Outro, sendo, portanto, diametralmente oposto ao Capitalismo que prega o egoísmo e o interesse próprio. A ética da alteridade que emergiu com Emmanuel Lévinas<sup>128</sup>, em um foco mais específico, pode sustentar esse paradigma econômico.

Este filósofo judeu-lituano concebeu a filosofia e a ética de forma diferente à que, até então, vigia, desde os pensadores gregos clássicos. Para estes a Ontologia era considerada

---

<sup>124</sup> SUNG, Deus e ídolo, relata experiências dessa dificuldade de cristãos entenderem que teologia e economia não são dimensões estranhas entre si.

<sup>125</sup> SANTA ANA, Amor e paixões, p. 26.

<sup>126</sup> FALISE, Economia e cristianismo, p. 153.

<sup>127</sup> Ibid., p. 153.

<sup>128</sup> Cf. RIBEIRO, *A idolatria do mercado*, p. 23 – 24. Emmanuel Lévinas, filósofo judeu-lituano, revolucionou o pensamento filosófico, principalmente quando evidenciou a ética como filosofia primeira e não a ontologia. Esse novo paradigma provavelmente decorreu da decepção de a racionalidade não ter impedido os horrores das guerras, dos campos de concentração, da violência em geral. Assim, em seu pensamento destaca a alteridade. O Outro torna-se responsabilidade do Mesmo.

a filosofia primeira. Assim, “o ser é objeto de conhecimento submetido à razão; nessa perspectiva, o ‘eu’ vê o outro apenas como algo a ser apreendido pela razão”<sup>129</sup>.

Num viés oposto, Lévinas propõe que a filosofia primeira não é a Ontologia, mas a Ética. Portanto, a relação com o outro não tem o caráter ontológico totalizador. O autor afirma que “em nenhuma ocasião a tradição filosófica ocidental, na minha opinião, perdia o direito à última palavra; com efeito, tudo deve ser expresso em sua linguagem; mas talvez ela não seja o lugar do primeiro sentido dos seres, o lugar em que o sentido começa.”<sup>130</sup> Para Lévinas, o sentido do ser humano não está em sintetizar, tematizar, totalizar o outro, mediante a operação do logos, mas na relação ética entre cada pessoa.

Na ética da alteridade, há uma ruptura da totalidade diante do infinito, que é o absolutamente Outro. Nesse sentido, Lévinas afirma que:

O absolutamente Outro é outrem; não faz número comigo. A coletividade em que eu digo ‘tu’ ou ‘nós’ não é plural de ‘eu’. Eu, tu não são indivíduos de um conceito comum. Nem a posse, nem a unidade do número, nem a unidade do conceito me ligam ao outro.<sup>131</sup>

A ruptura da totalização sublinha que o Outro está na exterioridade do Mesmo e tem interioridade própria. Nesse sentido, ele não é simplesmente objeto, mas sujeito que merece respeito. Além da categoria exterioridade, Lévinas, na discussão de totalidade e infinito, propõe outra categoria que surge nessa ruptura, que é a transcendência. Esta não se refere a uma relação em direção ao religioso tradicional ou ao metafísico. Essa transcendência levinasiana consiste na saída do ser-em-si em direção ao Outro, sem pretensões totalizantes.

Lévinas, a partir dessas duas categorias – exterioridade e transcendência –, edifica o “Rosto do Outro”, que não é “absolutamente uma forma plástica como um retrato; a relação ao Rosto é, ao mesmo tempo, relação ao absolutamente fraco – ao que está absolutamente exposto, o que está nu e o que é despojado”<sup>132</sup>.

O fraco, o exposto, o nu e o despojado são figuras que se identificam com os pobres, que a TdL prioriza, em suas reflexões. Todos estes, na perspectiva levinasiana, constituem exterioridade e também motivos de transcendência. Na perspectiva econômica, essas pessoas devem constituir a prioridade para a produção e distribuição dos produtos e serviços. É o que se pode chamar de Economia da Alteridade. Economia cujos agentes devem ter preocupação com o Rosto do Outro<sup>133</sup>.

---

<sup>129</sup> RIBEIRO, *A idolatria do mercado*, p. 19.

<sup>130</sup> LÉVINAS, *Ética e infinito*, p. 18.

<sup>131</sup> Id., *Totalidade e infinito*, p. 25.

<sup>132</sup> LÉVINAS, *Entre nós*, p. 144.

<sup>133</sup> LÉVINAS, *De Deus que*, p. 181. Cf. também LÉVINAS, *Ética e infinito*, p. 87.

Lévinas, em função de suas origens, tem conhecimento do sistema judaico-cristão. Por essa razão, ele sustenta muitos de seus pensamentos na tradição bíblica e relaciona o ser humano fragilizado com a viúva, o órfão, o estrangeiro e o pobre. Estes, em conformidade com as Escrituras Talmúdicadas, carecem de cuidados. Cuidados estes que necessariamente passam pela dimensão econômica. Em certa medida, transcender ao outro, principalmente ao necessitado, é ter acesso ao seu rosto e isso leva a Deus<sup>134</sup>.

A saída do ser-em-si em direção ao Outro é uma forma de expressar a espiritualidade, mesmo que não seja em perspectiva religiosa. Segundo Sung, muitos se equivocam ao conceber a espiritualidade como fenômeno exclusivo da esfera religiosa. Esse equívoco pode ter origem na aceitação da “falsa propaganda” do mundo moderno que se diz pós-religioso. Em decorrência disso, as “questões espirituais e religiosas ficariam restritas ao mundo privado”. Esse autor acrescenta que, para desfazer esse equívoco, é fundamental que se entenda que espírito, seja na perspectiva semítica ou grega, significa “sopro” ou “vento”. É a força que direciona uma pessoa ou mesmo uma sociedade<sup>135</sup>.

Essa força tanto pode ser positiva, quanto negativa. Em se tratando de Economia, por exemplo, o Capitalismo de cunho neoliberal e exacerbadamente globalizado é movido por uma espiritualidade negativa. Corresponde a uma “espiritualidade idolátrica”, desumanizadora que degrada ao meio ambiente<sup>136</sup>.

Na perspectiva levinasiana, o Rosto do Outro é o topos para viver a espiritualidade da alteridade. Esta, em certa medida, sustenta a Economia da Alteridade, cuja lógica não é o lucro pelo lucro, mas a busca da satisfação das necessidades básicas das pessoas e pode ser a visão de espiritualidade dos não crentes, no que se refere a uma Economia mais solidária. No entanto, numa perspectiva cristã, essa espiritualidade não é negada, tendo em vista seu núcleo estar no campo da Filosofia e da Ética. Na realidade, ela é acolhida e superada. Assim, essa espiritualidade não advém de um espírito concebido meramente como uma força, mas o próprio “Espírito de Jesus Ressuscitado”<sup>137</sup>.

O Espírito de Jesus Ressuscitado sopra nas pessoas para que elas possam ter ânimo para construir novas perspectivas de vida que sejam mais humanizadas. Não pretende retirar o ser humano do mundo, mas dar-lhe condições de viver fé. De forma mais direta, Sung afirma que:

---

<sup>134</sup> Id., *Ética e infinito*, p. 83.

<sup>135</sup> SUNG, *A missão espiritual*.

<sup>136</sup> Ibid.

<sup>137</sup> Ibid.



[...] espiritualidades religiosas que nos fazem esquecer dos conflitos e problemas do mundo e nos ‘elevam’ para o mundo ‘celestial’, por mais atraentes que sejam, não são espiritualidades cristãs, pois o Espírito de Deus não vem para nos tirar do mundo (cf. Jo 17), mas para nos dar força para vivermos nossa fé, agindo solidariamente na luta pela vida [...] <sup>138</sup>.

A espiritualidade da Economia da Alteridade é convergente com o paradigma do Reino de Deus. Assim, conceber, planejar, executar algo humanizador, que cuide e acolhe, é estar em sintonia com o Espírito do Ressuscitado, que não ficou preso ao flagelo e à morte, mas superou tudo isso na ressurreição. Evidentemente que não se deve ter uma visão romântica sobre alteridade, solidariedade, reciprocidade, pois o principal sujeito nessas relações é o ser humano, que é complexo e ambíguo.

A respeito disso, Assmann argumenta que o ser humano, em determinadas circunstâncias, se fecha à solidariedade para com seus semelhantes. Por um lado, essa insensibilidade emerge entre pessoas que estejam vivendo em situações extremas de fome, miséria, medo. Por outro, também ocorre entre pessoas que não tem carências materiais ou opressão. Segundo ao autor, isso, em certa medida, advém da religião do mercado <sup>139</sup>.

A Economia da Alteridade pode ser um sinal favorável a contribuir para a edificação do Reino de Deus, que ainda não é pleno. Constitui uma forma de as estruturas econômicas se converterem ao verdadeiro Evangelho de Cristo. Algumas iniciativas desse tipo de economia têm emergido, cada qual com algum acento. Dentre elas, podem ser citadas a Economia Solitária, a Economia Civil e a Economia de Comunhão. A Economia do Reino, em certa medida, está numa perspectiva utópica, no sentido que expõe Lévinas: “o futuro da utopia é a esperança de realizar o que não é ainda” <sup>140</sup>. Economias nessas perspectivas são projetos para antecipação do Reino de Deus na História. Pode-se entender isso como a construção de uma sociedade humana e justa contrariamente ao pecado <sup>141</sup>.

A Economia da Alteridade, em última instância, envolve a práxis, pois esta consiste em uma “ação que visa outra pessoa” <sup>142</sup>. Portanto, está em convergência com o pensamento levinasiano, o qual enfatiza que o Rosto do Outro interpela o Mesmo.

---

<sup>138</sup> Ibid.

<sup>139</sup> ASSMANN, *Las falácias*, p. 14. .

<sup>140</sup> LEVINAS, *De Deus que*, p. 64.

<sup>141</sup> GUTIERREZ, *A violência de*, p. 129.

<sup>142</sup> DUSSELL, *Puebla: relações entre*, p. 137.

#### 4.3.3.1 Economia civil

Nessa discussão econômica de perspectiva social, merece destaque a denominada Economia civil. Essa tradição teve sua gênese na Itália e é resultado do humanismo civil. Seu principal estudioso é Stefano Zamagni. Segundo Leite, ela “pode ser entendida, sobretudo, como uma perspectiva cultural a partir da qual interpretar as relações econômicas e sobre a qual colocar as bases para uma teoria econômica pautada por outros princípios que não os exclusivamente utilitaristas”<sup>143</sup>.

Essa abordagem destaca dois núcleos fundamentais para entender esse tipo de economia alternativa. O primeiro refere-se à perspectiva cultural. Assim, nesse viés, Zamagni argumenta que a cultura influencia decisivamente os resultados da Economia, mais do que incentivos eficazes ou de estruturas institucionais adequadas<sup>144</sup>. Evidentemente que a matriz cultural de um país irá incentivar não apenas a economia alternativa. O outro núcleo da afirmação é a não exclusividade utilitarista da Economia, portanto remete ao princípio da reciprocidade. Esta, na tradição da Economia Civil, é a base para a sociabilidade<sup>145</sup>.

Essa economia apresenta duas características fundamentais. Uma é inerente ao aspecto empresarial. Assim, consiste na tendência em conjugar a lógica e a cultura da empresa com a solidariedade<sup>146</sup>. Entende-se que não se descarta a empresa, mas que deve ser uma unidade do sistema econômico que não se restringe à lógica material pura e simplesmente. A outra característica diz respeito ao fato de a Economia engendrar nas pessoas significados e sentidos para os quais os valores são imprescindíveis<sup>147</sup>. Portanto, na Economia Civil, pretende-se um valor maior que transcenda ao mero materialismo.

Assim, o que se anela com a Economia Civil é o bem-comum contrariamente ao bem total<sup>148</sup>. O primeiro significa que os bens são destinados a todos, pela dimensão pública da riqueza. Por outro lado, o bem total representa a riqueza obtida, mas destinada totalmente a um indivíduo ou a um grupo.

---

<sup>143</sup> LEITE, *Economia de comunhão*, p. 120.

<sup>144</sup> ZAMAGNI, *A ética católica*, p. 4.

<sup>145</sup> LEITE, *Economia de comunhão*, p. 121.

<sup>146</sup> *Ibid.*, p. 125.

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 125, 127.

<sup>148</sup> ZAMAGNI, *A ética católica*, p. 16.

#### 4.3.3.2 Economia solidária

A Economia Solidária com suas diversas clivagens, é um enclave no seio da Economia dominante, que é o atual Capitalismo. Nessa condição, ela pode ser sufocada por esse sistema ou resistir e ganhar espaço paulatinamente. Ela pode ser sal. Seu princípio orientador é a solidariedade que congrega, além de outros valores, como cooperação, confiança, alteridade. Esse princípio e esses valores podem ser “articulados politicamente como fatores estratégicos”, que visem a enfrentar os desafios do Capitalismo<sup>149</sup>.

Um dos principais antecedentes da Economia Solidária foi o cooperativismo operário que se estabeleceu contra a Revolução Industrial<sup>150</sup>. Segundo Laville, essas iniciativas pioneiras sofreram regressão com a expansão da Economia de mercado capitalista. Com a intervenção estatal para melhorar as condições dos trabalhadores, as iniciativas ficaram rarefeitas. No final do século XX, diante do Neoliberalismo, a Economia Solidária ressurgiu em decorrência dos arrochos salariais, diminuição das políticas redistributivas, exploração dos trabalhadores. No entanto, não são apenas estas as causas do seu ressurgimento, pois isso envolve questões diversas e mais complexas<sup>151</sup>.

Com o decorrer do tempo, diversas iniciativas solidárias foram efetivadas, com o objetivo, principalmente, de contrastar o Capitalismo, minimizar a situação degradante dos trabalhadores, auxiliar aqueles que estivessem na margem da exclusão. Somente a partir dos anos 1990, essas iniciativas receberam a denominação de Economia Solidária. A respeito disso, França Filho argumenta que:

De modo preciso, o termo economia solidária fora forjado no início dos anos 90, através dos trabalhos de Jean-Louis Laville e Bernard Eme, na França. Através deste termo, estes autores visavam a dar conta da emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas. Esta expressão, economia solidária, vem, assim, num primeiro momento, indicar, por um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade; e,

---

<sup>149</sup> LEITE, *Economia de comunhão*, p. 110, afirma que “a solidariedade e a cooperação começam a ser pensadas a partir da possibilidade de serem politicamente articuladas como fatores estratégicos e necessários para enfrentar os desafios colocados pela reestruturação capitalista da sociedade.” Entende-se a solidariedade como princípio orientador da Economia que conta com valores diversos que visam ao bem-comum das pessoas. Houve, então, uma ampliação do que pensa Leite sobre os fatores estratégicos.

<sup>150</sup> Cf. *ibid.*, p. 117. Num momento de crise, Owen sugeriu ao governo britânico construir Aldeias Cooperativas em terrenos que acolhessem cerca de 1.200 pessoas que trabalhariam na terra e em indústrias para o próprio sustento. Os excedentes seriam trocados entre cooperativas. Isso, em certa medida, aqueceria a produção e o consumo. O governo inglês não aceitou a proposta. Diante disso, Owen migrou para os Estados Unidos da América (Estado de Indiana), onde implantou uma aldeia nesses moldes. Na realidade, ele objetivava a eliminação da empresa capitalista.

<sup>151</sup> LAVILLE, *Economia solidária*, p. 164 – 166.

por outro lado, sugere-se (com estas experiências) a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas.<sup>152</sup>

Em decorrência dessa diversidade, França Filho estabeleceu, com base no contexto internacional, principalmente o europeu, quatro categorias<sup>153</sup> nas quais elas podem ser introduzidas conforme características comuns. São elas: o comércio justo, finança solidária, economia sem dinheiro e empresas sociais.

O comércio justo ambiciona a construção de uma solidariedade internacional na perspectiva comercial. Objetiva, primeiramente, o estabelecimento de relações comerciais justas entre os países do Norte, na condição de consumidores, e os do Sul, na de produtores. Outro objetivo é sensibilizar a opinião pública mediante manifestações diversas sobre a injustiça nos regramentos do comércio internacional.

A finança solidária objetiva possibilitar às pessoas que não têm acesso aos bancos criar seu próprio emprego. Constitui uma forma de democratizar o crédito e dar utilidade social ao investimento financeiro. Nesta categoria, as experiências são variadas, no entanto há convergências com o setor mercantil, não mercantil e com a reciprocidade. A relação entre esses setores não está livre de conflitos.

A economia sem dinheiro consiste na organização reticular de pessoas que se associam, com a finalidade de enfrentar exclusão social. Concretiza-se mediante três vertentes a da produção coletiva, a de trocas de bens e a de trocas de saberes<sup>154</sup>.

Finalmente, as empresas sociais são destinadas ao serviço da coletividade, mediante experiências empreendedoras de cunho social. Seus proprietários são assalariados, usuários, voluntários. Por elas, perpassam, em certa medida, os polos mercantil e estatal. Assim, ela não é mercantil, portanto não priorizam o capital, mas desenvolvem trocas comerciais. Por outro lado, elas não são públicas, porém se beneficiam dos subsídios estatais. E, por fim, buscam os objetivos com ênfase na solidariedade<sup>155</sup>.

#### 4.3.3.3 Economia de comunhão

A Economia de Comunhão surgiu em 1991, no Brasil, na visita de Chiara Lubich. Ela constatou que os focolares estavam passando dificuldades materiais. Não apenas eles, mas

---

<sup>152</sup> FRANÇA FILHO, *A problemática da economia*.

<sup>153</sup> Ibid.

<sup>154</sup> Cf. *ibid.* O sistema de trocas é típico da França, Alemanha e Itália. Na América Latina, as trocas são elaboradas por intermédio dos denominados Clubes de Trocas.

<sup>155</sup> Cf. *ibid.*, que apresenta essas quatro categorias.

também outros brasileiros. Chiara identificou dois polos socioeconômicos muito contrastantes. De um lado, poucas pessoas detentoras de muita riqueza, e do outro, muitos lutando para sobreviver.

Diante desse quadro, foi proposta outra forma de produção na qual os lucros das empresas que aderissem ao projeto tivessem outra destinação que não aumentar a acumulação. Segundo estudo de Leite, os lucros são divididos em três partes. Uma parte é reinvestida na empresa, para garantir a ampliação de postos de trabalho e assim gerar mais empregos. Também é destinada à ampliação e potencialização das atividades econômicas. De certa maneira, os lucros crescentes dentro de um escopo ético possibilitarão mais recursos a serem redistribuídos.

A segunda terça parte dos lucros, ainda segundo a autora, é destinada à formação humana integral, cujo foco principal é fortalecer e expandir a cultura da comunhão. Os recursos concretamente são empregados em publicações, congressos, cursos. Busca-se, com isso, o homem e a mulher novos. Constitui um eixo para, em certa medida, perenizar o projeto.

Por fim, a outra parte dos lucros é destinada às pessoas que estão em situação de pobreza. Inicialmente, essa distribuição alcança apenas os integrantes do movimento, mas também visa àqueles que estão fora da esfera dos foculares. Priorizam-se postos de trabalhos para os necessitados. Também se investe na educação e saúde. Deve-se sublinhar que não se trata de puro assistencialismo, e essa cota não se destina ao financiamento de consumo e nem é a fundo perdido <sup>156</sup>.

A centralidade dessa Economia, como de resto em todas de cunho solidário, está na pessoa. Seja enquanto destinatária dos benefícios seja enquanto trabalhadora ou gestora de um empreendimento. Isso quebra o paradigma convencional da empresa. Na ambiência da Economia de Comunhão, ela é o *locus* onde se gera lucro não para aumentar o capital, mas para outras pessoas <sup>157</sup>. Esse tipo de economia pode ser visto como uma experiência peculiar, no âmbito da Economia Solidária, entendida esta com maior abrangência.

---

<sup>156</sup> LEITE, *Economia de comunhão*, p. 196, 230 e 234.

<sup>157</sup> Cf. BRUNI, *Economia de comunhão*: “A Economia de Comunhão, na realidade, colocando no centro também uma definição sobre a empresa, está dizendo que ela, a empresa, deve mudar. Desta [sic.] maneira, não é tanto apenas se ocupar dos pobres sem mudar as estruturas econômicas, mas sim propor empresas diferentes, que não tenham o lucro como objetivo, que incluam os pobres, para evitar que haja pobres amanhã.”

#### 4.3.4 Nova concepção dos elementos econômicos

A questão não é simplesmente erradicar os elementos estruturantes do mercado para acabar com a idolatria, pois outros elementos colocados no lugar poderão também ser idolatrados. O que importa é libertar esses elementos da idolatria. É desinverter a situação. É ser sal, mesmo que em pequenas quantidades.

Alguém pode objetar, dizendo que essa desinverção dos pressupostos e dos elementos do mercado estejam em um horizonte utópico. Isso pode ser uma verdade, pois muitas das vezes o que se deseja não é factível no momento, mas sempre há esperança de que será possível. Nisso, a utopia tem grande importância, pois ela dá sentido àqueles que buscam transformações, mesmo que estas aparentemente não sejam possíveis.

Ao relacionar utopia e mundo possível, Sung preliminarmente assim se expressa:

O dever ético e profético de denunciar as injustiças e opressões e anunciar um outro mundo nasce também do nosso desejo de vivermos em um mundo mais justo e melhor para todos/as. Entretanto, devemos ter claro que nem todos os mundos que desejamos são possíveis. Isto é, um outro mundo desejado não significa que será possível só pelo fato de que o desejamos, pois nós seres humanos somos capazes de desejarmos coisas que está além das nossas possibilidades. Entretanto, utopias – essas imaginações de um mundo “perfeito”, mas impossível – são necessárias para que possamos ter um horizonte de sentido que nos permite criticar o mundo atual e nos possibilita também fazer projetos alternativos de sociedade<sup>158</sup>.

Com essa afirmação de Sung, não se quer dizer que a desinverção seja algo totalmente impossível. Há dificuldade, mas é possível pensar em construções paulatinas, até chegar, se não ao ponto máximo, pelo menos próximo a ele. Pode-se não chegar ao objetivo, mas importa sair do ponto inicial. Há que se ter um mínimo de práxis.

Nessa perspectiva, é importante lembrar que, conforme os versículos 44 e 45 do capítulo 18 do primeiro Livro de Reis, uma nuvem do tamanho da mão de homem é sinal que choverá – e choveu. Propõe-se a seguir um perfil mais humanizado dos elementos estruturantes e da espiritualidade da Economia.

##### 4.3.4.1 Mercado em perspectiva histórica

Mercados existiam, bem antes da formatação moderna do Capitalismo. Não se pretende criticar o Capitalismo nem negá-lo. O que é preciso é denunciar sua absolutização e

---

<sup>158</sup> SUNG, *Sementes de esperança*, p. 55.

sacralização de suas leis, enfim seu caráter idolátrico. Há que se ter cautela para que ele não seja demonizado<sup>159</sup>.

Como elemento estruturante e importante da Economia, ele faz parte das relações sociais. Para Sung, “não é possível construir outra sociedade viável sem mercado e algumas outras instituições que existem no capitalismo. Várias delas existiam antes do capitalismo e vão (ou podem existir) após a sua superação.”<sup>160</sup> Uma dessas instituições é o próprio dinheiro. A este se juntam, por exemplo, as demais mercadorias e serviços. Outra instituição a substituí-lo também pode ser elevada à condição de ídolo. Assim, tanto a Economia de Mercado, quanto a planificação omnímoda da Economia incorporam teorias sacrificiais, portanto idolátricas<sup>161</sup>.

Ao superar essa idolatria, o mercado deixa de ser algo natural para ser histórico e humano. Portanto, não é um espaço “onde apenas se troca bens por dinheiro, mas ali as pessoas podem se encontrar, conversar, dão circulação às informações”<sup>162</sup>. Numa perspectiva levinasiana, constitui possibilidade de transcendência entre as pessoas.

Para que haja um mercado não sacralizado é preciso que sejam implementados mecanismos para controlá-lo e complementá-lo. Estes devem ser de duas naturezas estatais e sociais-democráticas. Esse controle e complementação visam ao respeito dos direitos básicos das pessoas e à preservação ecológica<sup>163</sup>.

A tríade composta pelo mercado, estado e sociedade civil é talvez a principal característica da Economia Solidária. Há uma hibridização entre os três. É a versão plural desse tipo de economia. Procura-se otimizar os aspectos vantajosos de cada um dos três setores, com vista no bem das pessoas<sup>164</sup>. Importa recuperar o lugar histórico e transcendente onde se viva uma espiritualidade no sentido genérico.

#### 4.3.4.2 Mercadorias em função das necessidades do ser humano

Numa concepção não idolátrica, as mercadorias são elas próprias. O seu valor metafísico e sagrado, que exerce atração sobre as pessoas, desaparece. Há de predominar a

---

<sup>159</sup> Id., *Desejo, mercado e religião*, p. 99.

<sup>160</sup> Id., *Tarefas do cristianismo (IV)*.

<sup>161</sup> ASSMANN; HINKELAMMERT, *A idolatria do mercado*, p. 291.

<sup>162</sup> SANTA ANA, *Amor e paixões*, p. 53.

<sup>163</sup> SUNG, *Desejo, mercado e religião*, p. 101.

<sup>164</sup> Para ampliar entendimento sobre a versão plural da economia solidária, sugere-se acessar LAVILLE; GAIGER, *Economia solidária*, p. 162 -168. Ver também LAVILLE, *L'Economia Solidale*, p. 61 – 62 *apud* LEITE, *Economia de comunhão*, p. 112. SUNG, *Sementes de esperança*, p. 57: em sua crítica, concorda com essa hibridação.

sua utilidade – valor de uso. Elas valem pelo grau de satisfação, principalmente das necessidades básicas do ser humano. Elas são para o ser-em-si e não para exibição aos outros.

O marca e o símbolo que são objetos de desejo não são relevantes numa perspectiva solidária, pois eles não satisfazem às necessidades vitais das pessoas, apenas servem como objetos de exibição e para criar desejos em outrem. A satisfação nesse caso é egoística por parte de quem tem, por exemplo, uma bolsa *Louis Vuitton*<sup>165</sup>. Na verdade, pessoas procuram se empoderar pelo que possuem ou usam, e não pelo que são.

As mercadorias não são sujeitos, nem homens e mulheres, objetos. Elas são manuseadas por eles, e não o contrário, como acontece na vigência da religião do mercado. Elas não são deuses, mas podem ser percebidas como algo que participa da estrutura econômica para benefícios das pessoas. Assim, nessa desinversão, o grau de dignidade humana não será ditado a homens e mulheres pelo padrão de consumo<sup>166</sup>. Assim, como Jesus disse que o ser humano não existe em função do sábado, mas este em função daquele, paralelamente pode se afirmar que homens e mulheres não são criaturas em função das mercadorias, mas estas em função deles. O homem e mulher, ao serem criados, o foram de forma diferenciada, portanto não devem ser submetidos a nenhum poder, a não ser ao do Criador e esse não explora ou tira a dignidade humana, mas procura sempre dar liberdade.

#### 4.3.4.3 Dinheiro como facilitador

Sem a intermediação do dinheiro, haveria um retorno ao sistema de troca simples que predominava na sociedade pré-capitalista. Ademais, ele é necessário para investimentos, com vistas em resolver problemas sociais, como por exemplo, moradias<sup>167</sup>. Por outro lado, ele pode ser guardado de forma mais segura e fácil do que as mercadorias. Quando guardado, assume a forma de poupança para investimento ulterior. “Dizer, como muito gente diz que uma das causas dos nossos problemas foi a invenção do dinheiro é ignorar as dificuldades de uma economia baseada em simples troca de mercadorias”<sup>168</sup>. O grande erro da humanidade foi absolutizá-lo, elevando-o a condição de ídolo.

Também nesse caso, semelhantemente às mercadorias comuns, há que se compreender o dinheiro apenas como ele é em suas funções no campo econômico. Seu

---

<sup>165</sup> Cf. SUNG, *Economia: uma tarefa*.

<sup>166</sup> Cf. ASSMANN; SUNG, *Deus em nós*, p. 177.

<sup>167</sup> SUNG, *Teologia e economia* (a), p. 122.

<sup>168</sup> Id., *Deus e ídolo*.



“poder” místico não pode prevalecer principalmente quando escraviza as pessoas com uma espiritualidade idolátrica.

Vale a admoestação de São Paulo, quando diz que: “Porque a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro, por cujo desenfreado desejo alguns se afastaram da fé, e a si mesmo se afligiram com múltiplos tormentos” (cf. 1Tm 6, 10). O amor ao dinheiro é uma tentação que leva a idolatria, porém ele tem sua utilidade para o bem-comum. Ele não pode submeter as pessoas, mas ser facilitador de suas vidas. Não pode ser visto como algo absoluto que gera discórdia, brigas, confusões e morte. É algo da História e não tem valor salvador para entrar no Reino de Deus.

#### 4.3.4.4 Capital e dignidade humana

O dinheiro toma forma de capital, que é a “riqueza investida no mercado, correndo o risco de prejuízo, com o objetivo de obter lucros e assim acumular mais capital”<sup>169</sup>. Esta operação econômica é irracional, pois seu fim último é a busca do lucro pelo lucro.

Sung afirma que críticas abstratas contra o capital redundam em desejar que pessoas ou grupos façam investimentos sem possibilidades de ter lucros. Por outro lado, não se pode olvidar que:

[...] uma sociedade precisa de excedentes (em forma de lucro privado ou “lucro público ou social”) para investir em novos projetos econômicos ou em novos serviços e bens materiais (como escolas, hospitais públicos, casas, estradas, novas fábricas etc.) necessários para a reprodução da própria sociedade.<sup>170</sup>

Evidentemente que não é prioridade dos capitalistas investirem no social, quando o fazem é porque percebem que o investimento dará lucros. Se se investe e não há lucro, não há círculo virtuoso para aplicar mais no social. As soluções não são simplistas.

Nessa discussão, é importante lembrar que na Economia de Comunhão os lucros das empresas que aderem a ela não visam à acumulação, mas a partilha. O capital com traços sociais deixa de ser absoluto em termos de simples acumulação. A financeirização exacerbada cede lugar à produtividade. Assim, a idolatria é desmascarada. A acumulação pura e simples pode dar lugar à acumulação para humanizar, dando pão a quem tem fome. Assim, o pão pode

---

<sup>169</sup> Ibid.

<sup>170</sup> Ibid.

ser multiplicado pela industriiosidade de alguns e distribuído<sup>171</sup>. Isso não implica deixar pessoas ociosas e vivendo da pura assistência, mas dar-lhes condições para trabalhar dignamente sem exploração e ganhar o pão e, por sua vez, partilhar com outros. Essa humanização de homens e mulheres somente será possível, quando eles aceitarem a condição humana e reconciliarem com ela<sup>172</sup>.

#### 4.3.4.5 Trabalho como ato cocriador

Na perspectiva do mercado irrestrito, o trabalho é alienado e usado para construção de ídolos<sup>173</sup>, no âmbito das empresas. Nessa alienação, o trabalhador também é idólatra, assim como o empresário e o consumidor de ídolos. As pessoas precisam “descrever dos deuses produzidos por mãos humanas”<sup>174</sup>. Isso deve começar pelo trabalhador. O trabalho contribui para a realização humana, como uma “boa obra é dignificada como oferenda de serviço agradável a Deus”<sup>175</sup>. Nessa mesma direção, Gasda se refere à Eucaristia em que o trabalho do homem e da mulher – cujos frutos são Pão e Vinho – se mesclam com o trabalho de Deus, para a redenção da humanidade em Cristo Jesus<sup>176</sup>. E assim o ser humano se torna uma nova criatura se está em Cristo como afirma São Paulo ao se dirigir aos coríntios na Segunda Carta. Esse homem e essa mulher nova não podem ser modeladores de ídolos capitalistas, mas cocriadores com o Criador.

Pode-se encontrar na Bíblia inspiração para sua desinversão. Para Santa Ana, o trabalho no período patriarcal era bênção e o ser humano se realizava por meio dele, pois era fonte de alegria em virtude da participação da obra divina. Não era servil e por seu intermédio realizava-se socialmente. No Novo Testamento, Jesus usa o mundo do trabalho para ilustrar suas pregações por meio de parábolas, que normalmente referem-se à agricultura e a pesca. O que para os poderosos do Templo significava fonte de impureza, para Jesus era fonte de ilustração de seus ensinoss<sup>177</sup>.

Na Economia Solidária, percebem-se tendências libertadoras do trabalho de sua condição de criador de ídolos, que é imposta pela religião do mercado, na medida em que sua organização busca:

---

<sup>171</sup> Cf. id., *Desejo, mercado e religião*, p. 44.

<sup>172</sup> Id., *Sementes de esperança*, p. 112.

<sup>173</sup> Cf. GASDA, *Cristianismo e economia*, p. 211 – 213.

<sup>174</sup> Ibid., p. 213.

<sup>175</sup> WOGAMAN, *Economia, ética e fé*, p. 109.

<sup>176</sup> GASDA, *El Señor*, p. 2.

<sup>177</sup> SANTA ANA, *Amor e paixões*, p. 134 – 136, 139, 147 – 148. Na Bíblia também se pode encontrar o trabalho como fonte de amargura, a partir da monarquia cf. páginas citadas.

[...] favorecer a melhoria das condições de vida no trabalho; respeitar cada vez mais a necessária diversidade das expectativas individuais; modificar profundamente a natureza das atividades e os tipos de relações ligadas ao trabalho, especialmente colocar em discussão o modelo hierárquico tradicional.<sup>178</sup>

#### 4.3.4.6 Empresa: espaços de partilha

A empresa não deixa de ser o principal agente de produção e distribuição de bens econômicos. O seu objetivo não pode ser puramente o lucro, mas primordialmente a satisfação das necessidades básicas das pessoas. O lucro obtido deve ser revertido em solução de necessidades sociais. As empresas da Economia de Comunhão e as empresas da Economia Solidária atuam nessa dimensão<sup>179</sup>.

Numa perspectiva de desinversão, elas deixam de ser uma “fábricas de ídolos”<sup>180</sup> para ser lugar de valorização das pessoas que produzem e consomem mercadorias, e não mais ídolos. A fábrica de ídolos precisa ser fechada. Isso lembra a passagem do Novo Testamento, na qual São Paulo pregou contra os ídolos, o que lhe proporcionou represálias por parte de Demétrio e outros artífices (Cf. Atos, 19, 23 – 40). Fechar fábricas gera reação contrária, mas há que se pregar o Deus da Vida para destronar os deuses da morte. Uma estratégia para desconstruir a fábrica de ídolos é fazer dela espaços comunitários de trabalho, nos quais as pessoas trabalham juntamente com outras e procuram, com sua produção, ser úteis de alguma forma. Isso contribui para a recuperação da dignidade humana que tem sido perdida ao longo da História. Nelas, partilham-se trabalhos e produtos elaborados.

#### 4.3.5 Nova espiritualidade

Após discorrer sobre a desinversão dos elementos estruturantes da Economia é imprescindível abordar o tema solidariedade como possibilidade de animar uma Economia voltada para a subsistência do ser humano. Segundo Arruda, esse vocábulo pertencia ao léxico jurídico e significava “responsabilidade comum”<sup>181</sup>. Etimologicamente, significa a “ligação

---

<sup>178</sup> LEITE, *Economia de comunhão*, p. 268.

<sup>179</sup> As atividades de economia solidária, por sua diversidade, foram divididas em quatro grandes categorias que são o comércio justo, finança solidária, economia sem dinheiro e empresas sociais. Cf. FRANÇA FILHO, *A problemática da economia*.

<sup>180</sup> Este termo, “fábrica de ídolos,” é deduzido de outro, “fabricação de ídolos” usado por GASDA, *Cristianismo e economia*, p. 211. Assim, se o homem fabrica ídolos, ele o faz em algum lugar. Se ele trabalha, nos tempos modernos, nas empresa capitalista, conclui-se que ela é fábrica de ídolos.

<sup>181</sup> ARRUDA, *Humanizar o infra-humano*, p. 225.

indissociável entre elementos de um mesmo organismo ou sistema”<sup>182</sup>. Assim, no sistema social entende-se que cada pessoa não se encontra isoladamente, mas que se relaciona com o outro indivíduo e com a coletividade. Cada ator, portanto, resgatando o sentido jurídico, tem responsabilidade com o outro sendo a recíproca verdadeira. Assim, não há solidariedade praxica se não houver responsabilidade para com o próximo.

Arruda categoriza solidariedade em duas tipologias. Uma é a “ontológica”, e a outra, a solidariedade “consciente”. Quanto à primeira, ele afirma que os seres humanos numa perspectiva universalista são irmãos, e, portanto, são naturalmente solidários. No entanto, a responsabilidade ontológica – ou o ser naturalmente solidário – tem sido insuficiente para que haja predominância da responsabilidade de uns para com os outros e com o restante dos seres. Há que se aprender a ser solidário.

Por outro lado, a “solidariedade consciente” não vem de berço, mas precisa haver um “trabalho cultural” para que ela possa emergir. Cada pessoa, em suas ações, deve conscientemente desejar e também ser solidário<sup>183</sup>. Para Arruda,

A solidariedade consciente vai muito além do mero cumprimento dos deveres com o outro, a comunidade e a sociedade. Ela refere-se à postura ativa daquele que acolhe o outro porque é diferente, e, portanto, complementa a si próprio<sup>184</sup>.

O conceito solidariedade ampliou o seu campo semântico e passou a ter inserção no meio econômico. Nessa nova vertente, representa contraponto “à cultura do egoísmo, do individualismo, da ficção do *homo oeconomicus*”<sup>185</sup>, que é típica do Liberalismo Econômico. Convergente com essa perspectiva de reação, a solidariedade é um conceito que se opõe “à atitude de resignação às anomalias dos sistemas econômicos”<sup>186</sup>.

O Capitalismo, como sistema econômico, tem uma racionalidade que defende, dentre outros, interesses individuais, competitividade a qualquer preço e a busca incessante do lucro. Essa racionalidade está em consonância com o Liberalismo, que, em última instância, apregoa que o mercado autorregulável é capaz de satisfazer a todos que estão em sua ambiência. Percebe-se que, nessa racionalidade, não há lugar para a alteridade. Muitos não têm sido aquinhoados com os resultados positivos do mercado. Por vezes, têm sido destinatários a pagar os custos sociais.

---

<sup>182</sup> Ibid., p. 226.

<sup>183</sup> Cf. *ibid.*, p. 226. A solidariedade é também entendida como irmandade.

<sup>184</sup> Ibid. p. 228.

<sup>185</sup> Ibid., p. 225.

<sup>186</sup> GASDA, *Trabalho e capitalismo*, p. 128.

Mais que um conceito, a solidariedade, tornou-se um princípio – ou se poderia afirmar, um “espírito” – que especificamente tem reagido contra o Capitalismo e sua Ideologia neoliberal e tem animado as práticas econômicas solidárias. Esse princípio é norteador de iniciativas nas quais têm sido impulsionados valores como “a partilha, a reciprocidade e a comunicação dialógica para construção de unanimidades que respeitem a diversidade”<sup>187</sup>. Nessa perspectiva, é importante ressaltar o posicionamento de Sung sobre a espiritualidade solidária:

A superação do capitalismo como conhecemos hoje não será tarefa fácil nem rápida. Mas é preciso que cada pessoa que se assume como cristã e cada comunidade entrem nessa luta. Um aspecto fundamental dessa missão é o espiritual: viver publicamente a espiritualidade que professa a fé em um Deus-Amor, o qual não faz distinção entre pessoas (cf. At 10,34), pois ama gratuitamente a todas e reconhece em cada uma a dignidade humana fundamental. Assim, viver uma espiritualidade que busca a fonte da humanização não nas mercadorias, mas no encontro solidário e amoroso com as pessoas que necessitam de apoio e auxílio. Uma espiritualidade que percebe que a presença de Deus se manifesta no meio de nós quando amamos o nosso próximo e, por isso, somos solidários com os mais necessitados (cf. 1Jo 4,12).<sup>188</sup>

Por fim, é fundamental que a solidariedade possa inspirar condutas éticas. Assim, “como paradigma ético, é a melhor atualização do amor cristão. A solidariedade é um valor humano assumido pelo Cristianismo”<sup>189</sup>. A solidariedade deve ser a espiritualidade a ocupar o lugar do Neoliberalismo que transforma as pessoas em ególotras.

#### **4.4 Considerações parciais**

A crítica da idolatria do mercado será incompleta se apenas alcançar o nível da denúncia. É necessário superá-la com o anúncio de possibilidades para desconstruir a religião perversa do mercado, bem como seus ídolos, e também impedir os consequentes sacrifícios de vidas humanas e da natureza.

Entende-se que o ponto de partida para a desconstrução da idolatria do mercado consiste em compreender que Teologia e Economia não são dimensões separadas, mas distintas. Assim, não cabe o discurso de que ambas devem ser refletidas independentemente. O ponto principal de articulação entre elas é o ser humano.

---

<sup>187</sup> ARRUDA, *Humanizar o infra-humano*, p. 228.

<sup>188</sup> SUNG, *Economia: uma tarefa*.

<sup>189</sup> GASDA, *Trabalho e capitalismo*, p. 128.

O discurso de que Teologia e Economia não são compatíveis representa um grave engano, que ocorre, até mesmo, no meio cristão inclusive o acadêmico. Muitos estranham quando se aborda a relação entre elas. Esse posicionamento enganoso impede o diálogo entre agentes econômicos, teólogos e hierarquia da Igreja.

Um estudo mesmo que panorâmico da Bíblia, atentando para os aspectos econômicos, demonstra essa relação importante entre as duas. É perceptível o desenvolvimento da vida econômica que passa da perspectiva solidária no período patriarcal para outras nas quais ocorre a exploração do ser humano. Em virtude das explorações diversas do povo, aí incluída a área econômica, os profetas tiveram papel fundamental em denunciar e anunciar saídas para a nação de Israel.

Somente após discutir a pertinência entre Economia e Teologia, é possível passar para o tópico seguinte, que é a desinversão dos pressupostos teológicos cristãos sequestrados pela religião do mercado. Desinvertê-los, em última instância, é libertá-los do sequestro que sofreram. Mais do que libertar esses pressupostos é libertar o próprio Evangelho de Jesus Cristo.

Relembrando, esses pressupostos são: amor ao próximo, pecado original, Paraíso e sacrifícios. Para essa função, o ponto de partida é abordar a questão teo-lógica e a imagem de Deus. O Deus da Vida é entronizado em seu devido lugar para desfazer as falsas imagens (idolatrias) criadas a respeito dele pelo ser humano. Em seguida, importa cuidar das questões (a) cristológica para enfrentar os sacrifícios com o dom de si; (b) pneumatológica demonstrando que deve haver a prevalência da lei do Espírito Santo e não as leis do mercado capitalista; (c) antropológica explicitando que o ser humano é integral com sua dimensão material e espiritual e que, portanto, sua concretude não pode ser negada como impõem os deuses da morte; (d) hamartiológica, enfatizando que além do pecado individual há o pecado estrutural e social os quais devem ser combatidos a partir de práxis libertadoras; (e) soteriológica que ocorre integralmente em virtude da antropologia integral. Assim, salvar materialmente implica ter comida, roupa, saúde, diversão.

Após essa discussão, para desinverter e, portanto, libertar os pressupostos cristãos teológicos, importa pensar ações mais concretas. Assim, sublinha-se a conversão à Economia do Reino de Deus. Para isso, é necessária a participação dos herdeiros deste Reino que devem ser sal em meio às estruturas e ideologias reinantes. Nesse sentido, buscam-se as transformações dessas últimas, num movimento dialético.

Dessas possibilidades concretas, urge dizer da importância da Economia da Alteridade, de forma mais geral, e das Economias Civil, Solidária e de Comunhão, mais especificamente. Essas iniciativas, mesmo que não sejam totalmente da parte de cristãos, estão em conformidade com o Evangelho de Jesus. Isso demonstra que há unidade entre as pessoas para buscar formas de vida menos opressivas, enquanto se vive na dimensão histórica. O topos ético é favorável à realização de parcerias entre cristãos e não cristãos.

Ao discutir essas iniciativas, propõe-se novo entendimento dos elementos estruturantes do Capitalismo – mercado, mercadoria, dinheiro, capital, trabalho e empresa. Propõe-se que eles não sejam concebidos para a busca exclusiva do lucro, mas para a satisfação das necessidades básicas do ser humano. Almeja-se que um novo espírito anime essas iniciativas, dentre as quais a solidariedade entre as pessoas.

Pode-se objetar que alguns pontos dessa desconstrução estão em um horizonte utópico. Importa dizer que as utopias dão sentido às pessoas para viver e buscar transformações, mesmo que se consiga apenas parte delas. Utopias dão esperanças de que um mundo novo pode ser alcançado, mesmo que somente na plenificação do Reino com Jesus. Mas algo já pode ser feito, mesmo que parcialmente, pois não há factibilidade para a realização total. Esses feitos na História antecipam as perspectivas do Reino de Deus em plenitude.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação – “Economia de Mercado e Teologia: crítica teológica da idolatria do capital a partir dos teólogos da libertação” – foi norteada pelo seguinte problema: o desocultamento dos aspectos do Cristianismo, sequestrados pelo Capitalismo e usados de forma invertida para sustentar sua Ideologia neoliberal, é suficiente para criticar a idolatria do mercado? A resposta hipotética a esse questionamento é: o desocultamento desses aspectos, como denúncia, é essencial para a crítica à idolatria do mercado, mas não o suficiente, pois é necessário anunciar alternativas para desinverter os ditos aspectos.

Para operacionalizar a pesquisa, articulando problema e hipótese, formulou-se o objetivo principal do estudo, a saber: criticar teologicamente a idolatria do mercado, desocultando-lhe aspectos do Cristianismo, os quais foram sequestrados pelo Capitalismo, a fim de sustentar sua Ideologia neoliberal.

Com o intuito de responder ao problema formulado, estabeleceu-se um percurso metodológico que teve quatro momentos específicos, porém articulados entre si. Os dois primeiros localizam-se no nível econômico, enquanto os demais estão no nível teológico.

No primeiro momento, demonstrou-se que o Capitalismo é um sistema e, portanto, tem elementos “constitutivos” que interagem entre si. Além disso, ele não é estático, pois está em constante desenvolvimento e mutações. Tem caráter totalizador que impacta tanto quem está na sua ambiência, quanto quem está fora dela. O Capitalismo expressa a denominada “economia-mundo”.

O dinamismo do sistema capitalista foi demonstrado a partir de alguns aspectos. Em primeiro lugar, explicitou-se que ele, ao longo da História, tem se desenvolvido desde sua gênese que não é fácil de situar no tempo. Ele já existia, inclusive, no mundo clássico e medieval, mas o “espírito” que o animava era tradicional, conforme Weber. Um segundo aspecto desse dinamismo consiste nas diversas causas de sua emergência, na concepção



moderna. Elas são agrupadas nas seguintes tipologias: políticas, religiosas, sociais, econômicas e tecnológicas.

O terceiro aspecto são as características do Capitalismo que, de forma sistêmica, têm conotação dinâmica. Assim, além da propriedade privada dos meios de produção, trabalho assalariado e mercado, evidenciam-se a diversidade de produtos, o jogo do dinheiro, o risco do capital, tendência à inovação, competição e o próprio dinamismo no seu conjunto.

Demonstrou-se que o quarto aspecto do dinamismo capitalista refere-se aos seus movimentos cíclicos e reticulares. Os primeiros são denominados de “ciclos sistêmicos de acumulação”, que se iniciam com a mercantilização a qual, mais ao final, é substituída pela financeirização. Esses ciclos sempre tiveram centros geográficos e econômicos de onde emanam as diretrizes capitalistas. O primeiro, genovês, foi seguido pelo holandês. Esse foi substituído pelo inglês e atualmente está vigente o ciclo norte-americano. No entanto, hoje, percebe-se um movimento de transição para outro polo geográfico e econômico. Quando se tem uma visão macro desse sistema, é perceptível uma grande movimentação ao longo da História.

Outro movimento constatado é o reticular. É bem atual e otimizado pelas inovações tecnológicas, principalmente no âmbito das informações e comunicações. Partes do sistema capitalista têm sido transformadas em rede, principalmente o aspecto financeiro, o que permite a migração do capital instantaneamente para qualquer região do globo terrestre. Essa estrutura em rede também se aplica às empresas, alcançando seus diversos setores, como produção, distribuição, *marketing*, gestão operacional e administrativa e a própria organização do trabalho. O sistema capitalista, como uma grande rede, tem plasmado quase toda a Terra.

Ainda nesse primeiro momento metodológico, foram apresentados os principais elementos do sistema capitalista, que são mercado, mercadorias, dinheiro, capital, trabalho e empresa. O mercado capitalista perdeu sua característica histórica e se diz natural. Segundo Adam Smith, é regulado pela “Mão invisível”. Na concepção moderna, é o principal responsável pela difusão do Capitalismo.

Evidenciou-se o mercado como *locus* de circulação das mercadorias – outro elemento estruturante do sistema Capitalismo. Elas são produtos que resultam do trabalho humano. Este, segundo Marx, é o que as valoriza. As mercadorias são destinadas às trocas para satisfação das necessidades e desejos. No início, eram intercambiadas de forma simples, porém, com a complexificação do mercado, houve necessidade de outra mercadoria para intermediar a troca.

O dinheiro é a mercadoria especial que surgiu para facilitar a troca de mercadorias. Ele tem valor universal. Inicialmente, essa função era exercida por diversos objetos, como conchas, peles, gados, e metais, como o ouro e a prata. Estes últimos eram os mais apropriados para funcionar como dinheiro, mas, com o tempo, mostraram-se inconvenientes. Surgiram, então, as moedas cunhadas, mas, mesmo assim, ainda apresentaram dificuldades. Em decorrência disso, o dinheiro de papel surgiu na China e difundiu-se para o mundo.

O dinheiro não serviu apenas para facilitar as trocas, mas ele também passou a ser demandado, emprestado, intercambiado e depositado. Surgiram as práticas usurárias e os bancos.

Outro elemento que faz parte da estrutura do sistema capitalista é o capital. Demonstrou-se que ele consiste em bens cuja destinação não é a satisfação das necessidades das pessoas. Essa categoria inclui a maquinaria, instrumentos, utensílios, ferramentas, matérias-primas, edifícios e também o dinheiro, entendido este como meio de financiamento de compras de bens de produção.

Para o engendramento do capital, o ponto de partida é o dinheiro. Assim, o capitalista vai ao mercado e com o dinheiro compra mercadoria comum, posteriormente a vende por um valor maior. O dinheiro não se destina a adquirir algo para satisfazer necessidades das pessoas, mas para acumular mais. Há, assim, a transmutação do dinheiro em capital. Este tem tendência a expandir-se continuamente, materializando as relações sociais em objetos, como dinheiro, meios de produção e outros. Nessa transmutação, a mais-valia tem papel fundamental.

O trabalho também se encontra entre os principais elementos estruturantes do Capitalismo. Consiste na intervenção das pessoas na natureza, para transformá-la. Ele insere-se na da produção cultural. Ao longo do tempo, sofreu mutações, o que é mais um aspecto relacionado com o dinamismo capitalista. De uma perspectiva extrativista dos grupos comunais, chegou-se, na pós-modernidade, à perspectiva virtual, com a produção imaterial, na qual não sobressai o valor do trabalho em si, mas dos saberes, do conhecimento, do envolvimento até mesmo emocional do trabalhador. Não se fala tão somente em mão de obra, mas também em cérebro de obra, ou saber de obra, ou conhecimento de obra.

Por fim, o último elemento estruturante do Capitalismo, abordado no primeiro momento do percurso metodológico, é a empresa. Ela veio substituir o modo doméstico de produção e existe em todos os ciclos sistêmicos de acumulação. No início, a constituição

empresarial era mais simples. Com o tempo, foi mudando e assumiu as concepções multinacionais, transnacionais, reticulares.

Demonstrou-se que as empresas almejam, em primeiro lugar, sua satisfação mediante lucros, pois, caso contrário, não subsistem. Não têm preocupação em satisfazer necessidades sociais. Se elas proporcionar algum benefício social, possivelmente, é em razão de efeitos colaterais.

O segundo momento do itinerário metodológico também se situa no nível econômico, no qual se analisou o Neoliberalismo, como Ideologia que anima o sistema capitalista. Para isso, antes de entrar propriamente no Neoliberalismo, abordou-se o conceito de Ideologia, discutindo-se posicionamentos de Destutt de Tracy, Mannheim, Marx e Engels, Durkheim e, mais modernamente, Thompson.

Esclareceu-se que o sistema capitalista, com seus elementos estruturantes, sua dinâmica e seus objetivos é animado por uma “força vital” ou um “espírito”, que é sua Ideologia. Atualmente, a sustentação e a animação ideológica desse sistema decorrem do Neoliberalismo.

Essa doutrina tem origem no Liberalismo clássico que buscava a liberdade do ser humano oprimido pelos governos absolutistas. Buscava-se, também, a liberdade na Economia, pois, paralelo ao Absolutismo, havia o regime mercantilista regulado pelos governos absolutos. O movimento liberal foi amplo e abarcou as dimensões política, social, religiosa, filosófica, científica, econômica.

Na dimensão econômica – Liberalismo Econômico Clássico –, a partir de John Locke, enfatizou-se a defesa da propriedade privada, como o objetivo principal da organização da sociedade civil. Isso, ulteriormente, foi reafirmado por Adam Smith que, em “*Riquezas das Nações*”, apontou, como aspectos relevantes, do Liberalismo Econômico, a propriedade privada – de que Locke já havia falado –, o individualismo, o livre comércio, a divisão do trabalho, a não intervenção do Estado nas relações econômicas. Para ele, o mercado devia ser regulado pela “Mão invisível”, como a de um deus, para prevalecer a economia do “*laissez faire, laissez passer*”, embora haja indicações de que Smith nunca tenha usado essa expressão francesa.

Mais tardiamente, Mises, outro ideólogo do Liberalismo, destacou, dentre outras, as seguintes características dessa doutrina: propriedade privada dos meios de produção, liberdade e paz. Na História da humanidade, a última ficou bastante comprometida pelas duas grandes guerras mundiais. Ademais, a crise de 1929 necessitou de um novo alinhamento com

políticas econômicas. Disso resultou a intervenção dos governos para resolver a crise que se instalara. Nesse movimento, foi fundamental a participação do economista inglês Maynard Keynes que coordenou a implementação do keynesianismo. Muitos passaram a denominar esse conjunto de diretrizes econômicas, políticas e sociais de Liberalismo. No entanto, seus ideólogos não admitem isso, dada a forte intervenção estatal.

Entre 1945 e 1970, houve um crescimento da Economia capitalista, e manteve-se o pleno emprego. As forças populares e democráticas, principalmente o sindicalismo, foram fortalecidas. O crescimento dos lucros e dos salários foi isonômico. Os cuidados com saúde foram socializados, generalizou-se o ensino médio e a previdência social foi aperfeiçoada. Grosso modo, pode-se afirmar que a distribuição de riqueza melhorou, portanto a questão social não fora descuidada. Nesse período, também houve a expansão do setor público, usado para fomentar a Economia. Esse novo formato chegou a um ponto de exaustão, e novas crises econômicas e sociais assolaram o mundo.

Verificou-se que isso deu margem ao surgimento de um novo Liberalismo Econômico, lastreado por suas características originais, porém mais radicais. Na virada da década de 1970 para 1980, surgiu o denominado Neoliberalismo que anima o sistema capitalista até hoje.

Em sua radicalidade, o Neoliberalismo é contrário a qualquer participação do Estado na Economia, como agente econômico ou como seu regulador. O Estado deve ser mínimo, ou mesmo ultramínimo. Para isso, ele é constrangido a privatizar tudo o que é “acessório”, permanecendo somente com um núcleo de funções essenciais, como, por exemplo, estabelecer normas, arbitrar suas interpretações, defender a propriedade privada. Por outro lado, alguns ideólogos, como Friedman admitem o Estado empregado no combate à pobreza.

O Neoliberalismo é contrário ao keynesianismo, pois não admite as políticas sociais. Cada pessoa, em sua individualidade e liberdade, deve procurar, de forma competitiva, se desenvolver em todos os sentidos, principalmente no econômico. O crescimento de cada um, em seu individualismo, gera o crescimento econômico de todo o conjunto social. Nessa perspectiva, a educação, saúde, segurança alimentar, previdência e outros não devem ser patrocinados pelo Estado. Por outra vertente, afirmam os liberais que os impostos devem ser reduzidos, já que o Estado mínimo não necessita de muitos recursos, os quais devem circular no mercado, para cada pessoa, com sua liberdade e individualidade, desenvolver-se por si mesma.

Demonstrou-se, ainda, que o Neoliberalismo prioriza a financeirização, em detrimento do setor produtivo. Não lhe interessa produzir mercadorias úteis para a subsistência da sociedade, mas o acúmulo do capital, simplesmente por acumular. Essa financeirização é facilitada pela globalização que, por sua vez, é alavancada pelo aperfeiçoamento das Tecnologias das Informações e Comunicações.

As diretrizes neoliberais não foram apenas sugeridas, mas impostas, de forma “amenizada”. A partir do Consenso de Washington (1989), os países, principalmente os endividados, ao necessitarem de recursos financeiros das agências internacionais, como o FMI, deviam cumprir o receituário neoliberal.

Ficou clara, numa análise crítica de cunho econômico e social, que o Neoliberalismo é uma Ideologia de caráter negativo, conforme argumentou Thompson. Essa negatividade se expressa nas concepções polêmica, epifenomênica e latente do pensamento de Marx. Na concepção mais moderna de Thompson, o Neoliberalismo utiliza formas simbólicas para estabelecer dominação. Isso é maximizado pelos meios de comunicação de massa.

Os resultados do Neoliberalismo têm sido iníquos, pois ele gera financeirização exacerbada e prejudica o setor produtivo, mediante concentração de riquezas, desemprego, exclusão social. Essa iniquidade atinge países internamente e as relações entre eles mesmos.

Nas décadas de 1980 e 1990, outras crises eclodiram. Em razão disso, novos movimentos políticos, sociais e econômicos têm surgido. Na América Latina – principalmente na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai –, novos contornos estão sendo dados ao setor econômico. O Estado não fica reduzido ao seu mínimo, mas passa a regular a Economia. As políticas sociais foram retomadas em parceria com a iniciativa privada, mas liberais clássicos ou neoliberais mais ortodoxos afirmam que a associação do Liberalismo a políticas sociais é incompatível. Uma social-democracia e um Liberalismo Social tem dominado a região latino-americana.

O terceiro momento do itinerário metodológico está situado no nível teológico. Nele, desocultou-se a idolatria sacrificialista da religião do mercado e a submeteu à crítica teológica baseada em teólogos da libertação, principalmente Hinkelammert, Assmann, Sung e Santa Ana. Para o cumprimento dessa etapa, procurou-se, em obediência à coerência metodológica, explicitar, primeiramente, o horizonte teológico da crítica, que foi a TdL. Nessa perspectiva, as obras dos teólogos Hinkelammert, Assman, Sung e Santa Ana foram as indicadas como principais, para a efetivação da crítica. O motivo dessa seleção foi o fato de

eles serem os teólogos que se dedicam ou se dedicaram ao tema, ora em debate, com mais frequência e profundidade.

Sublinhou-se que a TdL surgiu no momento em que aflorava a consciência libertadora na América Latina, principalmente no âmbito da Teoria da Dependência. É uma Teologia de transformação da História. Seu principal diferencial é seu método que, diferentemente das teologias tradicionais, não se inicia nas normas teológicas pré-estabelecidas, mas na realidade concreta e específica. É, portanto, uma teologia de metodologia indutiva.

Clodovis Boff contribuiu, de forma singular, para essa metodologia, estabelecendo as mediações socioanalítica, hermenêutica e pastoral. Também Ellacuria deu sua contribuição, principalmente afirmando que os temas teológicos, como cristologia, soteriologia, pneumatologia e outros não estão descolados de temas presentes e concretos. Outros teólogos também contribuíram com seus métodos, mas sempre partindo da condição histórica específica.

Em última instância, constatou-se que a TdL tem contribuído para libertar todo aquele que estiver cativo pelos sistemas político, social, religioso, econômico. Evidentemente que ela não descarta a libertação do pecado. De certa maneira, preocupa-se com a libertação integral do ser humano. Ou, de forma mais teológica, preocupa-se com a salvação total que consiste na libertação do pecado e dos constrangimentos injustos que estão na História. Há, então, uma salvação trans-histórica que começa na História e vai para além dela. Começa na imanência e chega à transcendência.

No âmbito da TdL, há uma relação estreita entre práxis e fé. Esta é efetiva, quando se faz verdade e tem possibilidades libertadoras. A práxis imprime à fé um dinamismo, para que ela não se reduza a puros verbalismos inócuos.

Num viés econômico e político, a TdL tem estabelecido a preferência pelos pobres. Isso demonstra que as pessoas, para sobreviver, necessitam de um mínimo de condições materiais, para atender às necessidades fisiológicas que são as primeiras que devem ser satisfeitas. Muitos teólogos, no início, se interessaram por esse aspecto, mas, com o passar do tempo, o número deles diminuiu.

Constatou-se, pelos estudos de Sung, que a pouca ou nenhuma discussão da relação entre Teologia e Economia constituiu uma anomalia, pois contrariou as propostas da TdL. Essa anomalia decorre principalmente de problemas na relação entre mediação socioanalítica e mediação hermenêutica.

Na investigação, após estabelecer as bases teóricas da crítica teológica, evidenciou-se que o sistema capitalista tornou-se a “religião do mercado”. Para isso, sequestrou pressupostos do Cristianismo. A “religião do mercado” pretendeu substituir a cristandade que oferecia a salvação, mas esta somente se realizava numa transcendência, e mesmo assim, não era visível. O novo modelo de salvação da religião do mercado incide no interior da História. Isso tem atraído muitas pessoas, pois se vive atualmente – pela própria ação ideológica do Capitalismo – o imediatismo, o desfazimento, o volátil, o descartável.

Os pressupostos do Cristianismo que foram sequestrados são o amor ao próximo, o pecado original, o Paraíso e os sacrifícios. No entanto, não são entendidos e vividos como no Cristianismo, mas de forma diametralmente oposta. Assim, amar o próximo é amar a si mesmo, pois, nesse individualismo, chega-se ao amor a outrem. O pecado original consiste em tentar interferir no mercado. Isso inclusive é visto como pretensão de ser deus. O Paraíso não se encontra na transcendência, mas na própria História, e é alcançado, na medida em que se vai obtendo melhores condições de vida, a partir da liberdade que cada indivíduo deve ter. Por fim, os sacrifícios apoiam-se na entrega de Jesus. No entanto, explicitou-se que a fontalidade da idolatria sacrificialista está no paganismo.

Os sacrifícios, segundo a religião do mercado, são necessários para que a salvação, isto é, o Paraíso, seja alcançada. Se ela não se efetiva, é porque os sacrifícios ainda não foram suficientes. O mercado, escudado nessas premissas teológicas, argumenta que, se a riqueza ainda não chegou a todos, é porque faltam sacrifícios. Estes, na realidade, são custos sociais, como fome, desemprego ou subemprego, falta de escola, criminalidade, violência, falta de saúde, falta de educação, exclusão. Muitas vezes, pessoas estão vivendo na linha de miséria e chegam a ser sacrificadas fisicamente. Algumas têm até, morrido em razão desses custos sociais.

Esses sacrifícios são oferecidos aos deuses da religião do mercado, que, na realidade, são ídolos da morte. Evidenciou-se que os principais vultos que integram o panteão dessa religião são o mercado na condição de ídolo maior, o capital, o dinheiro e as mercadorias comuns. Para Marx, a idolatrização desses elementos ocorre pela fitichização.

A idolatria não é fenômeno isolado, mas um sistema que se desenvolve ao longo da História e chega aos tempos atuais com seus ídolos modernos. Por outro lado, sublinhou-se que não é idólatra apenas quem se submete aos ídolos, mas também aqueles que os constroem.

O Neoliberalismo é a espiritualidade que preenche todos os nichos desse sistema religioso e o anima. É um sistema contrário ao Deus da Vida, pois seus ídolos têm fome de vidas humanas e da própria natureza, na medida em que ela está sendo devastada para alimentar os deuses da morte.

O último momento do percurso metodológico da pesquisa tem como objetivo apontar possibilidades – saídas – para desconstruir a idolatria do mercado, principalmente por intermédio da libertação dos pressupostos teológicos cristãos sequestrados pela religião mercadológica. Nesse estágio, constatou-se que Teologia e Economia não são teorias e práticas separadas, mas entre elas há distinções. Há algo de econômico na Teologia, assim como existe algo de teológico na Economia.

Observou-se que, no mundo da Bíblia, existem diversos aspectos econômicos. Isso reforça a ideia de que essas áreas não são incompatíveis. No entanto, ainda faltam diálogos entre representantes das duas áreas. Com base nos argumentos de Sung evidenciou-se que teólogos, por vezes, não articulam temas políticos e econômicos com os teológicos em suas reflexões. Isso implica distorções na missão da Igreja, pois alguns se preocupam com a divulgação do Evangelho e outros com os empobrecidos economicamente. Pelos argumentos de Sung, as duas coisas podem ser articuladas.

Com o objetivo de libertar os pressupostos cristãos e desconstruir a idolatria do mercado, estabeleceu-se um confronto entre a TdL e a Teologia Endógena da religião do mercado, que é suprida pela Teologia tradicional. Buscou-se uma perspectiva dialética entre as duas teologias, de forma que o resultado seja a desinversão dos pressupostos e a superação das formulações teológicas tradicionais e mercadológicas.

Para efetivar a desinversão, de forma criteriosa, foram propostas as seguintes questões: “teo-lógica e imagem de Deus”, “cristológica: sacrifícios e dom de si”, “pneumatológica e lei do mercado”, “antropológica: ser humano integral”, “hamartiológica: além do pecado individual”, e “questão soteriológica: salvação integral”.

Na questão teo-lógica, estabeleceu-se que as imagens negativas do Deus da Bíblia devem ser desfeitas para que seja visto como Deus pessoal, que criou o ser humano e respeita sua individualidade, não para se fechar, mas para viver em comunidade. Ao fortalecer e difundir o Deus Verdadeiro, os deuses falsos são desconstruídos.

Na questão cristológica, demonstrou-se que Jesus viveu uma vida de doação, cujo auge foi sua entrega total no calvário. Para contradizer os sacrifícios aos deuses da religião do mercado, constatou-se que, mais do que sacrifício, Jesus foi “dom de si”. Ele se entregou



voluntariamente para o bem da humanidade. E essa entrega foi única, não necessitando de mais nenhuma, pois foi eficiente, eficaz e efetiva. Por outro lado, Jesus Cristo não ficou morto, mas ressuscitou. O valor da ressurreição, que significa libertação total, é uma grande arma para desmascarar a idolatria sacrificialista.

A questão “pneumatológica” mostrou o confronto da lei do mercado ou de sua espiritualidade com Espírito Santo e sua lei. Sob a lei romana e judaica, Jesus sofreu injustiças. Também hoje, sob as leis do mercado, pessoas são injustiçadas. A lei do Espírito de Deus é aquela que dá vida e liberta. Ele liberta para a liberdade (cf. Gálatas 5, 1). O Espírito Santo condena o espírito idolátrico do mercado.

A questão “antropológica” combateu a visão gnóstica do ser humano que a religião do mercado defende. Com fulcro nos pressupostos da TdL, explicitou-se que as dimensões material e imaterial integram a totalidade de homens e mulheres. Isso evita a apregoação de que a parte material pode ser oferecida em sacrifício, desqualificando, assim, a corporeidade humana. A vida plena que Jesus oferece aponta para essa integralidade antropológica.

Na questão “hamartiológica”, demonstrou-se a variação do conceito pecado. Nas teologias tradicionais, destaca-se a concepção “original”, como o pecado que dá origem aos outros. Na religião do mercado, o pecado consiste em interferir no dito mercado e não seguir suas leis. Na dimensão libertadora, surge a concepção de pecado estrutural-social como graves desvios causados pelas estruturas e condições sociais dominantes e que causam injustiça à humanidade. Por essa razão a conversão deve ser total, nas dimensões individual, social e estrutural.

A questão soteriológica sublinhou a salvação integral – espiritual e física –, haja vista que o ser humano também é integral. Na cristandade, a salvação é pós-histórica, pela intervenção de Deus em perspectiva escatológica. Na religião do mercado, a salvação é oferecida materialmente na História, como fruto do progresso tecnológico, sem a interferência de Deus. Além disso, a soteriologia da TdL é trans-histórica, pois se realiza com a libertação do ser humano de toda a injustiça, inclusive da material, portanto na História, e vai para além dela. Em todo esse processo, Deus está atuante e chega até à libertação plena e escatológica. Há a salvação total. Assim, ficou claro que a verdadeira e completa salvação está em Cristo, que, como dom, se entregou em favor de todos. Isso é graça e é de graça. Não necessita mais de sacrifícios, muito menos aos ídolos da morte. Ficou claro que a salvação total aponta para o Reino de Deus, o qual foi inaugurado na História e a atravessa a caminho de sua

plenificação. Esse Reino tem uma Economia diferente da de todos os modelos e modos econômicos.

A Teologia tradicional da cristandade medieval concebe dois planos, um material e outro espiritual. Importava ao ser humano sair das dificuldades daquele e ingressar nos benefícios deste. A religião do mercado admite somente um plano, o presente, no qual tudo se resolve. Por outro viés, a TdL reflete sobre as necessidades de sair da opressão e ir para a liberdade, tendo no Êxodo um elemento fundante. Mais recentemente, com Sung, surgiu uma nova possibilidade baseada no Novo Testamento. Ela consiste em não sair, mas ser “sal” e “luz”, portanto ter potencial e práxis transformadora da realidade histórica, na qual se insere o ser humano. O mercado não precisa ser extirpado nem demonizado, mas recuperado do desvio que sofreu. Deve haver uma conversão à Economia do Reino de Deus.

Para essa conversão, foram apontadas algumas possibilidades concretas com supedâneos na alteridade, com repercussões na Economia Civil, Economia Solidária e Economia de Comunhão. Verificou-se que uma forma equilibrada de gerir a economia-mundo é a participação conjunta da sociedade civil, Estado e mercado. Cada qual com suas potencialidades, mas convenientemente controlados, para não haver excessos.

Ao longo desta pesquisa, acompanharam-se metodicamente os seguintes elementos: o mercado, capital, dinheiro, mercadorias, trabalho e empresa. Num primeiro momento, eles foram abordados no nível econômico, como elementos estruturantes do sistema capitalista. Posteriormente, quando se submeteram os ídolos ao julgamento, com fulcro nos pressupostos da TdL, esses elementos emergiram na condição de falsos deuses – ídolos que matam. Surgiram como deuses do panteão da religião do mercado e que sempre estão em busca de sacrifícios. Na finalização da dissertação, sobressai um papel preponderantemente social e humanizador, desses elementos, além da função puramente econômica. Isso é possível pela conversão das estruturas da Economia.

Detectou-se que, no nível econômico, quando esses elementos foram apresentados, eram animados por Ideologia econômica. Quando se transmutaram em ídolos, foram envolvidos em uma espiritualidade demoníaca que exige sacrifícios. No final, com a sugestão de conversão, a “espiritualidade” indicada para animá-los é a solidariedade.

Entendeu-se que a crítica à idolatria do mercado se efetivou. Em primeiro lugar, porque os aspectos do Cristianismo sequestrados pelo Capitalismo e os ídolos da religião do mercado foram desocultados. Houve a denúncia e a submissão da idolatria ao juízo das reflexões de teólogos da TdL. Em segundo lugar, porque, além da denúncia, e sem perder o

viés crítico, foram apresentadas possibilidades para libertar os pressupostos sequestrados mediante a sua desinversão. Completou-se, portanto, a crítica à idolatria do mercado, em prol do ciclo profético da TdL: denúncia-anúncio.

O pouco interesse em discutir o binômio Teologia-Economia limitou a amplitude da investigação, a cuja temática, poucos teólogos têm se dedicado. Atualmente, o teólogo que mais tem refletido sobre isso é Jung Mo Sung. Por outro lado, os constrangimentos contra a publicação de livros têm contribuído para essas limitações. Cautelas para esquadrihar Teologia e Economia – também entravam o desenvolvimento de pesquisa acerca de tão relevante tema.

Por fim, dois pontos poderão ser discutidos futuramente. O primeiro: articulação dessa crítica em níveis acadêmico, pastoral e popular. O segundo: discussão de uma proposta trinitária libertadora para fortalecer o confronto da Teologia endógena e sua idolatria, tendo como base as questões teológicas abordadas nesta dissertação.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo - homo sacer II*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Teologia e Política. *Revista de Estudos da Religião*. São Paulo, p. 92 - 118, mar. 2008.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. *Teoria teológica: Práxis teologal sobre o método da teologia da libertação*. São Paulo: Paulinas, 2012.

ARAYA, Victorio. *O Deus da aliança ... estratégica*. In.: VVAA. *A luta dos deuses: os ídolos da opressão e a busca do Deus Libertador*. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. p. 143 – 155.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: UNESP, 1996.

ARRUDA, Marcos. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral - homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Petrópolis: Vozes, 2003.

ASSMANN, Hugo. *Crítica à lógica da exclusão: ensaios sobre economia e teologia*. São Paulo: Paulus, 1994.

ASSMANN, Hugo. *Economia e Teologia*. In. FLORISTAN, Cassiano (org.). *Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1999. p. 204 – 213.

ASSMANN, Hugo. *Las falácias religiosas del mercado*. Centro de Consultoría, Desarrollo Empresarial y capacitación. 2000. Disponível em: < <http://www.chasque.net/pdc/hassman.htm> >. Acesso em: 15 jan. 2015.

ASSMANN, Hugo. *Teología desde la praxis de la liberación: ensayo teológico desde la América dependiente*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1973.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A Idolatria do Mercado: ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989.

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Financeirização, crise, educação: considerações preliminares*. Texto para discussão. Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BÉLAND, Claude. *Por uma economia solidária*. São Paulo: Loyola, 2013.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. *A pulsão de vida do capitalismo e sua pulsão de morte: a acumulação*. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2014. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/533672-o-capitalismo-parasitario-como-a-pulsao-de-morte-do-capitalismo-entrevista-especial-com-luiz-gonzaga-belluzzo>> Acesso em: 31 jul. 2014.

BENJAMIN, Walter. Capitalismo como religião. *Revista Garrafa*, n. 23. jan-abr 2011. Disponível em: < <http://www.ciencialit.letras.ufrj.br/garrafa/garrafa2> > Acesso em: 8 jun. 2012.

BERTALANFEY, Ludwing von. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém*. 4ª imp. São Paulo: Paulus, 2006.

BOFF, Clodovis. Teologia e Prática. *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 36, fasc. 144, p. 789 – 810, dez. 1976.

BOFF, Clodovis. *Teologia e prática: teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOFF, Leonardo. *Tempo de transcendência: o ser humano como um projeto infinito*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Da Libertação: o sentido teológico das libertações sócio-históricas*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madri: Akal. 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990. *Dispõe sobre a isenção ou redução de imposto de importação e dá outras providências*. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1990/medidaprovisoria-158-15-marco-1990-370450-norma-pe.html> >. Acesso em: 1 fev. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Medida Provisória nº 158, de 15 de março de 1990. *Dispõe sobre a isenção ou redução de imposto de importação e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1990/medidaprovisoria-158-15-marco-1990-370450-norma-pe.html>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf> > Acesso em: 2 fev. 2015.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRUEGGEMAN, Walter. *A imaginação profética*. São Paulo: Paulinas. 1983.

BRUNHOFF, Suzanne. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*, São Paulo: UNESP, 1991 *apud* LEITE, Kelen Christina. *Economia de comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado*. São Paulo: Annablume; Fapesp. 2007.

BRUNI, Luigino. *Economia de comunhão: uma proposta de mudança econômica*. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 2011. Entrevista especial concedida a Luigino Bruni. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/44188-economia-de-comunhao-uma-proposta-de-mudanca-economica-entrevista-especial-com-luigino-bruni> > Acesso em: 22 dez. 2014.

CAMPOS, Ana Cristina. *FAO: 805 milhões de pessoas passam fome no mundo*. Agência Brasil. Brasília. set. 2014. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-09/fao-805-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-mundo> >. Acesso em 8 fev. 2015.

CARAVIAS, José Luis. *O Deus da Vida e os ídolos da morte*. São Paulo: Paulinas, 1992.

CATANI, Afrânio M. *O que é o capitalismo*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento com equidade. *Emancipação*. Ponta Grossa. n. 8 (1), p. 21 -35, 2008. Disponível em: < <http://www.uepg.br/emancipacao> > . Acesso em: 4 fev. 2015.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. v. 1. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE NOTÍCIAS, *Estudo da ONU prevê um aumento global do desemprego devido ao crescimento lento da economia e crescente desigualdades*. 2015. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31739-estudo-da-onu-preve-um-aumento-global-do-desemprego-devido-ao-crescimento-lento-da-economia-e-crescentes-desigualdades> >. Acesso em: 8 fev. 2015.

CÉSAR, Ely Eser Barreto. Misericórdia e sacrifício no evangelho de Mateus. In: ASSMANN, Hugo (ed.) *René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios*. Petrópolis: Vozes e Piracicaba: UNIMEP, 1991. p. 262 - 272.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense. 1980. (Coleção Primeiros Passos).

CHRISTO, Carlos Alberto Libanio. Consumo, Logo Existo. *Jurisciência*, 2009. Disponível em: < <http://www.jurisciencia.com/artigos/frei-betto-consumo-logo-existo/206/> >. Acesso em: 14 maio 2014.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER 1643 – 1646. Disponível em: <<http://new.pippaod.com/accounts/54/474/BBB837ED-39B7-4440-9D72E49F9BC37042.pdf>> Acesso em: 3 dez. 2014.

CROATO, J. Severino. *Os deuses da opressão*. In.: VVAA. *A luta dos deuses: os ídolos da opressão e a busca do Deus Libertador*. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. p. 39 – 66.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURRWELL, François Xavier. *Jesús Hijo de Dios en el Espíritu Santo*. Salamanca: Grafica Cervantes, 1999.

DUSSEL, Enrique. Puebla: relações entre ética cristã e economia. *Concilium* (A economia internacional na visão da moral cristã). Petrópolis: Vozes, n. 160, p. 137 – 150, 1980.

DUSSEL, Enrique. *Teologia da libertação: um panorama de seu desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.

EBER, Fábio Stefano. *A política industrial e de comércio exterior: uma avaliação*. Perspectiva da Economia Brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.

ELLACURIA, Inácio. *Hacia una fundamentación*, p. 200 *apud* AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Teoria teológica: praxis teologal sobre o método da teologia da libertação. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 141.

FALISE, Michel. *Economia e cristianismo*. Curitiba: Champagnat; São Paulo: IBRASA, 1991.

FARIA, Jacir de Freitas. Denúncia, solução e esperança nos profetas. *Revista de interpretação bíblica latino-americana*. (Os livros proféticos: as vozes dos profetas e suas releituras). Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal. n. 35/36, p. 28 – 41, 2000.

FATIMANEWS. *Governo Collor*. 2011. Disponível em: < <http://www.fatimanews.com.br/noticias/leia-o-artigo-o-governo-collor-e-as-carrocas-brasileiras-por-wcor/114027/> >. Acesso em: 1 fev. 2015.

FERRY, Joëlle. *Há justiça econômica nos profetas?* In: MIES, Françoise et al. Bíblia e economia: servir a Deus ou ao dinheiro. São Paulo: Loyola. 2007.p.41-70.

FIORI, José Luís. *O Consenso de Washington*. Palestra proferida na Federação Brasileira de Associações de Engenheiros. 1996. Disponível em: <http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/unidades/fioripalestraconsensowashington.pdf> >. Acesso em: 31 jan. 2015.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Sociedade e Estado*. Brasília. v. 16. n. 1-2, jun/dez. 2001. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100011&script=sci_arttext) > Acesso em 18 dez. 2014.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção os Economistas).

GARCIA, Marco Aurélio. Nuevos gobiernos en América del Sur. *Nueva Sociedad*. América Latina n. 217, p. 118 – 126, Sept – octu. 2008. Disponível em: [http://biblioteca.hegoa.ehu.es/system/ebooks/17379/original/Los\\_colores\\_de\\_la\\_izquierda.pdf](http://biblioteca.hegoa.ehu.es/system/ebooks/17379/original/Los_colores_de_la_izquierda.pdf) >. Acesso em: 5 fev. 2015.

GASDA, Élio Estanislau. *Cristianismo e economia: repensar o trabalho além do capitalismo*. São Paulo: Paulinas, 2014.

GASDA, Élio Estanislau. *El Señor del tiempo es Cristo, no el capital*. Entrevista concedida a José Luis Palacios. *Noticias Obreras*. n. 1563.. p. 30-32. sept. 2014

GASDA, Élio Estanislau. *Trabalho e capitalismo global: atualidade da doutrina social da igreja*. Coleção ética e sociedade. São Paulo: Paulinas. 2011.

- GIBELLINI, Rosino. *O debate sobre a Teologia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 1987.
- GIRARD, René. *O sacrifício*. São Paulo: Realizações Editora, 2011.
- GORZ, André. *A crise e o êxodo da sociedade salarial*. UNISINOS – Instituto Humanistas Unisinos. Cadernos IHU Ideias. n. 31 – 2005. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/031cadernosihuideias.pdf> > Acesso em: 15 dez. 2014.
- GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. A violência de um sistema. *Concilium* (A economia internacional na visão da moral cristã). Petrópolis: Vozes, n. 160, p. 127 – 136, 1980.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: perspectivas*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- GUTIERREZ, Gustavo. *Teología de la liberación: perspectivas*. Lima: CEP, 1971.
- HARDOON, Deborah. Informe Temático de Oxfam. *Riqueza: tenerlo todo y querer más*. Oxfam. Enejo, 2015. Disponível em: < <http://oxfamintermon.s3.amazonaws.com/sites/default/files/documentos/files/riquezaTenerloTodoQuererMas190115.pdf> > Acesso em: 7 de fev. 2015.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações..* São Paulo: Loyola, 2008.
- HAVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HASTINGS, James. Encyclopedia of Religion and Ethics. Verbetes “*Images and Idols*” apud RICHARD, Pablo. Nossa luta é contra os ídolos, p. 21.. In.: VVAA. A luta dos deuses: os ídolos da opressão e a busca do Deus Libertador. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. p. 9 – 38.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica a la razón utópica*. San José: Departamento Ecuménico de Investigacione, 1984.
- HINKELAMMERT, Franz J. *Paradigmas e metamorfoses do sacrifício de vidas humanas*. In: ASSMANN, Hugo (ed.) René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios. Petrópolis: Vozes e Piracicaba: UNIMEP, 1991. p. 160 – 185.
- HINKELAMMERT, Franz J. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a besta*. São Paulo: Paulus. 1995.
- HINKELAMMERT, Franz. *As armas ideológicas da morte*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- HINKELAMMERT, Franz. *As raízes econômicas da idolatria: a metafísica do empresário*. In.: VVAA. A luta dos deuses: os ídolos da opressão e a busca do Deus Libertador. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, p. 227 – 265.
- HORSLEY, Richard. *Jesus e o Império: o Reino de Deus e a nova desordem mundial*. São Paulo: Paulus, 2004.



INSTITUTO LUDWING VON MISES. *Ludwing von Mises* (Nota). Disponível em: < <http://www.mises.org.br/Ebook.aspx?id=35> >. Acesso em: 24 jan. 2015.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura. 1985. (Coleção os Economistas).

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 78 *apud* SUNG, Jung Mo. *Teologia e economia: repensado a teologia da libertação e utopias*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LANZARO, Jorge. La socialdemocracia criolla. *Nueva Sociedad*. n. 217, p. 40 – 58, sept – octu. 2008. Disponível em: < [http://biblioteca.hegoa.ehu.es/system/ebooks/17379/original/Los\\_colores\\_de\\_la\\_izquierda.pdf](http://biblioteca.hegoa.ehu.es/system/ebooks/17379/original/Los_colores_de_la_izquierda.pdf) >. Acesso em: 04 fev. 2015.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAVILLE, Jean-Louis. *L'Economia solidale*. Bollati Boringhieri, Bologna, 1998, p. 112 *apud* LEITE, Kelen Christina. *Economia de comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado*. São Paulo: ANNABLUME, Fapesp, 2007.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. *Economia solidária*. In.: HESPANHA, Pedro *et al.* *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Edições Almedina; São Paulo: Almedina Brasil. 2009, p. 162 - 168.

LEITE, Kelen Christina. *Economia de comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado*. São Paulo: ANNABLUME, Fapesp, 2007.

LENCIONI, Sandra. Accumulation primitive: un processus actif dans la société contemporaine. *Confins: Revue Franco-Brésilienne de Géographie*. n.14, 2012. Disponível em: < <http://confins.revues.org/7424?lang=pt#text> > Acesso em: 3 de dez. 2014.

LÉVINAS, Emmanuel. *De Deus que vem à ideia*. Rio de Janeiro: Vozes. 2002.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre alteridade*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÉVINAS, Emmanuel. *Ética e Infinito: diálogos com Philippe Nemo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

LÉVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito: ensaios sobre exterioridade*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

LIBANIO, João Batista. *Ideologia e cidadania*. 2. ed. Reformada. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção Polêmica).

LIBANIO, João Batista. *Construção do futuro: valores necessários para uma convivência social e econômica*. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, n. 35., p. 253 – 268, 2003.

LIBANIO, João Batista. *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

LINS, Hoyêdo Nunes. Crise e reestruturação do capitalismo central. *Textos de economia*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 13 – 34, 1993.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. 4.ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2006.

LOY, David R. The Religion of Market. *Journal of Academy the American of Religion*. p. 275 – 290. Disponível em: < <http://www.colorado.edu/economics/morey/4999Ethics/Loy.pdf> > Acesso em: 10 jul. 2014.

MARX, Karl. *O capital*. Edição condensada (Coleção Folha: livros que mudaram o mundo, v. 13). São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MELLO, Alex Fiúza de. Crise mundial e reestrutura produtiva: algumas questões de ordem teórica. *Novos Cadernos NAEA*. v. 7, n. 1, , p. 5 – 30, jun. 2004. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/34/30> >. Acesso em: 28 de jan. 2014.

MIES, Françoise (Org.). *Prefácio*. In.: MIES, Françoise et al. *Bíblia e economia : Deus ou o dinheiro*. São Paulo: Loyola. 2007.

MILL, John Stuart. *Da liberdade*. São Paulo: IBRASA, 1963.

MILL, John Stuart. *Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social*. (Os Economistas, v. II). São Paulo: Abril Cultura, 1983.

MISES, Ludwing von. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. 2. ed. São Paulo: Instituto von Mises, 2010.

MISES, Ludwing von. *Uma crítica ao inetervencionismo*. 2. Ed. São Paulo: Instituto Ludwing von Mises, 2010.

MOULIER-BOUTANG, Yann. *Le capitalisme cognitif : la nouvelle grande transformation*. Paris : Éditions Amsterdam, 2007.

MURAD, Afonso. *Este cristianismo inquieto: a fé cristã encarnada*, em J. L. Segundo. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

NAISBITT, John. *O líder do futuro*. Rio de Janeiro: Sextante, 2007.

NOVAK, Michael. *Como o cristianismo criou o capitalismo*. Editorial do Centro Interdisciplinar de ética e economia personalista. 2006. Disponível em: <<http://www.ciep.org.br/index.php?page=artigossemana&codigo=492>> Acesso em: 13 maio 2012.

NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. *Reiventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. 9ª ed. Brasília: MH Comunicação, 1997.

PACKER, J. I; TENNEY, Merrill C.; WHITE Jr, William. *O mundo do Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Vida, 2002.

PAIM, Antonio; SOUZA, F.M de. *Introdução histórica ao liberalismo: formulação inicial na obra de Locke e Kant*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho/Instituto de Humanidades. 1996.

PERROUX, François. *O capitalismo*. 2. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

PIXLEY, Jorge. Exige o Deus verdadeiro sacrifícios cruento? In: ASSMANN, Hugo (ed.), *René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios*. Petrópolis: Vozes; Piracicaba: UNIMEP, 1991. p. 189 – 220.

POCHMANN, Marcio. *Dominação financeira e suas contradições*. Carta Maior. 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Dominacao-financeira-e-suas-contradicoes-/4/31359> . Acesso em: 30 jan. 2014.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. *A Teologia da Libertação morreu? - Reino de Deus e espiritualidade hoje*. São Paulo: Fonte Editorial; Aparecida: Santuário, 2010.

RIBEIRO, Ricardo Santos. A idolatria do mercado e a alteridade em Lévinas: tentativa de aproximação hermenêutica para uma reflexão ético- teológica cristã. *Atualização*. n. 360, p. 5 – 29, jan – mar, 2013.

RICHARD, Pablo. *Nossa luta é contra os ídolos*. In.: VVAA. *A luta dos deuses: os ídolos da opressão e a busca do Deus Libertador*. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. p. 9 – 38.

ROBBINS, Lionel. *Um ensaio sobre a natureza e a importância da Ciência Econômica*. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROBERT, A; FEUILLET, A. *Introdução à Bíblia*. Antigo Testamento: os livros proféticos posteriores ... (Tomo II) São Paulo: Editora Herder, 1967.

ROBERT, Jozsef. *A origem do dinheiro*. São Paulo: Global Editora. 1982.

ROLL, Eric. *História das doutrinas econômicas*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

ROMÁN FLECHA, José. *Moral social: la vida em comunidad*. Salamanca: Sígueme, 2007.

ROQUE, Sebastião José. *O Consenso de Washington*. Disponível em: < <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-consenso-de-washington-fixou-nossa-diretriz-economica,37728.html> >. Acesso em: 2 fev. 2015.

RUBIO, Alfonso Garcia. *Teologia da libertação: política ou profetismo*. São Paulo: Loyola, 1983.

SANSON, Cesar. *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Cadernos IHU, n. 32. 2010.

SANTA ANA, Júlio de. Sacralizações e sacrifícios nas práticas humanas. In: ASSMANN, Hugo (ed.) *René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios*. Petrópolis: Vozes; Piracicaba: UNIMEP, 1991. p. 121 - 152.

SANTA ANA, Júlio de. *O amor e as paixões: crítica teológica à economia política*. Aparecida: Santuário, 1989

SCANNONE, Juan Carlos. *Teología de la Liberación e Doctrina Social de la Iglesia*. Huesca: Ediciones Cristiandad / Mansilla: Editorial Guadalupe, 1987.

SEGUNDO, Juan Luis. *Libertação da Teologia*. São Paulo: Loyola, 1978.

SEGUNDO, Juan Luis. *O dogma que liberta: fé, revelação e magistério dogmático*. São Paulo: Paulinas, 1991.

SILVA, Adelphino Teixeira da. *Economia e mercados: introdução à economia*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1996.

SINGER, Paul. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. v. I. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

SOARES, Sebastião A. G. Leitura bíblica na América Afro-latíndia e as sugestões de René Girard. In: ASSMANN, Hugo (ed.) *René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios*. Petrópolis: Vozes; Piracicaba: UNIMEP, 1991. p. 273 – 279.

SOBRINO, Jon. *Cristologia a partir da América Latina: esboço a partir do seguimento do Jesus histórico*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOMBART, Werner. *The quintessence of capitalism: a study of the history and psychology of the modern business man*. U.S: Theclassics, 2013.

STEWART Jr. Donald. *O que é liberalismo*. 5. ed. Rev. e aum. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

SUESS, Paulo. *Teologias e capitalismo*. In.: La teología de la liberación en perspectiva. Congreso Continental de Teología. Tomo II. São Leopoldo Editora Doble Clic e Amerindia, 2012. p. 132 – 148.

SUNG, Jung Mo. A missão espiritual do cristianismo e o espírito do capitalismo. Revista eletrônica: *Novos Diálogos*. 2013. Disponível em: < <http://www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=1010> >. Acesso em: 15 jan. 2015.

SUNG, Jung Mo. *Desejo, mercado e religião*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SUNG, Jung Mo. Deus e ídolo na economia. **Vida Pastoral**. p. 15 – 20, 1992. Disponível em: < <http://vidapastoral.com.br/artigos/atualidade/deus-e-ídolo-na-economia/> > Acesso em: 6 jan. de 2015.

SUNG, Jung Mo. *Sementes de esperança: a fé em um mundo em crise*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SUNG, Jung Mo. Tarefas do cristianismo de libertação (II): modernidade e idolatria. *ADITAL*. 2011. Disponível em: <  
<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&langref=PT&cod=54562> > Acesso em: 6  
jan. 2015.

SUNG, Jung Mo. Tarefas do cristianismo de libertação (IV): a metáfora do êxodo. *ADITAL*. 2011. Disponível em: <  
<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&langref=PT&cod=54971> > Acesso em: 28  
dez. de 2014.

SUNG, Jung Mo. *Teologia e Economia: repensando a teologia da libertação e utopias*. São Paulo: Fonte Editorial. 2008. (b)

SUNG, Jung Mo. *Teologia e Economia: repensando a teologia da libertação e utopias*. Petrópolis: Vozes. 1994. (a).

SUNG, Jung, Mo. Economia: uma tarefa espiritual para as comunidades cristãs. *Vida Pastoral*. p. 21 – 25, 2010. Disponível em: <  
<http://vidapastoral.com.br/artigos/atualidade/economia-uma-tarefa-espiritual-para-as-comunidades-cristas/> > . Acesso em: 6 jan. 2015.

SUSIN, Luiz Carlos. Sacrificialismo e cristologia: a violência da cruz. In: ASSMANN, Hugo (ed.) *René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios*. Petrópolis: Vozes; Piracicaba: UNIMEP, 1991. p. 240 - 247.

SWEEZY, Paul et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

TAPIAS, José Antônio Pérez. *Internautas e naufragos: a busca do sentido na cultura digital*. São Paulo: Loyola, 2006.

TERCEIRO, J. B.; MATÍAS, G., *Digitalismo. El nuevo horizonte sociocultural*. Madrid: Taurus, 2001. p. 52 *apud* TAPIAS, José Antônio Pérez. *Internautas e naufragos: a busca do sentido na cultura digital*. São Paulo: Loyola, 2006. p. 89

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes. 1995.

VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2004.

VON RAD, Gerhard. *Teologia do Antigo Testamento*, v. II. São Paulo: ASTE, 1973.

VV.AA. *Práxis cristã: opção pela justiça e liberdade*. São Paulo: Paulinas, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense. 1985.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WIEDENHOFER, Siegfried. Principales formas de la teología actual sobre el pecado original. *Revista Católica Internacional: Communio*. año 13, p. 528 – 542, nov.-dez. 1991.

WOGAMAN, John Philip. Economia, ética e fé cristã. *Concilium* (A economia internacional na visão da moral cristã). Petrópolis: Vozes, n. 160, p. 103 – 113, 1980.

XENOFONTES. *Econômico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZAMAGNI, Stefano. *A ética católica e o espírito do capitalismo*. Cadernos IHU Ideias. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, n. 159, 2011.